

Relatório da Prestação de Contas **2022**

Índice

| | |
|---|-----|
| Nota do Presidente | 3 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2.1 ECONOMIA MUNDIAL..... | 9 |
| 2.2 ZONA EURO..... | 13 |
| 2.3 ECONOMIA PORTUGUESA..... | 15 |
| 3. PRINCIPAIS RESULTADOS | 17 |
| 4. ATIVIDADES | 19 |
| 4.1 CULTURA E PATRIMÓNIO..... | 20 |
| 4.2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO..... | 26 |
| 4.3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA | 39 |
| 4.4 URBANISMO E HABITAÇÃO..... | 53 |
| 4.5 COESÃO SOCIAL..... | 62 |
| 4.6 MOBILIDADE | 69 |
| 4.7 GOVERNÂNCIA..... | 73 |
| 5. RELATÓRIO FINANCEIRO | 88 |
| 5.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL | 88 |
| 5.1.1 Equilíbrio Orçamental | 88 |
| 5.1.2 Principais indicadores | 90 |
| 5.2 ANÁLISE DA DESPESA | 94 |
| 5.2.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa | 94 |
| 5.2.2. Execução orçamental da despesa | 97 |
| 5.2.3. Evolução da despesa..... | 101 |
| 5.2.4 Plano Plurianual de Investimentos (PPI) | 108 |
| 5.2.5 Plano das Atividades mais Relevantes | 113 |
| 5.2.6 Grandes Opções do Plano..... | 116 |
| 5.3 ANÁLISE DA RECEITA..... | 118 |
| 5.3.1. Alterações e revisões orçamentais da receita | 118 |
| 5.3.2. Execução orçamental da receita | 118 |
| 5.3.3. Evolução da receita | 121 |
| 5.3.3.1 Receita Global | 121 |

| | |
|---|-----|
| 5.3.3.2 Receita Fiscal | 122 |
| 5.3.3.3 Receita Não Fiscal | 125 |
| 5.3.3.3.1 Receita Corrente | 125 |
| 5.3.3.3.2 Receita Capital..... | 126 |
| 5.3.3.3.3 Receita não efetiva | 127 |
| 5.4 MOVIMENTOS DE TESOURARIA | 128 |
| 6. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA | 130 |
| 6.1 Análise do Balanço..... | 130 |
| 6.2 Análise da Demonstração de Resultados | 135 |
| 6.3 ENDIVIDAMENTO | 139 |
| 6.4 PANDEMIA COVID-19 | 141 |
| 6.5 INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA | 143 |
| 6.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 145 |
| 7. CONTABILIDADE DE GESTÃO | 146 |
| 7.1 Análise de Gastos por Centro de Custo | 146 |
| 8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO | 148 |

Nota do Presidente

A análise das contas de 2022 tem de ser efetuada tendo em conta uma conjuntura nacional que teve os efeitos económicos derivados da invasão da Ucrânia pela Federação Russa em 24 de fevereiro. Esta invasão provocou um choque nos preços da energia e dos bens alimentares, aumentando a taxa de inflação em todo o mundo. Esta inflação levou a uma subida muito rápida das taxas de juro e à necessidade de uma intervenção dos governos na esfera do apoio às famílias e empresas para suportarem este incremento de custos. O Porto personificou, mais uma vez, o carácter das cidades que não se deixam abater, aquelas cidades que, tendo vivenciado nos últimos anos um momento ímpar de crescimento, prosperidade e dinamismo, demonstram capacidade de encarar de frente a crise, garantindo a conclusão de uma série de projetos emblemáticos na cidade, apostando de forma bastante pró-ativa numa vida cultural aberta e multidisciplinar, privilegiando a política de habitação e a atração de investimentos, sem descuidar a sustentabilidade financeira que não hipoteca o futuro da cidade.

Assim, as contas do Município do ano de 2022 consubstanciam um ano desafiante, mas que continuam assentes nas traves-mestras da política sufragada pelos portuenses, pela terceira vez, em 2021.

Em 2022, o Município do Porto apresentou resultados positivos, evidenciando o contínuo esforço de consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos. Em síntese, destaca-se uma taxa de execução do orçamento da receita cobrada de cerca de 100% e uma taxa de execução do orçamento da despesa paga perto de 81%. As receitas fiscais aumentaram 15,1 M€ (+ 9,2%) - Impostos diretos aumentaram 8,6 M€ (+6,3%) e taxas, multas e outras penalidades com aumento de 6,5 M€ (+23,2%). De notar o inesperado, face à conjuntura económica, aumento do IMT em cerca de 3,8 M€.

Ao nível das despesas verifica-se um aumento de 6%, correspondendo a 16,5 milhões de euros relativamente a 2021. Neste ano, o investimento atingiu o montante de 66,7 M€, representando 23% da despesa total. Aqui destacam-se os investimentos realizados pelas empresas municipais GO Porto e DomusSocial em particular na melhoria da mobilidade e infraestruturas, no Mercado do Bolhão, nas escolas e na reabilitação de bairros de rendas apoiadas.

Por último, realçamos que o prazo médio de pagamentos de fornecedores é de 6 dias, em linha com um dos objetivos do Município de manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores, e que o endividamento líquido a curto prazo do Município é de – 98,7 M€.

De entre um conjunto de medidas de apoio a cidadãos em situação de extrema fragilidade e pobreza, reforçámos a oferta alimentar a pessoas em situação de sem-abrigo servindo cerca de 164 mil refeições na rede municipal de restaurantes solidários, prosseguimos a reabilitação do nosso edificado municipal com intervenção em cerca de 333 habitações devolutas, apoiámos dezenas de associações da cidade com trabalho na área social, cultural e desportiva através do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense.

O ano de 2022 orientou-se pela consolidação dos projetos estratégicos implementados em 2021, como o cartão Porto. que, em dezembro, contava com 50.257 adesões, 11.214 das quais são jovens entre os 13 e os 18 anos, que podem utilizar o Cartão Porto. como Cartão Andante.

A iniciativa adicionou novos serviços como o sistema de alertas ao fornecimento água, luz e gás e ainda ao sistema de deposição de resíduos (3.657 alertas enviados para 27 mil destinatários); o lançamento de uma campanha de incentivo ao comércio local (8.647 titulares do Cartão Porto.); o lançamento do programa Táxi Saúde+65 (2.897 beneficiários); a promoção de um concerto exclusivo para titulares; e a atribuição do cartão a 756 pessoas deslocadas da Ucrânia, incluindo nas vantagens a possibilidade de usufruírem do Andante gratuitamente durante seis meses.

O ano de 2022 fica marcado como o ano do arranque do Pacto do Porto para o Clima, um instrumento de envolvimento e capacitação de todas as organizações e cidadãos rumo à neutralidade climática, que, no final de dezembro, já tinha mais de 200 subscrições.

Destaque, igualmente, para a integração do Porto na lista das 100 cidades que participam na missão da Comissão Europeia “Cidade inteligentes e com impacto neutro no clima”, assim como a manutenção na Lista A do Carbon Disclosure Project, relativa à adaptação e mitigação das alterações climáticas.

O Porto foi, ainda, selecionado para integrar o grupo das 150 cidades europeias subscritoras da Carta de Adaptação da Comissão Europeia, cujo objetivo é apoiar a

inovação para um futuro mais seguro do planeta, a resiliência climática e o envolvimento dos cidadãos na matéria.

A InvestPorto, estrutura municipal dedicada à promoção do ambiente de negócios e do investimento na cidade, tinha 401 entidades com 455 projetos de investimento direto no Porto em carteira de acompanhamento, incluindo 240 projetos em fase de implementação ou negociação, evidenciando um acréscimo de 15%, face a 2021. Os 37 investimentos concretizados em 2022 representam, no seu conjunto, um volume de investimento recorde, estimado em 608 milhões de euros, contribuindo para a criação de 3.355 novos postos de trabalho.

Destaque para a distinção do Porto pelo ranking fDi European Cities and Regions of the Future 2023 da revista fDi Intelligence, uma publicação do Financial Times. Pela primeira vez, a fDi Intelligence considerou o Porto como a melhor cidade europeia de grande dimensão em estratégia de atração de IDE.

No eixo da estratégia de desenvolvimento económico do Município, em 2022, a Divisão Municipal de Talento e Promoção da Empregabilidade deu início ao rebranding dos projetos Cidade das Profissões e Porto. for Talent para uma marca única. Este último registou 25.850 visitantes ao portal, onde constavam 509 ofertas, 19.487 candidaturas e mais 20 empresas registadas.

Em 2022, o Município potenciou a criação de espaço para a diversidade comercial, no sentido de conhecer, valorizar, capacitar e divulgar o comércio enquanto património histórico, cultural e identitário da cidade. Neste âmbito, referência ao Porto de Tradição, programa de reconhecimento e proteção das lojas históricas, que incluiu mais dez estabelecimentos comerciais; à comunicação com os comerciantes através da newsletter mensal “Olá, Comércio”; à distribuição de material temático para que continuem a posicionar-se como embaixadores da marca Porto.; à continuidade do plano de formação para comerciantes e à realização dos concursos de montras de São João e de Natal com a candidatura de 154 estabelecimentos comerciais.

O Município do Porto tem considerado a Educação como fator fundamental de promoção da igualdade de oportunidades, de fortalecimento da cultura e dos valores de cidadania, sustentáculo do desenvolvimento e da coesão social. Os 16,1 milhões de euros aplicados em 2022 representam um aumento considerável do investimento no programa Educação, associado à transferência de competências na área do Estado para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Em 2022, no âmbito da estratégia expositiva do Museu da Cidade, implementou-se o redesenho da Extensão do Romantismo com a montagem da exposição: “Metamorfoses - imanência vegetal, mineral e animal no espaço doméstico romântico”, onde se destaca a qualidade e diversidade das coleções municipais. De igual modo, foi desenhada uma programação intensa, inclusiva e diversificada, cruzando a valorização do património e o estímulo à criação contemporânea, assumindo-se estas vertentes como um relevante fator de coesão social e de regeneração urbana, dinamizador da economia, da qualidade de vida e do bem-estar das populações.

Neste ano, tiveram início os trabalhos de monitorização e avaliação da execução do PDM, tendo avançado a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 1 – Nun’Alvares e arrancado os trabalhos da UOPG 9 – Contumil. Ainda em matéria de planeamento territorial, foi dado início à elaboração do Plano de Urbanização de Campanhã. No âmbito da reabilitação urbana, encontrava-se praticamente concluída a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Azevedo e arrancaram os trabalhos nas ORU de Lordelo do Ouro e da Foz Velha.

O Município atribuiu 362 habitações, das quais 272 habitações a famílias carenciadas. Foi possível, ainda, transferir 90 famílias, sendo que 53,5% das transferências reportam a necessidade por questões de doença e 28% dizem respeito a adequação de tipologia. As restantes situações repartem-se entre transferências para habitação de renda mais económica e outros realojamentos determinados pelo Município.

Dentro do programa Porto Solidário, foram apoiadas aproximadamente 1.150 famílias através do apoio ao pagamento da renda ou da prestação bancária. A 10.^a edição do programa recebeu 836 candidaturas, o número mais elevado de sempre, das quais 635 foram aprovadas, traduzindo-se num apoio mensal médio de 200 euros. Desde a nona edição, constata-se um aumento do valor médio do apoio em cerca de 30 euros. Desde a criação do programa, e até ao final de 2022, o Município do Porto já apoiou mais de 4.464 famílias, num total de 13,4 milhões de euros.

Incontornáveis, também, são projetos como o Matadouro (em andamento), a reabilitação do Mercado do Bolhão (concluído), a construção do Terminal Intermodal de Campanhã (concluído), a requalificação do cinema Batalha (concluído). Projetos âncora deste Executivo, há décadas desejados pelos portuenses e que irão reconfigurar e rejuvenescer as respetivas áreas de implantação, mudando o panorama cultural, social e económico da cidade de forma inequívoca e irreversível.

De forma empreendedora, aguerrida, participativa e proactiva, fomos capazes de adaptar-nos a um contexto de enormes dificuldades. Soubemos fazer das fraquezas forças, redesenhámos e reinventámos processos, através de uma gestão de recursos rigorosa, cautelosa e planeada, com uma colaboração escrupulosa de todos os trabalhadores do universo municipal, incansáveis no seu espírito de missão.

Mantivemo-nos centrados no que é realmente importante: o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Com mais um voto de confiança por parte da cidade, este Executivo fecha 2022 com as “boas contas”, as “contas à moda do Porto”, que nos permitem deixar à Cidade, sem onerar ou comprometer as gerações vindouras, a garantia de uma cidade mais sustentável, mais segura, mais solidária e mais inclusiva.

Rui Moreira

1. INTRODUÇÃO

Considerando-se o disposto no nº 1 do art.º 3º do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2022. O mesmo foi elaborado tendo subjacente a Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 1, que define a estrutura e conteúdo das Demonstrações financeiras, e a NCP nº 26 relativa à contabilidade e relato orçamental.

Dispõe a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que os documentos de prestação de contas individuais são apreciados pelo órgão deliberativo. Dispõe ainda o mesmo normativo que as contas consolidadas podem ser aprovadas em momento diferente do das contas do Município.

As demonstrações financeiras e de desempenho orçamental agora apresentadas são uma representação fidedigna do desempenho financeiro e orçamental do Município do Porto no decurso do ano económico de 2022.

2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

2.1 ECONOMIA MUNDIAL

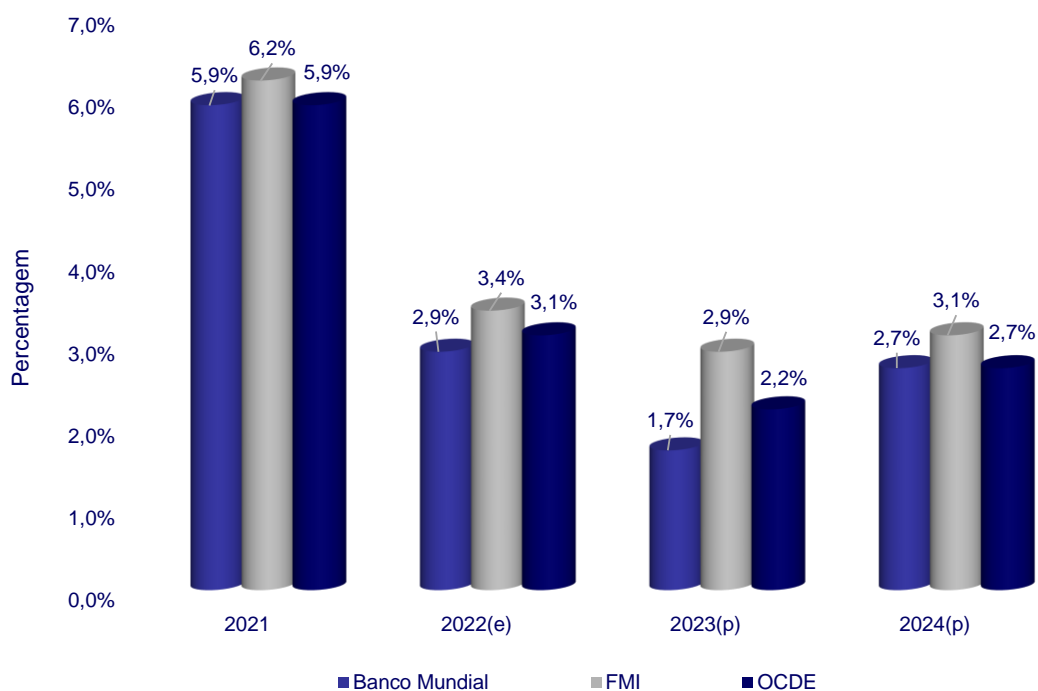
A dinâmica económica mundial apresenta o ritmo de crescimento mais baixo dos últimos 30 anos, excluindo desse período as crises financeiras de 2009 e de 2020. As principais instituições internacionais estimam que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial tenha crescido entre 2,9% e 3,4%, em 2022, face ao ano anterior, correspondendo a estimativa mais positiva ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a menos otimista ao Banco Mundial.

De acordo com o FMI, o PIB mundial deverá crescer mais 0,2 pontos percentuais em 2023 do que o projetado em outubro de 2022, apontando para um crescimento de 2,9%. O Banco Mundial apresenta a projeção mais conservadora, prevendo que a taxa de crescimento ronde os 1,7%, em 2023, o que se traduz em menos 1,3 pontos percentuais face às suas anteriores previsões de junho de 2022.

Estas projeções justificam-se com as políticas de contenção da inflação, que têm efeitos ao nível da degradação da situação financeira mundial, ampliada pelo contexto de incerteza geopolítica decorrente da invasão da Ucrânia. Verifica-se alguma disparidade quanto ao potencial de crescimento do ano 2023 nas projeções dos diferentes organismos, apresentando o FMI e o Banco Mundial projeções que distam entre si 1,2 pontos percentuais, um diferencial significativo.

Na figura 1 observa-se uma desaceleração no ritmo de crescimento do PIB mundial previsto para o ano de 2023, antevendo-se uma recuperação em 2024, atingindo taxas de crescimento próximas das registadas em 2022.

Figura 1- Projeção do PIB Mundial

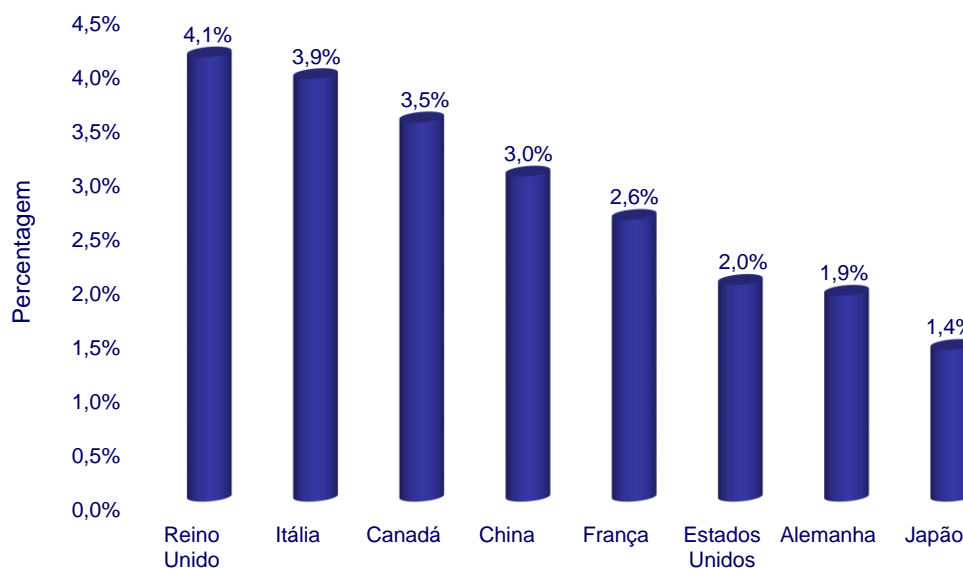


(e)-estimativa, (p)-projeção

Fonte: Banco Mundial - Global Economic Prospects (janeiro de 2023), FMI World Economic Outlook (janeiro de 2023), e OCDE Economic Outlook Volume 2022 Issue 2 (novembro de 2022).

Ao nível das maiores economias mundiais, as estimativas do FMI para 2022 apontam para que o Reino Unido tenha registado o maior crescimento, atingindo os 4,1%, seguido de Itália, com 3,9% e do Canadá, com 3,5%. Notavelmente, a República Popular da China, com 3,0%, fica 0,4 pontos percentuais aquém da estimativa para a taxa de crescimento mundial (figura 2).

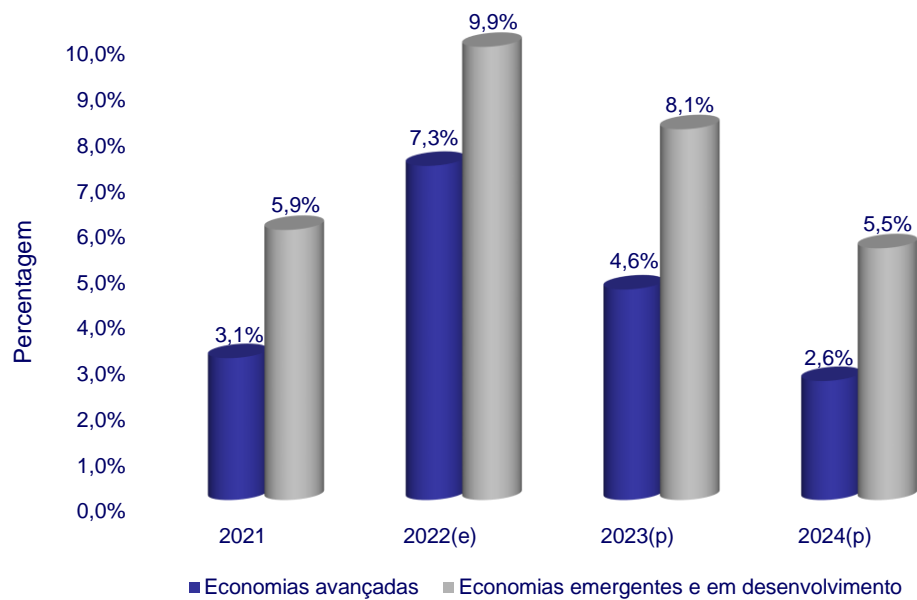
Figura 2 - Estimativa do PIB das maiores economias mundiais (2022)



Fonte: FMI World Economic Outlook (janeiro de 2023).

O aumento generalizado dos preços tem contribuído para um agravamento significativo do custo de vida, estimando-se que o nível da taxa de inflação tenha atingido o seu pico em 2022, mantendo-se muito acima dos objetivos definidos pelos bancos centrais. O FMI apresenta projeções de redução da taxa de inflação nas economias avançadas (EUA, Alemanha, França, Itália, Espanha, Japão, Reino Unido, Canadá) e nas economias emergentes e em desenvolvimento (China, Índia, Rússia, Brasil, México, Arábia Saudita, Nigéria e África do Sul) nos próximos anos, estimando que, em 2024, os valores retomem aos verificados em 2021, como revela a figura 3.

Figura 3 – Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes



(e)-estimativa, (p)-projeção

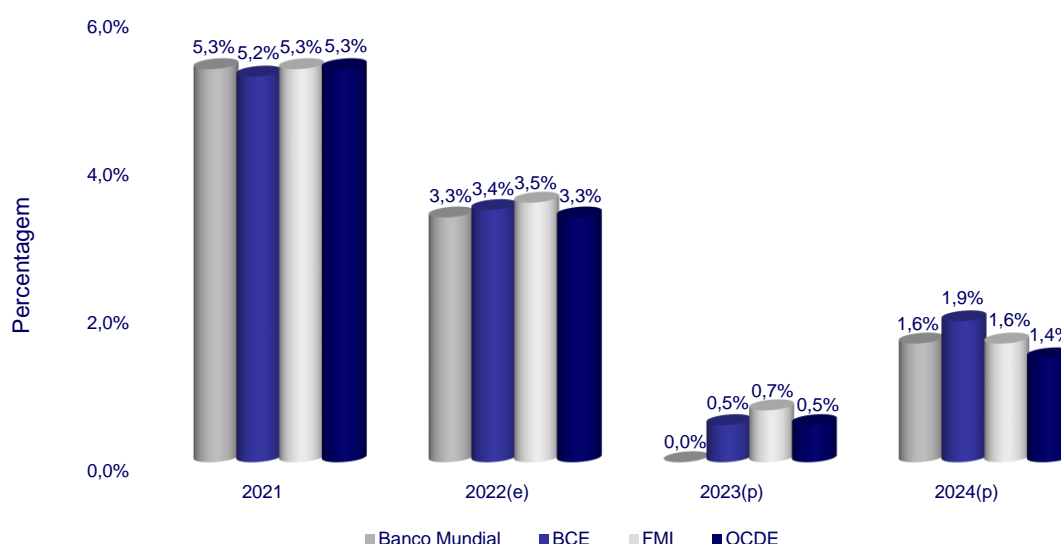
Fonte: FMI World Economic Outlook (janeiro de 2023).

2.2 ZONA EURO

Estima-se que o PIB da Zona Euro, em 2022, se tenha situado entre os 3,3% e os 3,5%, traduzindo um crescimento muito próximo do registado a nível mundial.

As estimativas para 2023 não são animadoras, prevendo-se que o PIB da Zona Euro se concentre entre os 0,0% e os 0,7%, como se observa na figura 4. A projeção mais conservadora corresponde à do Banco Mundial, que não prevê crescimento para 2023, e a mais otimista à do FMI, ambas de janeiro de 2023. Em 2024, antevê-se uma recuperação, podendo o crescimento do PIB da Zona Euro atingir os 1,9%, de acordo com o Banco Central Europeu (BCE).

Figura 4 - Projeção do PIB na Zona Euro



(e)-estimativa, (p)-projeção

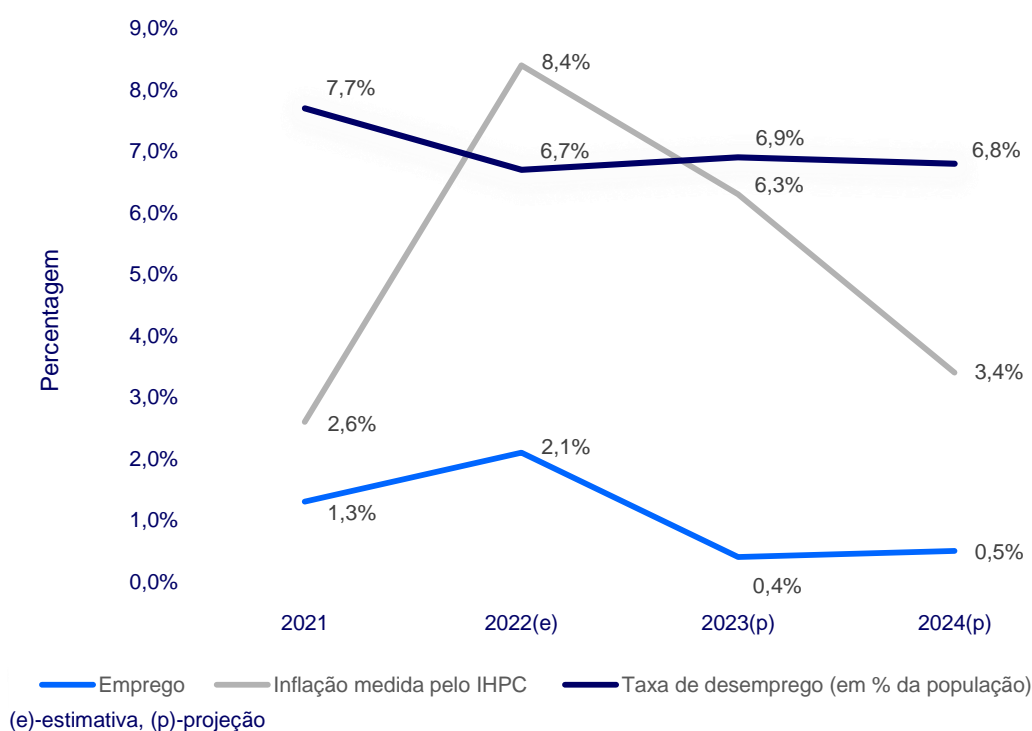
Fonte: Banco Mundial - Global Economic Prospects (janeiro de 2023), BCE - Projeções macroeconómicas para a área do euro (dezembro de 2022), FMI World Economic Outlook (janeiro de 2023), OCDE Economic Outlook Volume 2022 Issue 2 (novembro de 2022).

Em 2022, prevê-se que, tal como a nível mundial, se tenha atingido o pico da taxa de inflação verificada na Zona Euro, nos 8,4%. O BCE antecipa um decréscimo da taxa de inflação nos próximos anos, ainda que apresente projeções mais conservadoras do que as anteriores, de setembro de 2022. Para 2023, estima que a inflação se situe nos

6,3% (mais 0,8 pontos percentuais do que a anterior projeção) e que, para 2024, corresponda a 3,4% (0,9 pontos percentuais acima da anterior projeção).

A taxa de desemprego regista um decréscimo em 2022 de cerca de 1 p.p. face à registada no ano anterior, estimando-se que se mantenha aproximadamente constante nos anos que se seguem. A taxa de crescimento do emprego reflete as tendências registadas ao nível da taxa de desemprego, tendo aumentado 2,1% em 2022. Em 2023 e 2024 prevê-se que aumente a um ritmo constante de cerca de 0,5% ao ano. A figura 5 sumariza as projeções do BCE para as variações do emprego, da taxa de inflação e da taxa de desemprego na Zona Euro.

Figura 5 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro

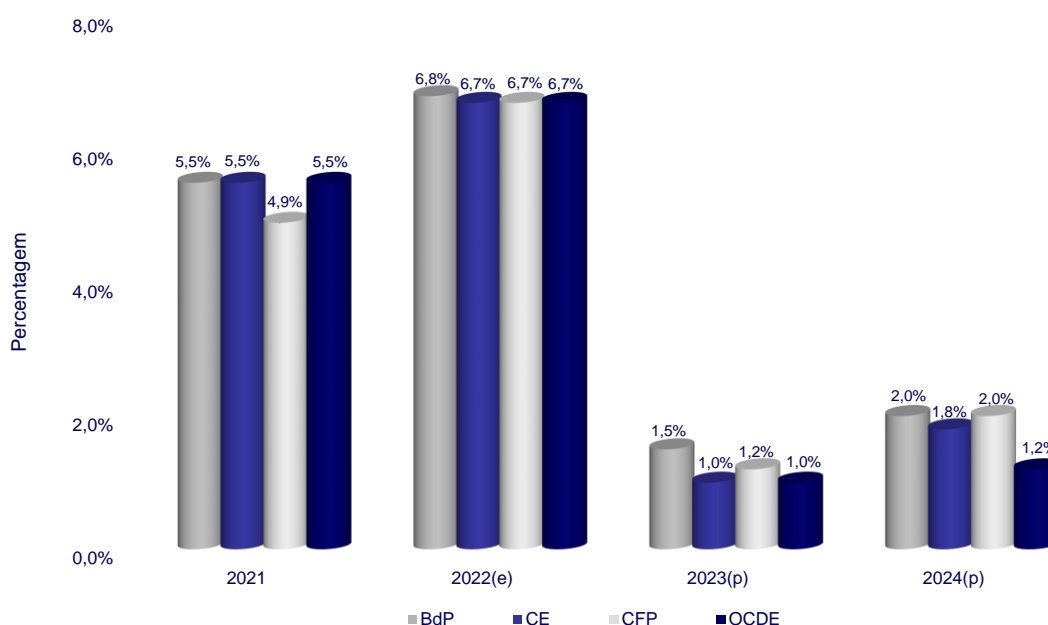


Fonte: BCE - Projeções macroeconómicas para a área do euro (dezembro de 2022).

2.3 ECONOMIA PORTUGUESA

As projeções para o crescimento da economia portuguesa em 2022 situam-se entre os 6,7% e os 6,8%, sendo que as primeiras são apresentadas pela Comissão Europeia (CE), pelo Conselho de Finanças Públicas (CFP) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), enquanto a última é apresentada pelo Banco de Portugal (BdP). Em 2023, prevê-se um abrandamento significativo do ritmo de crescimento em Portugal, projetando-se que a economia cresça, entre 1,0% e 1,5%, podendo recuperar ligeiramente em 2024, com um crescimento estimado de 1,2% a 2,0%. As organizações nacionais CFP e BdP apresentam as projeções mais otimistas (mais 0,5 pontos percentuais em 2023, no caso do BdP face à CE e à OCDE e mais 0,8 pontos percentuais em 2024, no caso da CFP e do BdP em comparação com a estimativa da OCDE), como mostra a figura 6.

Figura 6 - Projeções do PIB em Portugal



(e)-estimativa, (p)-projeção *dados do INE

Fonte: BdP - Boletim Económico (dezembro de 2022), CE - Winter 2023 Economic Forecast (fevereiro de 2023), CFP - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2022-2026 (setembro de 2022) e OCDE Economic Outlook Volume 2022 Issue 2 (novembro de 2022).

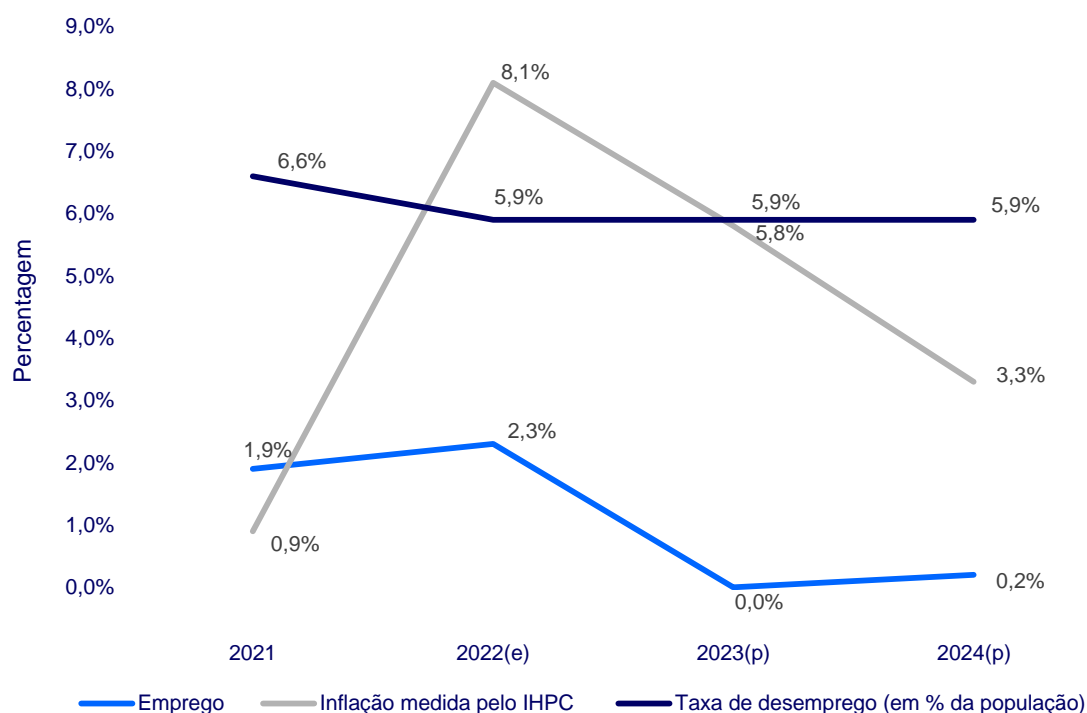
Em 2022, o BdP estima que a taxa de desemprego em Portugal se situe nos 5,9%, ficando abaixo da estimativa para a média da Zona Euro. Este valor é historicamente baixo, pelo que, segundo o BdP, poderemos estar próximos dos níveis de pleno

emprego da economia portuguesa. A taxa de desemprego apresenta uma tendência constante, prevendo-se que, em 2023 e 2024 se mantenha no mesmo nível de 2022.

No que concerne à inflação, o BdP estima que o pico tenha sido atingido em 2022, nos 8,1%, o que representa 0,3 pontos percentuais abaixo da média estimada para a Zona Euro. Prevê-se para os anos seguintes um decréscimo na taxa de inflação, atingindo um valor próximo dos 3% em 2024, em linha com a projeção para a Zona Euro.

A figura 7 sintetiza as projeções ao nível do emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal, apresentadas pelo Banco de Portugal.

Figura 7 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal



(e)-estimativa, (p)-projeção

Fonte: BdP - Boletim Económico (dezembro de 2022).

A dinâmica da economia portuguesa no futuro próximo será afetada pela evolução do enquadramento internacional e financeiro, dos níveis de confiança, bem como das pressões inflacionistas externas. Segundo o Banco de Portugal, é fundamental a coordenação das expectativas dos diversos agentes económicos (tal como se verificou na crise pandémica), por forma a garantir a competitividade e a estabilidade macroeconómica portuguesa.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

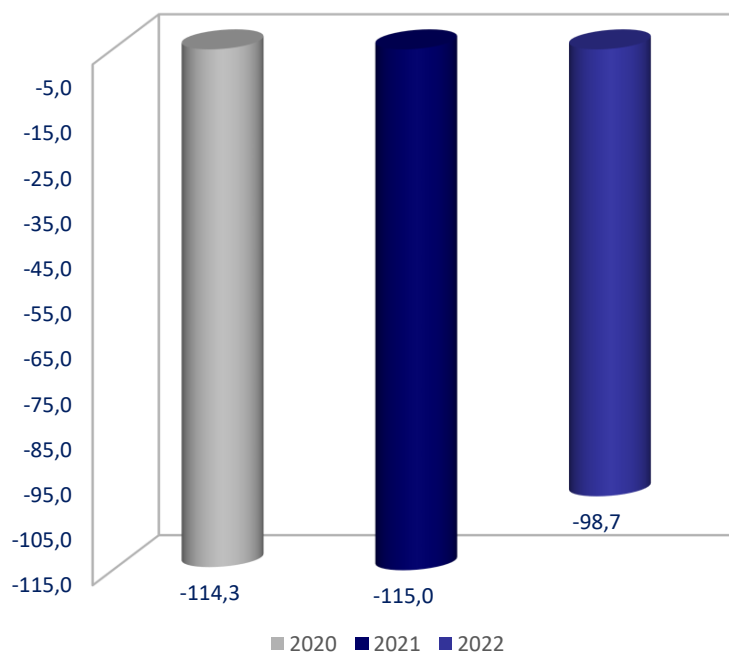
Em 2022, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em síntese destaca-se:



A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, continuou a registar valores negativos.

Figura 8 – Dívida Líquida de curto prazo



Em dezembro de 2022, os créditos do Município do Porto para com terceiros superaram o valor da dívida bruta, o que, adicionados das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 98,7 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (29,8 milhões de euros) do que a pagar (2,6 milhões de euros).

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 26,1 milhões de euros.

4. ATIVIDADES

Em 2022, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o mandato 2021-2025, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par do desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregaram-se em 7 objetivos estratégicos transversais ao município, que se passam a analisar, relativamente ao ano económico em apreço.

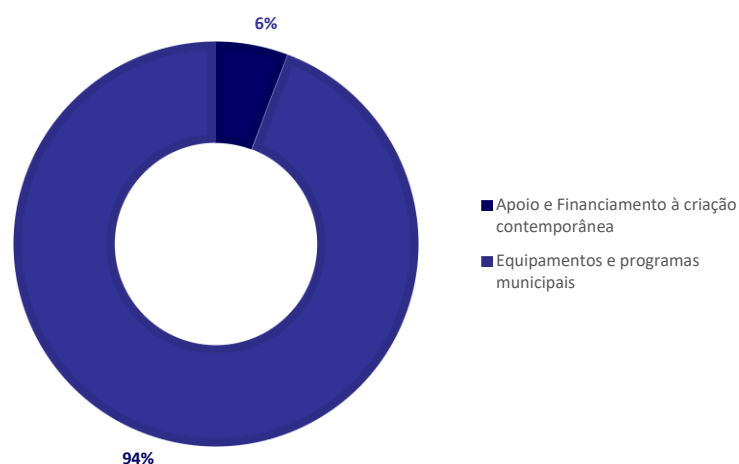
Quadro 1 - Despesa por objetivos

| Objetivo | Orçamento € | Pago € | % |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| Cultura e Património | 17 444 817,17 | 16 331 676,44 | 93,6% |
| Economia, pessoas e inovação | 35 407 501,11 | 31 024 681,89 | 87,6% |
| Ambiente, energia e qualidade de vida | 61 737 644,48 | 44 631 603,81 | 72,3% |
| Urbanismo e habitação | 36 400 819,24 | 15 485 028,16 | 42,5% |
| Coesão social | 28 949 234,01 | 25 766 090,43 | 89,0% |
| Mobilidade | 36 617 770,29 | 30 141 989,96 | 82,3% |
| Governância da Câmara | 142 480 115,20 | 126 397 547,57 | 88,7% |
| Total | 359 037 901,50 | 289 778 618,26 | 80,7% |

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam todas as despesas orçamentadas sendo distribuídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

4.1 CULTURA E PATRIMÓNIO

Figura 9 - Cultura e Património



O objetivo estratégico Cultura e Património integra os programas Apoio e financiamento à criação contemporânea e Equipamentos e programas municipais onde foram executados 16,3 milhões de euros.

Cerca de
174 mil
visitantes
NA FEIRA DO LIVRO

Recorde de
10.000
espectadores no
FESTIVAL DDD
Dias da Dança

Início dos trabalhos para a expansão/requalificação da
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

436.520
visitantes em museus,
bibliotecas e arquivo
e participantes em
atividades culturais

COMEMORAÇÕES DO
90º Aniver-
sário
do Teatro Rivoli

Reabertura do
BATALHA
CENTRO DE CINEMA

RIBEIRA DO PORTO
considerada como
tesouro
CINEMATOGRAFICO
da Europa

Aquisição de
144 obras
de arte
A ARTISTAS E
GALERIAS DA CIDADE

Cultura em Expansão levou + de **50** projetos a diferentes territórios

No âmbito da dinamização da Cultura, foi assegurada a implementação da estratégia cultural para a cidade, através de uma intervenção integrada e transversal, com os diversos agentes culturais locais, nacionais e internacionais.

Em 2022, no âmbito da estratégia expositiva do Museu da Cidade, implementou-se o redesenho da Extensão do Romantismo com a montagem da exposição: “Metamorfoses – imanência vegetal, mineral e animal no espaço doméstico romântico”, onde se destaca a qualidade e diversidade das coleções municipais.

Continuou-se com uma estratégia de produção e coprodução de exposições temporárias em espaços como o Gabinete do Tempo, na Casa do Infante, que acolheu três exposições: “Germano Arquivo”, que transitou de 2021, “Mouzinho: da Ribeira ao Aeroporto” e “Do Medalheiro Allen ao Gabinete de Numismática”. Com esta mostra, o Museu da Cidade associou-se à Sociedade Portuguesa de Numismática e ao seu VI Congresso Nacional, que se realizou de 24 a 26 de novembro e contou com o apoio do Município do Porto. O Gabinete do Desenho acolheu duas exposições: “Oração à Luz”, de Sara Costa Carvalho, e “Vento Espesso”, de Mário Capelo. O Gabinete Gráfico acolheu três exposições: “Raiz Fasciculada”, que transitou de 2021, “Pitorescos e Naifs: do Guia Turístico ao View-master” e “Manuel Gusmão - Escrevo para um amigo que virá”, no âmbito do programa literário da Feira do Livro. O Triplex acolheu duas exposições: “Do Planalto se dobra a Montanha”, de Maria Capelo, e “Entre nós”, de Francisco Janes. O Gabinete do Som acolheu duas exposições: “Livros são árvores, bibliotecas são florestas”, com curadoria do Núcleo de Programação do Museu da Cidade com Fabrizio Matos, Jonathan Uliel Saldanha, Ilda David e MUMTAZZ, e “Radiostesia - Captar, Conduzir, Compreender forças invisíveis”, com curadoria do Núcleo de Programação do Museu da Cidade com Pedro Augusto.

De igual modo, foi desenhada uma programação intensa, inclusiva e diversificada, cruzando a valorização do património e o estímulo à criação contemporânea, assumindo-se estas vertentes como um relevante fator de coesão social e de regeneração urbana, dinamizador da economia, da qualidade de vida e do bem-estar da população.

Em 2022, deu-se continuidade aos Programas Operativos, que criam ligações programáticas do Museu da Cidade. Estes Programas são: Oficinas – programa em torno das exposições e coleções numa lógica de ativação do fazer-saber e saber-fazer; Deriva - programa de caminhadas pela cidade, onde se ativam os eixos que estruturam o Museu da Cidade; Caminhos - programa de percursos pedonais, através do vale de Massarelos, que convidam à descoberta do património histórico, natural e cultural dos Caminhos do Romântico; Sonda - ciclo de conversas com convidados em torno de temas do património arquitetónico, artístico ou arqueológico da cidade; Inventário - inventário participado de ruas, edifícios, obras de arte pública da cidade; Resgate - através do resgate da documentação das estações do Museu da Cidade, propõe-se ampliar o entendimento das alterações experimentadas ao longo dos tempos; e Dia do Vizinho – programa de oficinas, visitas e outras atividades, que decorrem ao longo de um dia, envolvendo a vizinhança do local onde se passa a ação e Escuta - programa em torno da voz, da palavra e do som.

A Feira do Livro do Porto que, desde 2014, é organizada pelo Município do Porto, decorreu, à semelhança de anos anteriores, nos Jardins do Palácio de Cristal de 26 de agosto a 11 de setembro de 2022. Com aproximadamente 174.000 visitantes, contou com uma forte adesão de editores, livreiros, alfarrabistas, associações e promotores de projetos inovadores em torno do livro, que ocuparam os 126 pavilhões do certame, dispostos ao longo da Avenida das Tílias. O festival literário da cidade homenageou a poetisa Ana Luísa Amaral e, neste contexto, desenvolveu uma programação cultural e de animação para todas as idades.

A dinamização da Cultura implica, de igual modo, a gestão e o regular da rede de equipamentos municipais, 20 deles abertos ao público e outros em fase de requalificação/remodelação, materializada na atuação dos diversos serviços municipais (as Bibliotecas, o Arquivo, os Museus e a área de Património Cultural).

Através da GO Porto, EM e da DomusSocial, EM, foram desencadeados os trabalhos para a expansão/requalificação da Biblioteca Pública Municipal do Porto e para a reabilitação e musealização de diversas extensões do Museu da Cidade: Ateliê António Carneiro, Casa dos 24, Extensão da Indústria, Arqueossítio, Bonjóia - Extensão da Natureza e Matadouro.

A DomusSocial, EM assegurou a manutenção corrente e preventiva do património edificado, nomeadamente em edifícios municipais com valências culturais como arquivos, bibliotecas, museus e teatros.

Manteve-se a prestação de serviço público de continuidade através da recolha, preservação, valorização e disseminação patrimonial, por entre as múltiplas frentes de acesso às coleções municipais - monografias, periódicos, documentos, fotografia, pintura, têxtil, artes decorativas, numismática, joalheria, entre outras.

As Bibliotecas Municipais mantiveram a sua atuação no âmbito da promoção do livro e da leitura e o Arquivo Histórico deu continuidade à leitura e pesquisa de informação assegurando, também, a digitalização da documentação. A área de património cultural assegurou, de forma continuada, os serviços de documentação e informação administrativa nas áreas de arquitetura e arqueologia, promovendo a salvaguarda do património de importância para a cidade e sua história.

Em representação do Município, o Pelouro da Cultura manteve a interlocução com a UNESCO e demais entidades oficiais, sendo “gestor do sítio” classificado – Centro Histórico do Porto, Ponte D. Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar – e a integração na Rede de Património Mundial de Portugal e outras redes internacionais, que visam a promoção e salvaguarda deste bem inscrito na lista de património mundial. Prosseguiu-se a liderança do projeto AtlaS.WH - Património no Espaço Atlântico: Sustentabilidade dos Sítios Urbanos Património Mundial, em parceria com Bordéus, Santiago de Compostela, Edimburgo e Florença, que pretendia potenciar a reflexão e análise conjunta e que teve como principal resultado os Planos de Gestão e de Sustentabilidade para cada Sítio.

Apesar da incerteza inicial quanto ao êxito da prossecução da estratégia e objetivos, 2022 foi um ano de consolidação para os projetos propostos sem os condicionamentos impostos no contexto da pandemia, o que permitiu consolidar a programação do Museu da Cidade, intensificar e diversificar a oferta cultural. A Feira do Livro foi novamente um sucesso, comprovado pelo número de visitantes, que registou um aumento de cerca de 58% tendo-se pautado por uma oferta mais ampla e mais diversificada, reforçando a programação cultural e o conseqüente apoio aos artistas obtendo uma fortíssima aceitação por parte do público.

No ano de 2022, a Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM prosseguiu com várias atividades culturais, desportivas e de entretenimento, retomando a sua atividade regular.

Na Cultura, entre janeiro e março, houve um vasto número de eventos realizados e apresentados publicamente no âmbito dos programas culturais e artísticos agendados para a temporada. Destaque, por exemplo, para o Teatro Municipal do Porto (TMP),

que celebrou o 90.º Aniversário do Teatro Rivoli, e dedicou o foco de programação à artista francesa multidisciplinar Phia Ménard, além da homenagem ao coreógrafo alemão Raimund Hoghe.

No âmbito das artes performativas, o espetáculo “Via Injabulo”, da companhia sul-africana Via Kathleong, com coreografias do português Marco da Silva Ferreira e do francês Amala Dianor, marcou o arranque da nova temporada de programação do TMP.

Entre as várias propostas artísticas, encontros e atividades de formação, destaque na programação do TMP para o acolhimento de alguns festivais com história na cidade, como o FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto ou o Porto/Post/Doc.

A Galeria Municipal do Porto (GMP), apesar de ter encerrado em fevereiro para obras de reabilitação, manteve a sua programação ativa. É disso exemplo o lançamento do Galeria Energia, um programa regular de encontros públicos sobre arte, ciência, música e natureza, que terminou com a participação da artista Niksi, com a performance Invisible Gestures, na Concha Acústica dos Jardins do Palácio de Cristal, bem como a apresentação de várias publicações.

Complementando a sua programação, a GMP utilizou a sua fachada como tela para um conjunto de propostas artísticas de grande dimensão, como a iniciativa “Encontros à Superfície”, que apresentou duas obras de dois artistas/coletivos ucranianos: “Untitled”, de Catherina Lisovenko, e “12345678910 Studio”, da dupla Yevhenii Obraztsov e Anastasiia Omelych.

A GMP lançou ainda uma nova publicação impressa, “Waves and Wirlpools”, a partir do projeto expositivo com o mesmo nome, a cargo de Luís Lázaro Matos. No último trimestre, foi disponibilizado o podcast “O PING!”, a partir do trabalho efetuado pelo Serviço Educativo.

Durante este período, foram ainda adquiridas novas obras a artistas e/ou galerias para integração na Coleção Municipal de Arte, no âmbito do projeto Aquisições.

O Município lançou diferentes programas de apoio à internacionalização e criação artística, como o Shuttle, o Criatório e as Residências Artísticas do CAMPUS Paulo Cunha e Silva, que promoveu nova convocatória para o programa de investigação artística “Reclamar Tempo”.

Em 2022, o Porto assistiu ao regresso do programa municipal Cultura em Expansão, que contou com a apresentação, ao longo do ano, de mais de 50 projetos em

diferentes territórios geográficos da cidade: Associação de Moradores da Bouça, Associação Nun'Álvares de Campanhã, Grupo Musical de Miragaia e Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira.

No segundo trimestre, assistiu-se ao regresso do Festival Internacional de Cinema do Porto, na sua 42^o edição, que apresentou no Rivoli um total de 57 filmes. O Festival DDD – Festival Dias da Dança 2022 decorreu entre os dias 19 de abril e 1 de maio, ocupando 10 palcos e vários espaços públicos do Porto, Matosinhos e Gaia e registando um número recorde de espectadores. Também o Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica (FITEI) retomou o formato presencial no mês de maio.

A fechar mais um ano, a cidade testemunhou a abertura do renovado Cinema Batalha, agora rebatizado de Batalha Centro de Cinema (BCC). O equipamento, que se reveste de uma polivalência de funções, culminando um processo de reabilitação do histórico espaço, por parte da GO Porto, EM, e devolvendo a sua atividade cultural à cidade, apresentou uma programação assente em vários ciclos, focos específicos e sessões para famílias.

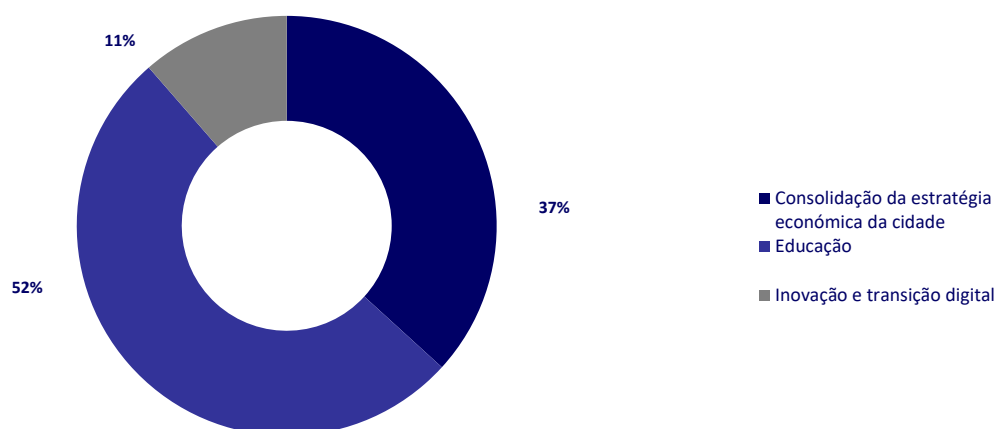
Nota ainda para o trabalho desenvolvido pela Filmporto na afirmação do Porto como destino audiovisual e cinematográfico, com a presença da estação de televisão SIC na cidade para a filmagem da nova série “Santiago”, assinada por Diogo Brito, Inês Braga e César Mourão. Ainda neste âmbito, a Ribeira do Porto foi considerada como tesouro cinematográfico da Europa (Treasures of European Film Culture) pela Academia de Cinema Europeu, que pretende destacar e proteger espaços de filmagem com valor simbólico e histórico para o cinema europeu.

Procedeu-se à afirmação de propostas regulares de alguns dos equipamentos municipais, como é o caso do ciclo Escuta Ativa, promovido pela Fonoteca Municipal do Porto (FMP), que promove a audição conjunta de um disco escolhido por um determinado convidado; e a Hora de Ponta, seleção da FMP de um tema e/ou disco para escuta partilhada no final de tarde de quarta-feira, com periodicidade semanal.

O Teatro Campo Alegre acolheu o Foco Famílias, um festival composto por atividades para miúdos e graúdos e que ocupou, durante quatro dias, os seus diferentes espaços com projetos que oscilaram entre o teatro e a dança, as oficinas e a instalação.

4.2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO

Figura 10 - Economia, Pessoas e Inovação



No objetivo Economia, pessoas e inovação foram aplicados 31 milhões de euros nos programas Consolidação da estratégia económica da cidade (11,4 milhões de euros), Educação (16,1 milhões de euros) e Inovação e transição digital (3,5 milhões de euros).

Reconhecimento de
+10
estabelecimentos
pelo Porto de Tradição

MELHOR DESTINO
de Cidade da Europa
e do Mundo, pelos
WORLD TRAVEL AWARDS

2.897
beneficiários do programa

Táxi Saúde +65

11.214

assinaturas
ANDANTE 13-18

50.257
municípios com
CARTÃO PORTO.

Apresentação da nova
Visão de Futuro para a
Sustentabilidade
DO DESTINO
Porto



Abertura do renovado
**MERCADO
DO BOLHÃO**

149.984 chamadas recebidas na Linha Porto.

Fornecimento de
1.274.956

almoços e

1.399.809

LANCHES ÀS
CRIANÇAS E ALUNOS
das escolas básicas
do 1.º ciclo e dos
jardins-de-infância

Alargamento da

“Escola Solidária”

a todas as escolas básicas
e secundárias da rede
escolar pública

800

participantes na
European Innovation
Academy

o maior programa de
empreendedorismo
tecnológico e digital
do mundo

AUMENTO DE

15% no número
de projetos

acompanhados pela
InvestPorto

37 investimentos
concretizados,
que representam

608 milhões
de euros

e **3.355**

novos postos de trabalho

Melhor cidade
europeia de

**GRANDE
DIMENSÃO**

em estratégia de
atração de IDE pela
fDi Intelligence

Assunção da transferência de competências na área da Educação:

18 escolas
transferidas
para o Município

+950
assistentes técnicos
operacionais

GESTÃO
de refeições
NAS ESCOLAS

O Município do Porto tem considerado a Educação como fator fundamental de promoção da igualdade de oportunidades, de fortalecimento da cultura e dos valores de cidadania e sustentáculo do desenvolvimento e coesão social.

Os 16,1 milhões de euros aplicados em 2022 representam um aumento considerável do “investimento” no programa Educação, associado à transferência de competências na área do Estado para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Com efeito, a partir de 1 abril de 2022 iniciou-se o processo de descentralização, que implicou uma articulação mais próxima com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Município, para a definição da estratégia da gestão num conjunto de processos: a gestão e integração de 950 assistentes técnicos e assistentes operacionais das escolas do ensino básico, secundário e profissional na estrutura de gestão do Município do Porto; a gestão das refeições nas escolas básicas e secundárias; a gestão da conservação e manutenção das 18 escolas transferidas, a manutenção dos espaços verdes e a gestão do parque informático e sistemas de comunicações desse edificado.

No que respeita aos estabelecimentos escolares de 1.º ciclo e no âmbito do programa municipal Porto de Apoio à Família, o Município do Porto lançou uma iniciativa pioneira: a abertura de nove jardins-de-infância, durante o mês de agosto, destinados aos agregados que, neste período de encerramento das instituições de educação pré-escolar públicas, necessitam desse apoio com atividades para as crianças. Beneficiaram do programa 90 famílias e 160 crianças.

Dando resposta ao conceito de Escola a Tempo Inteiro (09h00-17h30), o programa municipal Porto de Atividades continuou a permitir prolongar, em mais uma hora diária, o tempo de permanência das crianças na escola. Através do desenvolvimento de atividades de animação e de apoio ao estudo, constitui-se um fator fundamental de igualdade de oportunidades e de inclusão social, tendo beneficiado deste programa 3.782 alunos.

No âmbito da ação social escolar, destaca-se o fornecimento de 1.274.956 almoços e 1.399.809 lanches aos alunos das escolas básicas do 1º ciclo e dos jardins-de-infância.

A iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas do Natal, Carnaval, Páscoa e Verão para proporcionar uma refeição completa às crianças

que frequentam a educação pré-escolar, aos alunos do 1.º CEB e aos seus irmãos com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

No ano letivo 2022/2023 esta iniciativa alargou-se a todas as escolas básicas e secundárias da rede escolar pública, destacando-se que a prestação de serviços de refeições escolares contratualizada com o Município do Porto forneceu, entre setembro e dezembro, 231.935 almoços nessas escolas.

O Município continua a ter uma participação ativa através do Boletim da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras e na comemoração do Dia Internacional da Cidade Educadora, assim como na participação das atividades da Associação Internacional das Cidades Educadoras.

As crianças e jovens vítimas de desproteção mantiveram um lugar de destaque pautado pelo trabalho implementado pelas três Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, onde o Município tem um papel ativo. Deu-se continuidade ao apoio/reforço técnico, logístico e administrativo, bem como à elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens 2022-2024.

Mantiveram-se as parcerias com entidades como a Fundação Casa da Música, a Associação Mundo a Sorrir, a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, o Balletatro, a Associação de Ludotecas do Porto, a Academia Contemporânea do Espetáculo, a Associação de Judo Nuno Delgado, a Casa São Roque Centro de Arte, Associação Arco Maior e o I3S Laboratório Aberto para a concretização de projetos e ações formativas no domínio das artes e das ciências.

Reconhecido como Cidade Amiga das Crianças desde 2019 pela UNICEF Portugal, o Município do Porto renovou o Protocolo de Adesão e a definição da nova Estratégia Local para os Direitos da Criança que tem em consideração as ações definidas em Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens 2022-2024.

Tendo em consideração que constitui um eixo estratégico da política educativa municipal a requalificação da rede escolar, a GO Porto, EM terminou a empreitada, em fase de testes, de Requalificação e Modernização da Escola Secundária Alexandre Herculano, edifício classificado como monumento de interesse público, e deu continuidade à empreitada de remodelação da Escola Básica do Falcão.

Com vista à consolidação da estratégia económica da cidade, para a qual foi alocado um “investimento” de 11,4 milhões de euros, prosseguiu-se a dinamização, promoção e salvaguarda das atividades económicas, com particular incidência no comércio,

alojamento local, feiras e mercados. O Município do Porto levou a cabo, através do Departamento Municipal de Atividades Económicas, um conjunto de ações para a promoção da revitalização sustentável, a qualificação, o desenvolvimento e a competitividade do tecido económico da cidade.

Em 2022, o Município potenciou a criação de espaço para a diversidade comercial, no sentido de conhecer, valorizar, capacitar e divulgar o comércio enquanto património histórico, cultural e identitário da cidade.

Neste âmbito, referência ao Porto de Tradição, programa de reconhecimento e proteção das lojas históricas, que incluiu mais dez estabelecimentos comerciais; à comunicação com os comerciantes através da newsletter mensal “Olá, Comércio”; à distribuição de material temático para que continuem a posicionar-se como embaixadores da marca **Porto.**, à continuidade do plano de formação para comerciantes e à realização dos concursos de montras de São João e de Natal com a candidatura de 154 estabelecimentos comerciais.

Face ao acentuado crescimento dos negócios de Alojamento Local (AL) e da sua taxa de ocupação, tornou-se fundamental caracterizar este setor e produzir conhecimento para suporte à estratégia do Município nesta matéria. Foi dado ênfase à sustentabilidade destes negócios, através do apoio à transição digital, à promoção do trabalho em rede e ao incentivo à inovação.

Foi disponibilizado um conjunto de materiais informativos em formato digital de apoio às entidades proprietárias de AL, tendo-se ainda promovido iniciativas com vista à boa convivência entre residentes, turistas, entidades de AL, condomínios, comunidade local, Uniões e Juntas de Freguesia.

As Feiras e Mercados Municipais comportam um relevante potencial de revitalização urbana, na medida em que geram dinamismo económico, criam oportunidades de emprego e fomentam a atração turística. Em 2022 o Gabinete de Feiras e Mercados levou a cabo um conjunto de ações com vista a alavancar este potencial, assegurando a criação e a partilha de conhecimento e promovendo a modernização e a dinamização dos espaços.

No domínio das Feiras e Mercados, levou-se a cabo um conjunto de ações com vista a alavancar o potencial de revitalização urbana do setor e prosseguiram os estudos para o projeto do futuro recinto de feiras e mercados na zona oriental da cidade, o “Feiródromo”, destinado a albergar feiras de grande dimensão.

No que concerne aos 11,4 milhões de euros aplicados em 2022 no programa Consolidação da estratégia económica da cidade, importa referir as atividades do Departamento Municipal de Economia.

No fecho do ano, a InvestPorto, estrutura municipal dedicada à promoção do ambiente de negócios e do investimento na cidade, tinha 401 entidades com 455 projetos de investimento direto no Porto em carteira de acompanhamento, incluindo 240 projetos em fase de implementação ou negociação, evidenciando um acréscimo de 15%, face a 2021.

Os 37 investimentos concretizados em 2022 representam, no seu conjunto, um volume de investimento recorde, estimado em 608 milhões de euros, contribuindo para a criação de 3.355 novos postos de trabalho.

A conjuntura económica desfavorável repercutiu-se na angariação de novos projetos de investimento pela InvestPorto, sendo angariados 74 projetos ao longo de 2022, o que corresponde a uma redução homóloga de 10%. Ainda assim, este foi o terceiro melhor ano desde a criação da estrutura, em 2015.

Os investimentos angariados passaram de uma mediana de 40 para 80 postos de trabalho previstos por projeto, e a distribuição setorial continua dominada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação e pelos Centros de Serviços (51% dos projetos angariados), seguida da área de Construção e Imobiliária (30%).

No conjunto de todas as atividades, a InvestPorto realizou 298 atendimentos, reuniões e visitas a empresas, investidores e parceiros. A redução de 44% face a 2021 deve-se ao fim da Linha Revitaliza Porto, um serviço criado como resposta à crise pandémica, que foi descontinuado devido à normalização da atividade económica.

Destaque para o lançamento do Porto Leading Investors, um programa de acompanhamento de empresas com investimentos estratégicos para o desenvolvimento económico da cidade. As 24 empresas que compõem o grupo representam 7.500 empregos, exportam 80% do seu volume de negócios e geram, anualmente, um valor acrescentado bruto superior a 415 milhões de euros.

Em 2022, foram criadas as bases para o novo serviço InvestPorto B2B Marketplace, uma rede local de prestadores de serviços especializados para empresas, e para o novo Guia de Incentivos.

Os serviços de informação e business intelligence da InvestPorto produziram 186 respostas personalizadas e documentos informativos para investidores e empresas. A

nível de conteúdos promocionais e informativos destaca-se a publicação dos booklets “Porto. A city shaping a sustainable future”, “Porto. A global business hub for the 21st century” e “Greater Porto – Region of the Future”, desenvolvidos para a participação no MIPIM 2022 e Expo Real 2022, assim como a produção dos estudos “Why Porto for Digital & IT Services” e “Why Porto for Business Service Centers”, para utilização em apresentações com investidores.

No total, a InvestPorto acompanhou 202 processos de licenciamento de atividades económicas no Município, o que representa um aumento na procura de 32%. A União de Freguesias do Centro Histórico concentrou 49% dos processos acompanhados, seguindo-se Paranhos, Ramalde e a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com um peso respetivo de 12%, 11% e 10%.

Foram propostos 171 imóveis disponíveis na cidade para localização empresarial, com base em 29 pedidos recebidos de investidores. Os espaços localizados na União de Freguesias do Centro Histórico representaram 90% dos pedidos de apoio recebidos.

A InvestPorto dinamizou a presença dos Porto Leading Investors no festival Primavera Sound, na QSP Summit e na Startup Expo da European Innovation Academy, e promoveu a plataforma **Porto**. for Talent junto das empresas.

No total, o investimento direto estrangeiro (IDE) representou 65% dos projetos acompanhados pela estrutura municipal, que totalizam os 295. Reino Unido, França, Estados Unidos, Israel e Alemanha lideraram o ranking das 38 origens internacionais em 2022, concentrando 54% do número de projetos de IDE acompanhados pela InvestPorto.

Em 2022, foi promovida a representação do Município em 26 eventos e iniciativas de networking internacional como a Web Summit, o MIPIM, ou a Expo Real. Destaque para a última, onde o Município levou a iniciativa Greater Porto que, em conjunto com Matosinhos e Gaia, visa impulsionar a competitividade e atratividade da região na captação de investimento estrangeiro.

Destaque para a distinção do Porto pelo ranking fDi European Cities and Regions of the Future 2023 da revista fDi Intelligence, uma publicação do Financial Times. Pela primeira vez, a fDi Intelligence considerou o Porto como a melhor cidade europeia de grande dimensão em estratégia de atração de IDE.

No eixo da estratégia de desenvolvimento económico do Município, em 2022, a Divisão Municipal de Talento e Promoção da Empregabilidade deu início ao rebranding dos projetos Cidade das Profissões e **Porto.** for Talent para uma marca única.

Este último registou 25.850 visitantes ao portal, onde constavam 509 ofertas, 19.487 candidaturas e mais 20 empresas registadas.

Foram apoiadas 11.157 pessoas na procura de informação no âmbito da empregabilidade e 241 beneficiaram do serviço de atendimento personalizado para aconselhamento sobre percursos profissionais, que atendeu 1.807 pedidos.

Participaram 8.169 pessoas nas 161 iniciativas de promoção do desenvolvimento de competências pessoais transversais, facilitadoras da integração no mercado de trabalho. Foram ainda realizadas seis iniciativas de networking, onde participaram 889 pessoas.

Com o objetivo de reforçar a relação entre empresas, instituições de formação e educação e o talento, o Município realizou 25 iniciativas de networking, mobilizando 138 organizações e 5.467 participantes.

Para alunos do ensino superior, realizou-se a **Porto.** for talent Summer Academy e a fase “Integrar” do programa groWing – Lifelong Career Guidance.

Sob o selo Porto Skills Academy, foi apoiada a localização da escola 42 Porto na cidade, uma entidade com uma metodologia de ensino inovadora na área da programação informática.

O ano de 2022 marca ainda o lançamento do Observatório de Talento, um sistema de informação inovador, com o contributo e para usufruto de empresas, talento e instituições de educação e formação do Porto e Norte.

Em maio, foi criada a Divisão Municipal de Empreendedorismo, cuja atividade começou pelo levantamento e análise de informação relativa ao ecossistema de empreendedorismo da cidade, tendo identificado mais de 120 iniciativas.

A estrutura assumiu a definição da estratégia municipal como orquestradora do ecossistema de empreendedorismo da cidade, facilitando a ligação entre os agentes, promovendo ações de apoio, detetando novas oportunidades e participando em redes e eventos nacionais e internacionais.

A Divisão participou no estudo “Ecossistema de Empreendedorismo da Região do Porto” e esteve ainda envolvida na análise da possibilidade de criação de um Fundo

de Capital de Risco de âmbito regional, para investir em empresas do Greater Porto/região Norte de Portugal, potenciando o financiamento de startups em áreas consideradas prioritárias para o Município.

Por fim, e no que concerne à criação e gestão de um sistema global de informação que habilite a melhor definição de estratégias de desenvolvimento da economia local, destacam-se as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Informação e Estudos Estratégicos.

Desde logo, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2021 do Município do Porto, apresentado em setembro de 2022, tendo como destaque nesse ano o Porto neutro em carbono, onde se expõe o trajeto que a cidade tem vindo a percorrer em matéria de mitigação de riscos, adaptação às alterações climáticas e na descarbonização.

Em 2022, foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto Leme. - Sentir o Pulso Económico da Cidade do Porto, com vista à disponibilização externa de uma plataforma online de acesso aos principais indicadores socioeconómicos da cidade.

Foi ainda apresentado o Pulsar: Estratégia de Desenvolvimento Económico do Porto, como resultado da reflexão coletiva das entidades com impacto direto e indireto no desenvolvimento económico da região, que contou com a participação de diversos atores estratégicos da sociedade civil e local, de instituições e do ecossistema empresarial. O Pulsar concretiza-se em dez projetos, que envolvem um investimento direto de cerca de 600 milhões de euros até ao final da década, cerca de metade assegurado pelo Município.

O ano de 2022 assistiu, também, à criação do Departamento Municipal de Turismo e Internacionalização, prosseguindo a missão de posicionar o Porto como uma cidade europeia de média dimensão de excelência, afirmando-se como um destino competitivo e sustentável.

Para a cidade vieram as distinções como Melhor Destino de Cidade da Europa e do Mundo, pelos World Travel Awards. Mas também a inclusão na lista das cidades que mais se destacam como destinos para acolher a realização de congressos, conferências, reuniões e eventos internacionais.

Com a nova visão da sustentabilidade do destino Porto, realinou-se a estratégia do turismo com enfoque para a descentralização dos fluxos turísticos, criando novas narrativas e roteiros que procuram aumentar a qualidade da experiência e o tempo de

permanência na cidade, bem como para a promoção do destino a nível local, nacional e internacional em diferentes canais físicos e digitais.

Foram reconhecidos 21 novos estabelecimentos de alojamento local no âmbito do programa “Confiança Porto”. Em linha com a nova visão de sustentabilidade do destino, o programa foi alargado aos Passeios Turísticos de forma a promover a interação dos visitantes com a cultura, o ambiente e a população local.

Consolidando a posição do Porto como destino de excelência no enoturismo e, sendo este o Município fundador das Great Wine Capitals Global Network, foram desenvolvidas iniciativas para a projeção e consolidação da marca com vista a atração de negócios e visitantes. Neste campo, destaque para o concurso anual internacional Best Of Wine Tourism.

Prosseguiu o contrato com a Associação de Turismo do Porto para a prestação de serviços de acolhimento e comercialização nos postos de turismo e iPoints oficiais do Porto e no portal oficial de turismo do Porto e da participação em ações de projeção nacional e internacional como feiras e congressos, canais digitais, publicações e meios da especialidade internacional.

Ainda no âmbito da colaboração estratégica, o Município cooperou com as entidades dinamizadoras dos Caminhos de Santiago e com diversos projetos e programas com o Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Dentro do programa de consolidação da estratégia económica da cidade, a GO Porto, EM concluiu a empreitada de restauro e modernização do Mercado do Bolhão, que foi devolvido à cidade no dia 15 de setembro.

A empreitada de reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto encontrava-se em fase de elaboração de projetos, por parte da GO Porto, EM, com vista à sua transformação num equipamento âncora do processo de reabilitação da zona oriental da cidade, permitindo incrementar os eixos da coesão social, da economia e da cultura.

No programa inovação e transição digital, com a execução de 3,5 milhões de euros, destacam-se as atividades desenvolvidas pela Associação Porto Digital.

Em 2022, esta Associação prosseguiu a estratégia de desenvolvimento de parcerias para projetos de inovação suportados por fundos estruturais e de coesão, sendo que viu aprovados um total de cerca de 6,5 milhões de euros de financiamento.

Relativamente à cooperação internacional, salienta-se a participação na rede OASC, nas iniciativas Living_In.EU, coordenada pela Comissão Europeia e Euro Cities, na Cities Coalition for Digital Rights (CC4DR), desenvolvida em parceria com Nova Iorque, Amesterdão e Barcelona e ainda, na 100 Intelligent Cities Challenge.

No âmbito da gestão da inovação e experimentação, a Porto Digital promoveu quatro sessões do Inovação Fora de Portas, a primeira European Innovation Academy (o maior programa de empreendedorismo tecnológico e digital do mundo, com cerca de 800 participantes), a Convocatória Aberta e o Hackacity.

As equipas municipais foram envolvidas no Dia da Inovação do Município e nos 32 workshops de Inovação, Intraempreendedorismo e Design de Serviços.

No sentido de garantir o desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica digital e de comunicações com medidas para aplicação dos princípios das cidades inteligentes, foi dado seguimento à expansão da rede “Porto. Free Wi-Fi”, que alcançou 1,1 milhões de dispositivos, com cerca de dez milhões de sessões, melhorada a rede IP/MPLS, e expandida a rede de fibra ótica, assim como a rede de equipamentos de acesso da infraestrutura tecnológica de suporte, que inclui os sistemas de controlo de semaforização, sensorização e vídeo-proteção.

A aplicação Explore.Porto ultrapassou um milhão de sessões e os 200 mil utilizadores e o Reporta Porto conseguiu um aumento de desempenho na ordem dos 300%.

No âmbito dos sistemas Portal INDEX e Portal Open Data, foram criados novos processos para recolher e processar corretamente os metadados de novas fontes de dados (Portal GUIA, DomusSocial, Porto Digital e Instituto Nacional de Estatística).

Durante o ano, a Porto Digital procedeu à melhoria do dashboard de suporte à decisão relacionada com a gestão de ocorrências (GODASH), que permite que os serviços municipais monitorizem as ocorrências criadas pelos munícipes e equipas municipais.

Foi ainda dada prioridade à Plataforma de Gestão de Modos Suaves, onde se salienta a incorporação da monitorização das bicicletas e o desenvolvimento de relatórios operacionais e de acompanhamento do funcionamento do serviço de mobilidade suave (trotinetas e bicicletas).

Referência também, às atividades da Direção Municipal de Serviços ao Múncipe, que continuou a assumir como objetivo estratégico a transformação da forma de relacionamento e comunicação entre os serviços da autarquia e os cidadãos.

O “Gabinete do Município de nova geração” manteve o seu foco em procurar antecipar as necessidades dos munícipes e garantir uma comunicação clara, célere e uniforme.

O ano de 2022 orientou-se pela consolidação dos projetos estratégicos implementados em 2021, como o cartão **Porto**, que, em dezembro, contava com 50.257 adesões, 11.214 das quais são jovens entre os 13 e os 18 anos, que podem utilizar o Cartão **Porto** como Cartão Andante.

A iniciativa adicionou novos serviços como o sistema de alertas ao fornecimento água, luz e gás e ainda ao sistema de deposição de resíduos (3.657 alertas enviados para 27 mil destinatários); o lançamento de uma campanha de incentivo ao comércio local com 8.647 titulares do Cartão **Porto**; o lançamento do programa Táxi Saúde+65 com 2.897 beneficiários; a promoção de um concerto exclusivo para titulares; e a atribuição do cartão a 756 pessoas deslocadas da Ucrânia, incluindo nas vantagens a possibilidade de usufruírem do Andante gratuitamente durante seis meses.

Lançados no ano anterior, a Linha **Porto** recebeu um total de 149.984 chamadas, uma média de 598 por dia, enquanto o Portal do Município se consolidou como a plataforma digital que agrega toda a informação necessária aos munícipes. Ambos procuram oferecer um canal simples e direto de interação entre estes e o Município.

Num esforço de garantir a contínua melhoria da informação através da participação direta dos utilizadores do Portal, foram desenvolvidos instrumentos de feedback, através dos quais os Munícipes podem, de forma simples, informar o Município sempre que não encontram a informação que pesquisam.

O Núcleo de Reclamações recebeu menos 10% de entradas do que as registadas no ano anterior.

Durante o ano de 2022 a Divisão de Operação do Centro de Gestão Integrada (CGI) assumiu o atendimento das chamadas da primeira linha do CGI, permitindo a resolução, praticamente em “tempo real”, de diversas ocorrências, comunicadas pelo munícipe, com impacto na gestão da cidade. Foram registadas na plataforma Reporta Porto 20.711 ocorrências.

No que toca aos dados, procedeu-se à monitorização permanente das métricas de todo o atendimento realizado no CGI, designadamente das linhas telefónicas de atendimento ao público da Polícia Municipal e do Regimento de Sapadores Bombeiros, e da linha de acesso reservado do CGI que está destinada a servir as entidades que colaboram com o Município.

No âmbito da atuação dos Sistemas de Informação do Município, foram realizados desenvolvimentos evolutivos e novos *dashboards* de visualização de indicadores e ocorrências georreferenciadas em mapas para suporte à atividade do CGI, assim como portais para apresentação de informação geográfica, na área do espaço público, mobiliário urbano e no âmbito da Carta Geotécnica do Porto.

No que se refere a Business Intelligence, foram criados novos temas nas Áreas do AL, Ambiente, Património e Gestão de Reclamações no Portal de Gestão.

No âmbito da segurança dos sistemas de informação, foi instalada uma *firewall* dedicada às aplicações web disponibilizadas na internet, e aplicado o sistema de dupla autenticação no acesso ao serviço de correio eletrónico e no acesso a algumas aplicações internas expostas na internet, como o WebSAD, Portal do Trabalhador e Sistema de Assiduidade.

Foram eliminadas duas centrais telefónicas analógicas e substituídos 112 telefones por equipamentos VoIP.

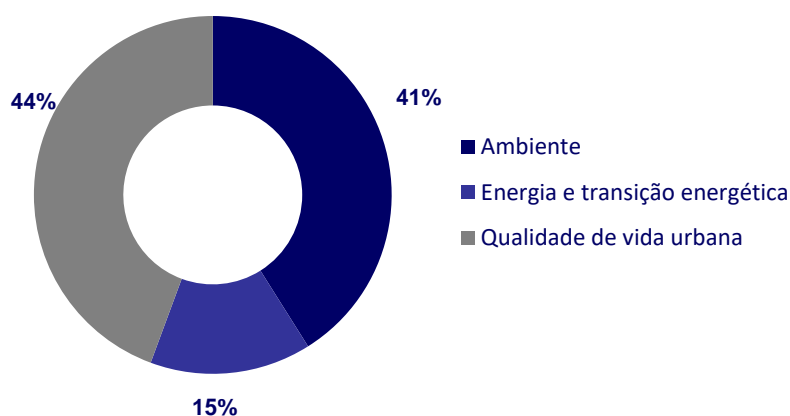
De referir a conclusão do Livro de Obra Eletrónico, a implementação do novo processo de registo e autenticação de munícipes e a entrada em funcionamento do novo ERP financeiro.

Foi ainda concluído o website e respetiva infraestrutura tecnológica de suporte e de integração de dados para os Terminais Rodoviários e Interfaces de Transporte Público do Município.

Desde junho, está disponível o Portal de Denúncias, decorrente da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que assegura o regime geral de proteção de denunciantes de infrações.

4.3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA

Figura 11 - Ambiente, Energia e Qualidade de Vida



No objetivo estratégico Ambiente, Energia e Qualidade de Vida foram executados 18,3 milhões de euros no programa Ambiente, 6,5 milhões de euros no programa Energia e transição energética e 19,8 milhões de euros no programa Qualidade de Vida.

Continuação do trabalho
de substituição
das luminárias
por tecnologia **LED**

Apoio a **52** associações
juvenis
e organizações
de juventude

Reforço da
linha Retoma
Desporto
para os **100** m€

Abertura de **18** parques com
equipamentos
de fitness e
basquetebol



2022 fica marcado como o ano do arranque do Pacto do Porto para o Clima, um instrumento de envolvimento e capacitação de todas as organizações e cidadãos rumo à neutralidade climática, que, no final de dezembro, já tinha mais de 200 subscrições.

Destaque, igualmente, para a integração do Porto na lista das 100 cidades que participam na missão da Comissão europeia “Cidade inteligentes e com impacto neutro no clima”, assim como a manutenção na Lista A do Carbon Disclosure Project, relativa à adaptação e mitigação das alterações climáticas.

O Porto foi, ainda, selecionado para integrar o grupo das 150 cidades europeias subscritoras da Carta de Adaptação da Comissão Europeia, cujo objetivo é apoiar a inovação para um futuro mais seguro do planeta, a resiliência climática e o envolvimento dos cidadãos na matéria.

O Município deu início ao processo de conceção e desenho do Índice Ambiental do Porto, que procura incentivar os promotores urbanísticos a implementar medidas de carácter ambiental e energético nos projetos urbanísticos, e concluiu o Plano de Arborização da cidade.

Foi criado o Good Food Hubs, financiado pelo EEA Grants na dimensão “Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono” e que envolve cerca de 500 consumidores, projeto inserido no Asprela + Sustentável.

Nasceu a Ecoagenda Porto, uma plataforma com toda a informação sobre eventos e conteúdos de ambiente da cidade, e foi lançado o Plano de Educação para a Sustentabilidade para o Porto 2022/23, com a consequente gestão de inscrições, dinamização e avaliação das atividades.

Com o objetivo de conhecer oportunidades de financiamento para acelerar a economia circular no Porto, o Município participou no programa EIB - C3 Circular City Advisory Program, do Banco Europeu de Investimento.

Ficou concluído o projeto metropolitano para estudo da situação das gaivotas na cidade e foram identificadas as primeiras ações a implementar a curto prazo, nomeadamente o pedido de licença geral para remoção de ninhos e de ovos e para inviabilização de ovos de gaivotas na área urbana.

Foi dada continuidade ao desenvolvimento do Voluntary Local Report – Sustainable Development Goals 2030 com o Joint Research Centre / Comissão Europeia, assim como ao projeto da rede CityLoops, através de workshops, parcerias e consolidação do Sistema de Certificação de Espaços Verdes, mas também do lançamento da mentoria aos finalistas do FoodLoop.

Entre os projetos continuados em 2022, destaque para a quinta edição do “Se tem um jardim temos uma árvore para si”, as “Rotas das árvores do Porto”, o LIFE – My Building is Green, o Programa Virtual de Educação Ambiental e o apoio às 28 Eco-Escolas.

O Município submeteu a concurso público a implementação da obra do Corredor Saudável, no âmbito do projeto H2020 – URBiNAT, tendo sido iniciados os trabalhos da comissão de trabalho para o Corredor Saudável de Campanhã (COT.CS).

Foi ainda lançada a empreitada para a consolidação das ruínas da Quinta de Salgueiros, futuro Biolab e parque urbano, e iniciada a dinamização do grupo de trabalho para a recuperação do espaço, que inclui o Direção Municipal de

Desenvolvimento Urbano, a Porto Ambiente, EM, a Águas e Energia do Porto, EM, e a Ágora, EM. As candidaturas aos fundos COMPETE e Horizon MISS 2022 foram ambas aprovadas.

No que concerne à gestão do ruído foram rececionadas no Gabinete de Gestão de Ruído 311 pedidos de intervenção, 140 monitorizações e calibrações de ruído de limitadores de potência sonora na Zona da Movida, tendo ainda sido emitidas 1.154 licenças especiais de ruído.

Este gabinete atualizou o Mapa Estratégico, acompanhou a revisão do Plano Diretor Municipal e prestou informações ou pareceres técnicos para o Regulamento Animação de Rua e para a revisão do Regulamento da Movida.

Foi ainda responsável pela coordenação do Projeto de Definição e Implementação dos Objetivos Ambientais da autarquia, para suporte ao Sistema de Gestão Ambiental.

A Porto Digital introduziu no Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA) o projeto City Flow, um software de gestão que segue a política de digitalização dos serviços.

Continuou o Programa CED (Captura-Esterilização-Devolução) com a criação de 53 novas colónias, totalizando-se em dezembro, 156. Foi ainda celebrado o terceiro protocolo com as associações zoófilas Animais de Rua, Miacis, Causas de Caudas e Midas.

Em 2022, a GO Porto, EM deu início à ampliação e modernização do Crematório do Prado do Repouso, tendo ficado concluído o projeto de arquitetura para a reconstrução dos balneários e beneficiação do parque de resíduos do Cemitério de Agramonte.

Foi já apresentado o projeto de arquitetura para a reorganização do espaço afeto aos balneários do Cemitério do Prado do Repouso e feitas atividades preparatórias do projeto de reforço da potência elétrica do espaço.

Encontrava-se a decorrer o concurso público de empreitada de expansão dos parques de viaturas elétricas dos cemitérios e do CROA.

Avançou, ainda, o processo para construção do Roadmap Cemiterial. O Município adquiriu dois carros elevatórios de urnas eletropneumáticos e uma máquina de gravação a laser.

No final do ano, foram adjudicados, provisoriamente, dez jazigos nos cemitérios municipais.

Ao longo do ano, o Departamento de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas concluiu um conjunto de obras de valorização/requalificação de espaços verdes, por administração direta ou através de colaboração com as empresas municipais GO Porto, EM e DomusSocial, EM nomeadamente a expansão e beneficiação do Parque de S. Roque, a requalificação da Praça de Pedra Verde, a requalificação do Espaço de Jogo e Recreio de Bessa Leite, a iluminação do parque canino do Parque do Covelo, a implementação de rede de parques de equipamentos desportivos seniores e um conjunto de intervenções no Parque da Cidade.

Foram executados trabalhos de requalificação e redimensionamento de 40 caldeiras de árvores e de beneficiação de vias pedonais, ao mesmo tempo que se realizaram 5.688 podas, 642 abates, 651 plantações, 45 ancoragens, 181 varejamentos, 702 extrações de raizeiros, 4.687 tratamentos do Escaravelho da Palmeira, 2.875 tratamentos da Traça do Buxo, 545 colheitas e nove tratamentos e outros nove autos de destruição no âmbito da Xylella fastidiosa.

No que respeita ao Viveiro Municipal, salienta-se a produção de 600 mil plantas de época, 350 variedades de camélias, 55 variedades de roseiras, 26 variedades de crisântemos, 75 mil árvores e arbustos autóctones e a ornamentação de eventos promovidos pelo Município e outros de interesse municipal.

Com a implementação de sistemas de rega inteligentes, o Município conseguiu uma redução em cerca de 22% nos consumos de água.

Com vista à implementação do EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) no Parque da Cidade, foi desenvolvido um novo paradigma de estrutura ecológica municipal: “Porto, Cidade Verde, Invicta, mas Resiliente”.

Em 2022, o Parque da Cidade e o Jardim do Passeio Alegre voltaram a ser reconhecidos pelo Green Flag Award, programa de acreditação internacional que reconhece e premeia os parques e espaços verdes com os mais elevados padrões de exigência ao nível da gestão e manutenção. O Jardim do Passeio Alegre foi, pelo segundo ano consecutivo, distinguido como Green Heritage Site.

No contexto da promoção do Parque Oriental enquanto elemento potenciador das dinâmicas ecológicas e sociais daquela parte da cidade, e em colaboração com o CIBIO-InBIO, através do ICETA - Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da Universidade do Porto, executou-se a implementação e monitorização do projeto “Polinizadores do Parque Oriental”.

Ao longo do ano, intensificaram-se as ações de limpeza de terrenos, salientando-se o projeto “Porto, Cidade Sem Droga”, com intervenções diárias, em articulação com a Polícia Municipal, num total de 4.153 com a recolha de 15.850 Kg de resíduos.

No âmbito da manutenção de parques infantis, foi requalificado o pavimento dos parques do Bom Sucesso, Foco, Palácio de Cristal, João Pedro Espregueira Pidas, Condominhas, Azenha e Covelo, além de outras pequenas intervenções corretivas.

Em 2022, Empresa Municipal de Ambiente do Porto (Porto Ambiente) aumentou o nível dos quantitativos de resíduos recolhidos em cerca de 7%, com destaque para a evolução positiva da contribuição da fração seletiva (18%).

Dando continuidade aos projetos anteriormente implementados, o Orgânico abrangia, no final do ano, cerca de 52 mil alojamentos e 125 mil habitantes, contando com cerca de 30 mil aderentes e 519 equipamentos de recolha, com um registo anual de recolha seletiva de 1.081 toneladas de resíduos orgânicos; o Porta-a-porta residencial foi alargado a uma nova zona, contando com 2.590 aderentes, que contribuíram para a recolha de 832 toneladas de resíduos; enquanto no setor não residencial também aumentou – para 996 no multimaterial e para 1.233 na fração orgânico.

A direção do Pacto do Porto para o Clima ficou sob responsabilidade da Porto Ambiente, EM, que, em 2022, e pelo terceiro ano consecutivo, manteve o selo Qualidade de Gestão de Resíduos Urbanos da ERSAR, sendo a empresa municipal responsável pela operação de limpeza de praias decorrente do processo de descentralização de competências do Estado para os municípios, na área praias marítimas, fluviais e lacustres.

Inserido neste objetivo estratégico Ambiente, Energia e Qualidade de Vida em 2022, o Município aprovou a redução de 2% no primeiro escalão da tarifa de abastecimento de água aplicada aos clientes domésticos, permitindo que os ganhos de eficiência obtidos pela empresa municipal sejam repartidos equitativamente por todos os utilizadores, com diferenciação positiva dos utilizadores domésticos financeiramente mais desfavorecidos.

Em matéria de sustentabilidade, circularidade e transição energética, a Águas e Energia do Porto, EM assinou o Pacto do Porto para o Clima e a Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas, promovida pela Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas,

tendo aderido ao act4nature Portugal, iniciativa do BCSD Portugal com a qual se procura promover e recuperar a biodiversidade.

Foco para as atividades conducentes à redução das perdas de água na rede e à reutilização de água residual tratada como a continuação do Programa de Gestão e Redução de Água Não Faturada e o alargamento do projeto “Porto 100% Telemetria”.

No final do ano, o índice de água não faturada melhorou em 1,3 pontos percentuais em relação ao período homólogo de 2021, atingindo 13,5%, o valor mais baixo de sempre, apesar do acréscimo de água faturada de 8,9% relativamente ao ano anterior. Em paralelo, foi instalada, na ETAR do Freixo, uma unidade piloto de MBR (biorreator de membranas) para a produção de água para reutilização, numa perspetiva de aceleração da transição para a economia circular.

Foram elaborados o Plano Diretor de Drenagem Urbana e o Plano Estratégico para a Valorização e Resiliência da Frente Marítima do Porto como resposta à necessidade de controlar os impactos de inundações na cidade, provocadas por períodos de precipitação intensa e concentrada. O foco da empresa municipal esteve, também, na elaboração do novo Plano Diretor do Abastecimento de Água, que visa garantir a total capacidade de resposta do sistema na cidade em qualquer situação de contexto interno e/ou externo.

Ainda neste âmbito, foi apresentado o Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água do Município do Porto, financiado pelo EEA Grants Portugal, cujo plano de ação está a ser desenhado com os principais intervenientes da cidade. Nesta interconexão entre infraestruturas verdes e azuis, destaque para a inauguração do Parque Central da Asprela.

Considerado o novo pulmão verde da cidade, o Parque Central da Asprela, que une o Campus Universitário da Asprela e o parque habitacional envolvente, foi inaugurado em março. Apresenta seis hectares de paisagem cuidadosamente arquitetada, com espelhos de água, 900 elementos arbóreos plantados, mais de 700 elementos arbóreos preservados, linhas de água a céu aberto e mais de dois quilómetros de percursos pedonais e cicláveis acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida.

Em 2022, foram instaladas unidades fotovoltaicas no bairro e na escola básica de Agra do Amial, intervenção que consubstanciará, em 2023, a primeira comunidade de energia renovável a criar no Porto.

Foi também iniciada a execução em 2022, do projeto que prevê a substituição de cerca de 26.000 luminárias por tecnologia LED na rede de iluminação pública, o que irá diminuir o consumo de energia elétrica em cerca de 60%, com a consequente redução de 3.800 toneladas de CO2 libertado anualmente para a atmosfera, com uma poupança anual estimada em cerca de um milhão de euros.

À empresa municipal cabe a substituição das atuais luminárias por luminárias de tecnologia LED na rede de iluminação pública, que contribui para a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos e atua como instrumento de cidadania, permitindo aos seus habitantes usufruir inteiramente do espaço público no período noturno.

Foram assim concluídos os trabalhos de substituição/recolocação de luminárias na Praça do Império, nas avenidas da Boavista, D. Afonso Henriques e Marechal Gomes da Costa, no Palácio de Cristal e nas ruas da Pasteleira, Guerra Junqueiro, Dr. Nuno Pinheiro Torres, e Maestro Virgílio Pereira.

No domínio infraestrutural, além da estratégia de reabilitação e renovação de cerca de três quilómetros de condutas por ano, destaca-se a concretização da primeira intervenção no âmbito do Programa Rua Direita: a requalificação do troço nascente da Rua de Vila Nova, em Aldoar, a cargo da GO Porto – Gestão e Obras do Porto, EM, em parceria com a Águas e Energia do Porto, EM. Em curso estão as obras de requalificação da Rua do Encontro, da Travessa do Campo Lindo (parcial) e do troço do Largo do Campo Lindo.

A estabilidade financeira, a eficiência operacional e o potencial de inovação tecnológica valeram à Águas e Energia do Porto, EM o Estatuto Inovadora COTEC, destacando-se a sua aposta na melhoria contínua das suas redes e sistemas, através da conceção e desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, como a Plataforma Tecnológica de Gestão do Ciclo Urbano da Água (H2Porto), e a plataforma preditiva H2Leaks que, com base em algoritmos de inteligência artificial, antecipa a identificação de roturas e fugas de água e consequente intervenção nas condutas que requerem intervenção urgente.

Em 2022, a empresa municipal assumiu competências de gestão das praias. Nesta matéria, referência pelo hastear, pela primeira vez, da Bandeira Azul na Praia do Aquário, elevando para nove o número de praias distinguidas no concelho. Acresce a atribuição da bandeira “Praia com Qualidade de Ouro” a Gondarém, Homem do Leme e Castelo do Queijo e a manutenção do Homem do Leme e do Carneiro como “Praia

Acessível, Praia para Todos” em matéria de adaptação a pessoas com mobilidade reduzida.

No âmbito da operação e manutenção da rede municipal de carregadores elétricos, da responsabilidade da Águas e Energia do Porto, EM, verifica-se que, atualmente, esta rede é constituída por 194 postos, tendo aumentado o número de postos onde está garantida a monitorização remota para 180 (91,2%).

Em dezembro, entrou em funcionamento a NORBI, a plataforma agregadora de informação que veio revolucionar a comunicação com os clientes.

O Departamento Municipal da Mobilidade participou no trabalho do Sistema de Videovigilância da Cidade do Porto em parceria com o Comando Metropolitano do Porto, a Polícia Municipal e a Associação Porto Digital.

O concurso internacional para a projeção de 79 câmaras de vídeo para monitorização da zona da baixa e do centro da cidade foi outorgado em novembro.

Inserido na pretensão de se assegurar aos cidadãos da cidade uma continuada tranquilidade no seu modo de vida, a Polícia Municipal do Porto (PMP) participou, em articulação com a Polícia de Segurança Pública (PSP), no policiamento e acompanhamento de iniciativas como as ações de sensibilização em estabelecimentos de ensino ou associações, o grande evento de demonstração de meios da PMP, o Cortejo Académico, as cerimónias de homenagem aos campeões nacionais de futebol, a exposição do coração de D. Pedro IV na Igreja da Lapa e sua transladação para as comemorações do bicentenário da independência do Brasil, além de operações policiais na Movida.

Foram adquiridas oito bicicletas elétricas para a Divisão Municipal de Trânsito e dois desfibriladores automáticos externos.

No âmbito da fiscalização, foram feitas 32.860 autuações de contraordenações rodoviárias, rebocados 15.420 veículos e realizadas 6.260 ações de patrulhamento de visibilidade.

2022 fica marcado como o ano em que o Batalhão de Sapadores Bombeiros passou a Regimento.

O agrupamento foi chamado para 7.102 ocorrências, apresentando um tempo médio de 7,75 minutos de resposta a incêndios urbanos. Participou na realização de 126 simulacros, analisou 1.993 processos de segurança contra incêndios remetidos pela

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e pelo Município, e assegurou a realização de ações de formação a 873 formandos.

Ainda neste domínio o Serviço Municipal de Proteção Civil deu início à revisão do Plano Municipal de Emergência, que havia sido suspenso em consequência da pandemia Covid-19. Neste processo, executou o exercício à escala real LIVEX “Porto Hazmat 22” para melhoria no planeamento da resposta a situações de acidente grave ou catástrofe.

Foram também da sua responsabilidade os planos de coordenação de eventos como o “Vodafone Rally de Portugal”, o São João e a Passagem de Ano.

Em 2022, consolidou a Carta Geotécnica do Porto em suportes de informação gráfica e iniciou um processo de partilha de sondagens de prospeção geotécnica. A estação meteorológica foi melhorada com um anemómetro ultrassónico e passou a integrar a Plataforma de Monitorização e Gestão Meteorológica da cidade.

Enquadrada na Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes, o Serviço de Proteção Civil aderiu à campanha “Making Cities Resilient 2030”, onde o nível local é encorajado a implementar medidas que contribuam para o aumento da resiliência a catástrofes.

Foram realizadas 708 avaliações de condições de segurança no âmbito da estratégia de prevenção e mitigação de risco, um aumento de 14,4%. Destas, 332 resultaram em medidas de salvaguarda da segurança de pessoas, bens, património ou ambiente para mitigação de riscos graves, sendo 123 destas ao abrigo do Estado de Necessidade.

Durante o ano, foram destruídos 382 ninhos de vespa velutina e a Proteção Civil assegurou, ainda, resposta a 1.072 ocorrências e colaborou com ações de vigilância na sequência de avisos meteorológicos, implementando perímetros de segurança em diferentes situações.

Este Serviço Municipal integrou uma Comissão Ad-Hoc de acompanhamento às montagens de guias na cidade, em estreita colaboração com a AICCOPN - Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção de Portugal, tendo sido analisados 182 pedidos de montagem de guias, com a validação de 177, por se encontrarem reunidas as condições de segurança necessárias à respetiva montagem.

As ações de sensibilização atingiram níveis nunca antes conseguidos: 649, envolvendo 10.297 participantes de todas as idades. Foram ainda feitos 115 simulacros com entidades públicas e privadas para resposta a incêndios, quedas estruturais, sismos ou derrames de matérias perigosas.

2022 foi o ano da renovação da certificação do Sistema de Gestão de Emergências à luz da nova ISO 22320:2018, processo no qual o Serviço de Proteção Civil cooperou com o Regimento de Sapadores Bombeiros, com a Polícia Municipal e com a Divisão Municipal de Operação do Centro de Gestão Integrada, na revisão do manual de Operações de Resposta Integrada a Emergências.

Considerando o papel relevante da presença ativa de jovens numa cidade, como indicador preponderante da sua qualidade de vida e atratividade, em 2022, e sob o chapéu do Ano Europeu da Juventude, privilegiou-se a ativação dos objetivos previstos na Estratégia da Juventude do Porto 4.0, envolvendo jovens, organizações de juventude e organizações locais.

Dinamizaram-se iniciativas como a Escola de Superpoderes, que pretendeu envolver cívica e socialmente 75 jovens na comunidade; o Capacita-TE, no qual cerca de 80 jovens usufruíram dos dois novos programas para aceleração de projetos juvenis e acompanhamento de novas associações; o Porto Acolhe, que levou 94 estudantes estrangeiros a descobrir espaços emblemáticos da cidade; ou a plataforma de promoção da mobilidade e acolhimento de estudantes, Study in Porto.

O Conselho Municipal de Juventude apelou à participação jovem em temas como a “Apreciação do Relatório de Atividades 2021 e Apreciação do Orçamento 2022 – Política Municipal para a Juventude”, “2022 - Ano Europeu da Juventude” e “Empreendedorismo como motor para a Empregabilidade Jovem”.

Referência, ainda, à participação do Município na 5.^a Mostra de Jovens Empreendedores, com 45 projetos a concurso por 100 participantes, e a 16.^a Mostra de Ciência, na qual 237 jovens apresentaram 88 projetos.

Relativamente ao Desporto, no primeiro trimestre do ano destaca-se a inauguração e a ampliação do Skate Park de Ramalde, bem como 18 novos parques com equipamentos para a prática de *fitness* e basquetebol ao ar livre.

A Ágora – Cultura e Desporto do Porto, EM prestou apoio à concretização de eventos como o ITF W25 I e II, o Passeio dos Ingleses, a Corrida de São Silvestre do Porto, a Porto-Gaia Granfondo, a Liga Pro Skate, ou o Campeonato Nacional de Goalball, mas

também da conferência “Thinking Football Summit”, que reuniu vários especialistas mundiais da área do futebol.

Atividades como os “Domingos em Forma”, “No Porto a Vida é Longa”, “Dias com Energia” ou a “Missão Férias da Páscoa” mantiveram a sua regularidade e gratuidade. Pela primeira vez, aconteceu a “Missão Férias Natal”, com 50 crianças inscritas.

O Complexo de Piscinas de Campanhã recebeu o Torneio Cidade do Porto, prova de natação adaptada, que representou a última oportunidade para os atletas de vários clubes ibéricos obterem os mínimos para o Campeonato do Mundo.

Neste ano, o Estádio da Praia recebeu o Beach Korfball Portugal Open e o Porto Beach Rugby 2022, além de várias competições de voleibol, futebol, andebol e futevólei. Em junho, a costa do Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia recebeu uma prova de vela das classes Cruzeiro e Platu 25 e jovens surfistas disputaram o Rip Curl Grom Search à procura de um lugar na final europeia.

Mais de 200 cavaleiros, portugueses e estrangeiros, regressaram ao Centro Hípico do Porto e Matosinhos para disputar o Concurso de Saltos Internacional Frente Atlântica, enquanto os renovados campos de ténis do Complexo Desportivo do Monte Aventino foram palco do 23.º Porto Open, a segunda presença consecutiva da cidade no calendário ATP Challenger Tour.

Para a época 2022/23, a Ágora, EM reviu em baixa a tabela de preços para a utilização dos equipamentos desportivos municipais. Também na linha do apoio aos atletas, foi concretizada a segunda edição do incentivo Retoma Desporto, que contemplou 51 clubes e associações desportivas. O valor do apoio foi reforçado para os 100 mil euros.

Destaque, ainda, para o apoio, também de 100 mil euros, do programa de patrocínio a atletas de alto rendimento e de elevado potencial desportivo.

Para facilitar a renovação de inscrição na Rede Municipal de Piscinas do Porto, os utentes foram alertados via correio eletrónico e SMS com referências bancárias para pagamento. Dedicada a maiores de 60 anos, a iniciativa Saudável-Mente nasceu na Piscina da Constituição para potenciar o fortalecimento muscular, a mobilidade e o equilíbrio.

Há ainda a destacar mais uma edição do “Desporto no Bairro”, que abrangeu 17 bairros. Desta vez, a modalidade de street basket juntou-se ao breaking, surf e skate,

e o projeto terminou com um espetáculo final, Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota.

Em 2022, o Parque Desportivo de Ramalde/INATEL foi considerado o Melhor Complexo do Ano, na categoria de municípios com mais de 100 mil habitantes, distinção atribuída pelo Programa Município Amigo do Desporto.

Da responsabilidade da GO Porto, EM, foi instalado um novo piso de relva sintética no Campo da Ervilha.

A Ribeira do Porto e a Douro Marina, em Vila Nova de Gaia, assistiram à primeira edição da prova de natação de águas abertas, Douro Bridges Porto & Gaia Open Water. Com mais de 60 países representados, a Hyundai Meia Maratona do Porto correu-se com o Rio Douro como pano de fundo.

No âmbito da Semana Europeia do Desporto, a Ágora, EM promoveu uma série de iniciativas gratuitas, incluindo o Dia Aberto Multimodalidades, com várias atividades desportivas adaptadas.

No domínio do Entretenimento, a cidade recebeu um concerto comemorativo dos 41 anos dos GNR (gratuito e exclusivo para portadores do Cartão **Porto.**), a 26.^a Exposição de Camélias do Porto, o Dia Nacional do Centros Históricos e as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda.

O programa de Arte Urbana do Porto levou uma nova intervenção artística, da autoria de Filipe Granja, às escadas da Rua da Bateria e foi inaugurada uma série de novos trabalhos que ganharam forma no Mural da Restauração.

A 1 de junho, a “Festa da Criança” saiu das escolas do concelho e trouxe música, novo circo, workshops e leitura de contos.

Entre os grandes eventos que regressaram à cidade, destaque para a Super Special Stage do Rally de Portugal, a 100.^a edição da Queima das Fitas, o festival NOS Primavera Sound, as tradicionais Festas de São João e a animação da Feira do Livro.

Como novos programas, a Ágora, EM apresentou o Vizinhos, que convoca “vizinhos” de toda a cidade para encontros semanais, e o Domingos no Parque, encontros à volta de uma aula coletiva e de um DJ set, ambos nos jardins do Porto.

As várias freguesias receberam sessões do Cinema Fora do Sítio, o Piquenique Dançante voltou aos Jardins do Palácio de Cristal e a Orquestra Sinfónica Porto Casa da Música fez-se ouvir na Avenida dos Aliados.

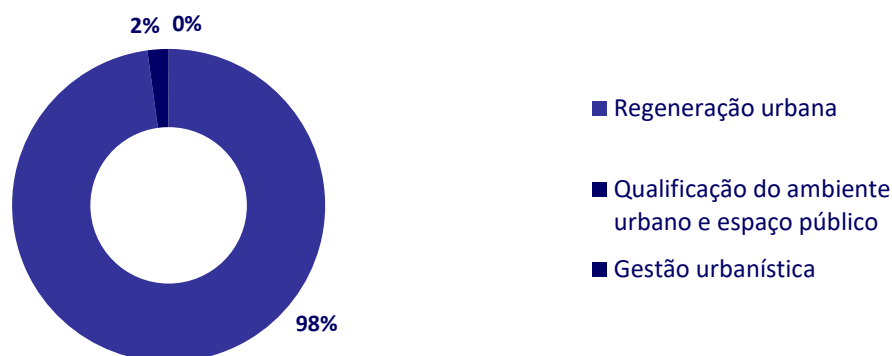
Uma das maiores novidades foi a realização do festival MIMO, com mais de 60 concertos e atividades em vários palcos do centro da cidade.

A fechar o ano, a programação da época levou o Palácio de Natal até aos Jardins do Palácio de Cristal com mercado e atividades para toda a família, incluindo os concertos intimistas do Porto Sounds Secret no Quartel dos Sapadores Bombeiros, no Museu do Carro Elétrico e no Quartel de Monte Pedral. Este último foi também palco para o DESTRINCO, uma nova proposta de animação de rua.

Devido às condições climatéricas, a programação pensada para a Passagem de Ano – desta vez no Queimódromo com concertos e espetáculo audiovisual – não se concretizou, tal como o tradicional fogo-de-artifício.

4.4 URBANISMO E HABITAÇÃO

Figura 12 - Urbanismo e Habitação



No Urbanismo e Habitação através dos programas Regeneração urbana (15,1 milhões de euros), Qualificação do ambiente urbano e espaço público (326,7 mil euros) e Gestão urbanística (10,4 mil euros) foram executados 15,5 milhões de euros.

Pedonalização temporária da

**Avenida Rodrigues
de Freitas**

aos fins-de-semana

NO VERÃO

**Conclusão da
beneficiação e
requalificação**



das ruas de Alexandre Fleming e de Chamite, e do pavimento da Avenida Rodrigues de Freitas

Início da
elaboração do



Plano de Urbanização de Campanhã

**Regeneração urbana
com intervenção nas**
ruas de Godim, do
Conselheiro Correia de
Barros, Raúl Caldevilla,
Carvalho Barbosa,
Arnaldo Leite, António
Mariz Carneiro, de S.
Roque da Lameira, do
Infante D. Henrique, e
Martins Sarmento

EMPREITADAS

das ruas Vila Nova, da
Costibela, Granja de
Lordelo, Encontro e
Arada, e da Travessa e
Largo do Campo Lindo
pelo programa Rua
Direita

Porto Vivo, SRU

**assume reabilitação
de imóveis municipais
para mercado de arren-
damento acessível**

Aprovada candidatura ao

PRR para o

“Projeto Ilhas da Lomba”

Abertura do Balcão da Habitação

Acessível para apoio
a candidaturas a
programas públicos de
financiamento

47 contratos

outorgados nos
seis concursos de
arrendamento e

SUBARRENDAMENTO ACESSÍVEL

Arranque da reabilitação da

UNIDADE DE
INTERVENÇÃO DE
SANTA CLARA

Dentro da estrutura orgânica da Direção Municipal do Desenvolvimento Urbano (DMDU) foram criados a Divisão Municipal de Solos e Património Imobiliário e os gabinetes de Informação e Estatística e de Estudos Urbanísticos.

Com a entrada em vigor do Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (POC-CE), houve necessidade de integrar no Plano Diretor Municipal (PDM) as Normas Específicas do POC-CE que implicavam uma decisão autónoma de planeamento.

Em 2022, tiveram início os trabalhos de monitorização e avaliação da execução do PDM, tendo avançado a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 1 – Nun’Alvares e arrancados os trabalhos da UOPG 9 – Contumil.

Ainda em matéria de planeamento territorial, foi dado início à elaboração do Plano de Urbanização de Campanhã.

No âmbito da reabilitação urbana, encontrava-se praticamente concluída a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Azevedo e arrancaram os trabalhos nas ORU de Lordelo do Ouro e da Foz Velha.

Internamente, a DMDU colaborou na elaboração do Plano de Arborização, do Plano de Valorização das Ribeiras e Linhas de Água, da Carta Municipal de Habitação e, ainda, do índice ambiental do Porto.

A nível externo, destacam-se a participação nas Comissões de Acompanhamento da revisão dos Planos Diretores Municipais da Maia, Vila Nova de Gaia e Gondomar, bem como nos trabalhos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) e Planos de Gestão dos Riscos de Inundações e de Recursos Hídricos (PGR1 e PGRH).

Tendo em vista a atualização permanente da informação geográfica de referência do Município, manteve-se o investimento no desenvolvimento e implementação da infraestrutura de gestão da IGR, com a gestão e atualização da cartografia.

O Departamento Municipal de Gestão Urbanística assegurou a emissão de 2.337 títulos de obras de edificação, operações de loteamento, obras de urbanização e autorização de utilização, sendo que três mil processos foram objeto de decisão final.

Prosseguiram os projetos do “Livro de Obra Eletrónico” – para acesso imediato de todos os intervenientes – e da criação do “Portal de Operações Urbanísticas”, de forma a disponibilizar para ao munícipe a informação referente aos processos que dão entrada no Município.

De modo a garantir uma maior eficiência e eficácia na resposta à complexidade e à natureza multi e interdisciplinar do fenómeno da luz e da cor na arquitetura e no espaço da cidade, foi definido o Plano de Cor com a estratégia para o Centro Histórico. Em curso estava o procedimento para o Plano de Cor da Foz Velha.

Criado em 2022, o Departamento Municipal de Estudos e Projetos Urbanísticos participou no desenvolvimento de estudos urbanísticos, propostas de reperfilamento e de alinhamentos de arruamentos, bem como na análise dos projetos de obras de urbanização e arranjos exteriores.

Além disso, desenvolveu programas e estudos para a construção de habitação a preços acessíveis, a requalificação de arruamentos, a promoção da mobilidade suave e a criação de novos espaços, vias e equipamentos públicos.

Terminadas as empreitadas, no âmbito do projeto Rua Direita, na Rua Granja do Lordelo e na Rua do Mirante / Rua Monte da Luz, foram aprovados sete novos projetos de execução: Rua Professor José Valente / Travessa de Entrecampos, Rua

da Paz / Rua de S. Paulo e nas ruas da Póvoa, Monte de S. João, Presa de Agra e Lavadouro, da Maceda e de Marracuene.

Em concurso público estão as intervenções na Rua do Mirante / Monte da Luz, na Rua da Paz / Rua de S. Paulo, nas ruas das Doze Casas, Professor Abílio Cardoso e de Marracuene e nas travessas do Freixo e de Entrecampos.

Em matéria de habitação para arrendamento acessível, estavam em desenvolvimento os projetos de execução para cinco edifícios em Lordelo, incluindo arranjos exteriores e envolvente viária.

Foram executados termos de referência para dois edifícios de habitação nas ruas de Faria Guimarães e de Santos Pousada e estão em desenvolvimento os projetos nas zonas de Monte Pedral e de Monte da Bela.

Ao longo do ano, foi desenvolvido o projeto de execução para o Parque Urbano da Lapa, que visa a criação de uma zona verde com 18.600 metros quadrados numa zona central da cidade.

No âmbito das candidaturas ao Fundo Ambiental para construção de Ciclovias através do programa Portugal Ciclável, foi aprovado o anteprojecto da ciclovia de ligação Porto – S. Mamede Infesta.

O Departamento Municipal de Estudos e Projetos Urbanísticos analisou e emitiu pareceres relativos às obras para as linhas e Rubi do Metro do Porto e para a linha de BRT, e participou no processo de consulta pública para a reconversão das Avenidas Atlânticas.

Participou, ainda, no processo de definição da estratégia de iluminação da Muralha Fernandina e nos projetos de requalificação do espaço público nas ruas das Galerias de Paris, do Bonjardim, António Pedro, das Carvalheiras, das Andrezas, Roberto Frias e Manuel Pacheco de Miranda, na Rua e Travessa da Levada, nas praças da República e da Corujeira, no Largo de Mompilher e na Travessa da Areosa.

Foram desenvolvidos estudos urbanísticos para a Rua da Preciosa/Beco do Machado; para a Rua de Saudade e Largo da Paz; para os alinhamentos e cérceas na Rua do Encontro, no quarteirão delimitado pela Rua dos Castelos e pela Travessa da Prelada, e no tramo da frente urbana da Rua Nove de Abril; os alinhamentos da Rua de Serralves e da frente urbana contínua de tipo I da Rua Diogo Botelho; o reperfilamento da Rua de Monsanto, da Travessa de Passos e das ruas e travessa da Corujeira de Baixo; para a localização de novas Unidades de Saúde Familiares; para o fecho viário

a norte do Parque da Ervilha; e para a definição de traçado para novo arruamento entre as ruas Coronel Almeida Valente e Sá de Miranda.

Foram ainda iniciados processos de delimitação de Unidades de Execução nas UOPG 3 – Aldoar, UOPG 7 – Regado, UOPG 8 – Currais e UOPG12 – Parque Oriental, na sequência de manifestações de interesse de particulares.

A nova Divisão Municipal de Solos e Património Imobiliário analisou, aproximadamente, 650 pedidos de informação sobre a dominialidade de locais, principalmente de prédios privados municipais, e produziu elementos de suporte para atualização documental de prédios municipais omissos na Autoridade Tributária e Aduaneira e sem registo na Conservatória Predial. Em 2022, procedeu-se, aproximadamente, a 90 atualizações e registos.

Em 2022, foram outorgadas 34 escrituras referentes a processos de aquisição, permuta, alienação e oneração de prédios / parcelas, aprovada a expropriação do “Prolongamento da Rua das Eirinhas” e cinco processos de desafetação de domínio público, além da avaliação de 33 prédios / parcelas, que totalizaram 55,7 milhões de euros.

Foram analisados 6.360 pedidos de exercício do direito de preferência por parte do Município e recebidos 280 pedidos através do Portal e/ou Gabinete do Município. A Divisão Municipal de Solos e Património Imobiliário concluiu, ainda, 131 novos processos de cadastro e atualizou outros 17, decorrentes da compra e venda de imóveis.

Em 2022, na sequência da alteração da estrutura orgânica interna do Município do Porto, o Departamento Municipal do Espaço Público passou a Unidade Orgânica Nuclear, sob a alçada direta da Vereação do Pelouro do Urbanismo e Espaço Público.

Além da atividade de licenciamento e autorização da ocupação do espaço público, com a decisão de 9.441 pedidos, ao longo do ano foram concretizadas diversas intervenções para redimensionamento de caldeiras em várias artérias.

Em diversos pontos da cidade, foram instalados bicicletários, dissuasores e guardas, além de intervenções na beneficiação de pavimentos, na melhoria de acessibilidades como construção de rampas e passeios e da instalação de mobiliário urbano.

Durante os meses de verão, aos fins-de-semana, a Avenida de Rodrigues de Freitas foi convertida em Zona Pedonal Temporária.

Ao longo do ano, e no âmbito dos contratos de concessão para instalação e exploração publicitária do mobiliário urbano, foram removidos 350 abrigos e instalados outros 265, ao mesmo tempo que se removeram 543 *mupis*, painéis e *outdoors*, procedendo-se à instalação de 90.

Sob responsabilidade da GO Porto, EM estiveram diversas empreitadas de regeneração urbana como a beneficiação e pavimentação de arruamentos e percursos pedonais, nomeadamente nas ruas de Godim, do Conselheiro Correia de Barros, Raúl Caldevilla, Carvalho Barbosa, Arnaldo Leite, António Mariz Carneiro, de S. Roque da Lameira, do Infante D. Henrique, e Martins Sarmiento.

Estão igualmente concluídos os trabalhos de beneficiação da Rua de Alexandre Fleming, do pavimento da Avenida Rodrigues de Freitas e de requalificação da Rua de Chaimite.

Iniciaram-se os trabalhos de pavimentação da Rua Justino Teixeira, de beneficiação dos percursos pedonais na envolvente ao Mercado da Foz, os arruamentos no Bairro do Viso, a estabilização do talude da Avenida Fernão Magalhães, da Arrábida e da escarpa adjacente ao Ramal Ferroviário da Alfândega, assim como a ligação da Avenida Sidónio Pais à Rua Frederico Ozanam e a via de ligação da Rua Alfredo Allen à Rua do Arquiteto Lobão Vital.

Estão em curso os projetos do loteamento municipal da Rua das Andresas e da envolvente ao Edifício R. S. Dinis, de requalificação da Travessa das Almas, da Rua de Cima, Galerias de Paris e Picaria e do Largo Mompilher, da via de ligação à Avenida Fontes Pereira Melo, da Rua do Dr. Júlio de Matos à Rua Henrique de Sousa Reis e ligação poente da Praceta Eduardo Soares, de beneficiação da Rua do Amparo, de prolongamento das ruas Arquiteto Lobão Vital e das Eirinhas, e de construção de passagem superior na Rua D. Pedro V.

A terminar a fase de projeto encontravam-se as empreitadas de beneficiação das ruas Guedes Azevedo e Bonjardim II, do Largo Duque da Ribeira e da Viela do Anjo, além de diversas obras de arte como o Viaduto Cais das Pedras.

As empreitadas das ruas Vila Nova, da Costibela, Granja de Lordelo, Encontro e Arada, e da Travessa e Largo do Campo Lindo foram concretizadas no âmbito do programa Rua Direita.

Em curso estavam as intervenções na Rua e Travessa do Monte da Luz, nas ruas Túnel, de Gondarém e do Mirante, e da Rua e Travessa Via-Sacra.

Relativamente à atividade da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, EM, 2022 fica marcado pela atribuição de novas competências. Assim, no final do ano, a empresa municipal abriu, na Loja do Cidadão, um “Balcão da Habitação Acessível”, que disponibiliza atendimento e apoio técnico especializado para a instrução e apresentação de candidaturas de munícipes a programas públicos de financiamento.

Além disso, foram transferidos novos imóveis municipais para serem afetados pela Porto Vivo, SRU ao regime de arrendamento acessível.

O Município e a empresa municipal celebraram um contrato que atribuiu à Porto Vivo, SRU a responsabilidade de conservação e reabilitação de um conjunto de imóveis de propriedade municipal para entrarem no mercado de arrendamento acessível. Todos os processos de candidatura a programas públicos de financiamento de obras de reabilitação passaram para a alçada da empresa.

Foi dada continuidade aos trabalhos nos quatro eixos estratégicos de atuação da Porto Vivo, SRU: Centro Histórico, Operações de Reabilitação Urbana, Habitação para Arrendamento Acessível e Projeto “Ilhas” da Cidade.

No âmbito da atividade de recolha de indicadores do Plano de Gestão do Centro Histórico, foram já identificados e mapeados os prédios em mau estado e ruína, e identificadas situações de degradação e falta de limpeza no espaço público.

Continuaram os contactos com os proprietários de edifícios privados no Morro da Sé ainda por reabilitar. Ainda no Morro da Sé, foi dada continuidade ao programa de reabilitação com a escritura pública de venda dos edifícios destinados à unidade de Alojamento Turístico e o desenvolvimento de contactos com interessados na reabilitação das parcelas do quarteirão da Bainharia, destinadas à instalação de uma Residência de Estudantes ou de um Alojamento acessível para este segmento da população.

Prosseguiu o desenvolvimento da plataforma de registo dos indicadores utilizados na monitorização do Centro Histórico, SRU - Projeto Centro Histórico - Nova BDGC_SRU Alta Disponibilidade e Web Map.

Em 2022, arrancou a reabilitação da Unidade de Intervenção de Santa Clara, uma das sete suboperações da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto (ARU CHP). Tiveram, ainda, início dois processos de intenção de reabilitação: o de um prédio na Avenida Vimara Peres, já com anteprojecto de arquitetura e para o qual foi

iniciada a candidatura ao PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) e o de um projeto privado para a Escada das Verdades.

Ao PRR foi, também, candidatada a prévia aquisição de um prédio na Avenida Vimara Peres, com o objetivo da sua reestruturação.

No eixo das Operações de Reabilitação Urbana (ORU), continuou a execução da reabilitação dos edifícios nas ARU Campanhã-Estação e Corujeira através do contacto direto com os proprietários.

A monitorização das transações de imóveis e a consequente análise das dinâmicas de mercado permitiram verificar que, durante o ano, foram transacionados imóveis na ARU de Campanhã-Estação com um valor médio de 2.171,35€ p/m² relativos a um volume de negócio de 40.216.989€, enquanto os imóveis na ARU da Corujeira apresentaram um valor médio de 1.766,50€ p/m² relativo a um volume de negócio de 30.868.910€.

Do planeamento para as parcerias a adotar para a reabilitação das Unidades Patrimoniais integradas no aumento de capital da Porto Vivo, SRU, surgiram dois modelos de intervenção. O Modelo 1, de promoção direta pela empresa municipal a fundos do PRR, tinha já quatro edifícios (Travessa Senhora da Lapa n.º 16, 18 e 22, Rua Senhora da Lapa n.º 84, Rua da Glória n.º 71 e 77, Rua do Heroísmo n.º 70 e 72) em fase de desenvolvimento de projeto de licenciamento e estudo prévio e a aguardar aprovação de financiamento. Para o Modelo 2, de parcerias para a reabilitação com o pagamento das obras mediante a entrega de imóveis, foram elaboradas as peças para lançamento do procedimento pré contratual de conceção e construção.

A Porto Vivo, SRU realizou, ainda, um estudo para construção, no âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, de um edifício multifamiliar, com 32 frações e estacionamento, num terreno municipal na Travessa das Eirinhas.

Dentro deste programa, surgiu a oportunidade de aquisição de um imóvel na Rua Central de Francos composto por seis unidades de habitação, numa área de terreno de 640 m².

Dentro do eixo Habitação para Arrendamento Acessível, foram lançados seis concursos de arrendamento e subarrendamento de habitações a rendas acessíveis, tendo sido rececionadas 679 candidaturas e outorgados 47 contratos.

No âmbito do programa Porto com Sentido, foi preparada a segunda Consulta Pública para a contratação de arrendamento dirigida a proprietários de imóveis, a decorrer até ao final de 2025.

Adicionalmente, foi criada a possibilidade de publicitação prévia à celebração do contrato de arrendamento, por via de um Acordo celebrado com os proprietários, para divulgação de imóveis que possuem menor procura, até serem identificados potenciais subarrendatários.

Desde 2020 e até ao final de 2022, foram recebidas 214 candidaturas ao concurso para proprietários, e celebrados 108 contratos de arrendamento.

Este “Build to Rent”, primeira iniciativa do género a nível nacional, tem como vantagens para o promotor privado a segurança no cumprimento contratual, a redução do risco e benefícios fiscais, como a isenção total de IRS/IRC e do IMI. Existem 55 fogos em Campanhã já com aprovação prévia e 40 propostas em curso em Paranhos e Cedofeita.

Enquadrado no último eixo de intervenção – Projeto Ilhas da Cidade – ficou concluída a definição de estratégias específicas de reabilitação das ilhas do Porto, sintetizadas no livro “Ilhas do Porto – Reabilitar para incluir”.

Para prossecução das medidas definidas, foram apresentadas candidaturas ao programa 1.º Direito e produzido material de divulgação das condições de acesso, também ao Porto com Sentido.

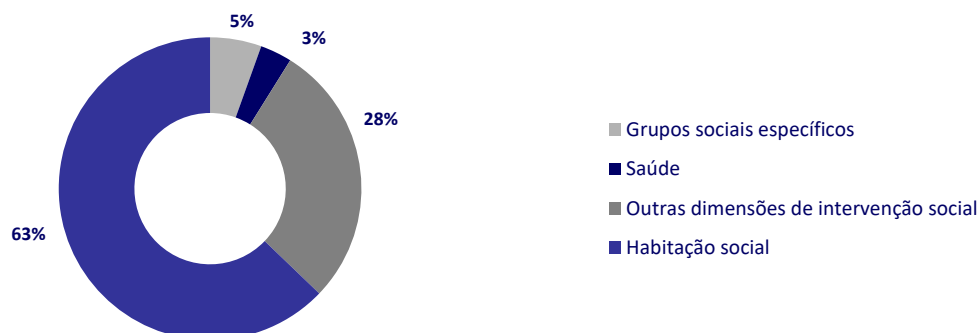
Foram concluídos os estudos com vista à aquisição e reabilitação do conjunto de seis ilhas, denominado “Ilhas da Lomba”, tendo sido aprovada a candidatura junto do IHRU, correspondente a 47 soluções habitacionais novas para as ruas de Vera Cruz n.º 26 a n.º 48, do Lourenço n.º 3 a n.º 45, e Travessa da Lomba n.º 29 a n.º 41, na freguesia do Bonfim.

O contrato de participação celebrado para reabilitação da ilha na Rua de S. Vítor, 172, corresponde a oito soluções habitacionais e foi, ainda, apresentada, pelo proprietário, candidatura para a reabilitação da casa 9, Rua 2 do Bairro Herculano.

Foram também feitos levantamentos físicos e sociais das demais ilhas dentro da ORU de Campanhã-Estação e para procura de soluções de reabilitação de edifícios privados para eventual candidatura ao 1.º Direito.

4.5 COESÃO SOCIAL

Figura 13 - Coesão Social



O objetivo estratégico Coesão Social, com uma execução de 25,8 milhões de euros, incorpora os programas Grupos sociais específicos onde foram aplicados 1,4 milhões de euros, Saúde, que executou 874,9 mil euros, Outras dimensões de intervenção social com uma execução de 7,3 milhões de euros e a Habitação Social com 16,2 milhões de euros.

| | | |
|--|--|--|
| <p>162 ações de integração das COMUNIDADES MIGRANTES E CIGANAS</p> | <p>Atribuídas</p> <p>362  HABITAÇÕES DAS QUAIS 272 a famílias carentiadas</p> | <p>1.150 FAMÍLIAS APOIADAS pelo Porto Solidário</p> |
| <p>3ª edição do “O Porto Importa-se”, de combate ao isolamento da população idosa</p> | <p>96 jovens institucionalizados participaram na “MISSÃO FÉRIAS”</p> | <p>Início do CommuniCity Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities</p> |



Em 2022, integrado na atribuição da DomusSocial, EM de gestão, reabilitação, manutenção e conservação dos imóveis do Parque de Habitação Pública Municipal, foram executados 16,2 milhões de euros.

Constituído por 13 mil fogos, (573 edifícios com 12.394 fogos, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às Casas do Património, do ex - CRUARB-CH e da ex – FDZHP), ali residem, aproximadamente, 30 mil pessoas.

Neste âmbito, foram identificadas 215 novas famílias elegíveis para os programas de financiamento 1.º Direito e Programa de Recuperação e Resiliência. O Município submeteu cinco candidaturas ao IHRU – quatro enquadráveis no PRR e, portanto, financiadas a 100%, correspondentes a um universo de 90 fogos devolutos reabilitados, e uma ao programa 1º Direito (financiáveis a 50%), para reabilitação de 42 fogos devolutos.

A DomusSocial, EM adquiriu serviços para a elaboração da Carta Municipal de Habitação, instrumento onde constam as carências habitacionais, os recursos habitacionais e potencialidades locais, o planeamento e ordenamento prospetivo da

instalação, as novas atividades económicas e a estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar.

Até ao final do ano, foram investidos mais de 19,6 milhões de euros em intervenções no Cerco do Porto (1 a 3, 7, 8, 10, 16, 17, 19 e 30), no Falcão (10, e 12 a 15), na Maceda (construção nova), na Pasteleira (2 a 15 e 17 a 22), em São João de Deus (2.ª fase), Rua da Arménia/Miragaia (73/56 e 75/58).

Encontravam-se em execução, num valor global superior a quatro milhões de euros, as empreitadas no Cerco do Porto (13, 24 e 26), na Pasteleira (16 e 23 a 27), na Rua da Vitória (281 e 283) e na Rua do Dr. Barbosa de Castro (10 a 14).

Foram ainda lançadas diversas empreitadas com vista à reabilitação do interior de casas devolutas, tendo sido concluídas 333 habitações (90 T1, 117 T2, 106 T3, 19 T4 e um T5), três delas casas do Património.

Em 2022, o Município atribuiu 362 habitações, das quais 272 habitações a famílias carenciadas. Foi possível, ainda, transferir 90 famílias, sendo que 53,5% das transferências reportam a necessidade por questões de doença e 28% dizem respeito a adequação de tipologia. As restantes situações repartem-se entre transferências para habitação de renda mais económica e outros realojamentos determinados pelo Município.

Dentro do programa Porto Solidário, foram apoiadas aproximadamente 1.150 famílias através do apoio ao pagamento da renda ou da prestação bancária. A 10.ª edição programa recebeu 836 candidaturas, o número mais elevado de sempre, das quais 635 foram aprovadas, traduzindo-se num apoio mensal médio de 200 euros. Desde a nona edição, constata-se um aumento do valor médio do apoio em cerca de 30 euros.

Desde criação do programa, e até ao final de 2022, o Município do Porto já apoiou mais de 4.464 famílias, num total de € 13,4 milhões de euros.

No que diz respeito a outras dimensões de intervenção social, refere-se que, integrado no Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020, teve início o projeto CommuniCity – Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities, que visa a cocriação de soluções tecnológicas inovadoras para a resolução de problemas das comunidades mais vulneráveis.

O Porto é uma das três cidades-piloto e a população-alvo escolhida foi a população idosa residente nos oito bairros municipais abrangidos pela Área de Reabilitação

Urbana (ARU) da Corujeira. A equipa local é composta pela Porto Digital e a Domus Social, EM.

O projeto “O Porto Importa-se” respondeu a um universo de mais de duas mil pessoas, cidadãos com mais de 70 anos e casais com mais de 75 anos em situação ou risco de isolamento. Foram realizadas várias reuniões com agentes para intervenção nas áreas de saúde, respostas sociais, recursos económicos, monitorização pelas estruturas locais e acompanhamento jurídico.

A terceira edição do projeto (2022-2024) foca-se no reinvestimento na continuidade da construção de parcerias sólidas, assentes nos recursos sociais e locais existentes, com destaque para as Juntas de Freguesia. Desde a primeira edição, foram contactados e visitados cerca de 2.200 idosos.

A DomusSocial, EM concluiu um conjunto de atividades no âmbito da candidatura Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA), financiados pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), Eixo Prioritário Inclusão Social e Pobreza, como a série documental “Retratos”, com entrevistas a moradores sobre as histórias associadas à sua vivência nos bairros.

Durante o ano de 2022 o Departamento Municipal de Coesão Social deu continuidade à maioria dos projetos dirigidos à população mais vulnerável, nomeadamente a população idosa, as crianças e jovens em risco e as suas famílias, as vítimas de violência de género e doméstica, as vítimas de tráfico de seres humanos, a população migrante e minorias étnicas, as pessoas com necessidades especiais e as pessoas em situação de sem-abrigo, tendo participado e usufruído das iniciativas promovidas 29.401 pessoas.

A criação da Divisão Municipal de Apoios e Acompanhamento Social permitiu assegurar o cumprimento das matérias decorrentes da transferência de competências no âmbito da descentralização administrativa na área social.

Dentro dessa estratégia de continuidade, o “Música para Todos”, com aulas para os alunos dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), ganhou uma nova turma e a Orquestra Juvenil da Bonjóia, que integra estes alunos, fez 22 apresentações ao público.

Durante as férias, 96 jovens institucionalizados em resposta de Acolhimento Residencial ou com processo de promoção e proteção a decorrer nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do Município participaram na “Missão Férias”. No

decorrer da época desportiva, estes jovens participaram em modalidades desportivas desenvolvidas nas piscinas municipais.

O Gabinete de Inclusão atendeu 257 pessoas com necessidades especiais com vista à melhoria da sua qualidade de vida e ao pleno exercício da sua cidadania. Para os munícipes inseridos no Projeto de Inclusão, foram dinamizadas aulas de golfe adaptado.

O projeto de Mediadores Municipais Interculturais promoveu 162 ações com vista à integração e inclusão das comunidades migrantes e ciganas na cidade.

No âmbito da intervenção do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, coordenado pelo Município do Porto, as equipas multidisciplinares de rua realizaram 328 acompanhamentos de emergência.

Foram acolhidas 91 pessoas com necessidade de alojamento emergente no Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano. Destas, 35 foram encaminhadas para respostas mais adequadas à concretização do seu projeto de vida.

O Município reforçou o apoio alimentar prestado pela Rede de Restaurantes Solidários, que serviram 163.613 refeições a pessoas em situação de sem-abrigo, pobreza ou exclusão social.

Foi garantido o acompanhamento da Unidade Operacional de Intervenção no âmbito do Plano Municipal Contra a Violência de Género e Doméstica.

Entre os projetos dirigidos à população idosa, destaque para o “Aconchego”, que beneficiou duas dezenas de pessoas ao promover a relação intergeracional entre pessoas com mais de 65 anos em situação de solidão e estudantes universitários com necessidade de alojamento; o “Chave de Afetos”, que integrou 360 pessoas em situação de isolamento numa resposta tecnológica e humana de monitorização contínua; e o “Porto Amigo”, que realizou obras de adaptação em dez habitações de munícipes com mais de 65 anos ou que integrem, no seu agregado, familiares com incapacidade igual ou superior a 60%.

458 pessoas participaram nas ações de Dinamização do Ecosistema de Impacto, que procura promover boas práticas na área da inovação social. Foram concedidos três apoios de consultoria a projetos de empreendedorismo e inovação social e dinamizadas seis ações do Programa de Capacitação para empreendedores.

Enquadrado no Programa AIIA Porto foi organizado o evento anual Porto Scale Up Social, com painéis de discussão, workshops, showcase de empreendedorismo social e *pitch*.

A Rede Social do Porto terminou o ano com 305 entidades aderentes ao projeto colaborativo que procura uma abordagem integrada de intervenção em matéria de pobreza e exclusão social. Também no âmbito da cooperação institucional, foram apoiadas 121 instituições/associações de cariz social.

Estavam inscritas na Rede Local de Voluntariado 135 organizações sociais e empresariais, e foram realizadas 15 ações de capacitação que permitiram que 228 ficassem aptas para integrar ações de voluntariado.

Em 2022, o dispositivo de coordenação da ação interinstitucional na intervenção social em rede que se apoia na análise sistémica dos casos sociais, o Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos, foi disseminado pelas freguesias e uniões de freguesias, envolvendo 30 entidades, que trabalharam 178 processos.

Em articulação com o Serviço Educativo da Casa da Música, continuou o Programa Socioeducativo e Intergeracional, que envolveu 26 entidades.

O Município reforçou, em cinco mil euros, a Linha de Apoio para ajudar 16 instituições particulares de solidariedade social na aquisição de 30 viaturas elétricas afetas à resposta domiciliária.

Integrada no objetivo estratégico de coesão social, destaca-se também a atividade do novo Departamento de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida e Juventude.

A Divisão Municipal da Promoção da Saúde realizou a 4.^a edição das Jornadas Municipais de Saúde, sob o tema “Promoção da Saúde em *continuum*: garante da Qualidade de Vida e Bem-estar”, envolvendo 60 entidades parceiras nesta área e com a participação de cerca de duas centenas de pessoas.

Foram envolvidas mais de oito mil pessoas nas 22 atividades da estratégia “Porto, Cidade Sem Sida”, que faz do Porto uma “Fast Track City” (Cidade na Via Rápida para Acabar com a Epidemia VIH).

Destaque para iniciativas de sensibilização, educação para a saúde e capacitação para a adoção de estilos de vida saudáveis como o Programa Municipal de Promoção de Literacia em Saúde, que contou com cerca de 7.500 participantes; o “Porto Sem Diabetes”, com 500 participantes; as “Oficinas de Saúde”, que envolveram 228

peçoas e onde foram abordados a acessibilidade e utilização dos serviços de saúde, a saúde mental, a gestão doméstica e comunitária saudável, entre outras; ou o novo projeto “+Saudável +Sustentável” para melhorar a oferta alimentar de cerca de 800 peçoas das três das instituições de solidariedade social aderentes.

Em 2022, surgiu o programa “Apoiar para Cuidar”, que visa a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida dos Cuidadores Informais, beneficiando 29 peçoas com 148 horas de apoio psicológico e emocional e 1.013 horas de pausas breves.

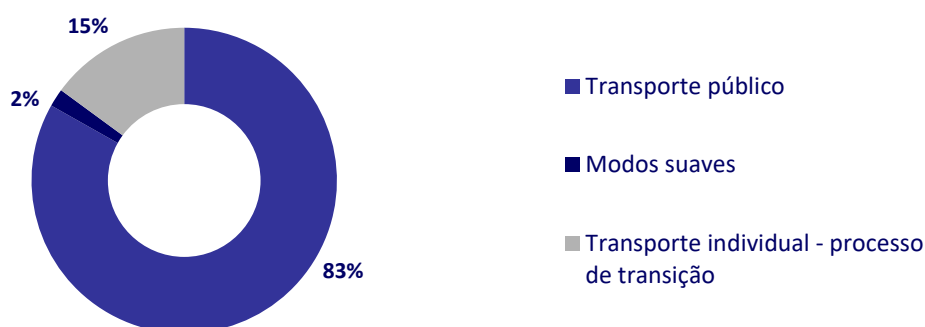
No âmbito deste objetivo estratégico referência o acordo com as centrais de táxi para transporte de munícipes de e para os centros de vacinação Covid-19 pelo preço único de €2, que foi prolongado até ao final de junho. Foram realizadas 10.132 deslocações.

A Direção Municipal da Educação elaborou o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens 2022-2024, que irá contribuir para a nova Estratégia Local para os Direitos da Criança, por forma a continuar a garantir o lugar de destaque de crianças e jovens vítimas de desproteção, bem como a manutenção dos acordos com instituições da cidade para concretização de projetos e ações formativas no domínio das artes e das ciências e a renovação do Protocolo de Adesão ao programa da UNICEF “Cidade Amigas das Crianças”.

O Serviço Municipal de Proteção Civil promoveu, durante o primeiro trimestre de 2022, e dadas as medidas excepcionais à data vigentes, um conjunto de medidas no âmbito da prevenção, contenção e mitigação da Covid-19, tendo sido o serviço dinamizador dos centros de testagem disponibilizados pelo Município.

4.6 MOBILIDADE

Figura 14 - Mobilidade



No objetivo da Mobilidade foram aplicados 30,1 milhões de euros, através dos programas Transporte público (25,1 milhões de euros), Modos Suaves (572,8 mil euros) e Transporte individual – processo de transição (4,5 milhões de euros).

| | |
|---|--|
| <p>Início da operação do</p> <p>Terminal Intermodal de Campanhã</p> | <p>Instalados painéis de</p> <p>mensagem variável nos acessos urbanos à VCI e no nó das Antas</p> |
| <p> 68 milhões de passageiros transportados</p> <p>pela STCP</p> | <p>Frota da STCP com 333 autocarros a gás natural e 20 a eletricidade</p> |
| <p>Alerta via SMS sobre condicionamentos de trânsito para portadores do Cartão Porto.</p> | |

Em 2022, iniciou a operação do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), cuja gestão e manutenção foram delegadas na STCP Serviços. A empreitada total, a cargo da GO Porto, EM, encontrava-se em fase de conclusão, estando em curso a obra da passagem inferior pedonal.

Para ali, e para o Estádio do Dragão, foram transferidas as carreiras do Terminal do Campo 24 de Agosto. Já o Terminal das Camélias viu iniciadas as obras de requalificação/modernização.

A informação dos terminais passou a estar disponível numa página própria.

Ao longo do ano, foram realizadas várias intervenções pontuais e incisivas nas infraestruturas viárias, como o alargamento de passeios, rebaixamento das travessias pedonais, colocação de pavimentos táteis e criação de fase própria para peão nas interseções, que tornaram o espaço público mais acessível e seguro para as pessoas em geral e, também, para aqueles com dificuldades de locomoção, priorizando sempre o modo pedonal. Foram implementadas três novas zonas de partilha.

A partir de julho, a gestão dos parques de estacionamento da Trindade, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico, Viela do Anjo, bem como a gestão dos contratos de concessão dos parques de estacionamento Infante D. Henrique, Júlio Diniz, D. João I, Castelo do Queijo e Praça de Lisboa (Carlos Alberto, Praça Gomes Teixeira e Palácio da Justiça) passaram para a STCP Serviços.

Mantém-se em desenvolvimento os projetos de ligação ciclável do Porto a Matosinhos e a Rio Tinto. Foi ainda atribuída mais uma licença para serviços de partilha em modos suaves de transporte, encontrando-se em operação 2.300 veículos e 220 pontos de partilha.

No final do ano, no âmbito do contrato de concessão com a EPorto, SA, a cidade tinha em funcionamento 449 máquinas para pagamento de lugares públicos de estacionamento na via pública, que correspondiam a 9.633 lugares e representaram uma receita de 3,7 milhões de euros. O número de avenças para residentes (incluindo bolsas) era de 4.241.

Da gestão do estacionamento pago na Zona Ocidental da Cidade a cargo da RESOPRE, resultou uma receita de cerca de 627 mil euros, que corresponde ao valor de 5.053 euros por máquina, que compara com o valor de 3.345 euros por máquina reportado ao início da exploração desta zona. O número de avenças para residentes (incluindo bolsas) era de 2.062.

Neste ano, foram instalados painéis de mensagem variável nos acessos urbanos à VCI e no nó das Antas para apoio em caso de desvio de trânsito.

O Departamento Municipal de Mobilidade, conjuntamente com o Departamento Municipal de Espaço Público, mantém o acompanhamento das empreitadas de construção da nova Linha Rosa do Metro, de expansão da Linha Amarela, e de preparação do BRT (Bus Rapid Transit) Boavista-Império.

Dentro do projeto Cooperative-Streets, foi adquirido equipamento e serviços, desenvolvidos e integrados sistemas C-ITS, e digitalizados dados de mobilidade para partilha na plataforma National Acesso Point.

Foram desenvolvidas novas ferramentas para uso da Plataforma de Trânsito: a nível interno, destaque para o registo e a gestão de processos das divisões de Gestão da Mobilidade e de Sinalização de Trânsito, os dashboards de apoio à decisão e a criação de áreas de influência dos condicionamentos. No plano externo, disponibilizou-se um sistema de alertas via SMS relativos a condicionamentos de trânsito para portadores do Cartão **Porto**.

Foram substituídos 74 controladores de tráfego e 36 câmaras de vídeo analógicas, num cumprimento excedente ao previsto em ambos os casos. Salienta-se a migração completa da tecnologia da zona da Constituição, Damião de Góis, Mota Pinto, marginal e zona oriental.

O Município implementou dois sentidos na Rua das Palmeiras e Rua da Pasteleira com adaptação da instalação luminosa, melhorou a deteção de veículos na Avenida Rodrigues de Freitas com novos sensores no pavimento, criou novas condições de acessibilidade ao Parque Central da Asprela com uma passadeira semaforizada e uma instalação luminosa que privilegia o percurso natural entre o parque e a escola; e instalou câmaras de videovigilância junto da Associação Empresarial do Porto, Avenida Paiva Couceiro, Rua de Mota Pinto e Avenida Sidónio Pais.

Ao longo do ano, foram colocadas 586 novas balizas flexíveis, reparadas 1.512 e substituídas 256. Relativamente à sinalização vertical, foram instalados 783 novos sinais, reparadas 1.416 e substituídos 364. A percentagem de reutilização de balizas flexíveis situou-se nos 58% e de placas nos 52%.

Foram ainda instaladas 72 novas placas toponímicas, reabilitadas 204 e substituídas 48.

Pela primeira vez, foi elaborado um plano de manutenção programada de sinalização, que incluiu a repintura da Avenida dos Aliados, das marcas rodoviárias dos túneis, da Avenida de D. Carlos I no seguimento da etapa do Rally de Portugal e do parque de estacionamento da Avenida da Boavista.

Na sequência da formalização da assinatura, em 2022, do Pacto do Porto para o Clima, a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., SA (STCP), da qual o Município do Porto é acionista maioritário, juntamente com os municípios da rede: Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia, assinou um contrato de investimento de cerca de 20 milhões de euros para a aquisição de 48 novos autocarros elétricos e postos de carregamento.

A sua frota era composta por 333 autocarros movidos a gás natural, 20 a eletricidade e 67 a gasóleo.

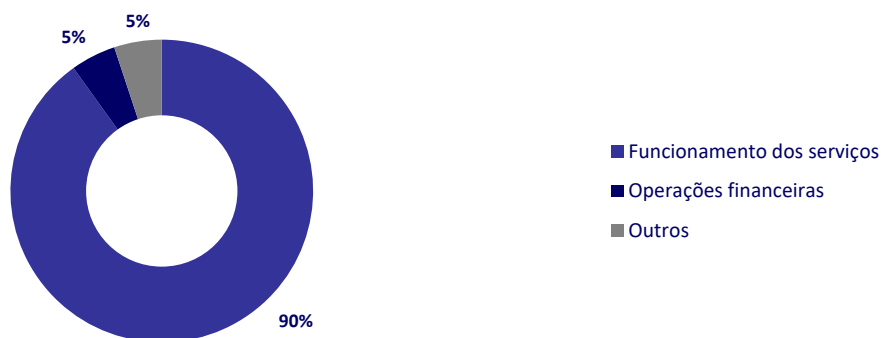
Durante o ano, e com uma taxa de cumprimento de serviço de autocarro de 96,2%, ao longo de 22,6 milhões de quilómetros de serviço, foram transportados, no modo autocarro, 68 milhões de passageiros, representando 90% dos passageiros registados em 2019, pré-pandemia, tendo a receita ascendido a quase 44 milhões de euros.

Já o carro elétrico, com uma taxa de cumprimento de serviço de 91,5%, percorreu 173 quilómetros, transportando 565 mil passageiros, que proporcionaram uma receita de 1,7 milhões de euros.

A STCP obteve a certificação do Sistema de Gestão Anticorrupção e tornou-se a primeira empresa de transportes públicos, a nível nacional, a disponibilizar a funcionalidade de venda de bilhetes mediante pagamento MBWAY dentro dos autocarros e elétricos históricos.

4.7 GOVERNÂNCIA

Figura 15 - Governância



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 113,9 milhões de euros, Operações financeiras com 6,1 milhões de euros e Outros com 6,4 milhões de euros.

| | | |
|--|---|---|
| <p>Cerimónias de trasladação e guarda do coração de D. Pedro IV </p> <p>a propósito do Bicentenário da Independência do Brasil</p> <p>+ 52%</p> <p>de pedidos de Licenciamento Zero através do Balcão do Empreendedor</p> | <p>Disponibilização do PORTAL DE DENÚNCIAS</p> <p>Redução da carga fiscal dos cidadãos do Porto</p> <p>em cerca de</p> <p>5,1 M€</p> | <p>Entrada em funções da nova Provedora do Município</p> <p>Aumento em</p> <p>110,6%</p> <p>do alcance na rede social Instagram</p> |
| <p>1.781 vistorias para efeitos de registo de alojamento local</p> | <p>Promoção da campanha “SOMOS TODOS UCRÂNIA”</p> | |



Relativo à atividade do Departamento Municipal de Relações Internacionais e de Protocolo, destaque para a participação do presidente da Câmara no Urban Future 2022, em Helsingborg, ou no CityLab 2022, em Amesterdão, onde ocorreram encontros com o presidente e a secretária-geral da OCDE, no âmbito da Champions Mayors Initiative for Inclusive Growth.

De salientar ainda a participação na primeira edição da Smart Green ASEAN Cities, uma organização da FMDV (Global Fund for Cities Development) com o apoio das Nações Unidas, União Europeia e ASEAN, em Bangkok, na iniciativa Vitoria-Gasteiz Sustainable and Smart Cities, e na Conferência Anual e Assembleia Geral Anual da Eurocidades.

Ao nível das geminações e protocolos de cooperação, destaque para a visita a Ho Chi Minh e para os trabalhos de preparação do encontro em Timisoara para a inauguração da Capital Europeia da Cultura, de assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Porto e Barranquilla e com a Associação dos Chineses em Portugal para as comemorações do Ano Novo Chinês.

A nível interno, assinalam-se a Sessão de encerramento nacional da Conferência sobre o Futuro da Europa em Portugal; a Cerimónia de Imposição das Medalhas da Cidade; a Inauguração do Terminal Intermodal de Campanhã; a cerimónia de Guarda do coração de D. Pedro IV; a Atribuição de Colar do Mérito Pedro, O Libertador, pelo

Conselho de Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Cidade do Porto e ao presidente da Câmara Municipal; e a sessão de boas-vindas ao presidente da Bulgária, Rumen Radev.

Dentro do Departamento Municipal de Comunicação e Promoção, foram criados a Divisão Municipal de Produção de Conteúdos e o Gabinete de Gestão da Marca.

Totalizam-se 121 desenvolvimentos criativos e campanhas, com destaque para os projetos do Terminal Intermodal de Campanhã e do Mercado do Bolhão.

No portal de notícias Porto. foram publicadas 2.482 notícias, com a página a registar cerca de três milhões de visualizações. Já a página institucional do Município recebeu 1.142.297 visualizações.

Na rede social Facebook, a página “Porto.” tinha no final do ano 74 mil seguidores, e a página “Câmara Municipal do Porto” cerca de 155 mil. De destacar, nesta última, o aumento, em cerca de 50%, do alcance de utilizadores.

Também a conta do Município na rede social Instagram registou um crescimento do número de visitas (+88,1%) e consequente alargamento do alcance das publicações (+110.6%).

Mais 1.928 contas subscreveram a página do Município na plataforma Youtube, onde se registou um tempo total de visualização de mais de 23 mil horas.

Referência para as diversas reportagens realizadas ao longo do ano, em momentos como a reabertura do Mercado do Bolhão, as inaugurações do Terminal Intermodal de Campanhã, do Batalha Centro de Cinema ou do Parque da Asprela, o regresso dos elétricos à cidade, as cerimónias relacionadas com a trasladação do Coração de D. Pedro IV, o festival Primavera Sound, entre outros.

A comunicação do Município traduziu-se, igualmente, na produção de sete artigos de opinião, 55 discursos, 20 entrevistas escritas, 26 textos institucionais, nove cartas e quatro comunicados.

No âmbito da consolidação da relação com os órgãos de comunicação social, foram enviadas 299 informações à imprensa.

Desde junho, está disponível o Portal de Denúncias, internas e externas, decorrente da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que, implementado pelo Departamento Municipal de Auditoria Interna, assegura o regime geral de proteção de denunciante de infrações. Até ao final do ano, foram rececionadas e tratadas 29 denúncias.

Relevando as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, em sede de gestão de riscos, este departamento elaborou o "Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – ano 2021", bem como procedeu à respetiva divulgação.

No domínio da auditoria interna, cumpre destacar a monitorização da implementação de 146 recomendações, bem como das decorrentes dos resultados das verificações aos projetos cofinanciados, efetuadas pela Autoridade de Gestão.

Prosseguiram os trabalhos de consultoria e garantia nas áreas de contratação pública, receita, atribuição de benefícios públicos, urbanismo e fiscalização, assim como de monitorização da aplicação da Norma de Controlo Interno e de acompanhamento do processo de Inventário Geral do Município.

Ao nível das autorias externas, o Município acompanhou dez ações de verificação ao local realizadas pelas Autoridades de Gestão e duas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão aos projetos do Mercado do Bolhão e do Intermodal de Campanhã.

Os serviços de Apoio à Câmara Municipal secretariaram 26 reuniões do Executivo, a que corresponderam 493 propostas agendadas.

Foram também secretariados os Conselhos Municipais de Ambiente, Cultura, Educação, Economia, Juventude, Segurança e Turismo, que totalizaram dez reuniões.

Semanalmente, foi garantida a publicação do Boletim Municipal Eletrónico, que perfez 659 documentos, nove atos deram entrada no Diário da República e outros 367 despachos, ordens de serviço, avisos e editais foram introduzidos no Portal do Colaborador e divulgados por correio eletrónico.

Referência, também, aquando das eleições para a Assembleia da República, à gestão e tramitação dos procedimentos nas modalidades Voto Antecipado de doentes internados e presos, Voto antecipado em Mobilidade; Voto antecipado de eleitores em confinamento obrigatório e eleitores residentes em estruturas residenciais para idosos e similares e, ainda, Dia da Eleição.

No Apoio à Assembleia Municipal, foram secretariadas 28 reuniões, garantindo a tramitação do processo conducente à tomada de decisão sobre 102 propostas de deliberação e 87 propostas dos Grupos Municipais.

No apoio às Comissões e Grupos de Trabalhos, foram asseguradas 17 reuniões da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa e duas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Planeamento e do Ordenamento do Território Municipal.

Foram tratados 213 pedidos diversos e 363 relacionados com a agenda institucional da Mesa, e tramitados 27 requerimentos, enviados 49 convites e respondidos a 44 pedidos dos membros dos Grupos Municipais.

Prosseguiu a estratégia em prol da transparência do órgão com a gestão e realização de 150 publicações na página institucional do Município na internet, onde se divulgaram 390 elementos. Com um aumento de 283 subscritores, o Boletim Informativo Mensal divulgou 304 elementos.

Criada em março, a delegação da Assembleia Municipal realizou 20 visitas a serviços, empresas municipais e instituições da cidade, reunindo com cerca de 90 representantes das entidades.

O macroprocesso S11 – Apoiar a Assembleia Municipal obteve o grau mais elevado de satisfação média global e na qualidade de serviço no âmbito do Estudo de Satisfação de Clientes Internos dos macroprocessos de Suporte da Câmara Municipal do Porto.

2022 fica marcado pelo início do mandato de Maria José Azevedo enquanto Provedora do Município. Ao longo do ano tiveram lugar reuniões com os dirigentes das diferentes estruturas da Câmara do Porto, empresas municipais e presidentes de juntas e uniões de freguesias.

O Gabinete de Apoio à Provedora do Município recebeu e acompanhou um total de 538 processos, a maioria (236) relacionados com reclamações, seguido de solicitações (175) e queixas/denúncias (127).

Os 533 processos concluídos contaram com um tempo médio de resposta de 17 dias úteis.

No âmbito da sua ação, a Provedora apresentou cinco recomendações de índole genérica (três delas acatadas e duas sem resposta dos serviços) e sete notificações de inconformidades detetadas.

O Gabinete de Apoio à Provedora passou a integrar o Sistema Integrado de Gestão do Município, cumprindo os requisitos das normas NP ISO 9051, NP EN ISO 14001; NP

4427; NP ISO 45001; NP 4552 e ISO 22300, na elaboração e observância dos macroprocessos, processo e procedimentos.

No que concerne à gestão da receita municipal, no ano 2022, refere-se o alargamento da isenção do pagamento de taxas concedidas aos ocupantes em feiras e mercados até ao final desse ano, bem como a isenção das rendas, até 30 de junho, devidas pelos comerciantes arrendatários de espaços destinados a comércio e armazém.

Esta medida teve por objetivo a mitigação ainda em 2022 dos efeitos do COVID-19 no tecido económico e social, e representou um valor total de cerca de 700 mil euros.

No âmbito do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto (RIIMMP) que, recorde-se, visa o desenvolvimento do mercado de arrendamento com renda acessível para fins habitacionais, o estímulo à habitação própria e permanente na cidade do Porto e à fixação de residência de famílias e jovens e o apoio à reabilitação urbana, assistiu-se, por via da aplicação dos benefícios fiscais nele previstos, a uma redução da carga fiscal dos cidadãos do Porto em cerca de 5,1 milhões de euros.

A redução em 15% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para a habitação própria e permanente abrangeu 49.101 agregados familiares e representou uma despesa fiscal de 2,3 milhões de euros. A isenção de IMI e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) no âmbito do apoio à reabilitação do edificado urbano abrangeu 459 prédios/frações autónomas objeto de reabilitação urbana, num valor estimado de 2,8 milhões de euros e a isenção de IMI para as Associações de Moradores totalizou cerca de 35 mil euros.

Destaca-se, ainda, o agravamento em triplo da taxa de IMI do ano 2022 aplicável aos 390 prédios e frações autónomas declarados devolutos, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio, o que representará um aumento estimado do valor do IMI em cerca de 200 mil euros, tendo em consideração a média do valor patrimonial tributário por prédio de 52.500€.

Na área da gestão financeira e orçamental foram apresentadas, em 2022, as demonstrações financeiras e orçamentais de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) de 2021, foram elaborados os instrumentos

previsionais de 2023, bem como três alterações modificativas ao orçamento, sendo uma delas para integração do saldo de gerência, e 11 alterações permutativas.

Para além das análises financeiras, asseguraram-se os reportes legalmente exigidos às diversas entidades externas, bem como o tratamento de 32.830 faturas de fornecedores.

O ano de 2022 foi marcado pela implementação do novo software financeiro e sua estabilização, com particular exigência para toda a equipa financeira e com impacto em todas as unidades orgânicas, na adequação e ajustamento dos procedimentos ao *novo modus operandi*.

A atividade do Gabinete de Controlo de Gestão focou-se, assim, nos diversos desenvolvimentos e na otimização de funcionalidades com vista à estabilização deste software de gestão integrada dos recursos financeiros, que se espera que venha a potenciar o aumento dos níveis de eficiência interna e da qualidade do serviço prestado, bem como da flexibilidade na elaboração de relatórios de análise e gestão, com impacto ao nível da tomada de decisões atempadas e assertivas.

Na área da gestão das compras, formaram-se 3.128 contratos (+594 contratos face a 2021, um acréscimo de 23%), no valor de 133,4 M€ (um aumento de 189%, +83,3M€, face ao período homólogo), tendo-se gerado uma poupança no valor de 27,5 M€, ou seja, 20,6% do valor contratado (+2,3pp do que em 2021).

O peso do valor dos contratos sujeitos à concorrência, em linha com a demanda de soluções inovadoras, mais eficientes e eficazes, com maiores taxas de poupança bem como a aposta nos contratos transversais, representa quase 87,5% do valor total contratado (116,7 M€), um crescimento de 12,6pp (+82,2M€) face ao período homólogo.

Os critérios de sustentabilidade foram incorporados em 87,6% dos contratos formados em 2022, num total de 116,9 M€, representando um aumento de 24,9pp no número de contratos face a 2021.

Em 2022, 92,5% do valor contratado e 11,6% do número de contratos (uma variação positiva de 12,6pp e 0,3pp, respetivamente) dizem respeito a contratos continuados, com a transferência do ónus do armazenamento para o fornecedor e conseqüente diminuição de custos de armazenagem.

A taxa de litigância de 0,001% (-0,2% face a 2021) e a taxa de contratos visados pelo Tribunal de Contas 100%, consistente com os anos anteriores, são indicadoras do cuidado colocado nos processos de formação de contrato.

Na gestão de ativos foram inventariados 10.726 novos bens móveis e a eliminados 1.784, na sequência de 154 processos de abate.

As ocupações dos bens imóveis por entidades terceiras geraram 4,9 milhões de euros, decorrente de uma taxa de ocupação de 99,5% dos imóveis.

Ao longo do ano realizaram-se 853 visitas a 69 edifícios, para aferir do seu estado de conservação e segurança quanto ao uso.

Dos 94 edifícios com serviços municipais foram elaboradas e atualizadas 48 Medidas de Autoproteção e elaboradas 45 fichas de caracterização, que vão permitir elaborar planos de monitorização e planos de manutenção preventiva e corretiva, minimizando o risco de gravidade nas patologias que possam ser detetadas precocemente ou até mesmo evitadas.

No domínio da gestão de Fontes de Financiamento foram pesquisadas 498 linhas de financiamento, no âmbito do Portugal 2020 e dos programas Europa Criativa; Cidadania, Igualdade, Direitos e Valores, Erasmus +, Mecanismo Interligar a Europa, Horizonte Europa, o Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, e outros como o Fundo Ambiental e o Plano de Recuperação e Resiliência.

Desta pesquisa resultou a divulgação de 122 linhas de financiamento.

O Município Porto participou na preparação e apresentação de 46 candidaturas, sendo que três integram-se no âmbito do ciclo de programação 2014-2020, uma ao Horizonte Europa, cinco a outras iniciativas, designadamente fundos geridos pela Administração Central, e 37 no âmbito no Next Generation EU, das quais 36 foram submetidas ao Plano de Recuperação e Resiliência. O total das candidaturas submetidas representa um investimento elegível de cerca de 41,9 milhões euros e uma comparticipação externa solicitada de cerca de 35,6 milhões de euros.

Em 2022 foram aprovadas 14 candidaturas, 3 do Portugal 2020, uma ao COMPETE 2020, uma ao Horizonte Europa, 7 candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência e duas ao Fundo Ambiental, correspondendo a um investimento elegível de cerca de 10,3 milhões euros e a uma comparticipação externa de cerca de 10 milhões euros.

No que diz respeito à monitorização da execução dos projetos com financiamento externo, foi necessário assegurar a gestão de 64 candidaturas. Decorrente da monitorização física e financeira destas candidaturas, foram apresentadas reprogramações temporais e ou financeiras e efetuados pedidos de pagamento. A comparticipação recebida dos programas de financiamento em 2022 foi de 5,8 milhões de euros.

No ano de 2022 foi dada continuidade à implementação do Plano de Ação para a Aceleração da Execução do PO NORTE 2020, que previa um conjunto de medidas para acelerar a execução dos fundos comunitários, desde a possibilidade de reafectar verbas entre fundos, e prioridades de investimento do PDCT e do PEDU, à Medida excecional de Reforço da Taxa de Comparticipação de Operações do setor local. Estas medidas contribuíram para o reforço de fundos de algumas candidaturas como o Mercado do Bolhão, o Terminal Intermodal de Campanhã e a Escola Secundária Alexandre Herculano.

Em matéria de gestão de pessoas, em 2022, verificou-se uma contínua aposta na otimização da performance organizacional, lado a lado com o bem-estar dos trabalhadores. Destaca-se nesse ano o processo de descentralização administrativa na área da educação com a transição de cerca de 950 novos trabalhadores, implicando um crescimento na ordem dos 30% no mapa de pessoal do Município.

Foi necessário proceder, num curto espaço de tempo, à incorporação dos dados de cadastro, remunerações, assiduidade, objetivos e respetivas competências nos aplicativos informáticos. A sua entrada obrigou à disponibilização dos vencimentos no mês de integração e à antecipação, em três dias, da data de pagamentos do Município.

Dentro do programa de bem-estar, foram realizadas 427 consultas de psicologia, 474 de medicina curativa e 2.954 de medicina do trabalho, além de 1.914 serviços de enfermagem.

O Município disponibilizou, ainda, a administração gratuita da vacina da gripe a 985 trabalhadores.

Realizaram-se 401 ações de informação e 1.021 visitas aos postos de trabalho em matéria de segurança e saúde no trabalho.

No final do ano, havia sido concretizado 89% do plano de formação e cumprida 91% da taxa de atualização dos percursos formativos das carreiras gerais. Destaque para

as 32 edições do Programa de Liderança, numa ótica de crescimento individual e reforço da capacitação e desenvolvimento de equipas.

Foram efetuados 186 procedimentos concursais, que deram origem a 406 novos postos de trabalho, envolvendo 22.787 candidatos.

A iniciativa Clube de Prata voltou a atribuir uma Menção Honrosa aos 130 trabalhadores que completaram 25 anos ao serviço do Município.

Da reestruturação do Sistema Integrado de Gestão resultou a reengenharia de 32 macroprocessos, a redefinição de 24 mapas estratégicos e a atualização de 579 documentos.

Em 2022, o Município manteve a certificação pelas normas NP EN ISO 9001:2015; NP ISO 45001:2019; NP 4427:2018; e NP 4552:2016, renovou a certificação na NP EN ISO 14001:2015 e foi certificado na ISO 22320:2018, relativa a Segurança e Resiliência - Gestão de Emergência.

No âmbito da atuação dos Sistemas de Informação do Município, foram realizados desenvolvimentos evolutivos e novos *dashboards* de visualização de indicadores e ocorrências georreferenciadas em mapas para suporte à atividade do Centro de Gestão Integrada (CGI), assim como portais para apresentação de informação geográfica, na área do espaço público, mobiliário urbano e no âmbito da Carta Geotécnica do Porto.

No que se refere a Business Intelligence, foram criados novos temas nas Áreas do Alojamento Local, Ambiente, Património e Gestão de Reclamações no Portal de Gestão

No âmbito da segurança dos sistemas de informação, foi instalada uma *firewall* dedicada às aplicações web disponibilizadas na internet, e aplicado o sistema de dupla autenticação no acesso ao serviço de correio eletrónico e no acesso a algumas aplicações internas expostas na internet, como o WebSAD, Portal do Trabalhador e Sistema de Assiduidade.

Foram eliminadas duas centrais telefónicas analógicas e substituídos 112 telefones por equipamentos VoIP.

De referir a conclusão do Livro de Obra Eletrónico, a implementação do novo processo de registo e autenticação de munícipes e a entrada em funcionamento do novo ERP financeiro.

Foi ainda concluído o website e respetiva infraestrutura tecnológica de suporte e de integração de dados para os Terminais Rodoviários e Interfaces de Transporte Público do Município.

No ano de 2022 o suporte prestado abrangeu 4.804 utilizadores e 3.151 computadores pessoais, distribuídos por 123 locais no concelho do Porto. Foi também prestada assistência a 98 aplicações de apoio às diferentes áreas de negócio da autarquia e 345 servidores físicos e virtuais. Na atividade diária foram registados e resolvidos 13.894 pedidos de serviço e incidentes.

No âmbito da assessoria jurídica, foram validadas todas as propostas submetidas ao Executivo Municipal, num total de 475. A Divisão Municipal de Assessoria e de Gestão da Produção Jurídica ministrou 21 ações de formação, num total de 112 horas.

Foram emitidos 963 pareceres jurídicos relativos a informações, acumulação de funções e averbamento de jazigos.

Além das 202 reuniões com os serviços municipais e unidades orgânicas, foi garantida assessoria jurídica ao nível da revisão e interpretação do Código Regulamentar do Município, de projetos transversais à autarquia e de vários regulamentos.

Em matéria de Contencioso, foi garantida a representação judicial em 82 novos processos, de um total de 361 em acompanhamento até ao final do ano.

O Município foi notificado de 63 sentenças transitadas em julgado, sendo 47 dessas sentenças favoráveis à autarquia ou acordos efetuados, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 75%.

A Divisão Municipal de Contencioso terminou o Projeto de “Combate às Pendências DMC”, que permitiu chegar aos 1.373 processos com despacho de arquivo, enviar 1.491 para o DMSJ.Arquivo e reclassificar 9.913 NUD, carregando os componentes em Porto.Doc.

Relativamente aos procedimentos disciplinares, em 2022 foram concluídos dez processos e instaurados 13.

Foram ainda emitidas 608 informações em matéria de contencioso: 108 de responsabilidade civil extracontratual, 24 a Entidades de Tutela, 205 respostas de Expediente Institucional, 259 informações de processos judiciais 12 de Danos em Património Municipal.

Ao nível da instrução dos processos contraordenacionais e de execução fiscal, foram instaurados 8.651 processos de execução fiscal, 2.250 de contraordenações municipais e 7.979 de contraordenações rodoviárias. No seu conjunto, a receita arrecadada foi superior a 2,6 milhões de euros.

O Município foi notificado de 61 sentenças em processos judiciais de contraordenação, sendo 48 dessas sentenças favoráveis à autarquia, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 79%.

Em 2022, foram ministradas ações de sensibilização a trabalhadores: seis para o Departamento Municipal de Fiscalização em matéria de contraordenações municipais, três para a Polícia Municipal relativa a contraordenações rodoviárias e outras quatro sobre execuções fiscais dirigidas ao Gabinete do Município.

Foram emitidos 2.072 pareceres jurídicos, com um tempo médio de resposta de dois dias, relativos à formação de contratos.

Na área de Notariado, teve início um novo projeto, relacionado com a tramitação de processos em Porto.Doc, com vista à definição de novos indicadores e formas de controlo mais eficazes, permitindo a sua (potencial) integração no Portal de Gestão.

Procedeu-se ao tratamento e registo de 323 contratos e/ou protocolos e foram realizadas 40 escrituras públicas.

No que diz respeito à área do Tribunal de Contas, foi prestado apoio jurídico na instrução de 25 novos processos.

No ano 2022 foram promovidas 11 Ações de Sensibilização Jurídicas sobre diversas matérias relativas à execução de contratos, junto dos diversos Gestores de Contratos do Município.

Constituída em agosto, a Divisão Municipal de Apoio à Gestão de Contratos procedeu à tramitação de 36 procedimentos excluídos da parte II do Código dos Contratos Públicos e à parametrização de 82 contratos de apoio na plataforma eletrónica de compras da acinGov; ministrou três formações a gestores de contrato do Município e desenvolveu *dashboards* informativos.

Após um período prolongado de pandemia, em 2022 o Departamento Municipal de Fiscalização retomou a normalidade da atividade.

Foram realizadas 11.112 ações de fiscalização de ocupação do espaço público, 387 vistorias para efeitos de atribuição de benefícios fiscais em obras de reabilitação e

outras 426 para garante de segurança e salubridade de edificações, tendo ainda sido assegurado o tratamento de 5.041 pedidos de inspeção de elevadores.

Em matéria de obras particulares, deram início, por denúncia, 448 processos e 259 por solicitação de outras entidades.

Em 2022, foram realizadas 1.787 vistorias para efeitos de registo de alojamento local, determinadas 367 propostas de agravamento de IMI e 280 para reagravamento do imposto. Foram detetados 1.259 ilícitos com autos de contraordenação em diversas áreas.

Em 2022, foram efetuados 267.706 atendimentos pelo Gabinete do Município, numa média diária de 1.066. Os canais à distância mantêm-se primordiais, representando 84% da totalidade dos atendimentos: a Linha **Porto** recebeu 149.984 chamadas (uma média diária de 598) e o Portal do Município recebeu 68.895 formulários (uma média diária de 272).

A desmaterialização à entrada de todo o expediente mantém-se como a prática que sustenta e viabiliza a tramitação digital de todos os processos, tendo sido efetuados 9.342 registos formulados via postal, um aumento de 3% face a 2021. A digitalização sistemática dos processos garantiu o registo e digitalização, no Arquivo Geral do Município, das 4.643 fichas técnicas de habitação recebidas

Em 2022, foram recebidos 8.336 pedidos de Licenciamento Zero através do Balcão do Empreendedor, mais 52% do que no ano anterior.

Durante os meses de março e abril, o Serviço Municipal de Proteção Civil assegurou os recursos humanos e logísticos do centro logístico municipal no âmbito da campanha “Somos todos Ucrânia”. Totalizaram-se 621 doações de bens, dos quais 46% em alimentação, 26% em vestuário, 22% em produtos de higiene, 5% em medicamentos e outros bens (1%), enviados em sete camiões TIR para a Ucrânia.

A Proteção Civil assumiu, ainda, a ligação com outros serviços e empresas municipais, juntas de freguesia, empresas privadas e associações na organização da ajuda humanitária, nos serviços de apoio e integração e no transporte de cerca de uma centena de refugiados para estruturas de retaguarda social.

O Plano Municipal de Segurança Rodoviária, o Plano Municipal de Arborização, o Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água, os Planos de Contingência Saúde Sazonal – Módulos Verão e Inverno e o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Douro contaram, também, com a cooperação do serviço.

A logística da Proteção Civil foi reforçada com a aquisição de 18 rádios para operar dentro do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

No que concerne à área de Proteção de Dados, prosseguiu o trabalho de revisão e conclusão do levantamento dos tratamentos de dados das várias unidades orgânicas e foi necessária uma revisão/retificação dos Registos de Atividade de Tratamentos de Dados, devido às alterações da macroestrutura do Município.

O Departamento Municipal de Proteção de Dados (DMPD) continuou a colaborar no programa de Capacitação Inicial para os trabalhadores que passam a integrar os quadros do Município, a que acrescem formações específicas solicitadas pelas próprias unidades orgânicas. Foi também ministrada a formação “Proteção de Dados - Criação de Modelo Organizacional”, que incluiu briefings aos respetivos dirigentes.

O DMPD organizou, ainda, a “Clínica de Proteção de Dados”, que envolveu os encarregados de Proteção de Dados do universo do municipal para partilha de boas práticas e esclarecimento de dúvidas. O departamento esteve também envolvido no projeto “Divulgação ao Município da tramitação do seu processo e fluxo de tratamento de dados”, liderado pela Direção Municipal dos Serviços ao Município.

Importa ainda referir o trabalho de suporte, nas valências técnicas jurídica, informática e de organização e gestão, efetuado internamente junto das unidades orgânicas.

Foram recebidas 239 solicitações (internas ou de outros municípios e organizações públicas), cujo tempo médio de resposta de um dia correspondeu ao objetivo traçado.

Idêntico prazo médio tiveram as respostas às duas dezenas de pedidos relativos ao exercício de direitos / pedidos de esclarecimento dos Titulares de Dados.

Tendo presente a melhoria da qualidade e conseqüente reutilização dos conjuntos de dados, o Departamento Municipal de Proteção de Dados definiu, com base nos referenciais internacionais – DCAT-AP, GeoDCAT-AP, orientações INSPIRE e Perfil Nacional de Metadados da Informação Geográfica – uma proposta de perfil de metadados a aplicar no Município do Porto.

Simultaneamente, deu-se início a uma validação dos conjuntos de dados publicados nas duas plataformas – INDEX e Portal de Dados Abertos – promovendo, junto do universo municipal, um novo exercício de inventariação de dados geográficos e não geográficos que produzidos e/ou detidos no exercício das atribuições e competências.

Foi dado um importante passo na definição e comunicação da Política de Valorização de Dados do Município, em parceria com a Associação Porto Digital e com a Direção Municipal de Sistemas de Informação, que visa o desenvolvimento de uma cultura organizacional de decisão apoiada em dados e que assume, de forma transversal à organização, a importância da informação na gestão e operação dos serviços públicos.

5. RELATÓRIO FINANCEIRO

5.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

5.1.1 Equilíbrio Orçamental

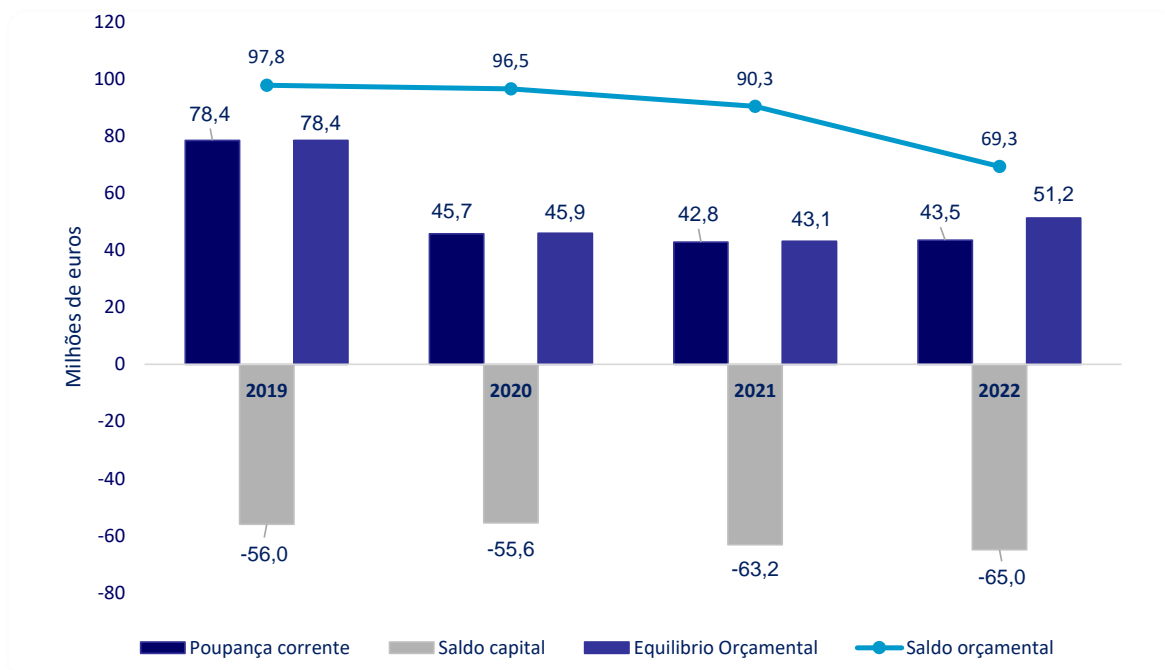
A regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o RFALEI, estabelece que o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e ainda que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre esta regra orçamental, sendo o saldo corrente de 43,5 milhões de euros, superior aos 17,3 milhões de euros previstos no orçamento inicial, o que permitiu financiar as despesas de capital.

Quadro 2 - Saldos Orçamentais

| Designação | 2022 € | 2021 € | Variação 21-22 |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| Receita corrente cobrada | 256 544 552,27 | 220 536 316,76 | 16,3% |
| Despesa corrente paga | 213 077 008,63 | 177 775 320,31 | 19,9% |
| Saldo corrente | 43 467 543,64 | 42 760 996,45 | 1,7% |
| Receita capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros) | 5 756 109,48 | 25 146 591,34 | -77,1% |
| Despesa capital (excluídos Ativos e Passivos Financeiros) | 70 718 309,63 | 88 311 962,01 | -19,9% |
| Saldo de capital | -64 962 200,15 | -63 165 370,67 | 2,8% |
| Receita efetiva | 264 898 805,92 | 250 352 049,54 | 5,8% |
| Despesa efetiva | 283 795 318,26 | 266 087 282,32 | 6,7% |
| Saldo global | -18 896 512,34 | -15 735 232,78 | 20,1% |
| Receita efetiva | 264 898 805,92 | 250 352 049,54 | 5,8% |
| Despesa primária | 283 680 510,98 | 266 044 340,67 | 6,6% |
| Saldo primário | -18 781 705,06 | -15 692 291,13 | 19,7% |
| Receita total cobrada | 268 711 475,51 | 267 098 877,94 | 0,6% |
| Despesa total paga | 289 778 618,26 | 273 267 319,52 | 6,0% |
| Saldo da gerência anterior | 90 344 766,14 | 96 513 207,72 | -6,4% |
| Saldo orçamental | 69 277 623,39 | 90 344 766,14 | -23,3% |
| Receita corrente bruta | 265 555 985,46 | 222 278 143,64 | 19,5% |
| Despesa corrente | 213 077 008,63 | 177 775 320,31 | 19,9% |
| Amortizações médias de empréstimos MLP | 1 254 040,24 | 1 395 569,03 | -10,1% |
| Equilíbrio orçamental | 51 224 936,59 | 43 107 254,30 | 18,8% |

Para além do bom desempenho financeiro evidenciado pela poupança corrente do exercício destaca-se, ainda, o equilíbrio orçamental positivo de 51,2 milhões de euros, obtido através do apuramento do saldo corrente deduzido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo que compara com o valor de 43,1 milhões de euros do ano anterior.

Figura 16 - Regras orçamentais de equilíbrio



O saldo de capital regista um ligeiro decréscimo, face a 2021, justificado pela diminuição das receitas de capital, nomeadamente das transferências de capital, de montante superior à redução das despesas de capital.

O saldo orçamental de 69,3 milhões de euros, inferior em 21,1 milhões de euros face ao período homólogo, resulta do aumento mais expressivo dos pagamentos comparativamente ao aumento dos recebimentos.

5.1.2 Principais indicadores

Os rácios orçamentais registam, em 2022, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

Quadro 3 - Indicadores Receita

| Indicador | Rácio | 2021 | 2022 |
|--|---|--------|--------|
| Grau de Execução da Receita | Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas | 106,3% | 100,0% |
| Varição da receita total | Receita cobrada líquida ano (n) / Receita cobrada líquida ano (n-1) | 10,8% | -1,3% |
| Grau de Execução da Receita Corrente | Receita corrente cobrada líquida / Previsões receita corrente corrigidas | 107,2% | 100,0% |
| Varição das receitas correntes | Receita corrente cobrada líquida ano (n) / Receita corrente cobrada líquida ano (n-1) | 9,6% | 16,3% |
| Peso das receitas correntes no total da receita | Receita corrente cobrada líquida / Total receita cobrada | 60,7% | 71,4% |
| Peso das receitas fiscais no total da receita corrente | Receita cobrada líquida dos impostos e taxas / Total receita corrente cobrada | 74,6% | 70,0% |
| Peso das receitas próprias no total da receita | Receitas Próprias / Total receita cobrada | 50,5% | 56,9% |
| Estrutura da receita efetiva | Receita cobrada efetiva / Total receita cobrada efetiva | 11,9% | 3,2% |
| Grau de realização das liquidações | Recebimentos / Liquidações | 93,8% | 92,3% |

A receita total registra um decréscimo de -1,3%, relativamente ao ano de 2021. Para este decréscimo contribuem a redução das receitas de capital, das reposições não abatidas aos pagamentos, dos passivos financeiros e do saldo da gerência anterior conjugado com uma variação positiva das receitas correntes.

Para o aumento das receitas correntes quando comparadas com 2021 contribui as receitas fiscais, que continuam a ter um peso muito significativo nas receitas correntes, a que acrescem as transferências correntes, por força da descentralização de competências na área da educação.

A variação percentual das receitas próprias, superior à ocorrida na receita total faz com que o peso das receitas próprias no total da receita registre um aumento mantendo-se, o seu bom desempenho.

A estrutura da receita efetiva evidencia a redução do peso das receitas de capital por força do decréscimo das transferências de capital. Os recebimentos mantêm um bom desempenho ao longo dos anos, sendo superiores a 92% das liquidações efetuadas.

Quadro 4 - Indicadores Despesa

| Indicador | Rácio | 2021 | 2022 |
|--|---|-------|-------|
| Grau de Execução da Despesa | Despesa paga líquida / Dotações corrigidas | 79,9% | 80,7% |
| Varição da despesa total | Despesa paga líquida ano (n) /Despesa paga líquida ano (n-1) -1 | 17,9% | 6,0% |
| Grau de Execução da Despesa Corrente | Despesa corrente paga líquida/ Dotações despesa corrente corrigidas | 80,0% | 88,1% |
| Varição das despesas correntes | Despesa corrente paga líquida ano (n) /Despesa corrente paga líquida ano (n-1) -1 | 14,3% | 19,9% |
| Peso das despesas correntes no total da despesa | Despesa corrente paga líquida / Total despesa paga | 65,1% | 73,5% |
| Peso das despesas com o pessoal no total da despesa corrente | Despesas com o pessoal / Total despesa corrente paga | 44,8% | 42,4% |
| Peso das despesas de investimento nas despesas totais | Despesas de investimento/Total despesa paga | 29,6% | 23,0% |
| Estrutura da despesa efetiva | Despesa paga efetiva / Total despesa paga efetiva | 33,2% | 24,9% |
| Grau de execução das obrigações | Pagamentos / Obrigações | 99,4% | 99,1% |

O grau de execução orçamental da despesa regista uma melhoria face a 2021. Ao nível das despesas totais verifica-se um acréscimo de 6% correspondendo a 16,5 milhões de euros em termos absolutos, registando-se um acréscimo em todas as rubricas de despesas correntes, com exceção das aquisições de bens e serviços, e uma redução em todas as rubricas de despesa de capital e dos passivos financeiros.

O crescimento das despesas correntes de 19,9% correspondendo a 35,3 milhões de euros, resulta do aumento em todas as rubricas com exceção da aquisição de bens e serviços que regista uma ligeira redução. O peso das despesas correntes no total da despesa aumenta em 8,4 p.p. face a 2021.

Regista-se uma redução do peso das despesas com o pessoal na despesa corrente passando de 44,8% em 2021 para 42,4% em 2022.

As despesas de investimento registaram uma redução no peso nas despesas totais situando-se nos 23% em 2022.

A estrutura da despesa efetiva evidencia uma diminuição do peso da despesa de capital em todas as rubricas. Os pagamentos apresentam um desempenho muito próximo dos 100%, em linha com um dos objetivos do Município de manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores.

Quadro 5 - Indicadores Equilíbrio Orçamental e Dívida

| Indicador | Rácio | 2021 | 2022 |
|--|---|--------|--------|
| Peso do saldo corrente no total da receita corrente | Saldo corrente / Total receita cobrada | 19,4% | 16,9% |
| Peso do serviço da dívida no total da receita corrente | Serviço da dívida / Total receita corrente cobrada | 3,3% | 2,2% |
| Grau de cobertura da despesa | Total receita cobrada / Total despesa paga | 133,1% | 123,9% |
| Grau de cobertura da despesa corrente e amortizações médias EMLP | Total receita corrente cobrada / (despesa corrente paga + amortizações médias EMLP) | 123,1% | 119,7% |
| Grau de cobertura da despesa de capital | Total receita capital cobrada* / Total despesa capital paga* | 28,5% | 8,1% |

* excluídos ativos e passivos financeiros

A variação positiva da receita corrente superior à ocorrida no saldo corrente faz com que o rácio que lhe está associado registe uma ligeira redução face ao ano anterior.

A diminuição do serviço da dívida associado ao aumento da receita corrente justifica que o respetivo rácio registe uma diminuição de 1,1 p.p. relativamente ao ano anterior.

A despesa paga pelo município continua a ser toda coberta pela receita cobrada que incluiu o saldo de gerência do ano anterior ficando, ainda, um excedente de 23,9% a transitar para 2023.

A despesa de capital foi financiada pela receita de capital em 8,1%, registando um decréscimo de 20,4 p.p. face ao período homólogo, por força essencialmente da diminuição das receitas provenientes das transferências de capital.

5.2 ANÁLISE DA DESPESA

5.2.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa

Quadro 6 - Modificações ao orçamento segundo a natureza

| Designação | Dotação Inicial | | Dotação Final | | Variação | |
|--|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|----------------------|-------------------|
| | € | % | € | % | € | % |
| Despesas correntes | 200 420 767,00 | 62,8% | 241 927 781,84 | 67,4% | 41 507 014,84 | 20,7% |
| Despesas com pessoal | 82 990 372,00 | 26,0% | 92 522 316,50 | 25,8% | 9 531 944,50 | 11,5% |
| Aquisição de bens e serviços | 58 909 714,00 | 18,5% | 70 983 843,84 | 19,8% | 12 074 129,84 | 20,5% |
| Juros e outros encargos | 405 721,00 | 0,1% | 405 721,00 | 0,1% | 0,00 | 0,0% |
| Transferências correntes | 12 957 991,00 | 4,1% | 17 211 192,33 | 4,8% | 4 253 201,33 | 32,8% |
| Subsídios | 42 998 823,00 | 13,5% | 56 072 841,12 | 15,6% | 13 074 018,12 | 30,4% |
| Outras despesas correntes | 2 158 146,00 | 0,7% | 4 731 867,05 | 1,3% | 2 573 721,05 | 119,3% |
| Despesas de capital | 118 578 813,00 | 37,2% | 110 009 699,66 | 30,6% | -8 569 113,34 | -7,2% |
| Aquisição de bens de capital | 114 401 100,00 | 35,9% | 101 626 434,27 | 28,3% | -12 774 665,73 | -11,2% |
| Transferências de capital | 3 179 725,00 | 1,0% | 4 561 753,00 | 1,3% | 1 382 028,00 | 43,5% |
| Outras despesas de capital | 997 988,00 | 0,3% | 3 821 512,39 | 1,1% | 2 823 524,39 | 282,9% |
| Total das Despesas Efetivas | 318 999 580,00 | 100,0% | 351 937 481,50 | 98,0% | 32 937 901,50 | 10,3% |
| Ativos financeiros | 400,00 | 0,0% | 1 600 400,00 | 0,4% | 1 600 000,00 | 400000,0% |
| Passivos financeiras | 20,00 | 0,0% | 5 500 020,00 | 1,5% | 5 500 000,00 | 27500000,0% |
| Total das Despesas não Efetivas | 420,00 | 0,0% | 7 100 420,00 | 2,0% | 7 100 000,00 | 1690476,2% |
| Total | 319 000 000,00 | 100,0% | 359 037 901,50 | 100,0% | 40 037 901,50 | 12,6% |

Ainda que a elaboração do orçamento seja norteadada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são excessivas, insuficientes ou até mesmo inexistentes, nomeadamente pelo tempo que medeia a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita.

As alterações orçamentais de acordo com o definido na NCP 26, constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento à execução orçamental. Neste sentido, as alterações orçamentais efetuadas em 2022, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 40 milhões de euros, tendo sido realizadas 3 alterações orçamentais modificativas, nomeadamente para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior; para inscrição da verba prevista a ser recebida no âmbito do processo de descentralização da educação e a respetiva despesa; e para a inclusão e/ou anulação de projetos

considerados nas Grandes Opções do Plano refletindo a alteração ocorrida por força da reestruturação da organização dos serviços municipais.

As modificações ao orçamento, não tendo alterado a sua estrutura, aumentaram o peso das despesas correntes, em 4,6 p.p., verificando-se a redução do peso das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

Nas despesas correntes, com exceção dos juros e outros encargos, todos os agrupamentos são reforçados. No agrupamento das despesas com pessoal, em face da transição dos trabalhadores da área da educação para o Município do Porto, procedeu-se ao reforço das respetivas dotações.

Em aquisição de bens e serviços, foram reforçadas as rubricas de alimentação-refeições confeccionadas por força da descentralização de competências na área da educação, outros bens, locação de material de transporte, vigilância e segurança, e outros trabalhos especializados, nomeadamente para o projeto Planeamento de Emergência.

Nas transferências correntes e decorrente da descentralização de competências na área da educação, verificou-se o aumento da dotação para a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências e recursos do Município do Porto nos agrupamentos escolares e escolas não agrupadas. Foram também reforçadas dotações para apoio a ações de interesse cultural e para a dinamização económica da cidade.

Nos subsídios os reforços destinaram-se às transferências para a empresa municipal Porto Ambiente, EM no âmbito do contrato programa tendo em vista o objetivo de garantia da neutralidade carbónica da cidade do Porto até 2030, para a Porto Vivo, SRU no âmbito do 3º aditamento ao contrato programa para a execução da atividade das ilhas (1º Direito) e para a STCP no âmbito do contrato de concessão de serviço público de transporte de passageiros e STCP Serviços no âmbito do contrato programa que define os objetivos a serem prosseguidos na área dos transportes públicos e mobilidade.

As dotações de outras despesas correntes foram reforçadas essencialmente para pagamento do IVA ao Estado.

Nas despesas de capital o reforço verificou-se nas transferências de capital para a reposição da dotação afeta à LIPOR e em ativos financeiros para a proposta de

aumento de capital do Invesurb, FEIFF; nos passivos financeiros com vista à amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI; e em outras despesas de capital para pagamento de indemnizações.

A redução ao nível das despesas de capital ocorre na aquisição de bens de capital essencialmente por força do ajustamento ao contrato com a empresa municipal GO Porto, EM.

Quadro 7 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável

| Orgânica / Serviço Responsável | Orçamento Inicial | | Orçamento Final | | Variação | |
|---|-----------------------|-------------|-----------------------|---------------|----------------------|--------------|
| | € | % | € | % | € | % |
| Assembleia Municipal | 192 050,00 | 0,1% | 195 203,52 | 0,1% | 3 153,52 | 1,6% |
| Executivo Municipal | 8 948 196,00 | 2,8% | 9 504 974,97 | 2,6% | 556 778,97 | 6,2% |
| D. M. da Presidência | 1 718 110,00 | 0,5% | 2 430 629,63 | 0,7% | 712 519,63 | 41,5% |
| D. M. Recursos Financeiros | 146 564 212,00 | 45,9% | 128 945 219,51 | 35,9% | -17 618 992,49 | -12,0% |
| D. M. G. Pessoas e Organização | 84 756 756,00 | 26,6% | 94 314 551,71 | 26,3% | 9 557 795,71 | 11,3% |
| D. M. Cultura e Património | 5 160 244,00 | 1,6% | 6 828 044,27 | 1,9% | 1 667 800,27 | 32,3% |
| Dep. M. Mobilidade | 26 757 469,00 | 8,4% | 43 120 604,46 | 12,0% | 16 363 135,46 | 61,2% |
| D. M. Desenvolvimento Urbano | 2 556 981,00 | 0,8% | 8 492 305,25 | 2,4% | 5 935 324,25 | 232,1% |
| D. M. Sistemas de Informação | 4 426 830,00 | 1,4% | 6 734 826,56 | 1,9% | 2 307 996,56 | 52,1% |
| Polícia Municipal | 5 481 178,00 | 1,7% | 6 516 251,31 | 1,8% | 1 035 073,31 | 18,9% |
| Regimento de Sapadores Bombeiros | 1 297 180,00 | 0,4% | 1 756 002,87 | 0,5% | 458 822,87 | 35,4% |
| D. M. Serviços Jurídicos | 708 300,00 | 0,2% | 1 404 228,51 | 0,4% | 695 928,51 | 98,3% |
| D. M. Educação | 6 112 554,00 | 1,9% | 10 092 606,86 | 2,8% | 3 980 052,86 | 65,1% |
| Dep.M. Atividades Económicas | 3 185 144,00 | 1,0% | 1 976 143,22 | 0,6% | -1 209 000,78 | -38,0% |
| Dep. M. Fiscalização | 263 388,00 | 0,1% | 334 163,03 | 0,1% | 70 775,03 | 26,9% |
| Dep. M. Coesão Social | 3 686 262,00 | 1,2% | 4 035 879,12 | 1,1% | 349 617,12 | 9,5% |
| D. M. de Serviços ao Município | 498 515,00 | 0,2% | 780 595,47 | 0,2% | 282 080,47 | 56,6% |
| Dep.M.P.Saúde e Qualidade de Vida e Juventude | 148 750,00 | 0,0% | 202 445,24 | 0,1% | 53 695,24 | 36,1% |
| Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiamento | 122 365,00 | 0,0% | 13 348,95 | 0,0% | -109 016,05 | -89,1% |
| Serviço M. de Proteção Civil | 125 705,00 | 0,0% | 1 363 960,53 | 0,4% | 1 238 255,53 | 985,0% |
| Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental | 1 793 042,00 | 0,6% | 1 918 202,25 | 0,5% | 125 160,25 | 7,0% |
| Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas | 13 650 564,00 | 4,3% | 15 744 215,85 | 4,4% | 2 093 651,85 | 15,3% |
| Dep. M. de Economia | 421 913,00 | 0,1% | 2 443 846,77 | 0,7% | 2 021 933,77 | 479,2% |
| Dep. M. de Proteção de Dados | 12 455,00 | 0,0% | 15 642,82 | 0,0% | 3 187,82 | 25,6% |
| Dep. M. de Descentralização Administrativa | 5 696,00 | 0,0% | 1 086,56 | 0,0% | -4 609,44 | -80,9% |
| Dep. M. de Espaço Público | 0,00 | 0,0% | 1 820 711,52 | 0,5% | 1 820 711,52 | |
| Dep. M. de Turismo e Internacionalização | 0,00 | 0,0% | 546 069,74 | 0,2% | 546 069,74 | |
| Operações Financeiras | 406 141,00 | 0,1% | 7 506 141,00 | 2,1% | 7 100 000,00 | 1748,2% |
| Total | 319 000 000,00 | 100% | 359 037 901,50 | 100,0% | 40 037 901,50 | 12,6% |

Do ponto de vista dos Serviços Responsáveis, e em termos de reforços orçamentais, destaca-se o Departamento Municipal de Mobilidade, com 16,4 milhões de euros, essencialmente para a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. por força do contrato de concessão de serviço público de transportes rodoviário de passageiros e STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda, no âmbito do contrato programa para a otimização da gestão

conjunta dos equipamentos, infraestruturas e serviços conexos ao sistema urbano de mobilidade e transportes; a Direção Municipal de Gestão de Pessoas e Organização, com 9,6 milhões de euros, para as remunerações certas e permanentes, nomeadamente, pessoal em funções, subsídio de refeição e subsídio de férias e de Natal, decorrente da descentralização de competências na área da educação; as Operações Financeiras, com 7,1 milhões de euros, para amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI e aumento de capital do Invesurb, FEIIF; a Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano, com 5,9 milhões de euros, essencialmente para aquisições/expropriações/permutas de terrenos e/ou edifícios e a Direção Municipal de Educação, com 4 milhões de euros designadamente para as despesas decorrentes da descentralização de competências na área da educação.

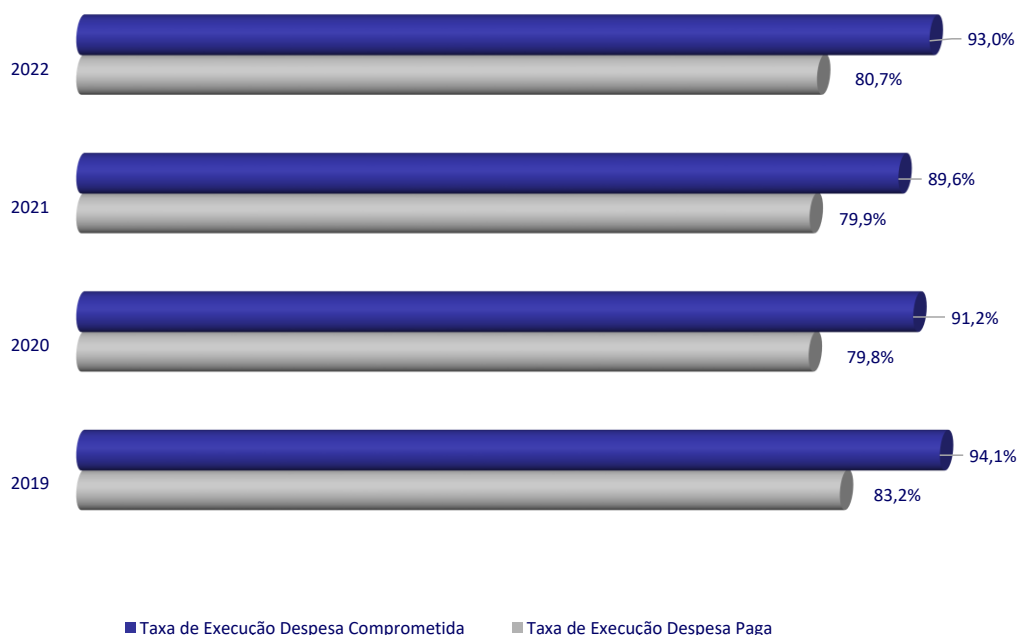
Em termos de anulações orçamentais, destaca-se a Direção Municipal de Recursos Financeiros, com -17,6 milhões de euros, essencialmente por força dos ajustamentos aos contratos com as empresas municipais, GO Porto, EM, DomusSocial, EM e Ágora, EM, o Departamento Municipal das Atividades Económicas com -1,2 milhões de euros, por efeito, nomeadamente, da transferência de dotações para o Departamento Municipal de Turismo e Internacionalização, em virtude da alteração da estrutura orgânica do Município do Porto.

5.2.2. Execução orçamental da despesa

A evolução da despesa paga mantém uma tendência de crescimento nos últimos três anos. A despesa comprometida registou em 2022 um aumento, interrompendo a tendência de decréscimo registada nos anos 2019/2021.

No que respeita aos valores pagos o grau de execução da despesa foi de 80,7% registando um ligeiro crescimento face a 2021.

Figura 17 - Taxa de Execução Despesa



Quadro 8 - Despesa por classificação económica

| Designação | Despesa Orçada | Despesa Comprometida | Despesa Faturada | Despesa Paga | Desvio | Taxa de Execução | | Dívida |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|--------------|---------------------|
| | € 1 | € 2 | € 3 | € 4 | € 5=4-1 | % 6=4/1 | % 7=2/1 | € 8=3-4 |
| Despesas correntes | 241 927 781,84 | 236 667 285,90 | 215 511 342,18 | 213 077 008,63 | -28 850 773,21 | 88,1% | 97,8% | 2 434 333,55 |
| Despesas com pessoal | 92 522 316,50 | 92 379 929,03 | 91 547 618,01 | 90 382 234,23 | -2 140 082,27 | 97,7% | 99,8% | 1 165 383,78 |
| Aquisição de bens e serviços | 70 983 843,84 | 66 761 643,35 | 47 972 718,17 | 46 878 012,01 | -24 105 831,83 | 66,0% | 94,1% | 1 094 706,16 |
| Juros e outros encargos | 405 721,00 | 114 807,28 | 114 807,28 | 114 807,28 | -290 913,72 | 28,3% | 28,3% | 0,00 |
| Transferências correntes | 17 211 192,33 | 16 845 177,16 | 15 366 234,90 | 15 310 575,07 | -1 900 617,26 | 89,0% | 97,9% | 55 659,83 |
| Subsídios | 56 072 841,12 | 55 850 973,29 | 55 850 897,08 | 55 732 313,30 | -340 527,82 | 99,4% | 99,6% | 118 583,78 |
| Outras despesas correntes | 4 731 867,05 | 4 714 755,79 | 4 659 066,74 | 4 659 066,74 | -72 800,31 | 98,5% | 99,6% | 0,00 |
| Despesas de capital | 110 009 699,66 | 91 171 690,25 | 70 861 431,06 | 70 718 309,63 | -39 291 390,03 | 64,3% | 82,9% | 143 121,43 |
| Aquisição de bens de capital | 101 626 434,27 | 86 067 134,47 | 66 851 159,48 | 66 708 038,05 | -34 918 396,22 | 65,6% | 84,7% | 143 121,43 |
| Transferências de capital | 4 561 753,00 | 4 399 380,77 | 3 305 096,58 | 3 305 096,58 | -1 256 656,42 | 72,5% | 96,4% | 0,00 |
| Outras despesas de capital | 3 821 512,39 | 705 175,01 | 705 175,00 | 705 175,00 | -3 116 337,39 | 18,5% | 18,5% | 0,00 |
| Total das Despesas Efetivas | 351 937 481,50 | 327 838 976,15 | 286 372 773,24 | 283 795 318,26 | -68 142 163,24 | 80,6% | 93,2% | 2 577 454,98 |
| Ativos financeiros | 1 600 400,00 | 483 451,00 | 483 300,00 | 483 300,00 | -1 117 100,00 | 30,2% | 30,2% | 0,00 |
| Passivos financeiros | 5 500 020,00 | 5 500 001,00 | 5 500 000,00 | 5 500 000,00 | -20,00 | 100,0% | 100,0% | 0,00 |
| Total das Despesas não Efetivas | 7 100 420,00 | 5 983 452,00 | 5 983 300,00 | 5 983 300,00 | -1 117 120,00 | 84,3% | 84,3% | 0,00 |
| Total | 359 037 901,50 | 333 822 428,15 | 292 356 073,24 | 289 778 618,26 | -69 259 283,24 | 80,7% | 93,0% | 2 577 454,98 |

Face ao orçado de 2022 o valor dos compromissos representaram 93% do orçamento e a faturação 81,4%.

As despesas correntes comprometidas ascendem a 97,8% do orçamento respetivo e a faturação a 89,1%. Em termos absolutos, são as aquisições de bens e serviços que apresentam o maior desvio, no montante de 4,2 milhões de euros, no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto, espelhando o esforço de contenção das despesas ao longo do ano.

As despesas de capital comprometidas ascendem a 82,9% do orçamento respetivo e a faturação a 64,4%.

Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados nos agrupamentos aquisição de bens de capital e aquisição de bens e serviços no montante de 34,9 e 24,1 milhões de euros, respetivamente.

Na aquisição de bens e serviços as rubricas com variações mais significativas são os outros bens, encargos das instalações, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, outros trabalhos especializados e outros serviços.

Na aquisição de bens de capital as rubricas com variações mais significativas são terrenos, aquisição de habitações, viadutos, arruamentos e obras complementares e equipamento básico.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2022 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2023 de 2,6 milhões de euros. Este valor, face a 2021, regista um acréscimo de 1 milhão de euros e corresponde, essencialmente, a faturas de dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha ainda vencido e às retenções e descontos (1,2 milhões de euros) no âmbito do processamento de remunerações.

A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2022, em 6 dias¹, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2022, a Direção Municipal de Recursos Financeiros (DMRF) é a direção que apresenta o maior peso

¹ Calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, adaptado através do Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

relativo em termos previsionais e em despesa paga, seguido da Direção Municipal de Gestão de Pessoas e Organização (DMGPO).

A taxa de execução mais elevada, com 96,9%, é referente à DMGPO, onde estão concentradas todas as despesas com pessoal, seguida do Serviço Municipal de Proteção Civil, com 89,7%, do Executivo Municipal com 87,3% e da DMRF, com 85,3%, que agrega as transferências para as empresas municipais, bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Quadro 9 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

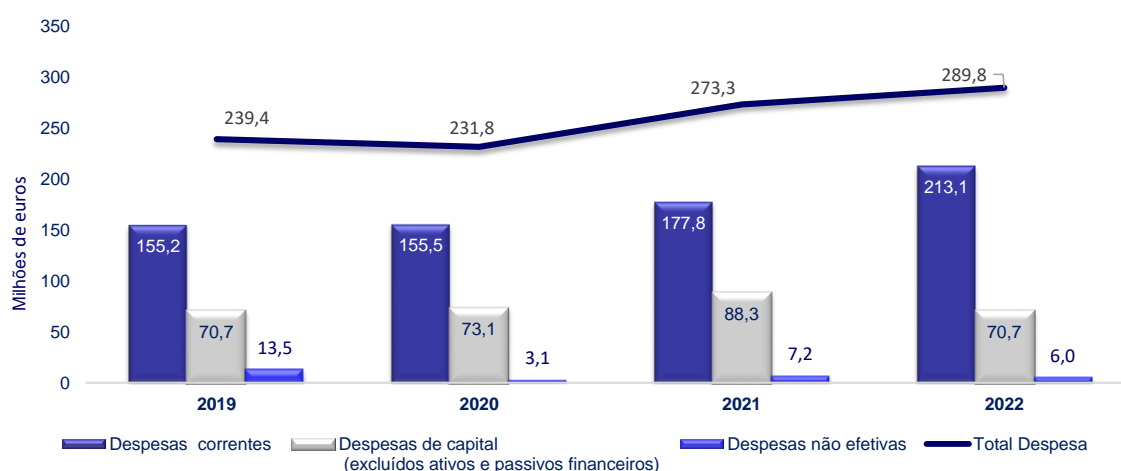
| Orgânica / Serviço Responsável | Orçamento Final | | Despesa Paga | | Taxa de Execução |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|------------------|
| | € | % | € | % | % |
| Assembleia Municipal | 195 203,52 | 0,1% | 114 322,25 | 0,0% | 58,6% |
| Executivo Municipal | 9 504 974,97 | 2,6% | 8 299 393,00 | 2,9% | 87,3% |
| D. M. da Presidência | 2 430 629,63 | 0,7% | 1 522 732,76 | 0,5% | 62,6% |
| D. M. Recursos Financeiros | 128 945 219,51 | 35,9% | 110 041 092,79 | 38,0% | 85,3% |
| D. M. G. Pessoas e Organização | 94 314 551,71 | 26,3% | 91 436 912,16 | 31,6% | 96,9% |
| D. M. Cultura e Património | 6 828 044,27 | 1,9% | 4 552 557,82 | 1,6% | 66,7% |
| Dep. M. Mobilidade | 43 120 604,46 | 12,0% | 30 046 809,14 | 10,4% | 69,7% |
| D. M. Desenvolvimento Urbano | 8 492 305,25 | 2,4% | 595 030,26 | 0,2% | 7,0% |
| D. M. Sistemas de Informação | 6 734 826,56 | 1,9% | 4 883 201,77 | 1,7% | 72,5% |
| Polícia Municipal | 6 516 251,31 | 1,8% | 4 361 553,16 | 1,5% | 66,9% |
| Regimento de Sapadores Bombeiros | 1 756 002,87 | 0,5% | 746 377,86 | 0,3% | 42,5% |
| D. M. Serviços Jurídicos | 1 404 228,51 | 0,4% | 942 225,65 | 0,3% | 67,1% |
| D. M. Educação | 10 092 606,86 | 2,8% | 7 347 555,05 | 2,5% | 72,8% |
| Dep.M. Atividades Económicas | 1 976 143,22 | 0,6% | 1 263 636,61 | 0,4% | 63,9% |
| Dep. M. Fiscalização | 334 163,03 | 0,1% | 142 009,20 | 0,0% | 42,5% |
| Dep. M. Coesão Social | 4 035 879,12 | 1,1% | 2 361 420,76 | 0,8% | 58,5% |
| D. M. de Serviços ao Múncipe | 780 595,47 | 0,2% | 506 386,82 | 0,2% | 64,9% |
| Dep.M.P.Saúde e Qualidade de Vida e Juventude | 202 445,24 | 0,1% | 118 560,11 | 0,0% | 58,6% |
| Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiamento | 13 348,95 | 0,0% | 2 860,00 | 0,0% | 21,4% |
| Serviço M. de Proteção Civil | 1 363 960,53 | 0,4% | 1 223 100,99 | 0,4% | 89,7% |
| Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental | 1 918 202,25 | 0,5% | 983 142,81 | 0,3% | 51,3% |
| Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas | 15 744 215,85 | 4,4% | 9 756 938,30 | 3,4% | 62,0% |
| Dep. M. de Economia | 2 443 846,77 | 0,7% | 1 626 136,93 | 0,6% | 66,5% |
| Dep. M. de Proteção de Dados | 15 642,82 | 0,0% | 10 946,76 | 0,0% | 70,0% |
| Dep. M. de Descentralização Admnistrativa | 1 086,56 | 0,0% | 112,55 | 0,0% | 10,4% |
| Dep. M. de Espaço Público | 1 820 711,52 | 0,5% | 339 033,84 | 0,1% | 18,6% |
| Dep. M. de Turismo e Internacionalização | 546 069,74 | 0,2% | 456 461,63 | 0,2% | 83,6% |
| Operações Financeiras | 7 506 141,00 | 2,1% | 6 098 107,28 | 2,1% | 81,2% |
| Total | 359 037 901,50 | 100,0% | 289 778 618,26 | 100,0% | 80,7% |

O Departamento Municipal de Mobilidade (DMM) tem um orçamento significativo por força das despesas com a gestão e promoção dos serviços de transporte público, mobilidade urbana e com a promoção da eficiência e diversificação energética, logo seguida do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas por força das despesas com a requalificação, manutenção e construção de espaços verdes, com a gestão da frota do Município e as transferências para LIPOR.

5.2.3. Evolução da despesa

Nos últimos 3 anos a evolução da despesa paga regista uma tendência crescente.

Figura 18- Evolução da Despesa Paga



Em 2022, a despesa paga teve um acréscimo na ordem dos 16,5 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, um aumento de 6%.

Quadro 10 - Despesa paga

| Designação | 2022 | | 2021 | | Variação |
|--|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | € | % | € | % | 21-22 |
| Despesas correntes | 213 077 008,63 | 73,5% | 177 775 320,31 | 65,1% | 19,9% |
| Despesas com pessoal | 90 382 234,23 | 31,2% | 79 641 530,82 | 29,1% | 13,5% |
| Aquisição de bens e serviços | 46 878 012,01 | 16,2% | 47 372 860,94 | 17,3% | -1,0% |
| Juros e outros encargos | 114 807,28 | 0,0% | 42 941,65 | 0,0% | 167,4% |
| Transferências correntes | 15 310 575,07 | 5,3% | 12 909 430,81 | 4,7% | 18,6% |
| Subsídios | 55 732 313,30 | 19,2% | 34 548 104,53 | 12,6% | 61,3% |
| Outras despesas correntes | 4 659 066,74 | 1,6% | 3 260 451,56 | 1,2% | 42,9% |
| Despesas de capital | 70 718 309,63 | 24,4% | 88 311 962,01 | 32,3% | -19,9% |
| Aquisição de bens de capital | 66 708 038,05 | 23,0% | 80 753 753,03 | 29,6% | -17,4% |
| Transferências de capital | 3 305 096,58 | 1,1% | 3 924 600,01 | 1,4% | -15,8% |
| Outras despesas de capital | 705 175,00 | 0,2% | 3 633 608,97 | 1,3% | -80,6% |
| Total das Despesas Efetivas | 283 795 318,26 | 97,9% | 266 087 282,32 | 97,4% | 6,7% |
| Ativos financeiros | 483 300,00 | 0,2% | 0,00 | 0,0% | |
| Passivos financeiros | 5 500 000,00 | 1,9% | 7 180 037,20 | 2,6% | -23,4% |
| Total das Despesas não Efetivas | 5 983 300,00 | 2,1% | 7 180 037,20 | 2,6% | -16,7% |
| Total | 289 778 618,26 | 100,0% | 273 267 319,52 | 100,0% | 6,0% |

As despesas correntes executadas em 2022, de 213,1 milhões de euros, foram superiores às de 2021 em 35,3 milhões de euros a que corresponde um acréscimo de 19,9%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 73,5% do total executado e as despesas de capital 24,4%.

Nas despesas correntes, 42,4% são afetas às despesas com pessoal, 22% às aquisições de bens e serviços e 26,2% aos subsídios.

Nas despesas de capital 94,3% são afetas à aquisição de bens de capital e 4,7% às transferências de capital.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 42,4% na despesa corrente paga e de apenas 31,2% no total da despesa paga, aumentando o seu peso em 2,1 p.p. comparativamente a 2021 e registando uma taxa de execução de pagamentos de

98,7% face à despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 64,4% da despesa corrente paga.

As despesas de capital executadas em 2022, de 70,7 milhões de euros, foram inferiores às de 2021 em 17,6 milhões de euros a que corresponde um decréscimo de 19,9%.

A análise da estrutura das despesas de capital permite realçar a importância das aquisições de bens de capital, que representam 94,3% das despesas de capital pagas e de 23% no total da despesa paga, reduzindo-se o seu peso em 6,6 p.p. comparativamente a 2021 e registando uma taxa de execução de pagamentos de 99,8% face à despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com as transferências de capital representam 99% da despesa de capital paga.

A variação das despesas totais pagas de 6% resulta do acréscimo registado, essencialmente, nas rubricas de despesas com pessoal e subsídios.

As despesas com pessoal apresentam, em 2022, uma variação positiva de 10,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Quadro 11 Evolução das despesas com pessoal

| Despesas com Pessoal | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | |
|-----------------------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|--------------|
| | € | % | € | % | € | % |
| Remunerações certas e permanentes | 65 927 645,55 | 72,9% | 56 501 380,07 | 70,9% | 9 426 265,48 | 16,7% |
| Abonos variáveis ou eventuais | 4 697 359,26 | 5,2% | 4 296 780,25 | 5,4% | 400 579,01 | 9,3% |
| Segurança social | 19 757 229,42 | 21,9% | 18 843 370,50 | 23,7% | 913 858,92 | 4,8% |
| Total | 90 382 234,23 | 100,0% | 79 641 530,82 | 100,0% | 10 740 703,41 | 13,5% |

O número de trabalhadores aumentou, de acordo com os dados balanço social, passando de 3.363 no final de 2021 para 4.376, em 31 de dezembro de 2022.

Verifica-se um aumento da despesa no agrupamento remunerações certas e permanentes nomeadamente ao nível das despesas com pessoal dos quadros – Pessoal em funções, resultantes, do acréscimo de trabalhadores que integraram o Município do Porto, cerca de mais de 950 trabalhadores da carreira de assistente técnico e operacional, decorrente da transferência de competências na área da

educação para o Município do Porto, ao abrigo do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, que assumiu as suas responsabilidades, concretizada a 1 de abril de 2022. Importa, realçar, que decorrente desta transferência de competências foi necessário proceder à revisão da macroestrutura do Município, de forma a dotar os serviços municipais de uma orgânica que dê resposta às novas necessidades nas áreas objeto de transferência.

Destaca-se, ainda, as valorizações remuneratórias decorrentes da atualização da remuneração base para todos os trabalhadores em 0,9%, bem como da atualização das remunerações dos trabalhadores integrados na carreira de assistente técnico e técnico superior, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho. Acresce, ainda, a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida para 2022, passando de 665 euros para 705 euros, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 07 de dezembro.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorre, essencialmente, no alargamento de mais áreas de aplicação e atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, bem como outros suplementos e prémios ao nível dos serviços remunerados da Polícia Municipal.

Ao nível da segurança social o acréscimo resulta, em parte, do aumento das remunerações certas e permanentes e dos encargos com a saúde, resultante do aumento das participações e reembolsos de despesas com a ADSE dos beneficiários.

As aquisições de bens e serviços, com uma redução de 494,8 mil euros face a 2021, diminuem o seu peso nas despesas correntes em 4,6 p.p. As aquisições de bens aumentam face ao ano de 2021, em 210,6 mil euros e as aquisições de serviços reduzem em 705,5 mil euros.

Nas aquisições de bens destaca-se o aumento na rubrica alimentação-refeições confeccionadas no âmbito da distribuição das refeições escolares.

No que respeita às aquisições de serviços as reduções mais significativas ocorrem nas rubricas de outros serviços, locação de edifícios, encargos das instalações e estudos, pareceres, projetos e consultadoria.

Relativamente aos juros e outros encargos, verifica-se, em 2022 um aumento de 71,9 mil euros considerando o valor utilizado do empréstimo em vigor.

As transferências e subsídios registaram um aumento de 44,7% que em termos absolutos corresponde a 23 milhões de euros face a 2021. Esta variação resulta do aumento dos subsídios no valor de 21,2 milhões de euros, das transferências correntes no valor de 2,4 milhões de euros conjugado com a redução das transferências de capital no valor de 619,5 mil euros.

Quadro 12 - Estrutura das transferências e subsídios

| Designação | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | |
|---|----------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|---------------|
| | € | % | € | % | € | % |
| Transferências correntes / subsídios | 71 042 888,37 | 95,6% | 47 457 535,34 | 92,4% | 23 585 353,03 | 49,7% |
| Freguesias | 5 376 650,77 | 7,2% | 4 732 965,65 | 9,2% | 643 685,12 | 13,6% |
| Empresas municipais | 33 556 794,28 | 45,1% | 27 349 538,84 | 53,2% | 6 207 255,44 | 22,7% |
| Outros | 32 109 443,32 | 43,2% | 15 375 030,85 | 29,9% | 16 734 412,47 | 108,8% |
| Transferências capital | 3 305 096,58 | 4,4% | 3 924 600,01 | 7,6% | -619 503,43 | -15,8% |
| Outros | 3 305 096,58 | 4,4% | 3 924 600,01 | 7,6% | -619 503,43 | -15,8% |
| Total | 74 347 984,95 | 100% | 51 382 135,35 | 100% | 22 965 849,60 | 44,7% |

O Município transfere para as Empresas Municipais fluxos financeiros não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios registando-se um aumento de 6,2 milhões de euros face a 2021.

Verifica-se um aumento das transferências para a Porto Ambiente, EM em 2,2 milhões de euros, para a Ágora, EM em 2,2 milhões de euros, para a GO Porto, EM em 1 milhão de euros, para as Águas e Energia do Porto, EM em 692,3 mil euros, para a Porto Vivo, SRU em 249,6 mil euros e uma redução de 203,1 mil euros para a DomusSocial, EM.

Para além das Empresas Municipais foram concedidos subsídios a outras entidades, nomeadamente para a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A no montante de 15,8 milhões de euros, para cumprimento das obrigações de serviço público no âmbito do novo modelo de gestão, correspondendo a um acréscimo de 8,8 milhões de euros face a 2021 e para a STCP Serviços, no montante de 6,2 milhões de euros, no âmbito do contrato programa que define os objetivos a serem prosseguidos na área dos transportes públicos e mobilidade.

As transferências correntes para as Juntas de Freguesia decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências e no âmbito do orçamento colaborativo. O aumento das transferências para as Juntas de Freguesia é justificado

pelo reforço, em 2022, dos montantes no âmbito dos contratos de delegação de competências; para o “Programa Ramalde a Brincar” e pelo pagamento de apoios aprovados em anos anteriores respeitantes ao projeto “Espaços do Cidadão” e orçamento colaborativo.

Nas restantes transferências correntes o aumento é justificado, entre outros, para apoios a ações de interesse cultural e para os agrupamentos escolares no âmbito da descentralização de competências na área da educação.

No âmbito das transferências de capital, a variação negativa resulta, essencialmente, das transferências para a Fundação de Serralves em menos 980,3 mil euros, por se ter finalizado, em 2021, as obras de ampliação/remodelação/conservação no âmbito do protocolo “Coleção Miró” e para a LIPOR em menos 40 mil euros conjugada com o aumento para o fundo de dinamização do movimento associativo popular em mais 125,5 mil euros e para participações do Município em instituições em mais 197,8 mil euros, comparativamente ao ano anterior.

A análise do quadro transferências por finalidade permite aferir em que áreas o Município está a alocar os apoios concedidos.

Quadro 13 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e subsídios)

| Finalidade | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | |
|---|----------------------|---------------|----------------------|---------------------|----------------|---|
| | € | % | € | € | € | % |
| Ações de interesse cultural e turístico | 2 069 847,12 | 15,6% | 2 453 565,03 | -383 717,91 | -15,6% | |
| Ação social | 2 214 137,62 | 16,7% | 1 907 204,36 | 306 933,26 | 16,1% | |
| Proteção civil e luta contra incêndios | 58 152,81 | 0,4% | 80 750,00 | -22 597,19 | -28,0% | |
| Apoio na área ambiental | 2 039 504,10 | 15,4% | 2 014 594,11 | 24 909,99 | 1,2% | |
| Outros | 6 857 379,23 | 51,8% | 5 644 951,67 | 1 212 427,56 | 21,5% | |
| Total | 13 239 020,88 | 100,0% | 12 101 065,17 | 1 137 955,71 | 9,4% | |

No domínio das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar, entre outros, a Associação de Turismo do Porto. Assinalam-se ainda o apoio ao Teatro do Bolhão e também os efetuados no âmbito de concursos, nomeadamente do Criatório e ao abrigo do programa Porto de Tradição.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), e para o programa “Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense”, mantém-se o apoio para os Serviços de Assistência Organizações de Maria, de forma a garantir o funcionamento dos restaurantes solidários do Município do Porto.

No domínio da proteção civil e luta contra incêndios destaca-se a transferência para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Portuenses e para a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto.

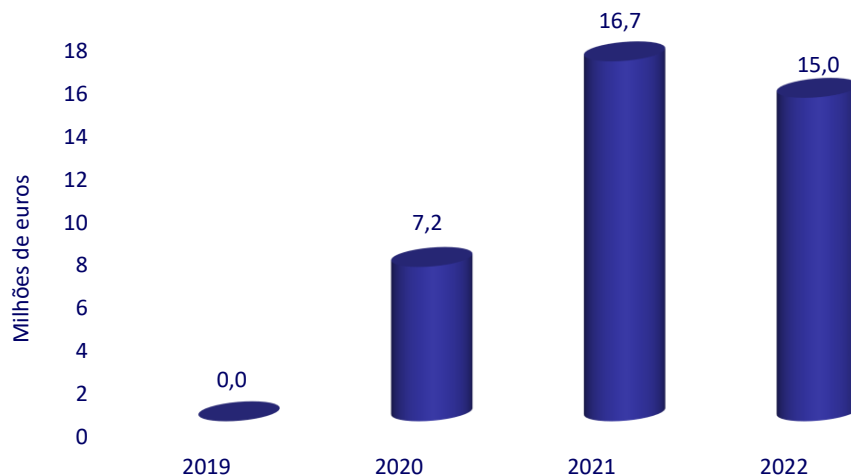
Na área do ambiente evidenciam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento no âmbito do tratamento dos resíduos e para apoios na área ambiental.

Em outras finalidades, o aumento verificado relativamente ao ano de 2021 é justificado, essencialmente, pelas transferências para os agrupamentos escolares no âmbito do processo de descentralização da educação. Destacam-se as transferências realizadas no contexto da ação social escolar, para a ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários para apoio à realização do Portugal Fashion, para a Associação de Comerciantes do Porto para a iniciativa “Iluminação de Natal 2022” e para quotas em diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais.

Realça-se ainda, neste ano, a transferência para a Área Metropolitana do Porto no âmbito do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária.

A recente evolução do endividamento reflete, em 2022, uma redução da dívida bancária demonstrando os princípios de rigor e controlo do Município na gestão da sua dívida.

Figura 19 - Evolução Dívida Bancária



Quadro 14 - Dívida bancária

| Dívida bancária | Capital em dívida | Capital em dívida | Variação 21-22 | |
|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|--------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | € | % |
| Médio Longo Prazo | 15 048 482,85 | 16 746 828,41 | -1 698 345,56 | -10,1% |

Em 2022 o Município procedeu à amortização antecipada no montante de 5,5 milhões de euros, e à utilização de 3,8 milhões de euros do empréstimo de médio e longo prazo contratualizado com o BPI, em 2018.

5.2.4 Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital executado pelos serviços do Município do Porto, pela Associação Porto Digital e pelas empresas municipais GO Porto, EM, DomusSocial, EM, Porto Vivo, SRU e Águas e Energia do Porto, EM.

De referir que todo o investimento realizado em bens imóveis, quer ao nível da recuperação quer ao nível da construção, pelas Empresas Municipais fazem parte dos ativos do Município.

Quadro 15 - Evolução das Despesas de Investimento

| Rubricas | 2022 | | | | | | | 2021 | 21-22 | |
|---|---------------------|----------------------|----------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|---------------|
| | CMP | Domus Social | GO Porto | Porto Vivo,SRU | Águas e Energia do Porto | Associação Porto Digital | Total | Total | Variação | % |
| | € | | | | | | | € | € | % |
| Terrenos | 101 310,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101 310,00 | 1 856 254,03 | -1 754 944,03 | -94,5% |
| Habitação | 58 000,00 | 13 243 812,44 | 0,00 | 254 163,32 | 0,00 | 0,00 | 13 555 975,76 | 21 896 831,87 | -8 340 856,11 | -38,1% |
| Aquisição | 58 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 58 000,00 | 4 086 699,82 | -4 028 699,82 | -98,6% |
| Reparação e beneficiação | 0,00 | 13 243 812,44 | 0,00 | 254 163,32 | 0,00 | 0,00 | 13 497 975,76 | 17 810 132,05 | -4 312 156,29 | -24,2% |
| Edifícios | 1 394 204,43 | 3 291 227,29 | 20 295 003,14 | 0,00 | 383 280,40 | 0,00 | 25 363 715,26 | 28 334 587,39 | -2 970 872,13 | -10,5% |
| Instalação de serviços | 71 254,51 | 2 488 383,56 | 76 053,18 | 0,00 | 383 280,40 | 0,00 | 3 018 971,65 | 2 923 033,15 | 95 938,50 | 3,3% |
| Instalações desp. e recreativas | 0,00 | 4 070,04 | 4 033 349,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4 037 419,85 | 1 127 915,96 | 2 909 503,89 | 258,0% |
| Escolas | 0,00 | 798 773,69 | 8 068 567,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8 867 341,65 | 7 315 887,39 | 1 551 454,26 | 21,2% |
| Mercados e inst. fiscalização sanitária | 1 322 949,92 | 0,00 | 8 117 032,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9 439 982,11 | 16 967 750,89 | -7 527 768,78 | -44,4% |
| Construções diversas | 2 838 878,01 | 0,00 | 15 360 587,56 | 0,00 | 0,00 | 930 755,35 | 19 130 220,92 | 20 460 651,02 | -1 330 430,10 | -6,5% |
| Viadutos/arruamentos | 1 501 523,16 | 0,00 | 12 227 521,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13 729 044,21 | 15 555 666,13 | -1 826 621,92 | -11,7% |
| Parques e jardins | 1 337 354,85 | 0,00 | 3 133 066,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4 470 421,36 | 4 060 094,99 | 410 326,37 | 10,1% |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 930 755,35 | 930 755,35 | 844 889,90 | 85 865,45 | 10,2% |
| Material de transporte | 38 475,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 38 475,39 | 262 334,69 | -223 859,30 | -85,3% |
| Equipamento Informático | 542 370,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 542 370,43 | 564 209,57 | -21 839,14 | -3,9% |
| Software Informático | 1 813 758,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 813 758,49 | 2 055 736,42 | -241 977,93 | -11,8% |
| Equipamento administrativo | 158 280,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 158 280,27 | 208 929,25 | -50 648,98 | -24,2% |
| Equipamento básico | 2 332 046,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 332 046,77 | 2 468 362,85 | -136 316,08 | -5,5% |
| Outros investimentos | 306 382,39 | 0,00 | 3 365 502,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3 671 884,76 | 2 645 855,94 | 1 026 028,82 | 38,8% |
| Total | 9 583 706,18 | 16 535 039,73 | 39 021 093,07 | 254 163,32 | 383 280,40 | 930 755,35 | 66 708 038,05 | 80 753 753,03 | -14 045 714,98 | -17,4% |

Nota: valores pagos

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 66,7 milhões de euros.

Na DomusSocial, EM, o investimento foi efetuado fundamentalmente no domínio da reparação e beneficiação da habitação municipal de renda apoiada social e, com menor expressão, nas instalações de serviços municipais e nas escolas.

Na GO Porto, EM, os investimentos mais expressivos foram efetuados em arruamentos e obras complementares com 12,2 milhões de euros, para a finalização do Mercado do Bolhão com 8,1 milhões de euros e na Educação com 8,1 milhões de euros.

Os investimentos realizados pelas Águas e Energia do Porto, EM foram no âmbito da construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia elétrica renovável tendentes à promoção do autoconsumo, implementação de projetos de eficiência energética e gestão da infraestrutura de iluminação pública arquitetónica.

Através da Porto Vivo, SRU foram efetuados investimentos na reabilitação de imóveis com vista à sua introdução no mercado de arrendamento acessível.

Na Associação Porto Digital os investimentos foram efetuados em infraestruturas de comunicações, rede WIFI e infraestruturas de suporte.

As ações desenvolvidas pelas Empresas Municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas no livro dos documentos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados diretamente pelo Município, que ascendem a 9,6 milhões de euros, destacam-se os investimentos efetuados na manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade, da promoção da eficiência e diversificação energética e manutenção das infraestruturas viárias. Relevam-se ainda as intervenções efetuadas nos parques e jardins, as aquisições de equipamento básico e equipamento e software informáticos, bem como os pagamentos efetuados no âmbito do Mercado Temporário do Bolhão, entre outros investimentos.

Face ao valor orçado do Plano Plurianual de Investimentos, a taxa de execução da despesa paga foi de 65,6% e da despesa comprometida de 84,7%.

Quadro 16 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos

| Objetivos | Orçado | Compromisso | Pago | Taxa de Execução | |
|--|-----------------------|----------------------|----------------------|------------------|--------------|
| | € 1 | € 2 | € 3 | 4=3/1 % | 5=2/1 % |
| Cultura e Património | 4 071 967,49 | 3 863 655,93 | 3 815 385,74 | 93,7% | 94,9% |
| Equipamentos e programas municipais | 4 071 967,49 | 3 863 655,93 | 3 815 385,74 | 93,7% | 94,9% |
| Economia, pessoas e inovação | 18 399 417,12 | 18 079 171,20 | 18 067 741,23 | 98,2% | 98,3% |
| Consolidação da estratégia económica da cidade | 8 192 628,19 | 8 147 976,04 | 8 144 140,16 | 99,4% | 99,5% |
| Educação | 9 211 164,74 | 8 951 027,38 | 8 945 492,38 | 97,1% | 97,2% |
| Inovação e transição digital | 995 624,19 | 980 167,78 | 978 108,69 | 98,2% | 98,4% |
| Ambiente, energia e qualidade de vida | 19 879 196,87 | 16 023 688,79 | 10 010 444,34 | 50,4% | 80,6% |
| Ambiente | 5 909 667,50 | 5 768 705,19 | 4 892 809,66 | 82,8% | 97,6% |
| Energia e transição energética | 9 083 800,30 | 5 671 126,09 | 815 614,92 | 9,0% | 62,4% |
| Qualidade de vida urbana | 4 885 729,07 | 4 583 857,51 | 4 302 019,76 | 88,1% | 93,8% |
| Urbanismo e habitação | 31 122 179,18 | 23 077 924,71 | 12 026 079,72 | 38,6% | 74,2% |
| Regeneração urbana | 29 372 348,47 | 22 730 349,91 | 11 790 839,27 | 40,1% | 77,4% |
| Qualificação do ambiente urbano e espaço público | 1 336 637,71 | 347 574,80 | 235 240,45 | 17,6% | 26,0% |
| Gestão urbanística | 413 193,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0% | 0,0% |
| Coesão social | 13 417 511,80 | 13 334 264,39 | 13 314 523,48 | 99,2% | 99,4% |
| Grupos sociais específicos | 38 577,50 | 33 532,76 | 15 260,42 | 39,6% | 86,9% |
| Saúde | 9 851,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0% | 0,0% |
| Outras dimensões de intervenção social | 125 270,86 | 56 919,19 | 55 450,62 | 44,3% | 45,4% |
| Habitação social | 13 243 812,44 | 13 243 812,44 | 13 243 812,44 | 100,0% | 100,0% |
| Mobilidade | 7 529 623,65 | 5 560 832,44 | 4 186 249,05 | 55,6% | 73,9% |
| Transporte público | 2 765 713,58 | 2 129 730,88 | 2 121 489,88 | 76,7% | 77,0% |
| Modos suaves | 51 615,14 | 51 615,14 | 51 615,14 | 100,0% | 100,0% |
| Transporte individual - processo de transição | 4 712 294,93 | 3 379 486,42 | 2 013 144,03 | 42,7% | 71,7% |
| Governância da Câmara | 7 206 538,16 | 6 127 597,01 | 5 287 614,49 | 73,4% | 85,0% |
| Funcionamento dos serviços | 7 206 538,16 | 6 127 597,01 | 5 287 614,49 | 73,4% | 85,0% |
| Total | 101 626 434,27 | 86 067 134,47 | 66 708 038,05 | 65,6% | 84,7% |

O objetivo estratégico **Economia, Pessoas e Inovação** corresponde a 27,1% do investimento total. Através da empresa municipal GO Porto, EM foram executados 8,1 milhões de euros para finalização do mercado do Bolhão. Para a educação foram investidos 8,9 milhões de euros, dos quais 8,1 milhões de euros pela GO Porto, EM, nomeadamente na requalificação da escola Alexandre Herculano e intervenções nas Escolas Básicas do Falcão, Montebello e Jardim de Infância de Aldoar. No âmbito da inovação e transição digital foram investidos 930,8 mil euros pela Associação Porto Digital e 46,2 mil euros na aquisição de equipamento e software informáticos e equipamento administrativo para o CGI - Centro de Gestão Integrada.

O objetivo estratégico **Coesão Social** corresponde a 20% do investimento total sendo, na sua quase totalidade, afeto ao parque habitacional social com uma execução de 13,2 milhões de euros que, através da empresa municipal DomusSocial, EM, contribuiu para a execução das políticas públicas de habitação do município promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a sua coesão social.

Se a este montante se acrescentarem 9 milhões de euros por afetação das rendas à habitação municipal de renda apoiada social aplicados diretamente pela Domus

Social, EM, o investimento na Coesão Social sobe para 22,2 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

No âmbito do projeto financiado AIIA foram executados investimentos na área da intervenção social.

Para o **Urbanismo e Habitação** correspondendo a 18% do investimento total, foram aplicados 12 milhões de euros, dos quais 10,1 milhões de euros pela empresa municipal GO Porto, EM, com destaque para o Programa Rua Direita e a reabilitação da Quinta do Mitra e 1,3 milhões de euros referentes ao Mercado Temporário do Bolhão.

No **Ambiente, Energia e Qualidade de Vida** correspondendo a 15% do investimento total, foram aplicados 4,9 milhões de euros na conservação e requalificação dos espaços verdes, destacando-se as intervenções efetuadas pela empresa municipal GO Porto, EM, no valor de 3,1 milhões de euros, nomeadamente no Parque da Cidade - remate Poente. Os investimentos executados para promover a qualidade de vida urbana ascenderam a 4,3 milhões de euros, destacando-se as intervenções efetuadas pela GO Porto, EM, de 4 milhões de euros, nomeadamente, no Campo do Outeiro e beneficiação da piscina Armando Pimentel. No âmbito da energia e transição energética, para além do investimento direto do Município, foram executados 383,3 mil euros pela empresa municipal Águas e Energia do Porto, EM.

Na **Governância da Câmara** com 7,9% do investimento total, os 5,3 milhões de euros destinaram-se ao programa funcionamento dos serviços, dos quais 2,5 milhões correspondem a intervenções efetuadas pela DomusSocial, EM no património municipal, 1,8 milhões de euros em *software* informático e 489,4 mil euros em equipamento informático.

O objetivo estratégico **Mobilidade** corresponde a 6,3% do investimento total, tendo sido investidos 4,2 milhões de euros. A empresa municipal GO Porto, EM executou 2,1 milhões de euros com destaque para o Projeto Terminal Intermodal de Campanhã e a construção da Ecopista do Ramal Alfândega.

O investimento direto do Município centrou-se na gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária.

O objetivo estratégico **Cultura e Património** correspondendo a 5,7% do investimento total, foram aplicados 3,8 milhões de euros, dos quais 3,4 milhões de euros através da

empresa municipal GO Porto, EM, nomeadamente na requalificação do Cinema Batalha e do Ateliê António Carneiro.

Quadro 17 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

| Designação | 2022 | | 2021 | |
|---|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | € | % | € | % |
| Empréstimos bancários | 3 801 654,44 | 5,7% | 16 746 828,40 | 20,7% |
| Transferências de capital | 4 884 348,32 | 7,3% | 24 365 432,51 | 30,2% |
| - Fundos comunitários | 2 246 951,65 | 3,4% | 24 365 432,51 | 30,2% |
| - Contratos de participação / Acordos de colaboração | 2 637 396,67 | 4,0% | 0,00 | 0,0% |
| Receitas próprias | 58 022 035,29 | 87,0% | 39 641 492,12 | 49,1% |
| Total | 66 708 038,05 | 100,0% | 80 753 753,03 | 100,0% |

As receitas próprias, em 2022, como fonte de financiamento do investimento, registaram um acréscimo de 37,9 p.p, face ao período homólogo, financiando 87% do investimento. Os fundos comunitários representam 3,4% do financiamento, as transferências provenientes de contratos/acordos com a administração central representam 4% e o financiamento bancário 5,7%, registando uma redução de 12,9 milhões de euros.

5.2.5 Plano das Atividades mais Relevantes

No Plano das Atividades mais Relevantes (PAR) encontram-se agregadas as despesas correntes e de capital (excluídos os investimentos) e que refletem as atividades desenvolvidas pelas direções municipais espelhadas nos 7 objetivos estratégicos transversais ao município.

Quadro 18 - Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos

| Objetivos | Orçado | Compromisso | Pago | Taxa de Execução | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|--------------|
| | € 1 | € 2 | € 3 | 4=3/1 % | 5=2/1 |
| Cultura e Património | 13 372 849,68 | 12 996 505,98 | 12 516 290,70 | 93,6% | 97,2% |
| Apoio e Financiamento à criação contemporânea | 982 409,00 | 972 519,20 | 938 558,80 | 95,5% | 99,0% |
| Equipamentos e programas municipais | 12 390 440,68 | 12 023 986,78 | 11 577 731,90 | 93,4% | 97,0% |
| Economia, pessoas e inovação | 17 008 083,99 | 15 930 993,23 | 12 956 940,66 | 76,2% | 93,7% |
| Consolidação da estratégia económica da cidade | 4 654 363,18 | 4 128 569,61 | 3 261 859,27 | 70,1% | 88,7% |
| Educação | 9 375 195,77 | 8 957 155,95 | 7 133 949,51 | 76,1% | 95,5% |
| Inovação e transição digital | 2 978 525,04 | 2 845 267,67 | 2 561 131,88 | 86,0% | 95,5% |
| Ambiente, energia e qualidade de vida | 41 858 447,61 | 40 744 242,48 | 34 621 159,47 | 82,7% | 97,3% |
| Ambiente | 16 144 339,00 | 15 641 271,14 | 13 432 118,11 | 83,2% | 96,9% |
| Energia e transição energética | 7 997 818,35 | 7 989 608,83 | 5 693 263,58 | 71,2% | 99,9% |
| Qualidade de vida urbana | 17 716 290,26 | 17 113 362,51 | 15 495 777,78 | 87,5% | 96,6% |
| Urbanismo e habitação | 5 278 640,06 | 5 212 910,38 | 3 458 948,44 | 65,5% | 98,8% |
| Regeneração urbana | 4 768 316,25 | 4 730 510,39 | 3 357 034,22 | 70,4% | 99,2% |
| Qualificação do ambiente urbano e espaço público | 495 923,81 | 468 050,00 | 91 476,44 | 18,4% | 94,4% |
| Gestão urbanística | 14 400,00 | 14 349,99 | 10 437,78 | 72,5% | 99,7% |
| Coesão social | 15 531 722,21 | 14 990 496,97 | 12 451 566,95 | 80,2% | 96,5% |
| Grupos sociais específicos | 2 074 129,03 | 1 858 717,00 | 1 399 735,67 | 67,5% | 89,6% |
| Saúde | 1 469 083,80 | 1 429 559,89 | 874 929,00 | 59,6% | 97,3% |
| Outras dimensões de intervenção social | 9 044 804,57 | 8 758 566,48 | 7 233 248,68 | 80,0% | 96,8% |
| Habitação social | 2 943 704,81 | 2 943 653,60 | 2 943 653,60 | 100,0% | 100,0% |
| Mobilidade | 29 088 146,64 | 28 538 039,36 | 25 955 740,91 | 89,2% | 98,1% |
| Transporte público | 24 235 843,94 | 24 139 346,89 | 22 946 165,22 | 94,7% | 99,6% |
| Modos suaves | 523 416,87 | 521 185,77 | 521 185,77 | 99,6% | 99,6% |
| Transporte individual - processo de transição | 4 328 885,83 | 3 877 506,70 | 2 488 389,92 | 57,5% | 89,6% |
| Governância da Câmara | 135 273 577,04 | 129 342 105,28 | 121 109 933,08 | 89,5% | 95,6% |
| Funcionamento dos serviços | 117 887 696,73 | 116 513 509,93 | 108 587 803,17 | 92,1% | 98,8% |
| Operações financeiras | 7 506 141,00 | 6 098 259,28 | 6 098 107,28 | 81,2% | 81,2% |
| Outros | 9 879 739,31 | 6 730 336,07 | 6 424 022,63 | 65,0% | 68,1% |
| Total | 257 411 467,23 | 247 755 293,68 | 223 070 580,21 | 86,7% | 96,2% |

O objetivo **Governância da Câmara** corresponde a 54,3% das atividades mais relevantes, sendo o objetivo com maior peso em termos de execução orçamental com 121,1 milhões de euros. Destaca-se o programa Funcionamento dos Serviços que representa 89,7% neste objetivo, tendo sido afetos 90,4 milhões de euros a despesas com o pessoal. Em operações financeiras, os 6,1 milhões de euros incluem 5,5 milhões de euros da amortização antecipada do empréstimo contratualizado com o BPI e em Outros foram pagas, designadamente, quotas a entidades associadas e subsídio à empresa municipal GO Porto, EM.

No objetivo estratégico **Ambiente, Energia e Qualidade de Vida** correspondendo a 15,5% das atividades mais relevantes foram aplicados 34,6 milhões de euros, com especial relevo para o programa Qualidade de Vida Urbana com 15,5 milhões de euros, essencialmente por força da execução dos contratos celebrados com a empresa municipal Ágora, EM (10,3 milhões de euros). No programa Ambiente releva

o subsídio pago à Porto Ambiente, EM (9,2 milhões de euros) e as transferências para a LIPOR (2 milhões de euros). No âmbito da Energia e transição energética destaca-se o subsídio para a empresa municipal Águas e Energia do Porto, EM (1,8 milhões de euros) e as despesas com a gestão da frota dos veículos do município.

As despesas no âmbito do objetivo estratégico **Mobilidade** correspondem 11,6% das atividades mais relevantes com 26 milhões de euros, sendo 23 milhões de euros para o programa Transporte Público onde se incluem os contratos com a STCP, STCP Serviços e Área Metropolitana do Porto. No programa Modos Suaves destaca-se a operação e manutenção do Funicular dos Guindais e do elevador da Lapa e no Transporte individual – processo de transição relevam, entre outras, as despesas com a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária.

Através do objetivo **Economia, Pessoas e Inovação** correspondendo a 5,8% das atividades mais relevantes foram pagos 13 milhões de euros. No programa Consolidação da estratégica económica da cidade destacam-se as atividades desenvolvidas no âmbito da dinamização económica e atração de investimento, para a promoção económica internacional, para a dinamização da oferta de turismo através da Associação de Turismo do Porto e no âmbito dos projetos Talento, Emprego e Competências e Promoção do Comércio Tradicional e de Proximidade. Na Educação, para além das despesas executadas por força da descentralização de competências na área da educação, continuou-se a apostar na melhoria, na expansão e acompanhamento da educação pré-escolar e ensino básico, nomeadamente no desenvolvimento de atividades extracurriculares e na promoção de programas e projetos educativos inovadores, para além dos apoios no âmbito da ação social escolar e da generalização das refeições. No programa Inovação e Transição Digital inclui-se a execução de contratos celebrados com a Associação Porto Digital, e os projetos Linha Porto. e Inovação do Ambiente.

No objetivo estratégico **Coesão Social** correspondendo a 5,6% das atividades mais relevantes, com uma execução de 12,5 milhões de euros e, através do programa Outras dimensões de intervenção social foram aplicados 7,2 milhões de euros, nomeadamente através de transferências para Freguesias no âmbito da delegação de competências (4,3 milhões de euros) e do orçamento colaborativo (1,1 milhões de euros) e para o Fundo de dinamização do movimento associativo popular (773,6 mil euros). Incluem-se também as despesas no âmbito do projeto financiado AIIA. No âmbito da Habitação Social foram aplicados 2,9 milhões de euros para ajuda aos mais

carenciados através do programa Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social. No programa Grupos sociais específicos destacam-se as transferências no âmbito do projeto Desenvolvimento Social. Foram aplicados 874,9 mil euros para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde.

O objetivo estratégico **Cultura e Património** corresponde a 5,6% das atividades mais relevantes, com 12,5 milhões de euros. Para o Apoio e financiamento à criação contemporânea foram executados 938,6 mil euros e para equipamentos e programas culturais foram aplicados 11,6 milhões de euros, sendo 9,8 milhões de euros para a empresa municipal Ágora, EM e 1,8 milhões de euros para a promoção cultural da cidade.

Na área do **Urbanismo e Habitação** que corresponde a 1,6% das atividades mais relevantes foram pagos 3,5 milhões de euros, sendo que 3,4 milhões de euros relativos ao programa Regeneração urbana foram afetos às transferências efetuadas para a empresa municipal Porto Vivo, SRU (2,1 milhões de euros), ao Programa Porto com Sentido (522,1 mil euros) e para o projeto Desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planeamento e ao ordenamento do território (335,7 mil euros).

5.2.6 Grandes Opções do Plano

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano teve uma execução de 289,8 milhões de euros, dos quais 66,7 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 223,1 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (AMR).

Quadro 19 - Execução das Grandes Opções do Plano

| Objetivos | PPI | PAR | Total € | % |
|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| Cultura e Património | 3 815 385,74 | 12 516 290,70 | 16 331 676,44 | 5,6% |
| Apoio e Financiamento à criação contemporânea | 0,00 | 938 558,80 | 938 558,80 | 0,3% |
| Equipamentos e programas municipais | 3 815 385,74 | 11 577 731,90 | 15 393 117,64 | 5,3% |
| Economia, pessoas e inovação | 18 067 741,23 | 12 956 940,66 | 31 024 681,89 | 10,7% |
| Consolidação da estratégia económica da cidade | 8 144 140,16 | 3 261 859,27 | 11 405 999,43 | 3,9% |
| Educação | 8 945 492,38 | 7 133 949,51 | 16 079 441,89 | 5,5% |
| Inovação e transição digital | 978 108,69 | 2 561 131,88 | 3 539 240,57 | 1,2% |
| Ambiente, energia e qualidade de vida | 10 010 444,34 | 34 621 159,47 | 44 631 603,81 | 15,4% |
| Ambiente | 4 892 809,66 | 13 432 118,11 | 18 324 927,77 | 6,3% |
| Energia e transição energética | 815 614,92 | 5 693 263,58 | 6 508 878,50 | 2,2% |
| Qualidade de vida urbana | 4 302 019,76 | 15 495 777,78 | 19 797 797,54 | 6,8% |
| Urbanismo e habitação | 12 026 079,72 | 3 458 948,44 | 15 485 028,16 | 5,3% |
| Regeneração urbana | 11 790 839,27 | 3 357 034,22 | 15 147 873,49 | 5,2% |
| Qualificação do ambiente urbano e espaço público | 235 240,45 | 91 476,44 | 326 716,89 | 0,1% |
| Gestão urbanística | 0,00 | 10 437,78 | 10 437,78 | 0,0% |
| Coesão social | 13 314 523,48 | 12 451 566,95 | 25 766 090,43 | 8,9% |
| Grupos sociais específicos | 15 260,42 | 1 399 735,67 | 1 414 996,09 | 0,5% |
| Saúde | 0,00 | 874 929,00 | 874 929,00 | 0,3% |
| Outras dimensões de intervenção social | 55 450,62 | 7 233 248,68 | 7 288 699,30 | 2,5% |
| Habitação social | 13 243 812,44 | 2 943 653,60 | 16 187 466,04 | 5,6% |
| Mobilidade | 4 186 249,05 | 25 955 740,91 | 30 141 989,96 | 10,4% |
| Transporte público | 2 121 489,88 | 22 946 165,22 | 25 067 655,10 | 8,7% |
| Modos suaves | 51 615,14 | 521 185,77 | 572 800,91 | 0,2% |
| Transporte individual - processo de transição | 2 013 144,03 | 2 488 389,92 | 4 501 533,95 | 1,6% |
| Governância da Câmara | 5 287 614,49 | 121 109 933,08 | 126 397 547,57 | 43,6% |
| Funcionamento dos serviços | 5 287 614,49 | 108 587 803,17 | 113 875 417,66 | 39,3% |
| Operações financeiras | 0,00 | 6 098 107,28 | 6 098 107,28 | 2,1% |
| Outros | 0,00 | 6 424 022,63 | 6 424 022,63 | 2,2% |
| Total | 66 708 038,05 | 223 070 580,21 | 289 778 618,26 | 100,0% |

5.3 ANÁLISE DA RECEITA

5.3.1. Alterações e revisões orçamentais da receita

A dotação final da receita teve, em termos globais, um acréscimo de 40 milhões de euros quando comparado com o orçamento inicial.

Quadro 20 - Alteração e origem da variação da dotação

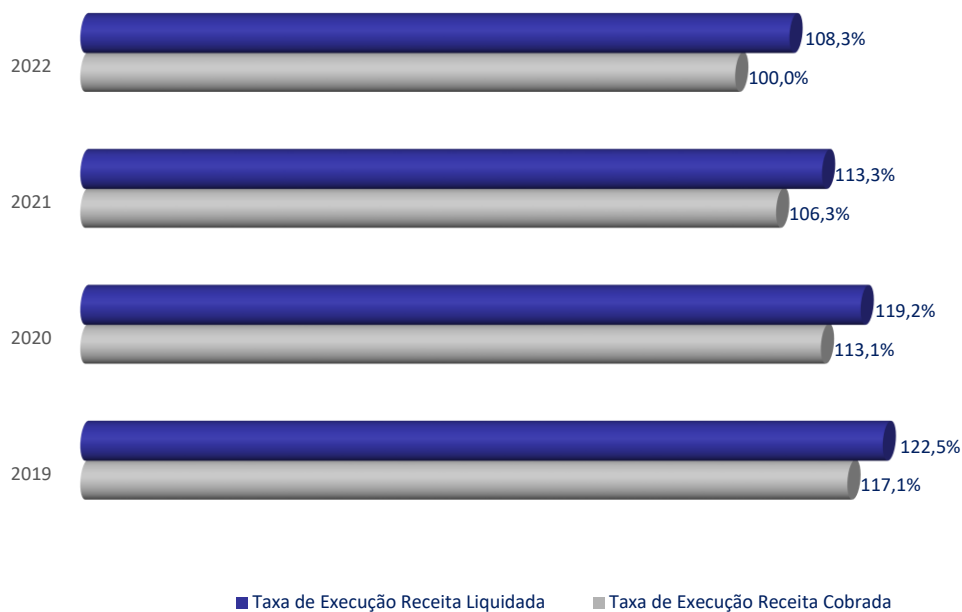
| Designação | Orçamento Inicial | Orçamento Final |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | € | € |
| Receitas correntes | 217 735 612,00 | 256 469 073,50 |
| Receitas de capital | 29 691 224,00 | 5 756 533,12 |
| Reposições n/abatidas nos pagamentos | 10,00 | 2 654 848,00 |
| Receitas Efetivas | 247 426 846,00 | 264 880 454,62 |
| Receitas não Efetivas | 71 573 154,00 | 3 812 680,74 |
| Saldo da gerência anterior | | 90 344 766,14 |
| Total | 319 000 000,00 | 359 037 901,50 |

Esta variação resulta da incorporação do saldo de gerência transitado do ano anterior, do aumento das receitas correntes e das reposições não abatidas aos pagamentos e da redução das receitas de capital, nomeadamente nas receitas previstas no âmbito da comparticipação de candidaturas e dos passivos financeiros.

5.3.2. Execução orçamental da receita

Nos últimos 4 anos, a evolução das taxas de execução das receitas liquidadas e cobradas foram iguais ou superiores a 100%.

Figura 20 - Taxa de Execução Receita



Em termos globais, em 2022, as receitas cobradas ultrapassaram as previsões corrigidas, em 18 mil euros, representando uma taxa de execução do orçamento global de 100%.

As receitas liquidadas registam uma taxa de execução de 108,3%, sendo superiores em 29,8 milhões de euros às previsões corrigidas.

Quadro 21 - Receita por Classificação Económica

| Designação | Orçada € (1) | Liquidada** € (2) | Cobrada € (3) | Desvio € (4) | Taxa de Execução (5) = (3) / (1) |
|---|-----------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|--|
| Receitas correntes | 256 469 073,50 | 287 139 031,49 | 256 544 552,27 | 75 478,77 | 100,0% |
| Impostos diretos | 145 248 782,00 | 145 248 758,59 | 145 248 758,59 | -23,41 | 100,0% |
| Taxas, multas e outras penalidades | 34 316 599,00 | 54 818 850,74 | 34 316 198,67 | -400,33 | 100,0% |
| Rendimentos de propriedade | 14 174 996,00 | 15 148 613,63 | 14 237 929,38 | 62 933,38 | 100,4% |
| Transferências correntes | 53 253 521,50 | 53 251 311,87 | 53 245 091,87 | -8 429,63 | 100,0% |
| Venda de bens e serviços correntes | 9 052 634,00 | 17 537 128,44 | 9 074 082,98 | 21 448,98 | 100,2% |
| Outras receitas correntes | 422 541,00 | 1 134 368,22 | 422 490,78 | -50,22 | 100,0% |
| Receitas de capital | 5 756 533,12 | 3 664 843,91 | 5 756 109,48 | -423,64 | 100,0% |
| Venda de bens de investimento* | 871 992,00 | -1 219 504,41 | 871 761,16 | -230,84 | 100,0% |
| Transferências de capital | 4 884 521,12 | 4 884 348,32 | 4 884 348,32 | -172,80 | 100,0% |
| Outras receitas de capital | 20,00 | 0,00 | 0,00 | -20,00 | 0,0% |
| Total das receitas s/ reposições | 262 225 606,62 | 290 803 875,40 | 262 300 661,75 | 75 055,13 | 100,0% |
| Reposições n/abatidas nos pagamentos | 2 654 848,00 | 3 863 107,59 | 2 598 144,17 | -56 703,83 | 97,9% |
| Total das Receitas Efetivas | 264 880 454,62 | 294 666 982,99 | 264 898 805,92 | 18 351,30 | 100,0% |
| Ativos financeiros | 11 016,00 | 11 015,15 | 11 015,15 | -0,85 | 100,0% |
| Passivos financeiros | 3 801 664,74 | 3 801 654,44 | 3 801 654,44 | -10,30 | 100,0% |
| Total das Receitas não Efetivas | 3 812 680,74 | 3 812 669,59 | 3 812 669,59 | -11,15 | 100,0% |
| Saldo da gerência anterior | 90 344 766,14 | 90 344 766,14 | 90 344 766,14 | 0,00 | 100,0% |
| Total | 359 037 901,50 | 388 824 418,72 | 359 056 241,65 | 18 340,15 | 100,0% |

* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

** Receita liquidada = (receita por cobrar período anterior + receita liquidada do ano - liquidações anuladas)

As receitas fiscais continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão representando, no final do ano de 2022, 50% da receita total.

Os rendimentos de propriedade contemplam, essencialmente, a receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada, da concessão de utilização privativa de domínio público municipal para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano e a renda do contrato com a E-Redes.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo Social Municipal (FSM), Participação Fixa no IRS, o valor referente à transferência de competências na área da educação e a participação do IVA; da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados.

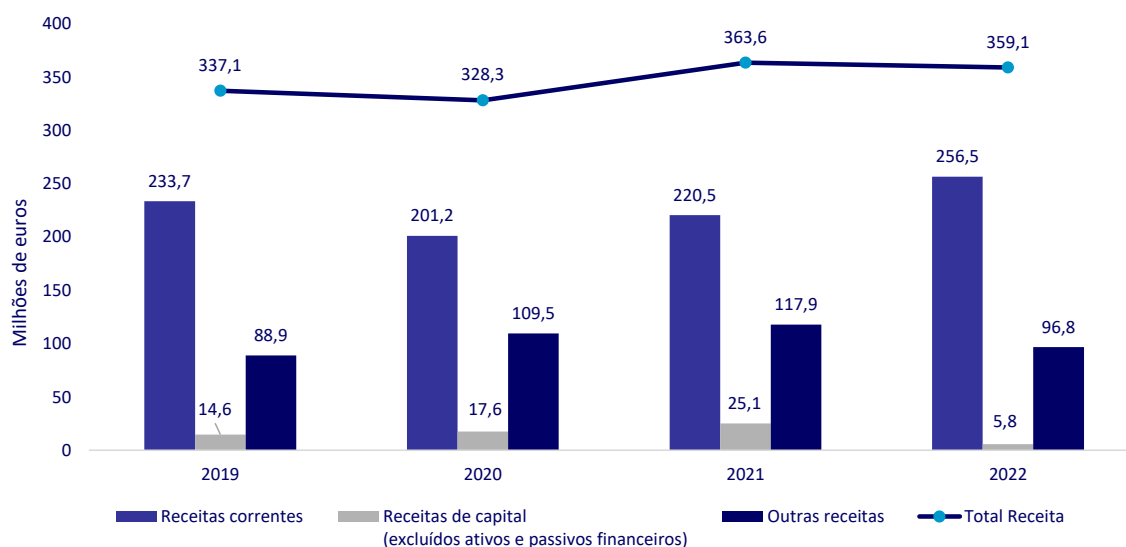
Para a venda de bens e serviços correntes concorrem os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos parques de estacionamento e as rendas de edifícios.

5.3.3. Evolução da receita

5.3.3.1 Receita Global

Nos últimos 4 anos a evolução da receita cobrada registou ligeiras oscilações com especial relevância no ano de 2020 resultante da crise provocada pela situação de saúde pública vivida.

Figura 21 - Evolução da Receita Cobrada



No ano de 2022, a receita cobrada diminuiu 4,6 milhões de euros, face ao ano de 2021. Esta diminuição, verificada em termos globais, decorre da redução das receitas capital, nomeadamente nas transferências de capital, das reposições não abatidas nos pagamentos, dos passivos financeiros e do saldo de gerência de 2021, quando comparado com o do ano anterior, conjugado com o aumento das receitas correntes.

Quadro 22 - Evolução da Receita Global Cobrada

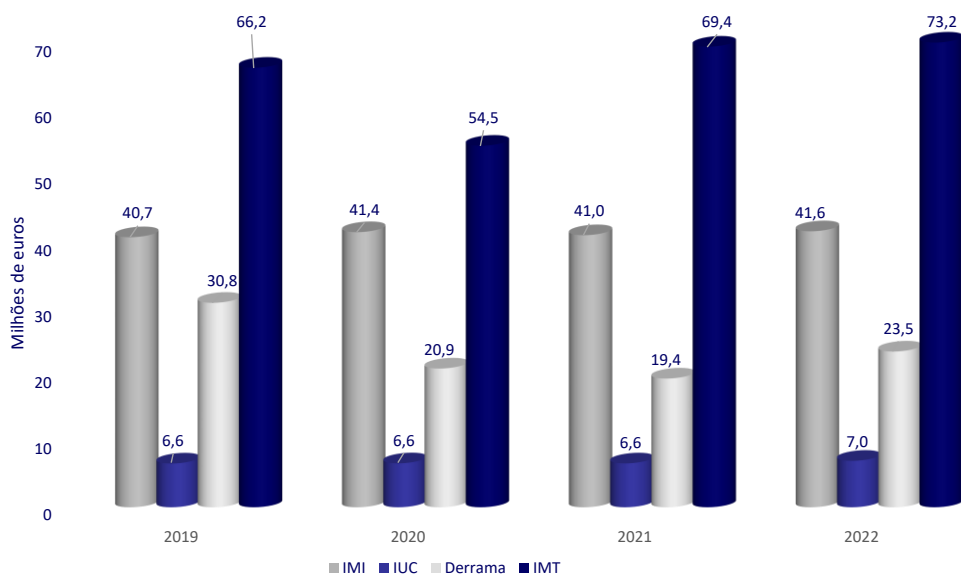
| Designação | 2022 | | 2021 | | Variação | |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|--|
| | € | % | € | % | 21-22 | |
| Receitas correntes | 256 544 552,27 | 71,4% | 220 536 316,76 | 60,7% | 16,3% | |
| Impostos diretos | 145 248 758,59 | 40,5% | 136 645 119,82 | 37,6% | 6,3% | |
| Taxas, multas e outras penalidades | 34 316 198,67 | 9,6% | 27 844 139,98 | 7,7% | 23,2% | |
| Rendimentos de propriedade | 14 237 929,38 | 4,0% | 10 473 998,90 | 2,9% | 35,9% | |
| Transferências correntes | 53 245 091,87 | 14,8% | 37 514 395,06 | 10,3% | 41,9% | |
| Venda de bens e serviços correntes | 9 074 082,98 | 2,5% | 7 401 752,87 | 2,0% | 22,6% | |
| Outras receitas correntes | 422 490,78 | 0,1% | 656 910,13 | 0,2% | -35,7% | |
| Receitas de capital | 5 756 109,48 | 1,6% | 25 146 591,34 | 6,9% | -77,1% | |
| Venda de bens de investimento | 871 761,16 | 0,2% | 731 357,83 | 0,2% | 19,2% | |
| Transferências de capital | 4 884 348,32 | 1,4% | 24 415 233,51 | 6,7% | -80,0% | |
| Outras receitas de capital | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,0% | |
| Total das receitas s/ reposições | 262 300 661,75 | 73,1% | 245 682 908,10 | 67,6% | 6,8% | |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 2 598 144,17 | 0,7% | 4 669 141,44 | 1,3% | -44,4% | |
| Total das Receitas Efetivas | 264 898 805,92 | 73,8% | 250 352 049,54 | 68,9% | 5,8% | |
| Ativos financeiros | 11 015,15 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 100,0% | |
| Passivos financeiros | 3 801 654,44 | 1,1% | 16 746 828,40 | 4,6% | -77,3% | |
| Total das Receitas não Efetivas | 3 812 669,59 | 1,1% | 16 746 828,40 | 4,6% | -77,2% | |
| Saldo da gerência anterior incorporado | 90 344 766,14 | 25,2% | 96 513 207,72 | 26,5% | -6,4% | |
| Total | 359 056 241,65 | 100,0% | 363 612 085,66 | 100,0% | -1,3% | |

A análise das receitas permite verificar que, neste ano, as receitas correntes aumentaram 36 milhões de euros face a 2021. No que respeita às receitas de capital há um decréscimo de 19,4 milhões de euros face ao período homólogo. As receitas não efetivas reduzem 12,9 milhões de euros e as reposições não abatidas aos pagamentos 2 milhões de euros.

5.3.3.2 Receita Fiscal

Ao nível da receita fiscal o IMT é o imposto com maior expressão nas receitas fiscais do Município, registando uma tendência crescente desde 2020. O valor da derrama em 2019 deveu-se à correção efetuada pela AT, respeitante ao exercício de 2010. O IMI e IUC não tem registado grandes oscilações nos valores cobrados.

Figura 22 - Evolução Impostos Diretos



As receitas fiscais, englobando os impostos diretos e as taxas, multas e outras penalidades constituem a parcela mais representativa da receita corrente e da receita total com um peso relativo de 70% e 50% respetivamente.

As receitas fiscais aumentaram, face ao período homólogo, 15,1 milhões de euros, ou seja 9,2%.

Quadro 23 - Evolução da estrutura da receita fiscal

| Designação | 2022 | | | 2021 | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
| | Orçada € | Cobrada € | Taxa de execução | Cobrada € | Varição 21-22 |
| Imp.mun.sobre imóveis (IMI) | 41 572 082,00 | 41 572 071,89 | 100,0% | 40 981 752,66 | 1,4% |
| Imposto único de circulação (IUC) | 6 997 344,00 | 6 997 343,10 | 100,0% | 6 609 341,78 | 5,9% |
| Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT) / SISA | 73 219 053,00 | 73 219 051,59 | 100,0% | 69 391 248,49 | 5,5% |
| Derrama | 23 460 293,00 | 23 460 292,01 | 100,0% | 19 389 912,15 | 21,0% |
| Impostos diretos diversos | 10,00 | 0,00 | 0,0% | 272 864,74 | -100,0% |
| Impostos diretos | 145 248 782,00 | 145 248 758,59 | 100,0% | 136 645 119,82 | 6,3% |
| Loteamentos e obras | 7 449 688,00 | 7 449 672,40 | 100,0% | 12 956 524,73 | -42,5% |
| Ocupação da via pública | 3 325 285,00 | 3 325 270,53 | 100,0% | 3 133 615,17 | 6,1% |
| Taxa Turística | 14 894 033,00 | 14 894 032,50 | 100,0% | 4 885 195,50 | 204,9% |
| Publicidade | 424 692,00 | 424 691,39 | 100,0% | 882 088,60 | -51,9% |
| Outras | 3 494 133,00 | 3 493 765,69 | 100,0% | 2 486 158,75 | 40,5% |
| Multas e outras penalidades | 4 728 768,00 | 4 728 766,16 | 100,0% | 3 500 557,23 | 35,1% |
| Taxas, multas e outras penalidades | 34 316 599,00 | 34 316 198,67 | 100,0% | 27 844 139,98 | 23,2% |
| Total | 179 565 381,00 | 179 564 957,26 | 100,0% | 164 489 259,80 | 9,2% |

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, que se mantêm como principal receita do município, com um valor arrecadado de 145,2 milhões de euros, superior em 8,6 milhões de euros face a 2021.

O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) é o imposto com maior peso nos impostos diretos seguindo-se o IMI e a Derrama.

Relativamente ao período homólogo a receita proveniente do IMT regista um aumento de 3,8 milhões de euros e a derrama de 4,1 milhões de euros.

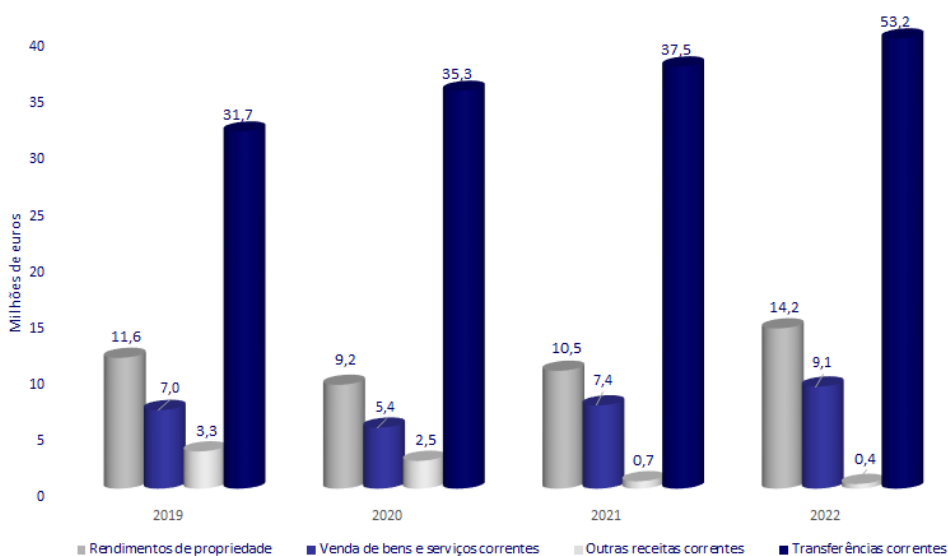
As taxas, multas e outras penalidades, com uma taxa de execução de 100% são influenciadas, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com loteamentos e obras e taxa municipal turística. Relativamente ao período homólogo, a taxa turística regista um acréscimo de 10 milhões de euros.

5.3.3.3 Receita Não Fiscal

5.3.3.3.1 Receita Corrente

Nos últimos 4 anos a evolução da receita corrente não fiscal manteve a tendência, de crescimento ao nível das transferências correntes e um decréscimo ao nível das outras receitas correntes.

Figura 23 - Evolução das receitas correntes não fiscais



Os rendimentos de propriedade registam um aumento de 3,8 milhões de euros quando comparado com o ano de 2021 justificado, essencialmente, pela receita proveniente da concessão de utilização privativa de domínio público municipal para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano.

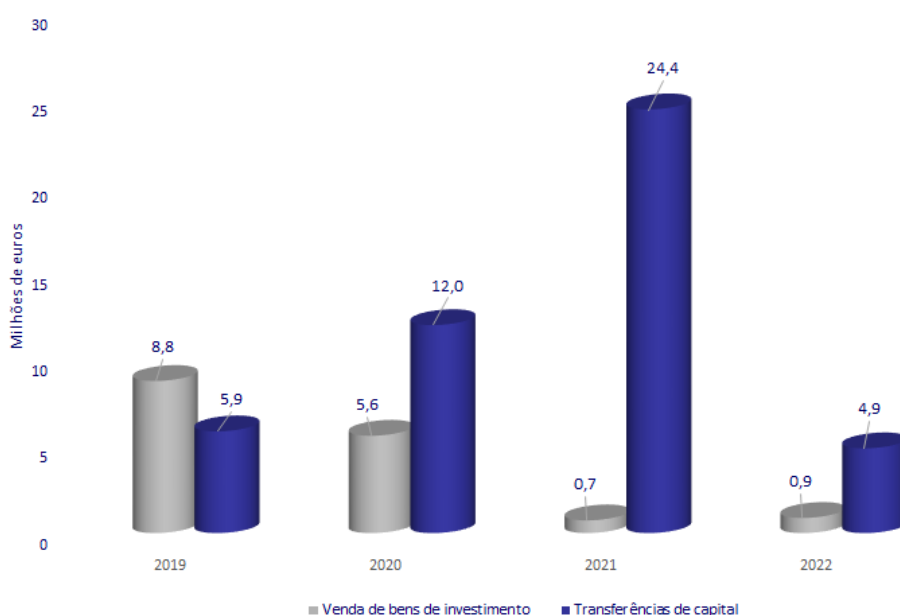
As transferências correntes registam um acréscimo de 15,7 milhões de euros, face a 2021, justificado essencialmente pela receita transferida do Orçamento do Estado no âmbito da descentralização de competências para os municípios no domínio da educação.

A venda de bens e serviços correntes regista um aumento de 1,7 milhões de euros quando comparado com o ano de 2020, justificado, essencialmente, pela cobrança de rendas de edifícios.

5.3.3.3.2 Receita Capital

A evolução da receita de capital, excluindo-se os ativos e passivos financeiros, nos últimos 4 anos, regista um decréscimo no ano de 2022 justificado pela rubrica de transferências de capital.

Figura 24 - Evolução das receitas de capital



As receitas de capital registam um decréscimo de 77,1% relativamente a 2021, ou seja, menos 19,4 milhões de euros, em resultado da diminuição das transferências de capital conjugado com o aumento da venda de bens de investimento.

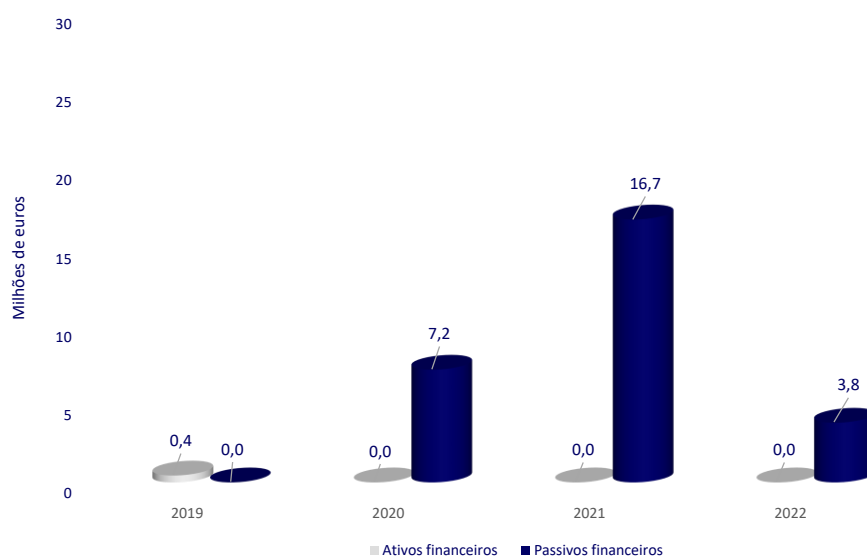
A venda de bens de investimento com um desvio positivo de 140,4 mil euros face ao período homólogo, justifica-se pelo aumento da cobrança registada na rubrica de terrenos.

Nas transferências de capital, são contabilizadas as transferências do Estado e as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos, entre outras transferências. Regista-se um decréscimo de 19,5 milhões de euros face a 2021, justificado pelas transferências provenientes do Portugal 2020.

5.3.3.3.3 Receita não efetiva

A receita não efetiva, constituída pelos ativos e passivos financeiros regista um decréscimo no ano de 2022 de 12,9 milhões de euros.

Figura 25 - Evolução das receitas não efetivas



A variabilidade registada nos passivos financeiros decorre, numa 1ª fase, na amortização integral da dívida bancária em 2019 e numa utilização moderada do financiamento bancário nos anos de 2020 e 2021.

Em 2022 foi efetuada a utilização de 3,8 milhões de euros do empréstimo de 39 milhões de euros contratualizados em 2018 com o banco BPI, para um financiamento de longo prazo com vista à cobertura de necessidades de investimento, nomeadamente, na reabilitação/restauração de edifícios, em eficiência energética, em intervenções na via pública e outras, com destaque para a requalificação da escola secundária Alexandre Herculano.

5.4 MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

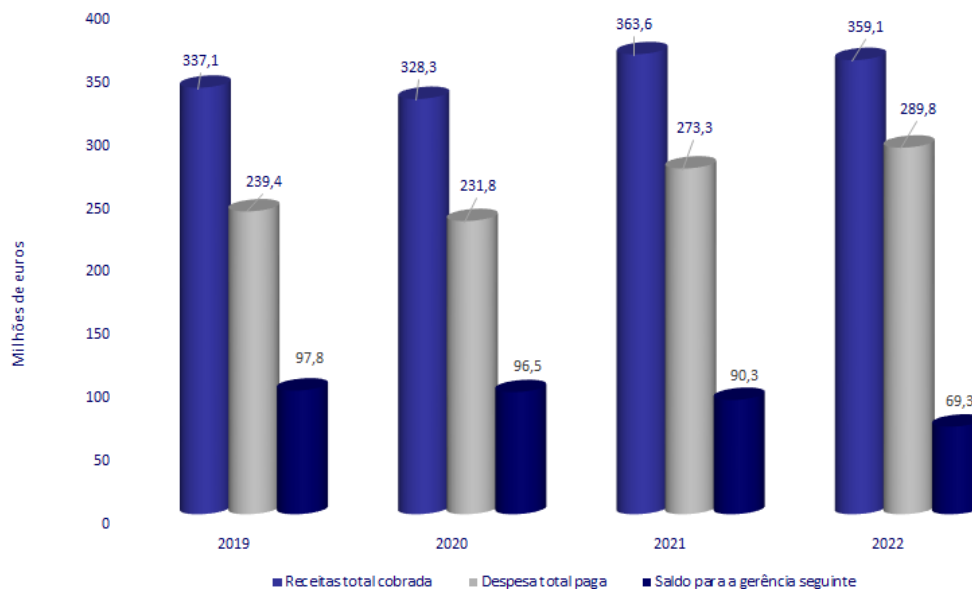
Quadro 24 - Resumo da conta de gerência

| Designação | Operações Orçamentais | Operações de Tesouraria | Total |
|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------|
| | € | € | € |
| Saldo transitado de 2021 | 90 344 766,14 | 3 944 533,64 | 94 289 299,78 |
| Receitas arrecadadas | 268 711 475,51 | 4 607 835,33 | 273 319 310,84 |
| Despesas pagas | 289 778 618,26 | 3 508 653,73 | 293 287 271,99 |
| Saldo a transitar para 2023 | 69 277 623,39 | 5 043 715,24 | 74 321 338,63 |

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 74,3 milhões de euros, que se decompõe em 69,3 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 5 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com o mapa Demonstração de desempenho orçamental que evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, e com o mapa Operações de tesouraria que evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, que integram a Prestação de Contas.

Figura 26 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos nos últimos 4 anos permite-nos verificar um abrandamento dos recebimentos e pagamentos em 2020, reflexo da crise sanitária vivida, e um aumento dos pagamentos em 2021 e 2022.

6. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

6.1 Análise do Balanço

O Município elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A análise das demonstrações financeiras que a seguir se apresentam têm em consideração os movimentos associados ao ano 2022, conforme detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Quadro 25 - Ativo

| Descrição | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | | Un.: euros |
|--|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|----------------------|--------------|------------|
| | Valor | Peso % | Valor | Peso % | | % | |
| Ativos Fixos Tangíveis | 1 463 232 597,84 | 86,7% | 1 420 399 775,52 | 86,2% | 42 832 822,32 | 3,0% | |
| Ativos Intangíveis | 2 462 912,26 | 0,1% | 2 344 109,26 | 0,1% | 118 803,00 | 5,1% | |
| Propriedades de investimento | 41 205 171,55 | 2,4% | 42 103 784,41 | 2,6% | -898 612,86 | -2,1% | |
| Participações financeiras | 177 729 707,94 | 10,5% | 177 278 521,73 | 10,8% | 451 186,21 | 0,3% | |
| Outras contas a receber | 3 700 000,00 | 0,2% | 5 533 141,45 | 0,3% | -1 833 141,45 | -33,1% | |
| Ativo não corrente | 1 688 330 389,59 | 100,0% | 1 647 659 332,37 | 100,0% | 40 671 057,22 | 2,5% | |
| Inventários | 329 098,84 | 0,2% | 418 951,08 | 0,2% | -89 852,24 | -21,4% | |
| Ativos Biológicos | 223 615,57 | 0,1% | 246 241,82 | 0,1% | -22 626,25 | -9,2% | |
| Devedores transf.e Subsídios não reembolsáveis | 3 720,00 | 0,0% | 2 500,00 | 0,0% | 1 220,00 | 48,8% | |
| Clientes, contribuintes e utentes | 15 504 831,88 | 7,4% | 10 339 809,48 | 4,8% | 5 165 022,40 | 50,0% | |
| Estado e outros entes públicos | | | 22 915,83 | 0,0% | -22 915,83 | -100,0% | |
| Outras contas a receber | 119 636 855,42 | 56,9% | 110 175 383,29 | 51,0% | 9 461 472,13 | 8,6% | |
| Diferimentos | 295 196,44 | 0,1% | 414 383,15 | 0,2% | -119 186,71 | -28,8% | |
| Caixa e depósitos | 74 321 338,63 | 35,3% | 94 289 299,78 | 43,7% | -19 967 961,15 | -21,2% | |
| Ativo Corrente | 210 314 656,78 | 100,0% | 215 909 484,43 | 100,0% | -5 594 827,65 | -2,6% | |
| Total | 1 898 645 046,37 | | 1 863 568 816,80 | | 35 076 229,57 | 1,9% | |

O acréscimo de 1,9% do ativo resulta do aumento do ativo não corrente, em concreto dos ativos fixos tangíveis (42,8 milhões de euros), das participações financeiras (451,2 mil euros), dos ativos intangíveis (118,8 mil euros), conjugado com o decréscimo das propriedades de investimento (898,6 mil euros) e das outras contas a receber (1,8 milhões de euros), e no ativo corrente, nomeadamente, pelos acréscimo de clientes, contribuintes e utentes (5,1 milhões de euros), e de outras contas a receber (9,5 milhões de euros), combinado com a diminuição dos diferimentos (119,2 mil euros) e das disponibilidades (20 milhões de euros).

No que respeita aos ativos fixos tangíveis contribuiu para o aumento a rubrica de terrenos e recursos naturais em 16,9 milhões de euros, dada a incorporação do terreno denominado Monte Pedral, que foi restituído ao Município, tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2019, de 22 de janeiro.

O quartel do Monte Pedral foi construído em terrenos cedidos pelo Município, por escrituras celebradas em 26 de outubro de 1904 e 5 de maio de 1920 sob a condição que a cedência por parte da Camara Municipal do Porto caduca e reverte para o cedente se ao terreno ou à construção que se fizer no terreno cedido, for dado um destino diverso do estabelecido. O Exército não pretende dar qualquer utilização ao imóvel tendo por objetivo a reorganização e requalificação das infraestruturas militares.

Para este terreno está a ser estudada pelo Município, uma operação de loteamento, com a criação de 6 lotes, destinados a habitação multifamiliar, comércio e serviços, em edifícios com térceas entre 2 e 7 pisos acima do solo e com caves entre 2 e 4 pisos abaixo do solo. Estão previstos 329 fogos (além das áreas de comércio e serviços). Este projeto enquadra-se no Programa Renda Acessível, através do qual o Município pretende colocar, no mercado de arrendamento habitacional, fogos a preços acessíveis às famílias de rendimentos intermédios.

Este imóvel foi objeto de avaliação a preços de mercado tendo sido atribuído o valor de 15 658 000 €. A valorização adotada corresponde ao valor do imóvel no pressuposto da aprovação do projeto de loteamento estudado e da sua implementação.

Concorre ainda para o aumento dos ativos fixos tangíveis líquidos os investimentos realizados pelas Empresas Municipais nomeadamente em arruamentos e obras complementares com 12,2 milhões de euros, para a finalização do Mercado do Bolhão com 8,1 milhões de euros e na Educação com 8,9 milhões de euros.

Os ativos fixos tangíveis não sofreram qualquer influência da concretização da transferência de competências no domínio da educação, prevista no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 53/2020, de 12 de agosto. Apesar da transferência de bens nomeadamente de imóveis prevista na Lei, o Município apresentou várias solicitações junto da DEGESTE e da DREN não obtendo informação sobre o total dos bens transferidos, razão pela qual não foram tratados nem mensurados um conjunto de ativos. Apesar de na Lei essa transferência ser

assumida, o Estado mantém esses ativos, uma vez que não divulgou pelas Autarquias o desreconhecimento das respetivas quantias escrituradas.

A componente não corrente das outras contas a receber inclui adiantamentos a fornecedores de imobilizado respeitante ao registo dos pagamentos efetuados através de depósito à ordem do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, no âmbito do exercício do direito de preferência.

Em 2022 foi resolvido um dos processos em que as partes acordaram na transmissão dos imóveis, mediante o pagamento do valor global, já constituído em depósito autónomo e que se encontrava à ordem do processo judicial.

No ativo corrente houve uma diminuição do valor das disponibilidades no montante de 20 milhões de euros.

Em termos globais as dívidas de clientes, contribuintes e utentes aumentam 5,2 milhões de euros, em resultado do aumento da rubrica de contribuintes e utentes.

O aumento significativo do saldo líquido da rubrica de clientes em 2022 face ao valor registado no final do ano de 2021 está associado ao aumento da receita provenientes de taxas nomeadamente urbanísticas. O tipo de taxas cobradas apresenta normalmente um prazo de pagamento mais prolongado, sendo que uma parte das faturas emitidas ainda não se encontram vencidas.

A componente de Outras Contas a Receber incluem os devedores por acréscimos (periodização económica) que integram, a estimativa relativa aos impostos e às transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, à Derrama e à participação fixa no IRS e no IVA, que apenas serão recebidos durante o ano 2023, num montante de 106,7 milhões de euros.

Quadro 26 - Passivo

Un.: euros

| Descrição | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | |
|--|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|----------------------|--------------|
| | Valor | Peso % | Valor | Peso % | | % |
| Provisões | 30 453 142,05 | 32,2% | 36 365 284,47 | 35,3% | -5 912 142,42 | -16,3% |
| Financiamentos obtidos | 13 278 072,99 | 14,0% | 16 746 828,41 | 16,3% | -3 468 755,42 | 100,0% |
| Diferimentos | 31 546 385,96 | 33,4% | 32 008 550,61 | 31,1% | -462 164,65 | -1,4% |
| Outras contas a pagar | 19 266 234,39 | 20,4% | 17 775 728,01 | 17,3% | 1 490 506,38 | 8,4% |
| Passivo não corrente | 94 543 835,39 | 100,0% | 102 896 391,50 | 100,0% | -8 352 556,11 | -8,1% |
| Credores por transf. e subsídios não reemb. concedidos | 177 361,43 | 0,4% | 23 790,64 | 0,1% | 153 570,79 | 645,5% |
| Fornecedores | 1 039 749,61 | 2,5% | 576 633,30 | 1,6% | 463 116,31 | 80,3% |
| Adiantamentos de clientes, contribuintes, utentes | 579 997,43 | 1,4% | 874 206,13 | 2,4% | -294 208,70 | -33,7% |
| Estado e outros entes públicos | 1 851 029,15 | 4,5% | 1 614 643,96 | 4,5% | 236 385,19 | 14,6% |
| Financiamentos obtidos | 1 770 409,86 | 4,3% | 0,00 | 0,0% | 1 770 409,86 | 100,0% |
| Fornecedores de investimento | 112 344,99 | 0,3% | 147 323,39 | 0,4% | -34 978,40 | -23,7% |
| Outras contas a pagar | 30 719 037,84 | 74,7% | 27 312 577,23 | 75,5% | 3 406 460,61 | 12,5% |
| Diferimentos | 4 868 079,56 | 11,8% | 5 628 484,76 | 15,6% | -760 405,20 | -13,5% |
| Passivo Corrente | 41 118 009,87 | 100,0% | 36 177 659,41 | 100,0% | 4 940 350,46 | 13,7% |
| Total | 135 661 845,26 | | 139 074 050,91 | | -3 412 205,65 | -2,5% |

No passivo a diminuição de 3,4 milhões de euros é explicada pela conjugação da diminuição do passivo não corrente (8,4 milhões de euros) e pelo aumento do passivo corrente (4,9 milhões de euros). No passivo não corrente, pelo decréscimo das provisões (5,9 milhões de euros) tendo por base as reversões e utilizações das provisões relacionadas com processos judiciais em litígios, de natureza administrativa e tributária, bem como das provisões associadas a responsabilidades por benefícios pós-emprego, e ainda pelos financiamentos obtidos (3,5 milhões de euros). As outras contas a pagar apresenta um aumento de 1,5 milhões de euros.

As outras contas a pagar incluem os adiantamentos por conta de vendas com duração superior a um ano, nomeadamente as operações realizadas pelo Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb (5 milhões de euros), e o passivo de 14,3 milhões de euros relativo ao contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A., que aumentou face ao ano anterior 1,3 milhões de euros.

Por sua vez, para o aumento do passivo corrente, contribuiu a rubrica de financiamento obtido, no montante de 1,8 milhões de euros, cuja exigibilidade considera-se inferior a um ano. Foram transferidos os adiantamentos por conta de vendas de curto para médio prazo para os que apresentavam uma duração superior a um ano.

As outras contas a pagar no passivo corrente, divulgam um acréscimo de 3,4 milhões euros. Para esta componente concorrem os acréscimos de gastos, que incorporam os gastos a pagar em exercícios futuros, em obediência ao princípio de especialização dos exercícios, nomeadamente o montante estimado relativo às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar, em 2023, no montante 11,9 milhões de euros, bem como o montante de 13,6 milhões de euros associado aos restantes gastos reconhecidos no exercício de 2022 e a liquidar nos anos seguintes. Esta rubrica inclui, também, o saldo das cauções prestadas por entidades terceiras, (4,9 milhões de euros) com destaque para a caução de 1,6 milhões de euros, entregue pela Socimave - Sociedade Imobiliária do Ave, Lda. e Referência Arrojada, S.A. de 1,9 milhões de euros, relacionada com processos de licenciamento de obras de urbanização.

Quadro 27 - Património

Un.: euros

| Descrição | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | |
|--|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|----------------------|-------------|
| | Valor | Peso % | Valor | Peso % | | % |
| Património/Capital | 1 114 466 897,57 | 63,2% | 1 114 466 897,57 | 64,6% | 0,00 | 0,0% |
| Reservas | 15 127 171,86 | 0,9% | 13 819 140,19 | 0,8% | 1 308 031,67 | 9,5% |
| Resultados Transitados | 296 537 302,51 | 16,8% | 256 026 700,71 | 14,8% | 40 510 601,80 | 15,8% |
| Outras variações no património líquido | 310 760 021,30 | 17,6% | 314 021 393,95 | 18,2% | -3 261 372,65 | -1,0% |
| Resultado Líquido do Período | 26 091 807,87 | 1,5% | 26 160 633,47 | 1,5% | -68 825,60 | -0,3% |
| Total do Património Líquido | 1 762 983 201,11 | 100,0% | 1 724 494 765,89 | 100,0% | 38 488 435,22 | 2,2% |

O património líquido apresenta uma variação positiva de 2,2% (38,5 milhões de euros), apresentando todas as rubricas variações positivas com a exceção de outras variações no património líquido.

As reservas e os resultados transitados apresentam um aumento decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior, nos montantes de 1,3 milhões de euros e de 24,9 milhões de euros, respetivamente. Contribuiu ainda para o aumento dos resultados transitados a incorporação do terreno denominado Monte Pedral, no montante de 15,7 milhões de euros, que foi restituído ao Município, tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2019, de 22 de janeiro.

6.2 Análise da Demonstração de Resultados

Quadro 28 - Gastos

Un.: euros

| Descrição | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | |
|--|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|----------------------|--------------|
| | Valor | Peso % | Valor | Peso % | | % |
| Transferências e subsídios concedidos | 60 026 305,45 | 22,6% | 48 106 372,59 | 20,3% | 11 919 932,86 | 24,8% |
| CMVMC | 334 403,55 | 0,1% | 574 801,06 | 0,2% | -240 397,51 | -41,8% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 49 085 521,07 | 18,5% | 47 728 289,98 | 20,1% | 1 357 231,09 | 2,8% |
| Gastos com Pessoal | 93 886 592,22 | 35,4% | 79 397 154,00 | 33,5% | 14 489 438,22 | 18,2% |
| Gastos de depreciação e amortização | 51 383 581,35 | 19,4% | 51 991 811,02 | 21,9% | -608 229,67 | -1,2% |
| Imparidade/perdas | 18 429,03 | 0,0% | 75 338,81 | 0,0% | -56 909,78 | -75,5% |
| Gastos imputados de entid. controladas, associadas | 4 393 474,79 | 1,7% | | | 4 393 474,79 | |
| Reduções de Justo Valor | 22 626,25 | 0,0% | | 0,0% | 22 626,25 | |
| Imparidade de dívidas a receber | | | 1 845 617,07 | 0,8% | -1 845 617,07 | -100,0% |
| Prestações Sociais | | | 282 596,16 | 0,1% | -282 596,16 | -100,0% |
| Outros gastos e perdas | 5 621 915,91 | 2,1% | 6 828 763,08 | 2,9% | -1 206 847,17 | -17,7% |
| Gastos e perdas por juros e outros encargos | 350 582,97 | 0,1% | 56 871,37 | 0,0% | 293 711,60 | 516,4% |
| Total | 265 123 432,59 | 100,0% | 236 887 615,14 | 100,0% | 28 235 817,45 | 11,9% |

O aumento de 11,9% verificado nos gastos incorridos pelo Município é influenciado pelas variações positivas verificadas nas rubricas transferências e subsídios concedidos (12 milhões de euros), gastos com o pessoal (14,5 milhões de euros) e dos outros gastos e perdas (7,6 milhões de euros) e ainda pelos gastos imputados de entidades controladas (4,4 milhões de euros). Embora com menor expressão, contribuíram também para o aumento os fornecimentos e serviços externos (1,4 milhões de euros), os gastos e perdas por juros e outros encargos (293,7 mil euros), conjugado com a diminuição de CMVMC (240,4 mil euros), gastos de depreciações e amortizações (608,2 mil euros), imparidades/perdas (57 mil euros), imparidades de dívidas a receber (1,8 milhões de euros) e as prestações sociais (282,6 mil euros).

O acréscimo verificado nas transferências e subsídios concedidos é influenciado pelo aumento dos apoios concedidos às Empresas Municipais e das transferências para as juntas de freguesia, famílias e outros apoios diversos, nomeadamente os apoios à promoção do comércio e dos serviços e ao setor da cultura.

Releva-se um aumento dos fornecimentos e serviços externos decorrente do aumento das rubricas alimentação-refeições confeccionadas, limpeza, higiene e conforto, e contencioso e notariado. Nesta mesma rubrica em termos de diminuições contribuíram designadamente a iluminação pública, tendo em conta a diminuição verificada nas

tarifas de acesso, pela redução do valor adicional pago nos anos anteriores, decorrente da descida de todos os níveis de tensão nas MT e BTE, vigilância e segurança e conservação e reparação.

Para o crescimento de gastos com pessoal contribuíram, além do acréscimo de efetivos, que passaram 3363 no final de 2021 para 4376 em 31 de dezembro de 2022, justificado essencialmente pela integração de cerca de 950 trabalhadores da carreira de assistente técnico e operacional, decorrente da transferência de competências na área da educação para o Município do Porto, ao abrigo do decreto-lei nº 21/2019, que assumiu as suas responsabilidades, concretizada a 1 de abril de 2022. Importa, realçar, que decorrente desta transferência de competências foi necessário proceder à revisão da macroestrutura do Município, de forma a dotar os serviços municipais de uma orgânica que dê resposta às novas necessidades nas áreas objeto de transferência.

Destaca-se, ainda, as valorizações remuneratórias decorrentes da atualização da remuneração base para todos os trabalhadores em 0,9%, bem como da atualização das remunerações dos trabalhadores integrados na carreira de assistente técnico e técnico superior, ao abrigo do decreto-lei n.º 51/2022, de 26.07. Acresce, ainda, a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida para 2022, passando de 665€ para 705€, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 07 de dezembro, assim como o acréscimo, decorrente do alargamento de mais áreas de aplicação e atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, bem como outros suplementos e prémios ao nível dos serviços remunerados da Polícia Municipal.

Outros gastos e perdas estão influenciados pelos reembolsos de taxas de operações urbanísticas, indemnizações pagas e correções de exercícios anteriores.

Quadro 29 - Rendimentos

Un.: euros

| Descrição | 2022 | | 2021 | | Variação 21-22 | |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|----------------------|--------------|
| | Valor | Peso % | Valor | Peso % | | % |
| Impostos, contribuições e taxas | 188 053 729,45 | 64,6% | 177 274 340,90 | 67,4% | 10 779 388,55 | 6,1% |
| Vendas | 73 769,65 | 0,0% | 11 810,73 | 0,0% | 61 958,92 | 524,6% |
| Prestações de serviços e concessões | 14 120 437,20 | 4,8% | 12 608 726,97 | 4,8% | 1 511 710,23 | 12,0% |
| Rendimentos imputados de entid. controladas, associadas | | | 2 885 164,71 | 1,1% | -2 885 164,71 | -100,0% |
| Transferências e subsídios obtidos | 54 865 232,14 | 18,8% | 37 493 945,49 | 14,3% | 17 371 286,65 | 46,3% |
| Imparidade de dívidas a receber | 311 076,75 | 0,1% | | | 311 076,75 | |
| Provisões | 5 912 142,42 | 2,0% | 10 618 871,70 | 4,0% | -4 706 729,28 | -44,3% |
| Aumentos de justo valor | | | 6 741,83 | 0,0% | -6 741,83 | -100,0% |
| Outros rendimentos | 27 872 115,54 | 9,6% | 22 139 653,17 | 8,4% | 5 732 462,37 | 25,9% |
| Juros, dividendos e outros rendimentos similares | 6 737,31 | 0,0% | 8 993,11 | 0,0% | -2 255,80 | -25,1% |
| Total | 291 215 240,46 | 100,0% | 263 048 248,61 | 100,0% | 28 166 991,85 | 10,7% |

A variação positiva de 10,7% dos rendimentos obtidos no Município resulta, entre outros, do aumento de impostos, contribuições e taxas (10,8 milhões de euros), das transferências e subsídios obtidos (17,4 milhões de euros) e ainda pelos outros rendimentos (5,8 milhões de euros), conjugada com a diminuição mais expressiva das provisões (4,7 milhões de euros) e dos rendimentos imputados de entidades controladas (2,9 milhões de euros).

Para o aumento dos impostos, contribuições e taxas destaca-se o aumento do IMT, do IMI e da Derrama. As taxas são influenciadas, em grande medida, pelo comportamento dos rendimentos relacionados com taxa municipal turística.

Os outros rendimentos incluem os rendimentos associados aos contratos de concessão, nos termos da NCP 4.

Quadro 30 - Indicadores económico-financeiros

| Indicadores | 2022 | 2021 |
|--|-------------|-------------|
| Liquidez | | |
| Liquidez Geral | 5,8 | 7,1 |
| Liquidez Reduzida | 5,8 | 7,1 |
| Liquidez Imediata | 2,1 | 3,1 |
| Rentabilidade | | |
| Rentabilidade operacional do Volume de Negócios | 186,2% | 207,7% |
| Taxa de Margem Bruta | 97,6% | 95,4% |
| Rentabilidade do Património Líquido | 1,5% | 1,5% |
| Rentabilidade Operacional do Ativo | 1,4% | 1,4% |
| Atividade | | |
| Prazo Médio de Recebimentos | 115 | 95 |
| Prazo Médio de Pagamentos (DGAL) | 6 | 9 |
| Estrutura Financeira | | |
| Endividamento | | |
| Passivo / Ativo | 7,1% | 7,5% |
| Grau de Autonomia | | |
| Património Líquido / Ativo | 92,9% | 92,5% |
| Grau de cobertura dos gastos financeiros | | |
| Resultados Operacionais / Gastos Financeiros | 75,4 | 460,8 |
| Índice de Solvabilidade | | |
| Património Líquido / Passivo | 13,0 | 12,4 |
| Resultados antes de depreciações e gastos financiamento | 77,8 | 78,2 |

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidência um desempenho financeiro positivo do Município em 2022, destacando-se o grau de autonomia superior a 92%, que continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios.

O índice de liquidez, que traduz a regra de equilíbrio financeiro mínimo, apesar de uma ligeira diminuição evidencia a robustez financeira de curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo, medida através do índice de solvabilidade, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2021, ao passar de 12,4 para 13,0.

O EBITDA (resultados antes de depreciações e gastos de financiamento) de 2022 é positivo e apresenta um valor de 77,8 milhões de euros.

6.3 ENDIVIDAMENTO

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Quadro 31 - Limite da dívida total

| Designação | Cobrança 2019 | Cobrança 2020 | Cobrança 2021 | Valor € |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------------|
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS | 233 464 569,56 | 201 189 777,91 | 220 536 316,76 | 218 396 888,08 |
| Dívida/Margem | | | | |
| (1) LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1,5 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores) | | | | 327 595 332,12 |
| (2) DÍVIDA TOTAL Excluindo Não Orçamentais e FAM 01-01-2022 (incluindo Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida) | | | | 39 168 662,00 |
| MARGEM ABSOLUTA = (1)-(2) | | | | 288 426 670,12 |
| (3) MARGEM UTILIZÁVEL 01-01-2022 (margem absoluta*20%) | | | | 57 685 334,02 |
| MUNICÍPIO | | | | |
| Divida a instituições de crédito | | | | 15 048 482,85 |
| Divida a Terceiros - Não Corrente | | | | 19 266 234,39 |
| Divida a Terceiros - Corrente | | | | 8 916 269,20 |
| SUBTOTAL | | | | 43 230 986,44 |
| ENTIDADES RELEVANTES PARA EFEITOS DE LIMITE DA DÍVIDA TOTAL | | | | |
| Divida de entidades relevantes | | | | 10 381 563,48 |
| OPERAÇÕES DE TESOURARIA 31.12.2022 | | | | |
| | | | | -5 043 715,24 |
| (4) DÍVIDA TOTAL Excluindo Não Orçamentais e FAM 31-12-2022 (incluindo Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida) | | | | 48 568 834,68 |
| MARGEM UTILIZADA 2022 = (4)-(2) | | | | 9 400 172,68 |
| (5) = (3)-((4)-(2)) MARGEM DISPONÍVEL | | | | 48 285 161,34 |

De acordo com o artigo 54^o, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

O limite da dívida total para 2022 ascendeu a 327,6 milhões de euros.

A margem utilizável em 01 de janeiro de 2022 era de 57,7 milhões de euros, tendo o Município utilizado 9,4 milhões de euros, dando desta forma cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, aumentou 24%, sendo de 48,6 milhões de euros, valor para o qual contribuíram 43,2 milhões de euros do Município do Porto (dos quais se excluem 5 milhões de euros de operações não orçamentais) e 10,4

milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento².

As dívidas a terceiros não correntes inclui 14,3 milhões de euros relativo ao contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A., cuja exigibilidade considera-se superior a um ano. A Base XXXV do Capítulo VI do Anexo IV do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, estabelece que em troca dos bens revertidos ao concedente, este pagará uma indemnização correspondente ao valor contabilístico dos bens afetos à concessão, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido, incluindo-se nestes o valor dos bens cedidos pelo concedente, tendo como referência o último balanço aprovado.

Não se incluindo o valor de 14,3 milhões de euros da E-Redes, a dívida total será de 34,3 milhões de euros (em vez dos 48,6 milhões de euros), e portanto inferior em 4,9 milhões de euros face ao valor de 39,2 milhões de euros existentes em 01 de janeiro de 2022. No final do ano a dívida total reduz 12,5%, sendo a margem disponível em 31 de dezembro de 2022 de 62,6 milhões de euros (em vez de 48,3 milhões de euros).

Embora a inscrição do valor em dívida seja um tema que divide opiniões, o Município optou por o inscrever não representando uma aceitação ou reconhecimento do valor dos ativos para efeitos de “fecho” do contrato de concessão em vigor.

A política financeira do Município continuou a demonstrar um forte controlo do seu endividamento.

6.4 PANDEMIA COVID-19

O ano 2022 ainda está associado à situação de emergência de saúde pública causado pela Pandemia COVID-19, nomeadamente no primeiro trimestre do ano, tendo ao longo do tempo entrado numa situação de estabilização, regressando-se ao quotidiano normal.

Apesar das muitas e diferentes medidas extraordinárias de apoio social, económico e cultural lançadas em 2020, incorporadas e reforçadas em 2021, em 2022, e já numa situação de recuperação económica, não foi necessário o Município reforçar medidas extraordinárias significativas neste âmbito, continuando a beneficiar de uma situação financeira equilibrada, alicerçada ao longo dos últimos anos, e superando este desafio com segurança e confiança.

² Valores provisórios à data de 14 de abril de 2023, para as entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total

No que concerne à gestão da receita municipal, no ano 2022 destaca-se a continuidade das iniciativas encetadas em consequência da pandemia provocada pela doença COVID-19 e que justificaram a tomada de decisão de um conjunto de medidas, por forma a mitigar os efeitos nefastos no tecido económico e social.

Assim, as deliberações do executivo municipal ocorridas no ano 2022, nomeadamente as que visaram apoiar, por via da isenção do pagamento de taxas, os agentes do tecido económico, comercial e empresarial da Cidade, na qualidade de ocupantes em feiras e mercados e os comerciantes arrendatários de prédios municipais, representaram um valor de cerca de 700 mil euros:

- Isenção do valor das rendas devidas pelos comerciantes arrendatários de prédios municipais, bem como de espaços destinados a armazém, aprovada pela Câmara Municipal em 20/12/2021, no valor de 552,5 mil euros, para o período compreendido entre 01/01/2022 e 30/06/2022.
- Isenção do pagamento de taxas devidas pelos ocupantes em feiras e mercados, aprovada pela Câmara Municipal em 20/12/2021 e 13/06/2022, no valor de 143,7 mil euros, para o período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022.

No âmbito da despesa, e em linha com o levantamento das necessidades orçamentais de cada Serviço Responsável que havia sido feito nos dois anos anteriores, de acordo com o plano de atividades em execução, ajustou-se as dotações orçamentais ao desenvolvimento das atividades a executar pelos serviços.

Na continuidade das medidas adotadas anteriormente para a mitigação dos efeitos da pandemia, agora com um impacto menor, aproximadamente de 2,3 milhões de euros na despesa, referem-se:

- A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, bens alimentares, desinfeção, higienização e limpeza, entre outros;
- Testes e rastreios;
- Apoio financeiro à Cruz Vermelha Portuguesa para garantir o transporte pré hospitalar e inter-hospitalar na cidade do Porto, no contexto do combate à pandemia Covid-19;

Quadro 32 - Despesas COVID-19

| Despesas COVID-19 | | € |
|---|--|---------------------|
| Despesas com Pessoal | | 1 882 305,55 |
| Aquisição de bens e serviços: | | |
| Saúde | | 257 899,27 |
| Apoios Sociais | | 32 004,03 |
| Apoios a instituições / famílias / Outras | | 152 445,94 |
| Total | | 2 324 654,79 |

A adoção das diversas medidas no decorrer desta situação pandémica, marcada por um período de grande de incerteza, não colocou em causa a atividade do município, a concretização dos objetivos estratégicos e a sua capacidade de endividamento, tendo sido só possível face à robustez financeira do Município do Porto, fruto de uma gestão sustentável, rigorosa e equilibrada.

6.5 INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

Toda a economia global sofreu efeitos colaterais devido ao aumento dos preços da energia e da alimentação, mantendo-se em 2022, as pressões inflacionistas que já existiam por causa da retoma pós-pandemia por influência das disrupções nas cadeias mundiais de abastecimento.

A incerteza associada à invasão e as sanções aplicadas à Rússia fizeram disparar os preços da energia e das matérias-primas, uma tendência que teve reflexos, por exemplo, nos preços dos alimentos pagos pelos consumidores.

Quer na formação de contratos para a aquisição de bens e serviços, quer na execução de contratos que já haviam sido celebrados, foram percecionados os efeitos da rápida e contínua alteração de preços e de quebras nas cadeias de abastecimento. Não sendo possível quantificar esses efeitos, importa relevar, para a mitigação dos mesmos, a robustez financeira das contas municipais.

Um pouco por todo o País, os portugueses têm arregaçado as mangas para apoiar os refugiados ucranianos que chegam com esperança num futuro melhor. Desde plataformas que ligam pessoas a organizações que podem ajudar, a donativos ou recolha de bens para enviar para a Ucrânia, a multiplicação de iniciativas tem demonstrado que os portugueses são solidários.

O Município do Porto, foi desde o primeiro momento um serviço ativo e empenhado na campanha de apoio ao povo ucraniano. Em articulação com os restantes municípios da “Frente Atlântica” (Vila Nova de Gaia e Matosinhos), lançou em março de 2022, uma campanha denominada “SOMOS TODOS UCRÂNIA” que congregou uma série de medidas integradas, designadamente:

- A criação de um site com uma linha de apoio para centralizar as manifestações de doações de bens, medicamentos e equipamentos com a estrita finalidade da sua utilização nas respostas humanitárias a desenvolver face à situação dos refugiados;
- A recolha de bens, em articulação com as Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho do Porto, bem como com os Municípios de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia, no âmbito “Frente Atlântica”;
- Autorizar a cedência precária de um armazém, na gestão do Município, para a recolha, conservação e expedição dos bens recolhidos, em local ainda a definir;
- Aceitar todas as doações, de bens e equipamentos que tenham por finalidade exclusiva a sua utilização nas respostas humanitárias, quer sejam dinamizadas pelo Município, quer em parceria com os Municípios da “Frente Atlântica”, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, ou por terceiros, as quais serão encaminhadas para a Congregação do Santíssimo Redentor "C.Ss.R." - Seminário Redentorista de Cristo Rei, no âmbito da resposta humanitária em curso;
- Colaborar na disponibilização do transporte dos bens recolhidos para locais de destino situados na Polónia, com a “Rangel Logistics Solutions”;
- Disponibilizar refeições diárias em regime de take-way aos voluntários junto dos centros logísticos de recolha e refugiados;
- Disponibilizar nos jardins-de-infância e nas escolas de primeiro ciclo, a identificar, soluções para a integração de crianças e jovens refugiados;
- A realização de um concerto solidário com o objetivo de angariar fundos destinados a apoiar os refugiados, os quais serão entregues à Congregação do Santissimo

Redentor "C.Ss.R." - Seminário Redentorista de Cristo Rei, no âmbito da resposta humanitária em curso;

- Estabelecer parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, para disponibilização de uma resposta na área da literacia no âmbito dos processos de guerra e paz, com o objetivo de ajudar as diferentes populações a lidar com as questões que a mesma suscitar;
- Estabelecer parceria com o Conselho Regional Do Porto - Ordem dos Advogados para disponibilização no Gabinete do Município, serviços de apoio e/ou consulta jurídica, pro bono, por advogados inscritos e indicados para o efeito pelo Conselho Regional Do Porto - Ordem dos Advogados;
- Disponibilizar, junto do Ministério da Administração Interna, os meios municipais de Proteção Civil e a sua experiência em apoio humanitário em cenários de catástrofe e de guerra, para fazer parte de eventuais respostas integradas na área psicossocial, logística e de transporte.

Totalizaram-se 621 doações de bens, dos quais 46% em alimentação, 26% em vestuário, 22% em produtos de higiene, 5% em medicamentos e outros bens (1%), enviados em 7 camiões TIR para a Ucrânia. Para esta campanha participaram as empresas municipais, Juntas de Freguesia, bem como empresas privadas e várias associações, na organização da ajuda humanitária relativamente às ofertas e recolhas de bens, na promoção de serviços de apoio e integração dos refugiados, tendo-se encaminhado e assegurado o transporte de cerca de 100 refugiados para estruturas de retaguarda social, com respostas adequadas às suas necessidades.

6.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo de vinte e seis milhões noventa e um mil oitocentos e sete euros e oitenta e sete cêntimos (€ 26.091.807,87) tenha a seguinte aplicação:

- Um milhão trezentos e quatro mil quinhentos e noventa euros e trinta e nove cêntimos (€ 1.304.590,39), correspondentes a 5% do resultado líquido, para Reservas Legais;

- Vinte e quatro milhões setecentos e oitenta e sete mil duzentos e dezassete euros e quarenta e oito cêntimos (€ 24.787.217,48) para Resultados Transitados.

7. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes municipais na tomada de decisões. Neste âmbito, o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para o Município e utilizadores externos.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação que contribua para reforçar a otimização de recursos internos, o Município tem trabalhado para aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

Desde 2020 para cá, para além da implementação do SNC-AP, o município mudou de sistema informático de suporte financeiro, que se encontra em uso desde janeiro de 2022. Esta mudança de sistema informático trouxe desafios vários e, no que respeita ao desenvolvimento da implementação da NCP 27, e como vem corroborado na declaração anexa, emitida pela empresa fornecedora, não foi possível concluir o desenvolvimento e parametrização da solução eletrónica por forma a aplicar-se ao exercício de 2022.

O sistema atual não permite obter informação completa da contabilidade de gestão, no entanto, foi possível obter informação dos gastos por centro de custo.

7.1 Análise de Gastos por Centro de Custo

A análise de gastos imputados às várias unidades orgânicas, englobam os gastos com os recursos humanos, bens, materiais e serviços, assim como as depreciações dos ativos afetos a cada Centro Custo, necessários ao exercício das suas atividades.

Quadro 33 - Gastos por Centro Custo

| | Un.: euros |
|---|-----------------------|
| Orgânica / Serviço Responsável | 2022 |
| Assembleia Municipal | 131 721,89 |
| Executivo Municipal | 31 172 628,77 |
| D. M. da Presidência | 3 606 717,11 |
| D. M. Recursos Financeiros | 63 496 048,90 |
| D. M. G. Pessoas e Organização | 4 340 889,31 |
| D. M. Cultura e Património | 17 667 775,47 |
| Dep. M. Mobilidade | 37 696 878,65 |
| D. M. Desenvolvimento Urbano | 7 719 371,90 |
| D. M. Sistemas de Informação | 6 819 901,29 |
| Polícia Municipal | 12 270 378,34 |
| Regimento de Sapadores Bombeiros | 9 011 206,34 |
| D. M. Serviços Jurídicos | 7 321 542,24 |
| D. M. Educação | 21 546 197,47 |
| Dep.M. Atividades Económicas | 1 249 148,39 |
| Dep. M. Fiscalização | 2 523 306,14 |
| Dep. M. Coesão Social | 3 986 262,22 |
| D. M. de Serviços ao Múncipe | 3 169 071,64 |
| Dep.M.P.Saúde e Qualidade de Vida e Juventude | 560 557,63 |
| Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiamento | 52 589,20 |
| Serviço M. de Proteção Civil | 2 099 519,10 |
| Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental | 3 614 306,26 |
| Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas | 17 522 224,93 |
| Dep. M. de Economia | 1 914 134,73 |
| Dep. M. de Proteção de Dados | 131 011,60 |
| Dep. M. de Descentralização Admnistrativa | 7 261,72 |
| Dep. M. de Espaço Público | 2 356 993,45 |
| Dep. M. de Turismo e Internacionalização | 2 861 005,91 |
| Total | 264 848 650,60 |

Atendendo à substância dos gastos incorridos, a contabilidade de gestão apresenta uma distribuição por serviços responsáveis diferente da apresentada em termos orçamentais. Não foi possível apresentar a correspondente informação do ano 2021 devido à alteração da macroestrutura o que originou a criação de novos centros de custo, e a transferência e desagregação de outros.

Relatório de Gestão **2022**

— Demonstrações
Financeiras e Anexo

| | |
|---|-----|
| 1. Balanço individual em 31 de dezembro de 2022..... | 151 |
| 2. Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro 2022..... | 152 |
| 3. Demonstração individual das alterações no património líquido no período findo em 31 de dezembro de 2022..... | 153 |
| 4. Demonstração individual dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022..... | 154 |
| 5. Anexo às Demonstrações Financeiras de 2022..... | 155 |
| Nota 0 - Adoção pela primeira vez do SNC-AP - divulgação transitória..... | 156 |
| Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico..... | 159 |
| Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.. | 161 |
| Nota 3 - Ativos intangíveis..... | 178 |
| Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente..... | 181 |
| Nota 5 - Ativos fixos tangíveis..... | 182 |
| Nota 6 - Locações..... | 189 |
| Nota 7 - Custo dos empréstimos obtidos..... | 190 |
| Nota 8 - Propriedades de investimento..... | 191 |
| Nota 9 - Imparidade de ativos..... | 192 |
| Nota 10 - Inventários..... | 192 |
| Nota 11 - Agricultura..... | 194 |
| Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação..... | 194 |
| Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação..... | 196 |
| Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes..... | 197 |
| Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato..... | 200 |
| Nota 18 - Instrumentos financeiros..... | 201 |
| Nota 19 - Benefícios dos empregados..... | 205 |
| Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas..... | 209 |
| Nota 21 - Relato por segmentos..... | 211 |
| Nota 22 - Interesses em outras entidades..... | 212 |

| | |
|---|-----|
| Nota 23 - Transferências e subsídios não reembolsáveis..... | 214 |
| Nota 24 - Clientes, contribuintes e utentes..... | 214 |
| Nota 25 - Outras contas a receber..... | 215 |
| Nota 26 - Estado e outros entes públicos..... | 216 |
| Nota 27 – Diferimentos..... | 216 |
| Nota 28 – Património Líquido..... | 217 |
| Nota 29 – Fornecedores..... | 219 |
| Nota 30 - Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes..... | 219 |
| Nota 31 - Outras contas a pagar..... | 220 |
| Nota 32 - Fornecimentos e serviços externos..... | 222 |
| Nota 33 - Gastos com pessoal..... | 223 |
| Nota 34 - Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais..... | 223 |
| Nota 35 – Outros Gastos..... | 224 |
| Nota 36 - Juros e gastos similares suportados..... | 224 |
| Nota 37 - Outras informações consideradas relevantes..... | 225 |

1. Balanço individual em 31 de dezembro de 2022

Un.: euros

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-------|-------------------------|-------------------------|
| | | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 1 463 232 597,84 | 1 420 399 775,52 |
| Propriedades de investimento | 8 | 41 205 171,55 | 42 103 784,41 |
| Ativos intangíveis | 3 | 2 462 912,26 | 2 344 109,26 |
| Participações financeiras | 18,22 | 177 729 707,94 | 177 278 521,73 |
| Outras contas a receber | 25 | 3 700 000,00 | 5 533 141,45 |
| | | 1 688 330 389,59 | 1 647 659 332,37 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 10 | 329 098,84 | 418 951,08 |
| Ativos biológicos | 11 | 223 615,57 | 246 241,82 |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | 18,23 | 3 720,00 | 2 500,00 |
| Clientes, contribuintes e utentes | 18,24 | 15 504 831,88 | 10 339 809,48 |
| Estado e outros entes públicos | 26 | | 22 915,83 |
| Outras contas a receber | 18,25 | 119 636 855,42 | 110 175 383,29 |
| Diferimentos | 27 | 295 196,44 | 414 383,15 |
| Caixa e depósitos | 1 | 74 321 338,63 | 94 289 299,78 |
| | | 210 314 656,78 | 215 909 484,43 |
| Total do Ativo | | 1 898 645 046,37 | 1 863 568 816,80 |
| PATRIMÓNIO LÍQUIDO | | | |
| Património/Capital | 28 | 1 114 466 897,57 | 1 114 466 897,57 |
| Reservas | 28 | 15 127 171,86 | 13 819 140,19 |
| Resultados transitados | 28 | 296 537 302,51 | 256 026 700,71 |
| Outras variações no Património Líquido | 28 | 310 760 021,30 | 314 021 393,95 |
| Resultado líquido do período | | 26 091 807,87 | 26 160 633,47 |
| Total do Património Líquido | | 1 762 983 201,11 | 1 724 494 765,89 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 15 | 30 453 142,05 | 36 365 284,47 |
| Financiamentos obtidos | 7,18 | 13 278 072,99 | 16 746 828,41 |
| Diferimentos | 27 | 31 546 385,96 | 32 008 550,61 |
| Outras contas a pagar | 18,31 | 19 266 234,39 | 17 775 728,01 |
| | | 94 543 835,39 | 102 896 391,50 |
| Passivo corrente | | | |
| Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos | 18,23 | 177 361,43 | 23 790,64 |
| Fornecedores | 18,29 | 1 039 749,61 | 576 633,30 |
| Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes | 18,30 | 579 997,43 | 874 206,13 |
| Estado e outros entes públicos | 26 | 1 851 029,15 | 1 614 643,96 |
| Financiamentos obtidos | 7,18 | 1 770 409,86 | |
| Fornecedores de investimentos | 18,29 | 112 344,99 | 147 323,39 |
| Outras contas a pagar | 18,31 | 30 719 037,84 | 27 312 577,23 |
| Diferimentos | 27 | 4 868 079,56 | 5 628 484,76 |
| | | 41 118 009,87 | 36 177 659,41 |
| Total do Passivo | | 135 661 845,26 | 139 074 050,91 |
| Total do Património Líquido e Passivo | | 1 898 645 046,37 | 1 863 568 816,80 |

2. Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

Un.:euros

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|---|----------|----------------------|----------------------|
| | | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| Impostos, contribuições e taxas | 14 | 188 053 729,45 | 177 274 340,90 |
| Vendas | 13 | 73 769,65 | 11 810,73 |
| Prestações de serviços e concessões | 13 | 14 120 437,20 | 12 608 726,97 |
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 14 | 54 865 232,14 | 37 493 945,49 |
| Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos | 13,14,20 | -4 393 474,79 | 2 885 164,71 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 10 | -334 403,55 | -574 801,06 |
| Fornecimentos e serviços externos | 32 | -49 085 521,07 | -47 728 289,98 |
| Gastos com pessoal | 33 | -93 886 592,22 | -79 397 154,00 |
| Transferências e subsídios concedidos | 34 | -60 026 305,45 | -48 106 372,59 |
| Prestações sociais | 34 | | -282 596,16 |
| Imparidades de inventários (perdas/reversões) | | 13 684,76 | -64 453,19 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 18 | 311 076,75 | -1 845 617,07 |
| Provisões (aumentos/reduções) | 15 | 5 912 142,42 | 10 618 871,70 |
| Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões) | | -32 113,79 | -10 885,62 |
| Aumentos / reduções de justo valor | 11 | -22 626,25 | 6 741,83 |
| Outros rendimentos | 13,14 | 27 872 115,54 | 22 139 653,17 |
| Outros gastos | 35 | -5 621 915,91 | -6 828 763,08 |
| Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento | | 77 819 234,88 | 78 200 322,75 |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização | 3,5,8 | -51 383 581,35 | -51 991 811,02 |
| Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) | | | |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento) | | 26 435 653,53 | 26 208 511,73 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 13 | 6 737,31 | 8 993,11 |
| Juros e gastos similares suportados | 36 | -350 582,97 | -56 871,37 |
| Resultados antes de impostos | | 26 091 807,87 | 26 160 633,47 |
| Imposto sobre o rendimento | | | |
| Resultado líquido do período | | 26 091 807,87 | 26 160 633,47 |

4. Demonstração individual dos fluxos de caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022

Un.:euros

| Rubricas | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-------|----------------|----------------|
| | | 31-12-2022 | 31-12-2021 |
| <u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u> | | | |
| Recebimentos de clientes | | 8 182 468,13 | 7 329 904,60 |
| Recebimentos de contribuintes | | 171 597 750,71 | 160 988 702,57 |
| Recebimentos de transferências e subsídios correntes | | 51 457 174,15 | 37 514 395,06 |
| Recebimentos de utentes | | 4 639 431,57 | 3 500 557,23 |
| Pagamentos a fornecedores | | -44 566 228,46 | -49 682 280,77 |
| Pagamentos ao pessoal | | -87 841 894,74 | -77 337 597,71 |
| Pagamentos de transferências e subsídios | | -69 202 065,89 | -46 976 941,32 |
| Pagamentos de prestações sociais | | 0,00 | -480 594,02 |
| Caixa gerado pelas operações | | 34 266 635,47 | 34 856 145,64 |
| Outros recebimentos / pagamentos | | -4 072 366,42 | 1 047 397,94 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (a) | | 30 194 269,05 | 35 903 543,58 |
| <u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u> | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -66 361 863,58 | -80 708 251,09 |
| Ativos intangíveis | | -1 813 758,49 | -2 055 736,42 |
| Investimentos financeiros | | -483 300,00 | -3 633 608,97 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 15 307 124,82 | 10 883 767,70 |
| Investimentos financeiros | | 11 015,15 | |
| Subsídios ao investimento | | 4 884 348,32 | 24 365 432,51 |
| Transferências de capital | | 24 900,00 | 49 801,00 |
| Juros e rendimentos similares | | 6 737,31 | 8 993,11 |
| Dividendos | | 75 719,11 | 384 444,19 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (b) | | -48 349 077,36 | -50 705 157,97 |
| <u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u> | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 3 801 654,44 | 16 746 828,40 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | -5 500 000,00 | -7 180 037,20 |
| Juros e gastos similares | | -114 807,28 | -42 941,65 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c) | | -1 813 152,84 | 9 523 849,55 |
| Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c) | | -19 967 961,15 | -5 277 764,84 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 94 289 299,78 | 99 561 287,53 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 74 321 338,63 | 94 289 299,78 |
| CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 94 289 299,78 | 99 561 287,53 |
| - Equivalentes a caixa no início do período | | 0,00 | -1 951 318,48 |
| + Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa | | | 1 951 318,48 |
| - Variações cambiais de caixa no início do período | | | |
| = Saldo da gerência anterior | | 94 289 299,78 | 99 561 287,53 |
| De execução orçamental | | 90 344 766,14 | 96 513 207,72 |
| De operações de tesouraria | | 3 944 533,64 | 3 048 079,81 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 74 321 338,63 | 94 289 299,78 |
| - Equivalentes a caixa no fim do período | | 0,00 | -3 485 633,65 |
| + Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa | | | 3 485 633,65 |
| - Variações cambiais de caixa no fim do período | | | |
| = Saldo para a gerência seguinte | 1 | 74 321 338,63 | 94 289 299,78 |
| De execução orçamental | | 69 277 623,39 | 90 344 766,14 |
| De operações de tesouraria | | 5 043 715,24 | 3 944 533,64 |

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2022

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato.

Conforme a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos das demonstrações de contas consolidadas são apresentadas em momento diferente.

A informação de desempenho é complementada pelo Relatório de Prestação de Contas de 2022 e pelo Relatório de Sustentabilidade que o Município tem vindo a desenvolver em linha com uma análise de materialidade. São aqui tratados os temas mais relevantes para o Município que afetam a organização em termos de crescimento, custo ou riscos; e aqueles que são considerados mais importantes pelos *stakeholders* do Município (municípios, fornecedores, parceiros, empresas, instituições de ensino, colaboradores, turistas, órgãos consultivos, entidades do terceiro setor e forças de segurança).

O relatório de sustentabilidade de 2021 procedeu a uma revisão dos tópicos materiais o que trouxe algumas mudanças face aos relatórios anteriores. Como resultado da revisão da materialidade conduzida pelo Município do Porto, foram identificados quinze (15) tópicos materiais, que exprimem o claro compromisso em tornar a cidade do Porto inclusiva, segura, resiliente e sustentável, sendo possível demonstrar o contributo para a Agenda 2030, em especial para o ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

É nesse sentido que o município alinha a sua estratégia de desenvolvimento sustentável com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que fazem parte da Agenda das Nações Unidas para 2030. Assim o município serve-se de algumas ferramentas que permitem mensurar o seu desempenho face ao seu contributo para os ODS. Em 2021, além de participar no Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM) conduzido pela CESOP Local, da Universidade Católica, o município esteve envolvido num projeto promovido pelo *Joint Research Center* da Comissão Europeia, cujo objetivo era o de adaptar à realidade local os indicadores associados aos 17 ODS. O Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM) é outra das ferramentas utilizadas pelo Porto para monitorizar o seu desempenho. Este índice é composto por 130 indicadores, dos quais 115 são únicos. Estes representam as diversas metas previstas na Agenda 2030 e, por sua vez, os 17 ODS.

A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras requer um conjunto de divulgações, as quais, passamos a apresentar:

Conforme definido na NCP 1, as notas são apresentadas considerando a sequência numérica indicada no “Modelo de notas explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras” incluído na referida norma.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas, mantendo-se, contudo o número de ordem das que forem utilizadas, conforme definido na NCP 1 até à nota 22, e na medida em que a numeração tem correspondência com o número da respetiva NCP.

Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Na adoção pela primeira vez deste referencial contabilístico, o Município preparou no exercício anterior, o balanço de abertura com referência à data de início da transição, 1 de janeiro de 2020. Neste processo de transição foi necessário:

- i)* reconhecer todos os ativos e passivos, cujo reconhecimento seja exigido pelas NCP;
- ii)* reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas NCP;
- iii)* reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) numa categoria, mas de acordo com as NCP pertencem a outra categoria;
- iv)* aplicar as NCP na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da alteração das políticas contabilísticas decorrentes da transição do POCAL para o SNC-AP foram reconhecidos no saldo de resultados transitados com referência a 1 de janeiro de 2020. IPSAS 33 – *First-Time Adoption of Accrual Basis IPSASs*, que a CNC entendeu incorporar na transição para o SNC-AP conforme ponto 1.3.9 do Manual de Implementação. A IPSAS 33.36 estabelece um “período de transição opcional de três anos” durante o qual, na adoção pela primeira vez e em situações fundamentadas e divulgadas, pode estar isento de reconhecer e / ou mensurar ativos ou passivos específicos no período de três anos após a data de início da adoção do novo normativo. De acordo com a IPSAS 33.38, quando se encontram reconhecidos os ativos e

/ ou passivos, não é necessário alterar políticas contabilísticas no que diz respeito à mensuração até expirar o referido período.

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação que contribua para reforçar a otimização de recursos internos, o Município tem trabalhado para aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

Desde 2020 para cá, para além da implementação do SNC-AP, o município mudou de sistema informático de suporte financeiro, que se encontra em uso desde janeiro de 2022. Esta mudança de sistema informático trouxe desafios vários e, no que respeita ao desenvolvimento da implementação da NCP 27, foi possível concluir os trabalhos de desenvolvimento e parametrização da aplicação informática e assim passar a garantir o tratamento contabilístico do custo como exige a referida norma, a partir de 2023.

Como vem corroborado na declaração anexa, emitida pela empresa fornecedora, não foi possível concluir o desenvolvimento e parametrização da solução eletrónica por forma a aplicar-se ao exercício de 2022.

No entanto, como decorre da própria norma, trata-se de uma informação de gestão interna e no que toca à vertente externa, considera-se que as Demonstrações Financeiras apresentadas cumprem com o “propósito de responsabilização pela prestação de contas”. E para a qual sabendo-se que a implementação da Contabilidade de Gestão ainda é um trabalho com um grande percurso pela frente para a generalidade das autarquias em Portugal, o Município do Porto já conseguiu garantir a sua implementação no exercício de 2023, entretanto iniciado.

Quadro 1 - Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

Un.: euros

| Rubricas do Balanço (1) | SNC-AP 31/12/2021 (2) | Reconhecimento (3) | Desreconhe- cimento (4) | Critério de mensuração (5) | Imparidades / reversões (6) | Outros (7) | Retificações (8) | Reclassificações (9) | SNC-AP 01/01/2022 (10)=(2)+...+(9) |
|--|-----------------------------|-----------------------|-------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|---------------|---------------------|-------------------------|--|
| Ativo | | | | | | | | | |
| Ativo Não Corrente | | | | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 1 420 399 775,52 | | | | | | | | 1 420 399 775,52 |
| Propriedades de investimento | 42 103 784,41 | 15 658 000,00 | | | | | | | 57 761 784,41 |
| Ativos intangíveis | 2 344 109,26 | | | | | | | | 2 344 109,26 |
| Participações financeiras | 177 278 521,73 | | | | | | | | 177 278 521,73 |
| Outras contas a receber | 5 533 141,45 | | | | | | | | 5 533 141,45 |
| Sub total | 1 647 659 332,37 | 15 658 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 663 317 332,37 |
| Ativo Corrente | | | | | | | | | |
| Inventários | 418 951,08 | | | | | | | | 418 951,08 |
| Ativos biológicos | 246 241,82 | | | | | | | | 246 241,82 |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | 2 500,00 | | | | | | | | 2 500,00 |
| Clientes, contribuintes e utentes | 10 339 809,48 | | | | | | | | 10 339 809,48 |
| Estado e outros entes públicos | 22 915,83 | | | | | | | | 22 915,83 |
| Outras contas a receber | 110 175 383,29 | | | | | | | | 110 175 383,29 |
| Diferimentos | 414 383,15 | | | | | | | | 414 383,15 |
| Caixa e depósitos | 94 289 299,78 | | | | | | | | 94 289 299,78 |
| Sub total | 215 909 484,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 215 909 484,43 |
| Total do Ativo | 1 863 568 816,80 | 15 658 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 879 226 816,80 |
| Património Líquido | | | | | | | | | |
| Património/Capital | 1 114 466 897,57 | | | | | | | | 1 114 466 897,57 |
| Reservas | 13 819 140,19 | | | | | | | | 13 819 140,19 |
| Resultados transitados | 256 026 700,71 | 15 658 000,00 | | | | | | | 271 684 700,71 |
| Outras variações no património líquido | 314 021 393,95 | | | | | | | | 314 021 393,95 |
| Resultado líquido do período | 26 160 633,47 | | | | | | | | 26 160 633,47 |
| Total do Património Líquido | 1 724 494 765,89 | 15 658 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 740 152 765,89 |
| Passivo | | | | | | | | | |
| Passivo não corrente | | | | | | | | | |
| Provisões | 36 365 284,47 | | | | | | | | 36 365 284,47 |
| Diferimentos | 32 008 550,61 | | | | | | | | 32 008 550,61 |
| Outras contas a pagar | 17 775 728,01 | | | | | | | | 17 775 728,01 |
| Sub total | 102 896 391,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 102 896 391,50 |
| Passivo corrente | | | | | | | | | |
| Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis | 23 790,64 | | | | | | | | 23 790,64 |
| Fornecedores | 576 633,30 | | | | | | | | 576 633,30 |
| Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes | 874 206,13 | | | | | | | | 874 206,13 |
| Estado e outros entes públicos | 1 614 643,96 | | | | | | | | 1 614 643,96 |
| Financiamentos obtidos | | | | | | | | | 0,00 |
| Fornecedores de investimentos | 147 323,39 | | | | | | | | 147 323,39 |
| Outras contas a pagar | 27 312 577,23 | | | | | | | | 27 312 577,23 |
| Diferimentos | 5 628 484,76 | | | | | | | | 5 628 484,76 |
| Sub total | 36 177 659,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36 177 659,41 |
| Total do Passivo | 139 074 050,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 139 074 050,91 |
| Total do Património Líquido e do Passivo | 1 863 568 816,80 | 15 658 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 879 226 816,80 |

Conforme referido a IPSAS 33.36 estabelece um “período de transição opcional de três anos” para a transição para o SNC-AP, sendo que conforme demonstrado no quadro anterior de reconciliação para o balanço de abertura a 01-01-2022, o Município reconheceu como ajustamento de transição a mensuração do terreno do Monte pedral conforme divulgado de seguida.

Neste sentido, o quadro anterior de reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP, incorpora os seguintes factos relevantes:

0.1 - Reconhecimento

A coluna do reconhecimento reflete o montante registado em 2022, de 15.658.000,00 euros, respeitante ao justo valor, resultante da incorporação do terreno denominado Monte Pedral, que foi restituído ao Município, tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2019, de 22 de janeiro, cuja valorização, foi obtida em 2022 através de uma avaliação de um perito externo

independente do Município, que corresponde ao valor do imóvel no pressuposto da aprovação do projeto de loteamento.

O Monte Pedral foi construído em terrenos cedidos pelo Município, por escrituras celebradas em 26 de outubro de 1904 e 5 de maio de 1920 sob a condição que a cedência por parte da Câmara Municipal do Porto caduca e reverte para o cedente se ao terreno ou à construção que se fizer no terreno cedido, for dado um destino diverso do estabelecido. O Exército não pretende dar qualquer utilização ao imóvel tendo por objetivo a reorganização e requalificação das infraestruturas militares.

O Município enquadrou esta mensuração no âmbito do período transitório de três anos no âmbito do processo de adoção da SNC-AP, por se tratar de um ativo que não se encontrava mensurado ao abrigo do anterior normativo, tendo no decurso de 2022 sido concluída a mensuração do mesmo pelo seu justo valor e respetiva inscrição nas demonstrações financeiras.

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

A informação detalhada da entidade encontram-se no final do relato do anexo às demonstrações financeiras, “Caraterização da entidade” e o organograma do Município está disponível no seguinte sítio da internet: www.cm-porto.pt/estrutura-orgânica.

Designação da entidade: MUNICÍPIO DO PORTO

Endereço Postal: Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto

NIF: 501 306 099

Regime financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Período de relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

Tutela: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública

Designação da entidade consolidante: MUNICÍPIO DO PORTO

Sede da entidade consolidante: Praça General Humberto Delgado, 4049 - 001 Porto

Recursos Humanos: O número de efetivos, em 31.12.2022 totaliza 4.376 distribuído conforme quadro infra.

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género:

| Rubrica | Género | Dirigente Superior | Dirigente Intermédio | Técnico Superior | Assistente Técnico | Assistente Operacional | Bombeiros | Informática | Polícia Municipal | Outros | Total |
|---------------------------------|--------|--------------------|----------------------|------------------|--------------------|------------------------|-----------|-------------|-------------------|--------|---------|
| Total Efetivos | M | 6 | 39 | 298 | 176 | 831 | 327 | 55 | 177 | 70 | 1979 |
| | F | 4 | 72 | 737 | 596 | 915 | 0 | 28 | 9 | 36 | 2397 |
| | T | 10 | 111 | 1 035 | 772 | 1 746 | 327 | 83 | 186 | 106 | 4 376 |
| Comissão de Serviço | M | 6 | 39 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 177 | 6 | 228 |
| | F | 4 | 72 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 3 | 88 |
| | T | 10 | 111 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 186 | 9 | 316 |
| CTFP por tempo indeterminado | M | 0 | 0 | 217 | 176 | 823 | 326 | 55 | 0 | 64 | 1661 |
| | F | 0 | 0 | 546 | 582 | 862 | 0 | 28 | 0 | 33 | 2051 |
| | T | 0 | 0 | 763 | 758 | 1 685 | 326 | 83 | 0 | 97 | 3 712 |
| CTFP a termo resolutivo certo | M | 0 | 0 | 79 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 80 |
| | F | 0 | 0 | 183 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 189 |
| | T | 0 | 0 | 262 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 269 |
| CTFP a termo resolutivo incerto | M | 0 | 0 | 2 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| | F | 0 | 0 | 5 | 14 | 47 | 0 | 0 | 0 | 0 | 66 |
| | T | 0 | 0 | 7 | 14 | 54 | 0 | 0 | 0 | 0 | 75 |
| Outra (d) | M | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | F | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | T | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Representação Percentual | M | 0,14% | 0,89% | 6,81% | 4,02% | 18,99% | 7,47% | 1,26% | 4,04% | 1,60% | 45,22% |
| | F | 0,09% | 1,65% | 16,84% | 13,62% | 20,91% | 0,00% | 0,64% | 0,21% | 0,82% | 54,78% |
| | T | 0,23% | 2,54% | 23,65% | 17,64% | 39,90% | 7,47% | 1,90% | 4,25% | 2,42% | 100,00% |

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que inclui as Normas de Contabilidade Pública (NCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, serão submetidas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal até final de abril, são expressas em Euros, e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022. A informação financeira comparativa apresentada

nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 foi preparada de acordo com o SNC-AP.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade:

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as NCP previstas no SNC-AP.

1.3 - Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Município apresentava os seguintes valores de caixa e de depósitos bancários:

| Un.:euros | | |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Conta | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Caixa (geral) | 15 151,37 | 13 493,44 |
| Serviço Emissor de Cobrança | 190 502,45 | |
| Fundos de caixa | 1 365,00 | 7 815,00 |
| Depósitos bancários à ordem | 68 715 401,13 | 90 782 357,69 |
| Depósitos de garantias e cauções | 5 398 918,68 | 3 485 633,65 |
| | 74 321 338,63 | 94 289 299,78 |

O valor apresentado em depósitos de garantias e cauções respeita a retenções em numerário e depósitos bancários para garantia da boa execução dos contratos e de procedimentos no âmbito das obras de urbanização e seu licenciamento.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme seguinte:

2.1 – Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município, exceto no que respeita ao passivo sobre obrigações de benefícios definidos, o qual é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que sejam formulados julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados no ponto - Principais fontes de incerteza das estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a definição e critérios da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros, enquanto moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel e fidedigna os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio de Continuidade, as políticas foram adotadas de modo consistente ao longo do tempo. Em face de eventuais alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas tendo por base:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe que tenha sido reclassificada;
- O motivo da reclassificação.

Consistência da apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas «Outras contas a receber», «Outras contas a pagar» ou «Diferimentos».

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais políticas contabilísticas:

Ativos intangíveis (NCP3)

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A amortização calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Nos ativos intangíveis gerados internamente, as despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Nos ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial será mensurado ao justo valor à data em que é adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Município necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Acordos de concessão de serviços: Concedente (NCP4)

Os ativos construídos, melhorados ou adquiridos pelos concessionários no âmbito de acordos de concessão de serviços, reconhecidos inicialmente ou por reclassificação numa classe de ativos separada, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma qualquer de interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

No que diz respeito ao controlo do preço, recorrendo supletivamente à norma internacional de contabilidade pública que versa sobre os acordos de concessão de serviços (IPSAS 32), constata-se que apesar da alínea a) do ponto 9 referir que “*The grantor controls or regulates what services the operator must provide with the asset, to whom it must provide them, and at what price*”, o guia

de aplicação da IPSAS 32 providencia informação adicional, que na NCP 4 é omissa, indicando que o controlo ou regulação pode ser efetuada por um regulador em nome do concedente, não sendo nesse caso exigido o controlo total sobre o preço, sendo suficiente que o mesmo seja estabelecido pelo regulador.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando o Município reconhece um ativo de concessão de serviços nas circunstâncias acima descritas, deve reconhecer também um passivo. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário.

A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato.

Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

(a) efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do “*passivo financeiro*”), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;

(b) compensar o concessionário por outro meio (o modelo do “*atribuição de um direito ao concessionário*”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação (“*modelo misto*”), a contabilização segue a divisão do acordo.

Nos casos em que o concessionário pague rendas ao Município e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de *revenue sharing*, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis a que o Município tem direito, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

Ativos fixos tangíveis (NCP5)

A avaliação dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2000 (data de transição para o POCAL) foi realizada da seguinte forma:

- i)* os bens imóveis, bens do domínio público e outras infraestruturas foram registados de acordo com o método do custo ou método de mercado;
- ii)* nos restantes bens móveis, utilizou-se como regra, o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor;
- iii)* nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2001 até 1 de janeiro de 2020 (data de transição para SNC-AP) encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas. Já nos restantes ativos fixos tangíveis, adquiridos através de uma transação sem contraprestação, a sua mensuração foi realizada através de uma avaliação segundo critérios técnicos que se adequavam à natureza desses ativos, por entidades externas certificadas, ou através do VPT, e ainda internamente pela Comissão Municipal de Avaliação.

Após 1 de janeiro de 2020, os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos decorrentes de transações sem contraprestação encontram-se registados pelo seu VPT ou pelo justo valor.

As despesas com a conservação e manutenção que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou

abate, e são registadas na Demonstração dos resultados por natureza nas rubricas de «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Locações (NCP6)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados por natureza do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Neste particular, o Município não tem qualquer locação financeira.

Custo dos empréstimos obtidos (NCP7)

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos foram capitalizados como parte do custo desses ativos. Considera-se que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

Capitalização de custos com empréstimos:

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Propriedades de investimento (NCP8)

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, quando fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

A mensuração inicial destes ativos quando resultar de uma transação com contraprestação é realizada ao custo de aquisição. Ao invés, caso resulte de uma transação sem contraprestação, o custo é o justo valor à data de aquisição.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de «Propriedades de investimento».

Imparidade dos ativos (NCP9)

A imparidade de um ativo reflete uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Num ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla.

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade quando a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados por natureza na rubrica de «Perdas por imparidade».

A quantia recuperável é determinada pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados por natureza, na rubrica de «Reversões de perdas por imparidade» e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

Inventários (NCP10)

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda ou relacionados com a prestação de serviços, nomeadamente as mercadorias detidas para venda ou distribuição no decurso normal das operações, os materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, gratuitamente ou por valor simbólico ou ainda os adquiridos para aplicar no processo produtivo.

Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo justo valor à data de aquisição. Caso contrário, são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido ou o custo de reposição corrente, sejam estes para distribuir sem, ou com, contrapartida, respetivamente.

O custo inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que o Município espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados «Perdas por imparidade em inventários» e «Reversões de perdas por imparidade em inventários». Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. O método de custeio adotado para os inventários é o do Custo Médio Ponderado.

Ativos Biológicos (NCP11)

Ativos biológicos são animais ou plantas vivos que resultam de uma atividade agrícola, a qual consiste na gestão por uma entidade, na transformação biológica e da colheita de ativos biológicos com o objetivo de os:

- i)* vender;
- ii)* distribuir gratuitamente ou com retribuição simbólica;
- iii)* converter em produtos agrícolas ou ativos biológicos adicionais para vender ou distribuir gratuitamente ou com retribuição simbólica.

Um ativo biológico deve ser registado pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, exceto quando o justo valor não puder ser mensurado com fiabilidade, pois nesse caso, o mesmo deverá ser registado pelo seu custo deduzido de depreciações ou perdas por imparidade acumuladas.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP13 e NCP14)

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade. Por outro lado, nas transações sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Neste âmbito, para se distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Estes rendimentos são registados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Transferências e subsídios correntes obtidos:

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica «Subsídios à exploração» da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de «Diferimentos», sendo registados como rendimento do período (rubrica «Transferências e subsídios correntes obtidos»), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica «Imputação de subsídios» e «Transferências para investimentos») numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (NCP15)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Os passivos contingentes são passivos que, resultando de um acontecimento passado e cujo montante da obrigação pode ser mensurado com fiabilidade, depende da verificação, no futuro, de um acontecimento possível, mas não provável. Nesse sentido, estes passivos são apenas divulgados nas notas anexas, não sendo registados na contabilidade.

Acontecimentos após a data de relato (NCP17)

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas (Nota 17).

Instrumentos financeiros (NCP18)

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pelo Município, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: dinheiro; um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; um direito contratual: de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para o Município.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual: para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros são registados inicialmente de acordo com o modelo do justo valor. A mensuração subsequente vai depender das características dos ativos e passivos financeiros e das políticas contabilísticas, podendo ser aplicados o modelo do justo valor, do custo ou do custo amortizado.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Créditos a receber:

Os créditos a receber são ativos financeiros, inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo

subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Benefícios dos empregados (NCP19)

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios dos empregados podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

Benefícios a curto prazo dos empregados:

O Município reconhece como um passivo (acréscimo de gasto) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece esse excesso como um ativo (gasto antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

Benefícios pós-emprego - Planos de benefícios definidos:

As responsabilidades pós-emprego correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do Município com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, sendo reconhecida para tal, uma provisão para responsabilidades com pensões.

Partes relacionadas (NCP20)

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

Mensuração dos investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos (NCP21 e NCP 23)

Nos termos da NCP 21.10 e do número 1.3 do Manual de implementação, nas demonstrações financeiras separadas, uma entidade pode optar pela contabilização dos seus investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos ao custo, de acordo com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros, ou segundo o método da equivalência patrimonial, nos termos da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. O Município mensura os seus investimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos ao custo.

2.3 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Município e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Município é apresentada na Nota 2.

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que o órgão de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são as que seguem:

i) Perdas por imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

ii) Provisões:

O Município analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

iii) Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

iv) Impostos a receber

A estimativa dos impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base nos seguintes pressupostos:

- a) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI): informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do portal das finanças.
- b) Derrama: média da cobrança dos últimos 24 meses.
- c) Participação no IVA: como o rendimento de 2022 irá constar no Orçamento de Estado apenas em 2024, a estimativa foi realizada de acordo com a informação reportada através do mapa das transferências para os municípios inscrito no Orçamento de Estado para o ano de 2023, atualizado, tendo em conta a melhor estimativa quanto ao aumento ou redução do consumo para o ano de 2024.

2.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, foram considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente

anexo às demonstrações financeiras. Relativamente ao futuro mantem-se um cenário de incerteza face ao Conflito Armado na Ucrânia e o seu impacto na economia.

Não foram contudo identificadas pelo órgão de gestão situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade.

2.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 2.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível, exceto no que diz respeito ao Conflito Armado na Ucrânia e o seu impacto na economia, qualquer outra alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade destas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

2.6 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Conforme definido na NCP 2, o reconhecimento prospetivo do efeito de uma alteração numa estimativa contabilística significa que a alteração é aplicada a transações, outros acontecimentos e condições a partir da data da alteração da estimativa. Uma alteração numa estimativa contabilística pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Uma alteração na estimativa da vida útil de um ativo depreciável, ou no modelo esperado de consumo de benefícios económicos ou potencial de serviço incorporados no mesmo, afeta o gasto de depreciação do período corrente e cada um de períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

2.7 – Erros materiais de períodos anteriores

Durante o presente período não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

Nota 3 – Ativos intangíveis

3.1 – Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2015, de 11 de setembro.

Existem fichas de cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada. O quadro seguinte resume por classe, o número de anos de vida útil esperada:

| Rubrica | anos de vida útil |
|--|-------------------|
| Programas de computador e sistemas de informação | 1 a 5 |
| Propriedade industrial e intelectual | 1 a 5 |

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método da linha reta.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Un.:euros

| Rubricas | 31/12/2021 | | | | 31/12/2022 | | | |
|--|----------------------|--------------------------------|---|--|----------------------|--------------------------------|--|--|
| | Quantia Bruta (1) | Amortizações Acumuladas (2) | Perdas por Imparidade Acumuladas (3) | Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3) | Quantia Bruta (5) | Amortizações Acumuladas (6) | Perdas por Imparidades Acumuladas (7) | Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7) |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | |
| Programas de computador e sistemas de informação | 24 912 218,47 | 22 721 653,43 | | 2 190 565,04 | 26 827 292,13 | 24 513 024,45 | | 2 314 267,68 |
| Propriedade industrial e intelectual | 268 922,10 | 115 377,88 | | 153 544,22 | 268 922,10 | 120 277,52 | | 148 644,58 |
| | 25 181 140,57 | 22 837 031,31 | 0,00 | 2 344 109,26 | 27 096 214,23 | 24 633 301,97 | 0,00 | 2 462 912,26 |

A variação positiva ocorrida em 2022 no montante de 118.803 euros, justifica-se pelas novas adições do exercício na quantia de 1.924.303,44 euros registados, na rubrica de «Programas de computador e sistemas de informação», deduzidas das amortizações do período, no montante de 1.805.500,44 euros.

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciação e amortização respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 1.805.500,44 euros.

e) Quantia escriturada e variações no período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Un.:euros

| RUBRICAS | Quantia escriturada inicial | Variações | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|--|-----------------------------|--------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|-------------|---------------------------|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de Perdas por Imparidade | Perdas por imparidade | Amortizações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | Σ |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Programas de computador e sistemas de informação | 2 190 565,04 | 1 924 303,44 | 0,00 | | | | -1 800 600,80 | | | 2 314 267,68 |
| Propriedade industrial e intelectual | 153 544,22 | | | | | | -4 899,64 | | | 148 644,58 |
| | 2 344 109,26 | 1 924 303,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -1 805 500,44 | 0,00 | 0,00 | 2 462 912,26 |

e.1) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Un.:euros

| RUBRICAS | Adições | | | | | | | | | |
|--|----------|--------------|--------|------------------------|--|--------------------|--------------------|------------------------------|--------|--------------|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | Σ |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Programas de computador e sistemas de informação | | 1 924 303,44 | | | | | | | | 1 924 303,44 |
| | 0,00 | 1 924 303,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 924 303,44 |

As principais adições ocorridas em 2022, prendem-se fundamentalmente com aquisições e renovações de licenças de *software*, bem como no desenvolvimento de sistemas de informação. Destacam-se, a renovação do licenciamento Oracle, a aquisição de licenças relacionadas com o *Core CAL Suite and Enterprise CAL Suiteoverview*, o desenvolvimento e instalação do Sistema Informação Geográfica (SIG) e pela aquisição e instalação do novo ERP financeiro “PRIMAVERA Public Sector”.

3.2 – Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis relevantes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Município detinha os seguintes ativos intangíveis que, individualmente, se apresentam como relevantes para as demonstrações financeiras:

Un.:euros

| Descrição | Período de amortização remanescente (n.º de anos) | Ativo líquido | |
|--|---|---------------|------------|
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| ERP - Primavera | 9 | 817 570,83 | 510 424,90 |
| Constituição de Direito de Superfície a favor do Município pelo Estado Português (no âmbito do Centro Materno Infantil e Parceria e Antunes) | 30 | 146 580,76 | 151 480,40 |
| Portal Colaborativo do Executivo (Pde)/ Assembleia Municipal | 8 | 145 744,25 | 157 732,29 |
| Licenciamento Oracle | 1 | 136 393,88 | 135 224,66 |
| Microsoft Office Desktop Professional (CPCJ) | 3 | 180 006,97 | 0,00 |
| Software "Plataforma de Gestão e Cadastro da Rede de Fibra Ótica da Cidade do Porto" | 3 | 112 927,02 | 0,00 |

3.3 – Despesas de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como gasto durante o período

Durante o exercício de 2022, foi reconhecido como gasto do período o montante de 195.077,47 euros, relativos à manutenção evolutiva do novo sistema de informação do Portal de Gestão.

3.4 – Outras divulgações

a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso

Un.:euros

| Descrição | Valor aquisição |
|--|----------------------|
| Programas de Computador e Sistemas de Informação | 23 596 242,79 |
| Propriedade Industrial e Intelectual | 66 815,99 |
| | 23 663 058,78 |

No que respeita aos programas de computador e *software*, está a decorrer um trabalho de reconciliação com os sistemas de informação do Município, no sentido de confirmar o abate de qualquer ativo intangível totalmente amortizado e que não gera benefícios económicos futuros, de modo a proporcionar uma informação mais fidedigna desta rubrica do ativo.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Em 31 de dezembro de 2022, o Município do Porto detinha os seguintes acordos enquadráveis em natureza de concessão de serviços:

Un.:euros

| Contrato de Concessão | Concessionário | Ativo de concessão | Período de concessão | Valor do contrato (ativos) | Rendas (recebidas até 31/12/2022) | Pagamentos ao concessionário | | |
|--|---|--|-------------------------|----------------------------|-----------------------------------|------------------------------|--------------|----------------------|
| | | | | | | Anos anteriores | Ano corrente | Anos futuros |
| Construção e gestão de parques de estacionamento público | Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento SA | Parque de estacionamento sito na Praça D. João I (a) | 01/12/2001 a 30/11/2021 | 516 716,85 | 2 061 727,00 | | | |
| Construção e gestão de parques de estacionamento público | Sabaportugal - Parques de Estacionamento, S.A. | Parque de estacionamento sito na Praça Lisboa | 23/12/1988 a 31/12/2022 | 2 281 215,60 | 2 681 545,00 | | | |
| Construção e gestão de parques de estacionamento público | Sabaportugal - Parques de Estacionamento, S.A. | Parque de estacionamento sitona Praça do Infante D. Henrique (b) | 15/10/2001 a 14/10/2021 | 389 385,96 | 813 609,00 | | | |
| Construção e gestão de parques de estacionamento público | Admirable Avenue, S.A. | Parque de estacionamento sitona Praça do Infante D. Henrique | 15/12/2021 a 15/12/2028 | | 1 407 782,00 | | | |
| Construção e gestão de parques de estacionamento público | BRAGAPARQUES - Estacionamento, S.A. | Parque de estacionamento sito na Praceta Adelino Amaro da Costa | 23/10/2008 a 22/10/2028 | 1 520 351,89 | 553 229,00 | | | |
| Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos | Eporto Estacionamentos Públicos do Porto S.A. | Lugares de estacionamento na via pública | 01/03/2016 a 29/02/2027 | 1 458 199,13 | 31 916 026,00 | | | |
| Distribuição de energia elétrica em baixa tensão | E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A | Equipamento específico da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão | 22/12/2006 a 22/12/2026 | 43 557 286,33 | 104 574 811,00 | | | 14 286 006,00 |
| | | | | 49 723 155,76 | 144 008 729,00 | 0,00 | 0,00 | 14 286 006,00 |

a) De acordo com o Acordo de Entendimento de 31 de novembro de 2021, a data de início da exploração foi adiada por força da arbitragem atualmente em curso

b) Contrato de concessão terminado em 2021

Relativamente aos contratos de concessão acima identificados, correspondem todos a um modelo de atribuição de um direito ao concessionário, com exceção do contrato com a E-REDES (anteriormente designada de EDP Distribuição – Energia, S.A.), ao qual se aplica um “modelo misto”, na medida em que o pagamento pela construção, desenvolvimento, aquisição, ou melhoria de um ativo de concessão de serviços é suportado parcialmente um passivo financeiro e dando parcialmente um direito ao concessionário, sendo necessário contabilizar separadamente cada parte do passivo total reconhecido.

Em termos gerais este valor a pagar decorre da informação recebida da entidade, mapa fiscal dos bens reportados, numa base individual. Embora a inscrição do valor em dívida seja um tema que divide opiniões, o Município optou por o inscrever, sendo certo que não representa uma aceitação ou reconhecimento do valor dos ativos para efeitos de “fecho” do contrato de concessão em vigor.

A contabilização destes montantes está descrita com maior detalhe na Nota 31 deste anexo às demonstrações financeiras.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes de 1 de janeiro de 2020 encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios geralmente aceites até àquela data, deduzidos das depreciações.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 foram registados da seguinte forma:

Mensurados ao custo:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação com contraprestação ou construídos para a própria entidade foram registados ao custo de aquisição ou de produção, respetivamente, líquidos das respetivas depreciações. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera vir a incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme o apropriado, somente quando é provável que os benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo poder ser mensurado com fiabilidade. Os custos de manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Mensurados ao justo valor:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação foram registados de acordo com o seu justo valor ou valor de mercado à data da transação, obtidos internamente segundo os critérios e as regras previstas no SNC-AP ou através do seu Valor Patrimonial Tributário (VPT):

Un.:euros

| Tipologia | Valor Escriturado | |
|-----------------------------|-------------------|----------------------|
| | VPT | Justo Valor |
| Terrenos do Domínio Privado | | 15 658 000,00 |
| Terrenos do Domínio Público | 2 012,32 | |
| Infraestruturas-Rede Viária | 727,23 | |
| | 2 739,55 | 15 658 000,00 |

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gasto do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. O quadro seguinte resume por classe o número de anos de vida útil esperada:

| Rubrica | anos de vida útil |
|---|-------------------|
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 10 a 100 |
| Edifícios e outras construções | 10 a 100 |
| Equipamento básico | 2 a 10 |
| Equipamento de transporte | 4 a 20 |
| Equipamento administrativo | 4 a 8 |
| Equipamentos Biológicos | 4 a 8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 2 a 8 |

d) Ativos fixos tangíveis e variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Un.:euros

| Rubricas | 31/12/2021 | | | | 31/12/2022 | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| | Quantia Bruta | Depreciações Acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia Escriturada | Quantia Bruta | Depreciações Acumuladas | Perdas por Imparidades Acumuladas | Quantia Escriturada |
| | (1) | (2) | (3) | (4)=(1)-(2)-(3) | (5) | (6) | (7) | (8)=(5)-(6)-(7) |
| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | | | |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 85 720 933,08 | 26 340 980,36 | | 59 379 952,72 | 85 868 844,38 | 26 340 980,36 | | 59 527 864,02 |
| Edifícios e outras construções | 27 624 455,29 | 11 351 571,88 | | 16 272 883,41 | 27 630 410,88 | 12 108 025,71 | | 15 522 385,17 |
| Infraestruturas | 537 520 192,50 | 338 135 856,89 | | 199 384 335,61 | 550 620 717,61 | 355 306 328,51 | | 195 314 389,10 |
| Património histórico, artístico e cultural | 5 442 128,17 | 20 593,92 | | 5 421 534,25 | 6 060 298,25 | 20 593,92 | | 6 039 704,33 |
| Outros bens de domínio público em curso | 33 422 702,13 | | | 33 422 702,13 | 32 821 248,77 | | | 32 821 248,77 |
| Ativos fixos em concessão | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 7 821 693,38 | 781 198,08 | | 7 040 495,30 | 7 821 693,38 | 1 171 797,10 | | 6 649 896,28 |
| Infraestruturas | 38 128 042,81 | 6 869 541,94 | | 31 258 500,87 | 43 557 286,33 | 12 255 581,85 | | 31 301 704,48 |
| Outros ativos fixos tangíveis | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 471 172 424,97 | 158 825,69 | | 471 013 599,28 | 487 562 548,40 | 158 825,69 | | 487 403 722,71 |
| Edifícios e outras construções | 776 030 955,51 | 345 824 143,78 | | 430 206 811,73 | 842 620 982,09 | 367 641 529,95 | | 474 979 452,14 |
| Equipamento básico | 24 354 378,10 | 19 364 852,62 | | 4 989 525,48 | 26 568 997,94 | 20 678 651,28 | | 5 890 346,66 |
| Equipamento de transporte | 15 030 675,56 | 9 099 873,40 | | 5 930 802,16 | 14 889 530,02 | 10 223 914,01 | | 4 665 616,01 |
| Equipamento administrativo | 9 532 677,03 | 8 933 377,15 | | 599 299,88 | 9 477 785,85 | 8 733 408,49 | | 744 377,36 |
| Equipamentos biológicos | 11 236,00 | 2 826,20 | | 8 409,80 | 11 236,00 | 4 230,78 | | 7 005,22 |
| Outros | 3 177 035,51 | 2 718 223,18 | | 458 812,33 | 3 294 193,51 | 2 803 470,24 | | 490 723,27 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 155 012 110,57 | | | 155 012 110,57 | 141 874 162,32 | | | 141 874 162,32 |
| | 2 190 001 640,61 | 769 601 865,09 | 0,00 | 1 420 399 775,52 | 2 280 679 935,73 | 817 447 337,89 | 0,00 | 1 463 232 597,84 |

Os ativos fixos tangíveis mais relevantes encontram-se detalhados no Anexo I às presentes demonstrações financeiras.

e) Ativos fixos tangíveis e quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Un.:euros

| RUBRICAS | Quantia escriturada inicial | Variações | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|--|-----------------------------|----------------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|---------------------------|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de Perdas por Imparidade | Perdas por Imparidade | Depreciações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| | | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | |
| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 59 379 952,72 | 53 637,32 | 94 273,98 | | | | | | 0,00 | 59 527 864,02 |
| Edifícios e outras construções | 16 272 883,41 | | 5 955,59 | | | | -756 453,83 | | 0,00 | 15 522 385,17 |
| Infraestruturas | 199 384 335,61 | 2 354 844,59 | 10 745 680,52 | | | | -17 170 471,62 | | 0,00 | 195 314 389,10 |
| Património histórico, artístico e cultural | 5 421 534,25 | 181 916,26 | 436 253,82 | | | | | | 0,00 | 6 039 704,33 |
| Outros bens de domínio público em curso | 33 422 702,13 | 17 719 498,46 | -18 320 951,82 | | | | | | 0,00 | 32 821 248,77 |
| Ativos fixos em concessão | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 7 040 495,30 | | | | | | -390 599,02 | | 0,00 | 6 649 896,28 |
| Infraestruturas | 31 258 500,87 | 5 429 243,52 | | | | | -5 386 039,91 | | 0,00 | 31 301 704,48 |
| Outros ativos fixos tangíveis | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 471 013 599,28 | 16 822 346,07 | | | | | | | -432 222,64 | 487 403 722,71 |
| Edifícios e outras construções | 430 206 811,73 | 2 963 755,92 | 63 873 611,64 | | | | -21 863 885,10 | | -200 842,05 | 474 979 452,14 |
| Equipamento básico | 4 989 525,48 | 1 920 186,63 | 465 563,70 | | | | -1 480 885,56 | | -4 043,59 | 5 890 346,66 |
| Equipamento de transporte | 5 930 802,16 | 157 971,32 | -77 880,91 | | | | -1 345 276,56 | | 0,00 | 4 665 616,01 |
| Equipamento administrativo | 599 299,88 | 264 413,03 | 49 258,07 | | | | -167 378,60 | | -1 215,02 | 744 377,36 |
| Equipamentos biológicos | 8 409,80 | | | | | | -1 404,58 | | 0,00 | 7 005,22 |
| Outros | 458 812,33 | 88 690,68 | 61 195,04 | | | | -117 073,27 | | -901,51 | 490 723,27 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 155 012 110,57 | 44 195 011,38 | -57 332 959,63 | | | | | | 0,00 | 141 874 162,32 |
| | 1 420 399 775,52 | 92 151 515,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -48 679 468,05 | 0,00 | -639 224,81 | 1 463 232 597,84 |

No que respeita aos ativos fixos tangíveis, as adições são explicadas essencialmente pelo acréscimo dos ativos fixos tangíveis em curso de 44.195.011,38 euros e pelo aumento na rubrica de Terrenos e Recursos Naturais de 16.822.346,07 euros, dada a incorporação do terreno denominado Monte Pedral, que foi restituído ao Município, tendo por base a Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2019.

O quartel do monte pedral foi construído em terrenos cedidos pelo Município, por escrituras celebradas em 26 de outubro de 1904 e 5 de maio de 1920 sobre a condição que a cedência por parte da Camara Municipal do Porto caduca e reverte para o cedente se ao terreno ou à construção que se fizer no terreno cedido, for dado um destino diverso do estabelecido. O Exército não pretende dar qualquer utilização ao imóvel tendo por objetivo a reorganização e requalificação das infraestruturas militares.

Para este terreno está a ser estudada pelo Município, uma operação de loteamento, com a criação de 6 lotes, destinados a habitação multifamiliar, comércio e serviços, em edifícios com cêrceas entre 2 e 7 pisos acima do solo e com caves entre 2 e 4 pisos abaixo do solo. Estão previstos 329 fogos (além das áreas de comércio e serviços. Este projeto enquadra-se no Programa Renda Acessível, através do qual o Município pretende colocar, no mercado de arrendamento habitacional, fogos a preços acessíveis às famílias de rendimentos intermédios.

Este imóvel foi objeto de avaliação, por um perito externo que é independente do Município, a preços de mercado tendo sido atribuído o valor de 15 658 000,00 euros. A valorização adotada corresponde ao valor do imóvel no pressuposto da aprovação do projeto de loteamento estudado e da sua implementação.

Os ativos fixos tangíveis em curso registam um aumento em resultado das várias empreitadas desenvolvidas pelas empresas municipais, DomusSocial, EM e GO Porto, EM, no âmbito dos contratos de mandato e de gestão de empreendimentos, respetivamente, estabelecidos com o Município, conforme detalhe apresentado na nota 5.3 c) - Outras Divulgações.

Neste contexto constam, entre outras, a grande reabilitação das habitações públicas, as intervenções efetuadas na melhoria da mobilidade e infraestruturas com destaque para o Programa Rua Direita e a reabilitação da Quinta do Mitra, para o Projeto Terminal Intermodal de Campanhã e a construção da Ecopista do Ramal Alfândega.

Destaca-se ainda a continuação das obras, de restauro e modernização do Mercado do Bolhão, assim como da requalificação, da escola Alexandre Herculano e intervenções nas Escolas Básicas do Falcão, Montebello e Jardim de Infância de Aldoar continuação da requalificação do Cinema Batalha, e do Ateliê António Carneiro estes últimos no âmbito da Cultura. Para o desporto sublinha-se o Campo do Outeiro e beneficiação da piscina Armando Pimentel.

e.1) Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Un.:euros

| RUBRICAS | Adições | | | | | | | | | | |
|--|----------|---------------|--------|------------------------|--------------|--|--------------------|--------------------|------------------------------|---------------|---------------|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Expropriação | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | Σ |
| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | | | | | | |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | 51 625,00 | | 2 012,32 | | | | | 53 637,32 |
| Infraestruturas | | 2 354 117,36 | | | | 727,23 | | | | 0,00 | 2 354 844,59 |
| Património histórico, artístico e cultural | | 181 916,26 | | | | | | | | | 181 916,26 |
| Outros bens de domínio público em curso | | 17 719 498,46 | | | | | | | | | 17 719 498,46 |
| Ativos fixos em concessão | | | | | | | | | | | |
| Infraestruturas | | | | | | | | | | 5 429 243,52 | 5 429 243,52 |
| Outros ativos fixos tangíveis | | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | 151 310,00 | | 557 602,94 | | | | | | 16 113 433,13 | 16 822 346,07 |
| Edifícios e outras construções | | 99 248,43 | | 1 498 208,13 | | | | | | 1 366 299,36 | 2 963 755,92 |
| Equipamento básico | | 1 920 186,63 | | | | | | | | | 1 920 186,63 |
| Equipamento de transporte | | 157 971,32 | | | | | | | | | 157 971,32 |
| Equipamento administrativo | | 264 413,03 | | | | | | | | | 264 413,03 |
| Outros | | 88 690,68 | | | | | | | | | 88 690,68 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | | 44 195 011,38 | | | | | | | | | 44 195 011,38 |
| | 0,00 | 67 132 363,55 | 0,00 | 2 107 436,07 | 0,00 | 2 739,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22 908 976,01 | 92 151 515,18 |

No que respeita às adições ocorridas em 2022, de salientar os movimentos de transferência/troca ocorridos nas rubricas de outros «Terrenos e recursos naturais» e «Edifícios e outras construções», nos montantes de 557.602,94 euros e 1.498.208,13 euros, respetivamente, resultantes de diversas permutas de imóveis, e ainda outros movimentos no montante de 22.908.976,01 euros, resultantes do registo do valor de mercado do terreno associado ao Monte Pedral no montante de 15.658.000,00 euros, dos imóveis sitos na Rua de Cedofeita decorrentes do término do respetivo processo judicial no montante de 1.821.732,49 euros, e da atualização do valor dos ativos associados ao contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. no montante de 5 429 243,52 euros.

e.2) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes diminuições:

Un.:euros

| RUBRICAS | Diminuições | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|------------------|--------------------|
| | Alienação a título oneroso (1) | Transferência ou troca (2) | Devolução ou Reversão (3) | Fusão, cisão, reestruturação (4) | Outras (5) | Total Σ |
| ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS | | | | | | |
| Outros ativos fixos tangíveis | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | -428 702,63 | -3 520,01 | | | | -432 222,64 |
| Edifícios e outras construções | -200 842,05 | | | | | -200 842,05 |
| Equipamento básico | -980,93 | | | | -3 062,66 | -4 043,59 |
| Equipamento administrativo | | | | | -1 215,02 | -1 215,02 |
| Outros | | | | | -901,51 | -901,51 |
| | -630 525,61 | -3 520,01 | 0,00 | 0,00 | -5 179,19 | -639 224,81 |

Para as diminuições concorreram diversos movimentos de alienação no montante 630.525,61 euros, nomeadamente de diversas parcelas de terreno e habitações municipais no montante de 629.544,68 euros, e ainda de diverso equipamento informático no montante de 980,93 euros.

5.2 – Depreciações reconhecidas nos resultados e a parte incluída no custo de outros ativos

Os gastos e reversões de depreciações respeitantes a ativos fixos tangíveis encontram-se refletidos nas demonstrações de resultados por natureza, no montante de 48.679.468,05 euros.

5.3 – Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso

Un.:euros

| Tipo de Bem | Valor Inicial |
|--|-----------------------|
| Edifícios | 31 959 963,84 |
| Infraestruturas | 57 032 930,10 |
| Móveis | 27 894 659,14 |
| Outras Construções | 5 092 294,64 |
| Património Histórico, Artístico e Cultural | 15 759,58 |
| Viaturas | 3 433 661,69 |
| | 125 429 268,99 |

b) Ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação

Apesar de, em termos orçamentais, ter sido reconhecida a intenção de alienar ativos fixos tangíveis, entendeu-se por bem que não estavam ainda cumpridos todos os requisitos necessários à reclassificação destes ativos, na medida em que os procedimentos administrativos associados às hastas públicas ainda não estavam concluídos.

c) Ativos fixos tangíveis em curso

Apresenta-se seguidamente, os principais ativos fixos tangíveis em curso à data de 31.12.2022, cujo valor contabilístico é superior a 1.000 000,00 euros. Ressalva-se que alguns bens já existiam e que foram ou estão a ser objeto de melhoramentos, reconstruções ou conservação substancial.

Por outro lado, alguns bens foram objeto de encerramento parcial, estando considerados em ativos fixos tangíveis.

Un.:euros

| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| Empreitada do Terminal Intermodal de Campanhã | 16 294 715,15 | 15 077 661,39 |
| Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária Alexandre Herculano | 15 058 951,09 | 8 379 569,67 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Cerco do Porto | 12 622 483,06 | 14 118 083,72 |
| Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão - Indemnizações | 10 681 941,30 | 9 356 903,51 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Monte da Bela | 6 717 237,79 | 6 705 713,62 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Falcão | 6 636 490,40 | 5 750 885,93 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro de S. João de Deus | 5 723 981,88 | 4 395 322,89 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Bom Pastor | 4 997 011,51 | 4 925 860,63 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Eng.º Machado Vaz | 3 669 943,24 | 3 599 836,75 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Lagarteiro | 2 651 143,64 | 2 639 714,47 |
| Construção do Campo do Outeiro - Instalações Desportivas | 2 581 465,88 | 477 432,69 |
| Reabilitação da Urbanização de Santa Luzia | 2 527 151,08 | 2 536 449,33 |
| Construção de Habitação Social na Travessa de Salgueiros - Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb | 2 257 166,91 | 2 257 166,91 |
| Manutenção corrente (corretiva) e preventiva de equipamentos públicos municipais - Palácio dos Correios | 1 858 458,68 | 1 607 269,18 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro da Pasteleira | 1 834 594,72 | 5 428 310,28 |
| Manutenção corrente (corretiva) e preventiva de equipamentos públicos municipais - Paços do Concelho | 1 731 645,59 | 1 463 976,02 |
| Requalificação da Escola Básica do Falcão | 1 730 237,57 | 367 084,84 |
| Reabilitação exterior de oito blocos da Urbanização das Condominhas | 1 725 184,03 | 198 834,08 |
| Beneficiação da Piscina Municipal Eng.º Armando Pimentel | 1 468 870,75 | 65 174,42 |
| Manutenção corrente (corretiva) e preventiva de equipamentos públicos municipais - Outros Edifícios Municipais | 1 254 117,27 | 1 118 087,85 |
| Beneficiação e expansão do Parque de S. Roque | 1 208 847,54 | 398 073,88 |
| Manutenção corrente (corretiva) e preventiva de equipamentos públicos municipais - Oficinas da Câmara | 1 205 502,27 | 1 110 651,23 |
| Melhoria da mobilidade e transportes: Programa Rua Direita - Grupo 1 | 1 193 166,99 | 1 068 718,71 |
| Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão - Equipamentos | 1 192 480,57 | 336,42 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Aldoar | 1 192 321,92 | 1 183 414,13 |
| Reabilitação da Quinta do Mitra | 1 189 062,00 | 108,52 |
| Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro de S. Roque da Lameira | 1 139 796,57 | 1 043 500,24 |
| Criação de acessos ao loteamento das Eirinhas | 1 024 220,38 | 128 926,35 |

Nota 6 – Locações

6.1 - Locações operacionais – locatários

Un.:euros

| BENS LOCADOS (1) | Valor do contrato (2) | Pagamentos efetuados acumulados (3) | | | | Futuros pagamentos mínimos (4) | | | |
|-------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| | | Período | | Acumulado | | Até 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Superior a 5 anos | Total |
| | | Pagamentos mínimos | Rendas contingentes | Pagamentos mínimos | Rendas contingentes | | | | |
| Imóveis | 14 809 102,59 | 1 510 600,75 | | 9 239 598,42 | | 1 320 415,68 | 4 249 088,49 | | 5 569 504,17 |
| Veículos automóveis | 8 713 924,30 | 1 598 241,00 | | 7 240 084,14 | | 890 279,69 | 537 989,69 | | 1 428 269,38 |
| Equipamento informático | 26 568,00 | 8 856,00 | | 22 140,00 | | 4 428,00 | 0,00 | | 4 428,00 |
| Outro equipamento operacional | 456 937,73 | 374 730,23 | | 406 493,21 | | 28 755,52 | 21 689,00 | | 50 444,52 |
| Contentores | 454 855,66 | 126 512,83 | | 369 663,92 | | 44 843,23 | 40 225,51 | | 85 068,74 |
| | 24 461 388,28 | 3 618 940,81 | 0,00 | 17 277 979,69 | 0,00 | 2 288 722,12 | 4 848 992,69 | 0,00 | 7 137 714,81 |

Face ao elevado número de contratos de locação operacional nos quais o Município é o locatário, no apuramento dos valores apresentados no quadro anterior, foram considerados apenas os contratos mais relevantes e cuja amostra é representativa dos montantes envolvidos. Nesta medida, tendo em conta a despesa paga no ano de 2022, foram considerados as seguintes amostras: Imóveis – 100%, Veículos automóveis – 100%, Equipamento informático – 100%, Contentores e outro equipamento operacional – 92%.

6.2 - Locações operacionais – locadores

Un.:euros

| BENS LOCADOS (1) | Valor do contrato (2) | Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados (3) | | | |
|------------------------|--------------------------|--|------------------------|-----------------------|------------------------|
| | | Período | | Acumulado | |
| | | Pagamentos mínimos | Rendas contingentes | Pagamentos mínimos | Rendas contingentes |
| Terrenos | 208 562,72 | 354 947,88 | | 2 007 957,71 | |
| Espaços | 2 219 611,44 | 3 861 606,76 | | 21 038 631,79 | |
| Equipamentos | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | |
| Outras habitações | 462 945,36 | 107 186,36 | | 1 047 231,69 | |
| Materiais e outro bens | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | |
| | 2 891 119,52 | 4 323 741,00 | 0,00 | 24 093 821,19 | 0,00 |

Nos contratos de locação operacional em que o Município é o locador, o valor dos contratos foi apurado com base na informação das rendas anuais registadas no SGOPM. Já o total dos pagamentos acumulados e do período foram obtidos através do somatório dos valores cobrados a cada uma das entidades que, de acordo com a análise da execução orçamental de cada uma das rubricas económicas associadas às locações, se entendeu estarem relacionadas com este tipo de contratos. Apenas foram excluídos os valores registados no âmbito dos contratos de concessão de serviços com a E-Porto, S.A. e E-Redes, S.A., assim como os relacionados com a venda de jazigos.

Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos foram reconhecidos através do modelo de capitalização, na medida em que foi possível atribuir estes custos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica e, daí resulte, que a sua capitalização alcance benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, tendo sido possível a sua mensuração com fiabilidade.

O montante apurado, relativo à quantia capitalizada durante este exercício, corresponde ao valor dos juros pagos no ano, apresentados no quadro seguinte:

Un.:euros

| Entidade | Data do contrato | Data de visto do TC | Prazo do contrato (meses) | Capital | | Taxa de juro (%) | | Pagamentos de anos anteriores | | | Pagamentos do ano | | | Encargos vencidos e não pagos | Saldo em 1 de janeiro | Saldo em 31 de dezembro |
|-----------|------------------|---------------------|---------------------------|---------------|---------------|------------------|-------|-------------------------------|-----------|--------------|-------------------|------------|--------------|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | | | | Contratado | Utilizado | Inicial | Atual | Amort. | Juro | Total | Amort. | Juro | Total | | | |
| Banco BPI | 2018-10-24 | 2019-02-28 | 147 | 39 000 000,00 | 27 728 520,05 | 0,68 | 0,40 | 7 180 037,20 | 58 039,84 | 7 238 077,04 | 5 500 000,00 | 114 807,28 | 5 614 807,28 | 0,00 | 16 746 828,41 | 15 048 482,85 |
| | | | | 39 000 000,00 | 27 728 520,05 | | | 7 180 037,20 | 58 039,84 | 7 238 077,04 | 5 500 000,00 | 114 807,28 | 5 614 807,28 | 0,00 | 16 746 828,41 | 15 048 482,85 |

Em 2018, o Município celebrou um contrato de empréstimo de médio/longo prazo com o Banco BPI, até ao montante de 39.000.000,00 euros, para cobertura de necessidades de investimento, nomeadamente, reabilitação/restauração de edifícios, eficiência energética, intervenções na via pública, entre outros. Até 31 de dezembro de 2022, utilizou-se o montante de 27.728.520,05 euros, tendo sido amortizado até 2022 o montante de 12.680.037,20 euros. No presente exercício a amortização foi de 5.500.000,00 euros.

| Empréstimo | Exigibilidade | |
|---|---------------------|----------------------|
| | Curto prazo | Médio Longo prazo |
| BPI - Reabilitação/restauração de edifícios, em eficiência energética | 1 770 409,86 | 13 278 072,99 |
| | 1 770 409,86 | 13 278 072,99 |

De igual modo, neste período, foram especializados juros no total de 150.063,74 euros, os quais foram capitalizados nos seguintes investimentos:

Un.:euros

| Descrição | Valor |
|--|-------------------|
| Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão | 44 786,34 |
| Túnel da Rua Ateneu Comercial à Rua Alexandre Braga | 0,00 |
| Cinema Batalha | 7 677,18 |
| Escola Secundária Alexandre Herculano - Requalificação | 28 494,72 |
| Projeto Terminal Intermodal Campanhã | 22 280,44 |
| Avenida Fernão Magalhães | 0,00 |
| Rua de Serralves | 0,00 |
| Bairro Municipal Falcão | 9 479,73 |
| Bairro Municipal Cerco | 11 157,43 |
| Bairro Municipal Monte da Bela | 668,36 |
| Bairro da Pasteleira | 15 974,83 |
| Fernão Magalhães | 382,08 |
| Agrupamento Rainha D.ª Leonor | 0,00 |
| Bairro Municipal São João de Deus | 5 910,07 |
| Regado | 53,04 |
| Ilha de Cortes | 0,00 |
| Bairro da Maceda | 1 514,73 |
| Aldoar 1,2,3,5,7,9,11,13,15,16 | 0,00 |
| Condominhas A2, B4 e B5 | 1 006,80 |
| Rua Vitória | 286,25 |
| Rua Barbosa de Castro | 391,75 |
| | 150 063,74 |

Nota 8 – Propriedades de investimento

8.1 – Propriedades de investimento segundo uma locação financeira ou locação operacional

As propriedades de investimento do Município estão todas relacionadas com contratos de locação operacional, cujo valor das rendas apuradas através do SGOPM podem ser discriminadas de acordo com os seguintes tipos de imóveis:

Un.:euros

| Descrição | Rendas 2022 |
|--|---------------------|
| Locações Operacionais: | |
| Edifício | |
| Arrendamentos | 1 167 057,08 |
| Cedência em direito de superfície (outras entidades) | 84 198,82 |
| Cedência temporária de edifícios (Interesse Público) | 42 235,16 |
| Concessão de exploração de imóveis municipais | 2 724 500,43 |
| Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais | 10 030,87 |
| Equipamento | |
| Arrendamentos | 9 165,21 |
| Cedência em direito de superfície (outras entidades) | 0,00 |
| Cedência temporária de edifícios (Interesse Público) | 6 328,44 |
| Concessão de exploração de imóveis municipais | 3 391,68 |
| Ocupação e exploração de quiosques | 151 159,02 |
| Cedência em direito de superfície (Águas do porto) | 373,68 |
| Outras ocupações de espaço público | 98 425,80 |
| Fração | |
| Arrendamentos | 151 012,56 |
| Cedência temporária de edifícios (Interesse Público) | 18 994,12 |
| Terreno | |
| Arrendamentos | 79 724,19 |
| Cedência em direito de superfície (Coop.Construção e Habitação) | 33 040,70 |
| Cedência em direito de superfície (outras entidades) | 37 210,17 |
| Cedência temporária de edifícios (Interesse Público) | 7 231,44 |
| Concessão de exploração de imóveis municipais | 268 994,16 |
| Ocupação e/ou exploração de imóveis utilizados para fins não habitacionais | 84 333,97 |
| | 4 977 407,51 |

8.2 – Modelo do custo

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, acrescido de dispêndios de investimento diretamente atribuíveis e deduzidas de depreciações.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

| RUBRICAS | Quantia escriturada inicial | Variações (modelo do custo) | | | | | | Quantia escriturada final | Gastos do período | Un.:euros Rendimentos do período | |
|--------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------------------------------|---------------------|-------------|---------------------------|-------------------|-------------------------------------|--------|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Depreciações do período | Reversões de perdas por imparidade | Diferenças cambiais | Diminuições | | | Rendas | Outros |
| | | | | | | | | | | | |
| PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO | | | | | | | | | | | |
| Bens de domínio público | 2 706 334,23 | | | -32 591,33 | | | | 2 673 742,90 | | 152 968,14 | |
| Terrenos e recursos naturais | 4 494 065,79 | | | | | | | 4 494 065,79 | | 208 562,72 | |
| Edifícios e outras construções | 34 903 384,39 | | | -866 021,53 | | | | 34 037 362,86 | | 4 615 876,65 | |
| | 42 103 784,41 | 0,00 | 0,00 | -898 612,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41 205 171,55 | 0,00 | 4 977 407,51 | 0,00 |

De destacar, nos ativos da rubrica de edifícios e outras construções, classificados como propriedades de investimento, o Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota, cuja quantia escriturada, em 31 de dezembro de 2022, ascende a 13.800.158,37 euros.

As transferências internas à entidade resultam da reclassificação de imóveis anteriormente registados na rubrica dos ativos fixo tangíveis.

Nota 9 – Imparidade de ativos

Não foram identificados indícios de imparidade de ativos que suscitassem a realização de testes de imparidade, não existindo assim qualquer montante a evidenciar.

Nota 10 – Inventários

10.1 - Políticas contabilísticas e métodos de custeio usados

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

- Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao mais baixo entre o custo de produção e o valor realizável líquido. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

10.2 - Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2022, os inventários encontravam-se registados pelas seguintes quantias:

Un.:euros

| Rubrica (1) | Quantia bruta (2) | Imparidade acumulada (3) | Quantia recuperável (4)= (2)-(3) |
|---|----------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| Mercadorias | 20 099,49 | | 20 099,49 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 391 698,86 | 89 903,14 | 301 795,72 |
| Produtos acabados e intermédios | 7 203,63 | | 7 203,63 |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | | | |
| Produtos e trabalhos em curso | | | |
| | 419 001,98 | 89 903,14 | 329 098,84 |

10.3 - Inventários (movimentos do período)

Durante o exercício de 2022, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Un.:euros

| RUBRICAS | Quantia escriturada inicial (1) | Movimentos no período | | | | | | Quantia escriturada final Σ | |
|--|------------------------------------|-------------------------|--------------------------|--|------------------------------|---|---------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| | | Compras líquidas (2) | Consumos / gastos (3) | Variações nos inventários de produção (4) | Perdas por imparidade (5) | Reversões de perdas por imparidade (6) | Outras reduções de inventários (7) | | Outros aumentos de inventários (8) |
| Mercadorias | 20 099,49 | | | | | | | | 20 099,49 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 391 647,96 | 268 833,27 | -334 403,55 | | | 13 158,21 | -37 440,17 | | 301 795,72 |
| Produtos acabados e intermédios | 7 203,63 | | | | | | | | 7 203,63 |
| | 418 951,08 | 268 833,27 | -334 403,55 | 0,00 | 0,00 | 13 158,21 | -37 440,17 | 0,00 | 329 098,84 |

As perdas por imparidade registadas decorrem da existência em armazém de mercadorias com pouca rotação, defeituosas, deterioradas ou obsoletas.

Nota 11 – Agricultura

11.1 – Divulgações gerais

Os ativos biológicos registados a 31 de dezembro de 2022 dizem respeito à atividade agrícola associada aos viveiros municipais, uma vez que aí são produzidas e colhidas 90% das plantas (árvores, arbustos e herbáceas) utilizadas na cidade, permitindo desde logo a sua operacionalidade, na manutenção e criação de novos jardins.

Estes ativos biológicos estão mensurados pelo seu justo valor, correspondente ao preço de venda em mercado estabelecido no ponto de colheita.

Durante o exercício de 2022, as quantias escrituradas e os movimentos nos ativos biológicos foram os seguintes:

Un.:euros

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Aumentos | | | | Diminuições | | | | Variações no justo valor | Quantia escriturada final |
|--|-----------------------------|----------|-------------------------------|-----------------|--------------------|-------------|-------------------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | Compra | Transação sem contraprestação | Outros aumentos | Total dos aumentos | Venda | Transação sem contraprestação | Outras diminuições | Total das diminuições | | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6)=(3)+(4)+(5) | (7) | (8) | (9) | (10)=(7)+(8)+(9) | (11) | 12=(2)+(6)-(10)+/- (11) |
| Plantas consumíveis para alienação sem contraprestação | | | | | | | | | | | |
| Viveiros Municipais | 246 241,82 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | -22 626,25 | 223 615,57 |
| Total dos Ativos Biológicos | 246 241,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -22 626,25 | 223 615,57 |
| Produtos agrícolas no ponto de colheita | | | | | | | | | | | |
| | 246 241,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -22 626,25 | 223 615,57 |

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

13.1 – Políticas contabilísticas e métodos adotados

De acordo com a NCP 13, o Município aplica as seguintes políticas contabilísticas nos rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

a) Prestação de serviços – o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por natureza com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço.

b) Venda de bens - o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas:

- Se tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Se não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- Se a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;

- Se for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município;
 - Se os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.
- a) Juros – o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.
- b) Royalties – o rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.
- c) Dividendos ou distribuições similares – o rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

13.2 – Rendimentos por tipo de transação

Durante o exercício de 2022, o Município registou os seguintes rendimentos por categoria de transação:

Un.:euros

| Tipo de transação com contraprestação | Rendimento do período reconhecido | |
|---|-----------------------------------|----------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Prestações de serviços e concessões | 14 120 437,20 | 12 608 726,97 |
| Serviços específicos das autarquias locais | 3 012 884,37 | 3 823 402,30 |
| Concessões | 5 391 099,37 | 5 810 279,10 |
| Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto | 1 392 490,41 | 1 103 674,16 |
| Aluguer de equipamentos | 1 527,26 | 6 056,44 |
| Arrendamento | 4 063 123,26 | 1 658 692,69 |
| Outros serviços | 259 312,53 | 206 622,28 |
| Vendas | 73 769,65 | 11 810,73 |
| Produtos acabados e intermédios | 11 619,20 | 8 496,48 |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | 62 150,45 | 3 314,25 |
| Juros | 233 526,79 | 273 517,40 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 6 737,31 | 8 993,11 |
| Dividendos ou distribuições similares | 226 789,48 | 264 524,29 |
| Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos | 226 789,48 | 264 524,29 |
| Outros rendimentos | 20 416 072,45 | 12 493 527,38 |
| Rendimentos suplementares | 10 158 922,38 | 9 265 901,60 |
| Rendimentos em investimentos não financeiros | 5 755 332,60 | 1 828 080,10 |
| Outras correções relativas a períodos anteriores | 3 567 786,22 | 889 346,32 |
| Outros não especificados | 934 031,25 | 510 199,36 |
| | 34 843 806,09 | 25 387 582,48 |

O aumento registado em rendimentos em investimentos não financeiros decorre essencialmente da permuta de terrenos entre o Município e a Liga Portuguesa de Futebol Profissional, na quantia de 2.000.000,00 euros e das rendas recebidas por força dos contratos de concessão de utilização

privada de domínio público municipal para instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano.

O acréscimo de valores em arrendamentos está justificado pelo levantamento da isenção total das rendas devidas pelos comerciantes arrendatários de prédios municipais e também pela entrada da componente variável, nos meses de julho, agosto e novembro, da concessão do parque de estacionamento da Praça do Infante D. Henrique.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

14.1 – Divulgação de rendimentos sem contraprestação

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente impostos taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Os ativos adquiridos através de transações sem contraprestação são, por sua vez, mensurados inicialmente, pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os passivos associados a qualquer uma responsabilidade relativa a uma entrada de recursos, são mensurados inicialmente através da melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação na data do relato.

Durante o exercício de 2022, o Município registou, por classes, nas demonstrações financeiras, os seguintes rendimentos sem contraprestação, assim como as respetivas quantias por receber e adiantamentos:

| Tipo de transação sem contraprestação | Rendimento do período reconhecido em | | | | Quantias por receber | | Acréscimos de rendimentos | Adiantamentos recebidos |
|--|--------------------------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | | Início do período | Final do período | | |
| | Resultados | Património líquido | Resultados | Património líquido | | | | |
| Impostos, contribuições e taxas | 188 053 729,45 | | 177 274 340,90 | | 7 483 004,81 | 12 284 483,37 | | |
| Impostos diretos | 74 906 218,34 | | 68 049 063,70 | | 0,00 | 0,00 | | |
| Derrama | 25 445 439,57 | | 21 935 071,15 | | | | 21 032 767,56 | |
| Imposto municipal sobre imóveis | 42 456 443,06 | | 39 296 684,66 | | | | 43 857 614,17 | |
| Imposto único de circulação | 6 997 556,34 | | 6 538 291,29 | | | | 447 666,84 | |
| Outros | 6 779,37 | | 279 016,60 | | | | | |
| Impostos indiretos | 72 872 875,06 | | 69 839 638,40 | | 509 320,01 | 465 557,53 | | |
| Imposto municipal sobre as transmissões | 72 872 875,06 | | 69 839 638,40 | | | | 8 441 608,67 | |
| Taxas | 35 047 275,30 | | 35 831 533,13 | | 6 966 723,10 | 11 738 811,83 | | |
| Multas e outras penalidades | 5 227 360,75 | | 3 554 105,67 | | 6 961,70 | 80 114,01 | | |
| Transferências sem condição | 54 865 232,14 | | 37 493 945,49 | | 2 500,00 | 3 720,00 | | |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) | 0,00 | 0,00 | 448 209,00 | 49 801,00 | | | | |
| Fundo Social Municipal (FSM) | 3 996 443,00 | | 2 126 515,00 | | | | | |
| Participação no IRS | 27 895 452,00 | | 28 045 427,00 | | | | 27 733 872,00 | |
| Transferências de competências - Lei n.º 50/2018 | 14 935 163,32 | | | | | | | |
| Participação do IVA | 2 788 474,40 | | 2 858 949,01 | | | | 5 213 205,40 | |
| Outras | 4 879 649,32 | 0,00 | 3 521 166,24 | 73 867 606,70 | | | | |
| Serviços e Fundos Autónomos | 124 178,16 | | 399 395,99 | | | | | |
| Resto do Mundo | 245 871,94 | | 94 283,25 | | | | | |
| Subsídios sem condição | 0,00 | 4 152 389,70 | 0,00 | 24 365 432,51 | | | | |
| Legados, ofertas e doações | 0,00 | 2 739,55 | 0,00 | 617 324,19 | | | | |
| Outros | 18 374 840,85 | | 28 637 288,71 | | 1 860 962,08 | 972 605,90 | | |
| | 261 293 802,44 | 4 155 129,25 | 243 405 575,10 | 98 900 164,40 | 16 829 471,70 | 25 545 292,64 | 106 726 734,64 | 0,00 |

As principais transações sem contraprestação reconhecidas como rendimento pelo Município estão relacionadas com os impostos diretos, nomeadamente o IMI, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e os recebidos através do Orçamento de Estado, com especial relevo para a Participação no IRS e a Participação do IVA.

Conforme o descrito na Nota 25 - Outras contas a receber, nos acréscimos de rendimentos são registados os montantes referentes aos impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) e (IVA) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros.

Por sua vez, as quantias por receber, espelham os valores das dívidas de terceiros em conta corrente, excluídos das dívidas em cobrança duvidosa, descritas na Nota 23 - Transferências e subsídios não reembolsáveis e na Nota 24 - Clientes, contribuintes e utentes.

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 – Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos

incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Durante os exercícios findos de 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Un.:euros

| RUBRICAS | Quantia escriturada inicial (2) | Aumentos | | | | Diminuições | | | | Quantia escriturada final (11) |
|--|------------------------------------|---------------------|--|------------------------|---|--------------------|----------------------|---------------------------|---|-----------------------------------|
| | | Reforços (3) | Aumentos da quantia escriturada (4) | Outros aumentos (5) | Total dos aumentos (6) = (3) + (4) + (5) | Utilizações (7) | Reversões (8) | Outros diminuições (9) | Total das diminuições (10) = (7) + (8) + (9) | |
| Processos judiciais em curso | 29 871 611,41 | 4 500 582,90 | | | 4 500 582,90 | | 8 939 071,93 | | 8 939 071,93 | 25 433 122,38 |
| Outras provisões | | | | | | | | | | |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 5 878 610,42 | | | | 0,00 | | 1 473 653,39 | | 1 473 653,39 | 4 404 957,03 |
| Outras provisões | 615 062,64 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | 615 062,64 |
| | 36 365 284,47 | 4 500 582,90 | 0,00 | 0,00 | 4 500 582,90 | 0,00 | 10 412 725,32 | 0,00 | 10 412 725,32 | 30 453 142,05 |

15.2 – Divulgações por classe de provisões

A rubrica de processos judiciais em curso espelha o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais, que aguardam resolução pelos Tribunais.

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso, conforme o relevado no Anexo II às presentes demonstrações financeiras.

Por outro lado, as “Responsabilidades por benefícios pós-emprego” traduzem os movimentos ocorridos em 2022 relacionados com a provisão decorrente da responsabilidade do Município pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, de onde subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988, conforme o descrito na NCP 19 – Benefícios dos empregados, assim como os montantes dos encargos associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

15.3 – Passivos contingentes

Un.:euros

| Natureza Passivos Contingentes | Quantias Associadas |
|--|----------------------|
| Processos judiciais em curso | 36 558 682,69 |
| Garantias bancárias prestadas pelo Município | 2 942 745,99 |
| | 39 501 428,68 |

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pela DMSJ, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados. Estes processos encontram-se divulgados no Anexo III às presentes demonstrações financeiras.

As garantias bancárias não financeiras prestadas pelo Município, por não ser provável que decorra da sua utilização um exfluxo de recursos, têm de igual modo um carácter contingente. Exemplos destas garantias bancárias, são as garantias solicitadas pelo Tribunal Judicial da Comarca do Porto, associadas à expropriação dos terrenos com vista à execução da ligação da Via de Cintura e a expropriação de dez parcelas de terreno para execução da Frente Urbana do Parque Urbano.

15.4 – Ativos contingentes

Un.:euros

| Natureza Ativos Contingentes | Valor |
|--|----------------------|
| Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) | 6 644 639,15 |
| Imposto Municipal a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT) | 4 527 412,16 |
| Imposto Único de Circulação (IUC) | 2 541 156,70 |
| Contribuição Autárquica (CA) | 410 207,25 |
| SISA | 13 746 667,88 |
| Garantias bancárias prestadas por terceiros | 40 307 759,67 |
| | 68 177 842,81 |

Nos termos do número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes.

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, também se enquadram nesta rubrica.

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelas entidades competentes, nas datas a seguir discriminadas:

| Demonstrações Financeiras autorizadas (1) | | Outro órgão deliberativo com competência para alterar as DF após emissão |
|--|---------------------------------------|---|
| Data | Entidade competente para autorizar | |
| | Órgão Executivo | Assembleia Municipal |

Acontecimentos, após 31 de dezembro de 2022, que apesar de materialmente relevantes, não deram lugar a ajustamentos:

Un.:euros

| Acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos | |
|---|---|
| Natureza do acontecimento | Estimativa do efeito financeiro (1) |
| Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - INVESURB | 1 116 700,00 |

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de que o Município faz parte nos termos e em execução do designado “Contrato do Bairro do Aleixo”, assinado entre o Município do Porto e a Gesfimo em 19 de janeiro de 2010 e alterado em 26 de julho de 2012, em 8 de julho de 2015, em

09 de fevereiro de 2019, sofreu uma nova modificação ao contrato, conforme deliberação em Assembleia Municipal de 07 de fevereiro de 2022.

O objetivo desta modificação visou a substituição das obrigações de construção dos fogos por reabilitar e por construir no Bairro do Leal e nas Eirinhas, por uma compensação financeira na quantia de €6.500.000,00, a liquidar faseadamente, correspondente ao valor de mercado das mesmas.

No exercício e 2022, foi deliberado pelo Fundo a realização de uma operação de aumento de capital na quantia de €2.250.000,00, encontrando-se a decorrer o prazo de subscrição.

Por deliberação da Assembleia Municipal de 11 de abril de 2022, foi autorizado o acompanhamento do aumento de capital do INVESURB, na proporção necessária à manutenção de uma percentagem não inferior a 20%00 de unidades de participação detidas nesse fundo, até ao valor de €1.600.000,00, processo a que foi concedido o visto do tribunal de Contas em Sessão Diária de Visto, de 17 de junho de 2022.

O Fundo de Investimento Invesurb, deliberou em novembro de 2022, um aumento de capital no montante de 2.250.000€, a que corresponde por parte do Município do Porto à liquidação do valor de 483.300,00€ (percentagem de participação 21,48%), já realizado pelo Município em 2022.

Uma vez que o aumento de capital deliberado foi “parcial”, no montante de 2.250.000€, de forma a cumprir com a quarta modificação ao contrato, será necessário em 2023 (seis meses após a primeira subscrição de aumento), deliberar novo aumento. Está previsto o Município acompanhar o aumento de capital em 2023, no valor de 483.300,00€ e o restante em 2024.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

18.1 – Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- a) Ativos financeiros são registados da seguinte forma:
 - i) As participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos quando não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
 - ii) As restantes participações, inicialmente pelo seu custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao custo menos perdas por imparidade ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade. No final de cada período de relato são analisados todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, de forma a avaliar se existe alguma evidência

objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

iii) Clientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários são mensurados ao custo amortizado menos as perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros - são registados inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto aos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

18.2 – Quantia escriturada dos ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros encontravam-se escriturados do seguinte modo:

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Aumentos | | | Diminuições | | | Quantia escriturada final |
|--|-----------------------------|-------------------|------------------------------------|----------------------|-------------|-----------------------|----------------------|---------------------------|
| | | Compras | Reversões de perdas por imparidade | Outros | Alienações | Perdas por imparidade | Outros | |
| Un.:euros | | | | | | | | |
| Caixa e seus equivalentes: | | | | | | | | |
| Caixa | 21 308,44 | | | 185 710,38 | | | 0,00 | 207 018,82 |
| Depósitos bancários | 90 782 357,69 | | | 0,00 | | | 22 066 956,56 | 68 715 401,13 |
| Outros depósitos | 3 485 633,65 | | | 1 913 285,03 | | | 0,00 | 5 398 918,68 |
| Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: | | | | | | | | |
| Ativo Não Corrente | | | | | | | | |
| Participações financeiras - custo | 177 278 521,73 | | | | | | | 177 279 707,94 |
| Investimentos em entidades controladas | 167 004 381,22 | | | | | | | 167 004 381,22 |
| Gestão e Obras do Porto, E.M. | 500 000,00 | | | | | | | 500 000,00 |
| Domus Social, E.M. | 500 000,00 | | | | | | | 500 000,00 |
| Águas e Energia do Município do Porto, E.M. | 80 000 000,00 | | | | | | | 80 000 000,00 |
| Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M. | 2 200 000,00 | | | | | | | 2 200 000,00 |
| Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M. | 3 265 566,00 | | | | | | | 3 265 566,00 |
| Porto Vivo, SRU, E.M. | 4 786 208,52 | | | | | | | 4 786 208,52 |
| Associação Porto Digital | 1 885 000,00 | | | | | | | 1 885 000,00 |
| Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. | 73 867 606,70 | | | | | | | 73 867 606,70 |
| Investimentos em associadas | 2 550 241,08 | | | | | | | 2 997 463,29 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Porto Douro | 0,00 | | | | | | | 0,00 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Inesurb | 1 332 116,08 | 483 300,00 | | | | 36 077,79 | | 1 779 338,29 |
| AdEPorto - Agência de Energia do Porto | 70 625,00 | | | | | | | 70 625,00 |
| Mercado Abastecedor do Porto, S.A. | 1 147 500,00 | | | | | | | 1 147 500,00 |
| Outros ativos financeiros | 7 723 899,43 | | 3 964,00 | | | | | 7 727 863,43 |
| Outras contas a receber | 5 533 141,45 | | 0,00 | | | | 1 833 141,45 | 3 700 000,00 |
| Ativo Corrente | | | | | | | | |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | 2 500,00 | | | 1 220,00 | | | | 3 720,00 |
| Clientes, contribuintes e utentes | 10 339 809,48 | | 295 560,45 | 4 869 461,95 | | | | 15 504 831,88 |
| Estado e outros entes públicos | 22 915,83 | | | | | | 22 915,83 | 0,00 |
| Outras contas a receber | 110 175 383,29 | | 15 516,30 | 9 852 765,02 | | 0,00 | 406 809,19 | 119 636 855,42 |
| | 397 641 571,56 | 483 300,00 | 315 040,75 | 16 822 442,38 | 0,00 | 36 077,79 | 24 329 823,03 | 390 896 453,87 |

O detalhe dos movimentos na rubrica de caixa e seus equivalentes encontra-se discriminada na Demonstração de Fluxos de Caixa.

As imparidades relativas à rubrica de contribuintes, utentes e outros devedores de curto prazo, foram determinadas de acordo com os créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis vencidos em 2022, cujo risco de incobrabilidade é justificado pelos processos em execução fiscal instaurados até 31 de dezembro de 2022, pois considera-se que para estes existe um elevado risco de incobrabilidade. Similarmente, foram consideradas as restantes dívidas de clientes sem processo de execução fiscal ainda instaurado, mas para as quais já tenha sido ultrapassado o prazo de 90 dias decorridos da data de emissão da fatura, pois a partir desta data, considera-se que estão reunidas as condições para instauração de um processo desta natureza.

Nesta medida, as perdas por imparidade foram calculadas tendo em consideração a percentagem de incobrabilidade obtida no último ano relativamente aos processos de execução fiscal instaurados para cada um dos créditos em mora, cujas taxas ascendem a 96% para as faturas emitidas até 31 de dezembro de 2012 e 89%, para as restantes emitidas posteriormente. Estas percentagens foram obtidas mediante a informação disponibilizada pelos serviços municipais de execução fiscal.

Encontra-se registada uma imparidade na rubrica de outras contas a receber do ativo não corrente no montante de 802.575 euros para fazer face às notas de crédito emitidas em 2016 pela empresa municipal Porto Lazer, EM, tendo por base o pedido de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira que aguarda decisão.

18.3 – Quantia escriturada dos passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros encontravam-se escriturados do seguinte modo:

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Aumentos | | | Diminuições | | | Quantia escriturada final |
|--|-----------------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-------------|-----------------------|---------------------|---------------------------|
| | | Aquisições | Ganhos de justo valor | Outros | Liquidações | Perdas de justo valor | Outros | |
| Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: | | | | | | | | |
| Passivo Não Corrente | | | | | | | | |
| Financiamentos obtidos | 16 746 828,41 | | | | | | 3 468 755,42 | 13 278 072,99 |
| Outras contas a pagar | 17 775 728,01 | | | 1 490 506,38 | | | | 19 266 234,39 |
| Passivo Corrente | | | | | | | | |
| Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos | 23 790,64 | | | 153 570,79 | | | | 177 361,43 |
| Fornecedores | 576 633,30 | | | 463 116,31 | | | | 1 039 749,61 |
| Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes | 874 206,13 | | | | | | 294 208,70 | 579 997,43 |
| Financiamentos obtidos | 0,00 | | | 1 770 409,86 | | | | 1 770 409,86 |
| Fornecedores de investimentos | 147 323,39 | | | | | | 34 978,40 | 112 344,99 |
| Estado e outros entes públicos | 1 614 643,96 | | | 236 385,19 | | | | 1 851 029,15 |
| Outras contas a pagar | 27 312 577,23 | | | 3 406 460,61 | | | | 30 719 037,84 |
| Cauções | 2 994 178,20 | | | 1 982 229,85 | | | | 4 976 408,05 |
| Outros credores | 24 318 399,03 | | | 1 424 230,76 | | | | 25 742 629,79 |
| | 65 071 731,07 | 0,00 | 0,00 | 7 520 449,14 | 0,00 | 0,00 | 3 797 942,52 | 68 794 237,69 |

No passivo não corrente, a rubrica de outras contas a pagar diz respeito aos valores dos adiantamentos por conta de vendas e do passivo resultante do contrato de concessão com a E-REDES, S.A., aí registados, cuja exigibilidade considera-se ser superior a um ano.

No passivo corrente, a rubrica dos financiamentos obtidos está relacionada com o empréstimo bancário descrito na nota 7, e a rubrica das outras contas a pagar dizem respeito na sua maioria aos acréscimos das remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos.

18.4 – Quantia escriturada de outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, estavam assim escriturados os outros investimentos financeiros:

| Rubricas | Fração do capital detido à data do relato | Quantia escriturada inicial | Aumentos | | | | Diminuições | | | | Quantia escriturada final |
|--|---|-----------------------------|----------|-----------------------|------------------------------------|--------|-------------|-----------------------|-----------------------|--------|---------------------------|
| | | | Compras | Ganhos de justo valor | Reversões de perdas por imparidade | Outros | Alienações | Perdas de justo valor | Perdas por imparidade | Outros | |
| Participações de capital - ao custo | | | | | | | | | | | |
| FAM - Fundo de Apoio Municipal | 4.317.111 u.p. | 4 317 111,00 | | | | | | | | | 4 317 111,00 |
| Fundação Casa da Música | Dotação | 200 000,00 | | | | | | | | | 200 000,00 |
| Fundação da Juventude | Dotação | 24 939,90 | | | | | | | | | 24 939,90 |
| Fundação Portugal África | Dotação | 299 278,74 | | | | | | | | | 299 278,74 |
| Fundação de Serraives | Dotação | 49 879,79 | | | | | | | | | 49 879,79 |
| Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial | 2.366 u.p. | 11 830,00 | | | | | | | | | 11 830,00 |
| Águas Douro e Paiva, S.A. | 2.781.220 ações | 2 781 220,00 | | | | | | | | | 2 781 220,00 |
| Sociedade Metro do Porto, S.A | 1 ação | | | | | | | | | | 0,00 |
| Boavista Futebol Clube, Futebol SAD | 49.870 ações | | | | | | | | | | 0,00 |
| Futebol Clube Porto, Futebol SAD | 49.550 ações | 39 640,00 | | | 3 964,00 | | | | | | 43 604,00 |
| | 0,00 | 7 723 899,43 | 0,00 | 0,00 | 3 964,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 7 727 863,43 |

Nota 19 - Benefícios dos empregados

19.1 – Benefícios definidos

19.1.1 - Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são benefícios dos empregados (que não sejam benefícios de cessação de emprego) que se vencem dentro de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço. Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência. Por norma, este tipo de benefícios é geralmente linear porque não são necessários pressupostos atuariais para mensurar a obrigação ou o custo e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

19.1.2 – Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados (que não sejam benefícios de cessação de emprego) que sejam pagáveis após o término do emprego. Os benefícios pós-emprego incluem pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida e cuidados médicos pós-emprego.

Para que as obrigações e o gasto possam ser mensurados são necessários pressupostos atuariais, existindo ainda uma possibilidade de obter ganhos e perdas atuariais. Acresce ainda que estas obrigações são mensuradas numa base descontada porque podem ser liquidadas muitos anos após os empregados prestarem o respetivo serviço.

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior, foi realizado um novo estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2022 por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo, deste modo, a atualização da provisão que reflete o valor atuarial das responsabilidades.

| Descrição | Un.:euros | |
|---|---------------------|---------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Pensionistas: | 4 138 171,80 | 5 521 488,33 |
| Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99 | 943 365,56 | 1 280 826,90 |
| Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência | 77 540,13 | 116 275,08 |
| Responsabilidade atuarial com pensionistas | 3 117 266,11 | 4 124 386,35 |
| Ativos: | 266 785,23 | 357 122,09 |
| Valor atual das quotas em dívida | 266 785,23 | 357 122,09 |
| | 4 404 957,03 | 5 878 610,42 |

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

| Estatísticas da População de Ativos | Número Total | Idade | | | Quota Média em Dívida (€) | Quota em Dívida (€) |
|-------------------------------------|--------------|-----------|--------------|-----------|---------------------------|---------------------|
| | | Mínima | Média | Máxima | | |
| Total Ativos: | 557 | 54 | 61,42 | 70 | 538,07 | 299 705,92 |
| Idade menor a 66 anos | 500 | 54 | 60,76 | 65 | 512,53 | 256 266,69 |
| Idade maior ou igual a 66 anos | 57 | 66 | 67,30 | 70 | 762,09 | 43 439,23 |

| Estatísticas da População de Pensionistas | Número Total | Idade | | | Pensão Média Anual (€) | Total Pensões Anual (€) |
|---|--------------|-----------|--------------|------------|------------------------|-------------------------|
| | | Mínima | Média | Máxima | | |
| Total Pensionistas: | 109 | 41 | 79,36 | 102 | 6 188,82 | 674 581,60 |
| Pensionistas DL n.º 503/99 | 38 | 41 | 63,26 | 73 | 1 445,62 | 54 933,48 |
| Pensionistas Sobrevivência | 1 | 45 | 45,00 | 45 | 3 242,54 | 3 242,54 |
| Pensionistas | 70 | 64 | 88,59 | 102 | 8 805,79 | 616 405,58 |

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento.

| Descrição | Cenário Financiamento |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Tabelas: | |
| Tabelas de Mortalidade Ativos | GRF95_90 100,00% |
| Tabelas de Mortalidade Pensionistas | TV88_90 100,00% |
| Taxas: | |
| Taxa de Desconto Ativos | 2,80% |
| Taxa de Desconto Pensionistas | 3,00% |
| Taxa de Crescimento das Pensões | 0,50% |
| Dados Gerais: | |
| Idade Normal da Reforma | 66 |
| Percentagem de Casados (*) | 85,00% |
| Percentagem de Reversibilidade | 60,00% |
| Idade do Cônjuge | Mulher 3 anos mais nova |
| Número de Pagamentos do Benefício | 14 |

(*) Percentagem estimada

Relativamente à avaliação atuarial a 31/12/2021 foram atualizados os seguintes pressupostos:

- A taxa de desconto dos ativos passou de 0,50% para 2,80%;
- taxa de desconto dos pensionistas passou de 0,85% para 3,00%.

As taxas de desconto utilizadas encontram-se no intervalo das taxas recomendadas para passivos com durações semelhantes, tendo-se optado, neste quadro, por uma duração de 7,8 e 5,0, para pensionistas e ativos, respetivamente.

Em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que confluíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2022:

Un.:euros

| Provisões para Riscos e Encargos | 2022 | 2021 |
|--|----------------------|---------------------|
| Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro | 5 878 610,42 | 6 429 393,39 |
| Pensionistas | 5 521 488,33 | 6 055 328,48 |
| Ativos | 357 122,09 | 374 064,91 |
| Ajustamentos do exercício | -1 473 653,39 | -550 782,97 |
| Pagamento de pensões | -804 021,92 | -814 264,85 |
| Atualização da estimativa associada aos custos com pensões | -669 631,47 | 263 481,88 |
| Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro | 4 404 957,03 | 5 878 610,42 |

Neste seguimento, e procurando dar resposta às exigências da NCP 19 - Benefícios dos Empregados e no que diz respeito aos benefícios pós emprego, procedemos à seguinte reconciliação do saldo inicial e o saldo final do valor presente da obrigação (sem fundo afeto):

Un.:euros

| Responsabilidades com pensões | Ativos | Pensionistas | Total |
|--|-------------------|---------------------|---------------------|
| Valor presente da obrigação no início do período | 357 122,09 | 5 521 488,33 | 5 878 610,42 |
| Efeitos no período: | | | |
| Custo de juros | 1 756,28 | 43 566,63 | 45 322,91 |
| Ganhos e perdas atuariais | -80 360,97 | -634 878,24 | -715 239,21 |
| Benefícios pagos | -11 732,17 | -792 004,92 | -803 737,09 |
| Valor presente da obrigação no final do período | 266 785,23 | 4 138 171,80 | 4 404 957,03 |

Para o efeito, o quadro apresentado corresponde à evolução das responsabilidades de acordo com as rubricas decorrentes desta norma contabilística.

As perdas atuariais verificadas no exercício, no valor de 266.785,23 euros, são justificados essencialmente por uma mortalidade verificada nos pensionistas, inferior à mortalidade esperada.

Por último, apresenta-se uma relação das quantias reconhecidas como um gasto ou rendimento do período, relativas as plano de contribuição definido:

Un.:euros

| Rubrica | Conta da DR | Valor |
|---------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Custo do serviço corrente | Gastos com pessoal | -803 737,09 |
| Ganhos e perdas atuariais | Provisões (aumentos/reduções) | 715 239,21 |
| | | -88 497,88 |

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

20.1 – Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2022, as participações financeiras cujas entidades eram controladas pelo Município, encontravam-se escrituradas do seguinte modo:

Un.:euros

| Designação | Sede | % Controlo | | Valor |
|---|---|------------|----------|---------------|
| | | Direto | Indireto | |
| GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M. | Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5 4149-008 Porto | 100,00% | 0,00% | 500 000,00 |
| Domus Social, E.M. | Rua do Monte dos Burgos, 12 4250-309 Porto | 100,00% | 0,00% | 500 000,00 |
| Águas e Energia do Município do Porto, E.M. | Rua Barão de Nova Sintra, 285 4300-367 Porto | 100,00% | 0,00% | 80 000 000,00 |
| Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M | Rua Bartolomeu Velho, 648 4150-124 Porto | 100,00% | 0,00% | 2 200 000,00 |
| Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M. | Rua Eng. Ferreira Dias, 251 - 2º Piso 4100- 247 Porto | 100,00% | 0,00% | 3 265 566,00 |
| Porto Vivo, SRU, E.M. | Rua Mouzinho da Silveira, 212 4050 - 417 Porto | 100,00% | 0,00% | 4 786 208,52 |
| Associação Porto Digital | Largo do Dr. Tito Fontes, 15 4000-538 Porto | 80,04% | 0,00% | 1 885 000,00 |
| Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M | Avenida Fernão de Magalhães, 1862 4350-158 Porto | 53,69% | 0,00% | 73 867 606,70 |

20.2 – Transações entre partes relacionadas

Un.:euros

| Entidade relacionada (1) | Natureza do relacionamento (2) | Transação (3) | | | | | | | | | | Saldo no fim do período (4) | | Termos e condições (5) | | | | | |
|---|--------------------------------|-----------------------|--------|--|-------|--------------------|--------|---------------------------|--------|-----------------------|--------|---------------------------------------|---------|------------------------|------------------------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | | Prestação de serviços | % | Transferências obtidas e rendimentos de ativos | % | Outros rendimentos | % | Aquisição de ativos fixos | % | Aquisição de serviços | % | Transferências e subsídios concedidos | % | | Investimento em ativos financeiros | % | Outros gastos | % | Ativo |
| GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M. | Entidades controlada | 63 496,92 | 0,15% | 0,00 | 0,00% | 223 427,31 | 0,51% | 39 021 093,07 | 89,13% | 253 287,52 | 0,59% | 4 218 152,31 | 9,64% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 34 109,87 | 875,22 |
| Domus Social, E.M. | Entidades controlada | 756 868,41 | 3,54% | 70 873,89 | 0,33% | 333 009,84 | 1,56% | 16 535 039,73 | 77,36% | 713 423,29 | 3,34% | 2 903 000,00 | 13,58% | 0,00 | 0,00% | 60 687,51 | 0,00% | 38 671,04 | 42 134,15 |
| Águas e Energia do Município do Porto, E.M. | Entidades controlada | 281 563,01 | 7,04% | 1 511,52 | 0,04% | 350 542,80 | 8,77% | 383 280,40 | 9,58% | 1 228 050,45 | 30,71% | 1 753 980,00 | 43,86% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 15 033,15 | 0,00 |
| Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M | Entidades controlada | 49 379,60 | 0,25% | 0,00 | 0,00% | 2 264 147,78 | 11,28% | 0,00 | 0,00% | 5 621 111,21 | 27,99% | 12 145 513,72 | 60,49% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 1 159 637,27 | 46 086,91 |
| Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M. | Entidades controlada | 105 933,24 | 1,28% | 0,00 | 0,00% | 14 029,86 | 0,17% | 0,00 | 0,00% | 69 378,89 | 0,84% | 8 082 869,69 | 97,71% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 64 385,65 | 0,00 |
| Porto Vivo, SRU, E.M. | Entidades controlada | 456 954,73 | 15,70% | 0,00 | 0,00% | 176,72 | 0,01% | 259 163,27 | 8,91% | 157 256,15 | 5,40% | 2 036 518,21 | 69,98% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 49 518,04 | 0,00 |
| STCP | Entidades controlada | 13 796,33 | 0,08% | 0,00 | 0,00% | 43 717,80 | 0,24% | 0,00 | 0,00% | 140 318,00 | 0,78% | 13 089 031,20 | 73,09% | 0,00 | 0,00% | 4 620 264,27 | 0,00% | 48 386,54 | 118 583,78 |
| Associação Porto Digital | Entidades controlada | 46 291,67 | 1,39% | 0,00 | 0,00% | 9 657,79 | 0,29% | 830 755,35 | 27,88% | 2 321 621,88 | 69,54% | 30 000,00 | 0,90% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 11 011,02 | 0,00 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb | Associada | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 483 300,00 | 100,00% | 0,00 | 100,00% | 0,00 | 4 980 228,39 |
| AdEPorto - Agência de Energia do Porto | Associada | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 59 040,00 | 46,53% | 67 851,00 | 53,47% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 |
| Mercado Abastecedor do Porto, S.A. | Associada | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 198,37 | 14,15% | 0,00 | 0,00% | 1 203,60 | 85,85% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 |
| Lipor-Serviço | Associada | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 |
| Intermunicipalizado de Gestão Resíduos Grande Porto | Pessoal Chave da Gestão | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 1 969 854,10 | 100,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00 |
| | | 1 774 283,91 | | 72 385,41 | | 3 238 908,27 | | 57 129 331,82 | | 10 564 690,99 | | 46 286 770,23 | | 483 300,00 | | 4 689 957,78 | | 1 420 752,68 | 5 187 918,45 |

A rubrica de gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos apresenta um aumento no montante de 4.620.264,27 euros, resultante da especialização do gasto associado à cobertura dos prejuízos operacionais de 2022 da empresa STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A, efetuada de acordo com o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

20.3 – Pessoas chave da gestão

Em 31 dezembro de 2022, as remunerações das pessoas chave na gestão eram as seguintes:

Un.: euros

| Cargo | Órgão de Gestão | Número de pessoas | Remuneração | Outras remunerações e compensações | Empréstimos | Benefícios diretos e indiretos | OBS |
|------------|-----------------|-------------------|--------------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|--|
| Presidente | Executivo | 1 | 48 417,60 € | 24 758,00 € | | | Em Outras remunerações foram considerados valores respeitantes a: Ajudas de Custo; Despesas de Representação; Subsídio de Refeição; Subsídio de Férias e de Natal. |
| Vereadores | Executivo | 7 | 223 904,50 € | 96 110,28 € | | | Vereadores com Pelouro a Tempo inteiro - Em Outras remunerações foram considerados valores respeitantes a: Ajudas de Custo; Despesas de Representação; Subsídio de Refeição; Subsídio de Férias e de Natal. |
| Vereadores | Executivo | 19 | 0,00 € | 19 868,84 € | | | Vereadores sem Pelouro - Valores de senhas de presença em reuniões |

Nota 21 - Relato por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos.

Numa perspetiva de demonstrações financeiras individuais, o Município identifica um único segmento, motivo pelo qual não apresenta neste documento o relato por segmentos. Efetuando a análise das atividades consolidadas do Município, poderão vir a ser identificados mais do que um segmento de atividades, pelo que se aplicável, o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas poderá incluir o relato por segmentos e a informação preconizada pela NCP 25 (Relato por Segmentos), para cada conjunto de atividades desenvolvidas pelo conjunto das entidades consolidantes que integram o perímetro de consolidação do Município do Porto.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Em 31 de dezembro de 2022, o Município detinha as seguintes participações financeiras:

Un.:euros

| Entidades / Fundos | | | Participação no final do exercício a 31/12/2022 | | | | Observ. |
|--|----------------------|-------------|---|---------------------------|----------------------------|--------------------------|---------|
| Denominação | Natureza da entidade | NIPC | % | Valor Custo Aquisição (1) | Imparidades Acumuladas (2) | Valor Contabilístico (3) | |
| Empresa Municipal de Gestão de Obras do Porto - GO Porto, E.M. | EM | 505 037 238 | 100,00% | 500 000,00 | | 500 000,00 | a) |
| CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Manutenção Município do Porto, E.M. | EM | 505 037 700 | 100,00% | 500 000,00 | | 500 000,00 | a) |
| CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M. | EM | 507 718 666 | 100,00% | 80 000 000,00 | | 80 000 000,00 | a) |
| Ágora - Cultura e Desporto do Porto E.M. | EM | 507 718 640 | 100,00% | 2 200 000,00 | | 2 200 000,00 | a) |
| Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM | EM | 514 280 956 | 100,00% | 3 265 566,00 | | 3 265 566,00 | a) |
| Porto Vivo, SRU - Soc. Reabilitação Urbana Baixa Portuense, E.M. | SA | 506 866 432 | 100,00% | 4 786 208,52 | | 4 786 208,52 | a) |
| Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. | SA | 500 246 467 | 53,69% | 73 867 606,70 | | 73 867 606,70 | a) |
| Boavista Futebol Clube, Futebol SAD | SA | 505 111 780 | 1,42% | 249 350,00 | 249 350,00 | 0,00 | c) |
| Futebol Clube Porto, Futebol SAD | SA | 504 076 574 | 0,22% | 247 154,00 | 203 550,00 | 43 604,00 | c) |
| Mercado Abastecedor do Porto, S.A. | SA | 501 958 630 | 25,50% | 1 147 500,00 | | 1 147 500,00 | b) |
| Metro do Porto, S.A | SA | 503 278 602 | 0,00% | 5,00 | 5,00 | 0,00 | c) |
| Águas Douro e Paiva, S.A. | SA | 514 310 774 | 13,31% | 2 781 220,00 | | 2 781 220,00 | c) |
| Adeporto - Agência de Energia do Porto | ASU | 507 886 550 | 34,58% | 70 625,00 | | 70 625,00 | b) |
| Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial | NS | 501 814 957 | 0,65% | 11 830,00 | | 11 830,00 | c) |
| Associação Porto Digital | ASU | 506 838 730 | 80,04% | 1 885 000,00 | | 1 885 000,00 | a) |
| Fundação Casa da Música | FSU | 507 636 295 | 3,10% | 200 000,00 | | 200 000,00 | c) |
| Fundação da Juventude | FSU | 502 263 342 | 1,38% | 24 939,90 | | 24 939,90 | c) |
| Fundação Portugal África | FSU | 503 530 409 | 2,63% | 299 278,74 | | 299 278,74 | c) |
| Fundação de Serralves | FSU | 502 266 643 | 0,30% | 49 879,79 | | 49 879,79 | c) |
| Fundo Investimento Imobiliário Invesurb | FI | 720 011 914 | 21,48% | 2 053 247,00 | 273 908,71 | 1 779 338,29 | b) |
| Fundo de Apoio Municipal (FAM) | Fundo | 513 319 182 | 1,03% | 4 317 111,00 | | 4 317 111,00 | c) |
| | | | | 178 456 521,65 | 726 813,71 | 177 729 707,94 | |

a) entidade controlada e consolidada

b) Interesses em outras entidades - Interesses em acordos conjuntos e associadas

c) outras participações

22.1 – Divulgação de interesses em outras entidades

a) Interesses em entidades controladas consolidadas:

Un.:euros

| Designação Social | Tipologia | % Participação | Valor |
|--|-------------------------|----------------|-----------------------|
| Empresa Municipal de Gestão de Obras do Porto - GO Porto, E.M. | Empresa Municipal | 100% | 500 000,00 |
| CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Manutenção Município do Porto, E.M. | Empresa Municipal | 100% | 500 000,00 |
| CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M. | Empresa Municipal | 100% | 80 000 000,00 |
| Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M. | Empresa Municipal | 100% | 3 265 566,00 |
| Ágora - Cultura e Desporto do Porto E.M. | Empresa Municipal | 100% | 2 200 000,00 |
| Porto Vivo, SRU - Soc. Reabilitação Urbana Baixa Portuense, E.M. | Empresa Municipal | 100% | 4 786 208,52 |
| Associação Porto Digital | Associação | 80,04% | 1 885 000,00 |
| Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. | Empresa Inter Municipal | 53,69% | 73 867 606,70 |
| | | | 167 004 381,22 |

b) Interesses em outras entidades - Interesses em acordos conjuntos e associadas:

Un.: euros

| Designação | Sede | % Interesses | | | Mensuração do Investimento | |
|--|---|--------------------------------------|--------|------------------|------------------------------------|---------------------|
| | | Propriedade detidos/quota accionista | % | Direitos de voto | Método da equivalência patrimonial | Custo Aquisição |
| Fundo de Investimento Imobiliário Invesurb | Avenida Eng.º Duarte Pacheco, Torre 1, 11º Andar Lisboa | 2 053 247,00 | 21,48% | 1.621 u.p. | | 1 779 338,29 |
| AdEPorto - Agência de Energia do Porto | Rua Gonçalo Cristóvão, 347 Fr.B Est.2, Porto | 70 625,00 | 34,58% | 565 u.p. | | 70 625,00 |
| Mercado Abastecedor do Porto, S.A. | Rua Chaves de Oliveira, 181, Porto | 1 147 500,00 | 25,50% | 510.000 ações | | 1 147 500,00 |
| | | | | | | 2 997 463,29 |

O Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (INVESURB ou Fundo) é um fundo de distribuição, constituído em 15 de Novembro de 2010 por um período inicial de 10 anos, prorrogável por períodos adicionais de 5 anos. O Fundo é gerido pela Fund Box- Sociedade Gestora de Organismos de Investimentos Coletivos S.A., a mesma assumiu a gestão em 31 de janeiro de 2019, que até então pertencia à Gesfimo- Espírito Santo, Irmãos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

O Município do Porto detém uma participação de 21,48%.

c) Interesses em outras entidades não consolidadas:

Un.: euros

| Designação | Sede | % Interesses | | |
|--|--|---------------------|--------|------------------|
| | | Propriedade detidos | % | Direitos de voto |
| FAM - Fundo de Apoio Municipal | Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/C, Lisboa | 4 317 111,00 | 1,03% | 4.317.111 u.p. |
| Fundação Casa da Música | Avenida da Boavista, 604-610, Porto | 200 000,00 | 3,10% | dotação |
| Fundação da Juventude | Palácio das artes - Largo de S.Domingos, n.º19, Porto | 24 939,90 | 1,38% | dotação |
| Fundação Portugal África | Rua de Serralves, n.º 191, Porto | 299 278,74 | 2,63% | dotação |
| Fundação de Serralves | Quinta de Serralves, Porto | 49 879,79 | 0,30% | dotação |
| Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial | Rua Dr. Roberto Frias, n.º400, Porto | 11 830,00 | 0,65% | 2.366 u.p. |
| Águas Douro e Paiva, S.A. | Rua de Vilar, n.º235 - 5.ºandar, Porto | 2 781 220,00 | 13,31% | 2.781.220 ações |
| Sociedade Metro do Porto, S.A | Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 7.º, Porto | 5,00 | 0,00% | 1 ação |
| Boavista Futebol Clube, Futebol SAD | Rua O Primeiro de janeiro - Estádio do Bessa Século XXI, Porto | 249 350,00 | 1,42% | 49.870 ações |
| Futebol Clube Porto, Futebol SAD | Via Futebol Clube do Porto, Entrada Nascente, Porta 15, Piso 3, Po | 247 154,00 | 0,22% | 49.550 ações |

A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com esta Lei, o Município do Porto estava obrigado a contribuir para este fundo com 6.715.507 euros. Com a entrada em vigor da Lei

do Orçamento do Estado para 2018, procedeu-se à alteração do artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, e à diminuição do montante a subscrever por cada Município, resultando numa diminuição de 2.398.396 euros para o Município do Porto.

Nota 23 - Transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de transferências e subsídios não reembolsáveis tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|--|-----------------|-------------------|-----------------|------------------|
| | A receber | A pagar | A receber | A pagar |
| Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis: | | | | |
| Estado | 3 720,00 | | 0,00 | |
| Fundos Comunitários | 0,00 | | 2 500,00 | |
| Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos: | | | | |
| Administração Local | | 118 583,78 | | 0,00 |
| Outros | | 54 256,65 | | 23 790,64 |
| | 3 720,00 | 177 361,43 | 2 500,00 | 23 790,64 |

Nota 24 - Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|-----------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------------|--|-----------------------|--------------------------|-------------------------------|--|
| | Conta Corrente (1) | Cobrança Duvidosa (2) | Imparidades acumuladas (3) | Valor Recuperável Líquido (4)=(1)+(2)-(3) | Conta Corrente (5) | Cobrança Duvidosa (6) | Imparidades acumuladas (7) | Valor Recuperável Líquido (8)=(5)+(6)-(7) |
| Ativo corrente | | | | | | | | |
| Clientes c/c | 401 453,09 | 16 553,40 | 0,00 | 418 006,49 | 13,05 | 0,00 | 0,00 | 13,05 |
| Contribuintes | 942 130,74 | 3 177 141,56 | 3 043 834,07 | 1 075 438,23 | 510 428,85 | 3 129 313,46 | 3 004 137,00 | 635 605,31 |
| Utentes | 12 791 531,74 | 11 588 000,71 | 10 368 145,29 | 14 011 387,16 | 8 834 646,88 | 11 572 947,05 | 10 703 402,81 | 9 704 191,12 |
| | 14 135 115,57 | 14 781 695,67 | 13 411 979,36 | 15 504 831,88 | 9 345 088,78 | 14 702 260,51 | 13 707 539,81 | 10 339 809,48 |

No quadro anterior, os valores em “Cobrança duvidosa” e em “Imparidades acumuladas” são divergentes. Como cobrança duvidosa, foi considerada a totalidade do valor dos débitos em dívida há mais de 90 dias decorridos da data de emissão da fatura. Por sua vez, como imparidade, foi determinada pela aplicação das percentagens de incobrabilidade nos termos já referidos na Nota 18.

O aumento significativo do valor recuperável líquido em 2022 face ao valor registado no final do ano de 2021 está associado ao aumento da receita proveniente Infraestruturas urbanísticas. O tipo de taxas cobradas apresenta normalmente um prazo de pagamentos mais prolongado, sendo que a maior parte das faturas emitidas ainda não se encontravam vencidas.

Nota 25 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | | | | 31-12-2021 | | | |
|---|-----------------------|--------------------------|-------------------------------|--|-----------------------|--------------------------|-------------------------------|--|
| | Conta Corrente (1) | Cobrança Duvidosa (2) | Imparidades acumuladas (3) | Valor Recuperável Líquido (4)=(1)+(2)-(3) | Conta Corrente (5) | Cobrança Duvidosa (6) | Imparidades acumuladas (7) | Valor Recuperável Líquido (8)=(5)+(6)-(7) |
| Ativo não corrente | | | | | | | | |
| Outros devedores - Emp.Municipais | | | | | | | | |
| Empresas Municipais | 802 574,73 | | 802 574,73 | 0,00 | 813 983,69 | | 802 574,73 | 11 408,96 |
| Adiantamentos a Fornecedores de investimentos | 3 700 000,00 | | 0,00 | 3 700 000,00 | 5 521 732,49 | | 0,00 | 5 521 732,49 |
| | 4 502 574,73 | 0,00 | 802 574,73 | 3 700 000,00 | 6 335 716,18 | 0,00 | 802 574,73 | 5 533 141,45 |
| Ativo corrente | | | | | | | | |
| Adiantamentos a fornecedores de investimentos | 0,00 | | | 0,00 | 406 809,19 | | | 406 809,19 |
| Devedores por acréscimos (periodização económica) | | | | | | | | |
| Impostos e taxas imputados ao período | 106 726 734,64 | | | 106 726 734,64 | 104 582 839,43 | | | 104 582 839,43 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 11 811 298,86 | | | 11 811 298,86 | 4 741 828,90 | | | 4 741 828,90 |
| Cauções | 52 780,41 | | | 52 780,41 | 45 038,41 | | | 45 038,41 |
| Outros devedores | 1 042 086,49 | 79 631,72 | 75 676,70 | 1 046 041,51 | 392 242,56 | 97 817,80 | 91 193,00 | 398 867,36 |
| | 119 632 900,40 | 79 631,72 | 75 676,70 | 119 636 855,42 | 110 168 758,49 | 97 817,80 | 91 193,00 | 110 175 383,29 |
| | | | | | | | | |
| | 124 135 475,13 | 79 631,72 | 878 251,43 | 123 336 855,42 | 116 504 474,67 | 97 817,80 | 893 767,73 | 115 708 524,74 |

A rubrica de Impostos e taxas imputados ao período inclui os montantes que foram especializados durante o ano de 2022, e cujo rendimento será reconhecido em exercícios futuros. Neste particular, foram especializados os seguintes impostos:

- i) o IMI conforme o valor constante da informação disponível no portal das finanças, no montante de 43.857.614,17 euros;

- ii) a derrama de acordo com a média da cobrança dos últimos 24 meses para 2022, no montante de 21.032.767,56 euros;
- iii) a participação fixa de IRS conforme os valores previstos no orçamento de estado, no montante de 27.733.872,00 euros;
- iv) a participação dos municípios na receita do IVA conforme os valores previstos no orçamento de estado de 2022, no montante de 5.213.205,40 euros;
- v) o IMT e o Imposto Único de Circulação (IUC), recebidos em 2022, mas cujo rendimento diz respeito ao ano de 2021, no montante de 8.441.608,67 euros e 447.666,84 euros, respetivamente.

De salientar que o valor apresentado em devedores por acréscimo de rendimentos, sofre um aumento justificado pela devolução prevista de obrigações pagas às empresas municipais Ágora, EM e STCP, EM, SA, no âmbito dos contratos-programa, contratos de prestação de serviços e obrigações de serviço público, respetivamente.

Nota 26 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | | 31-12-2021 | |
|---|------------|--------------|------------|--------------|
| | A receber | A pagar | A receber | A pagar |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | | 637 545,36 | | 568 616,68 |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 0,00 | 653 508,01 | 22 915,83 | 836 005,87 |
| Outros impostos | | 112,04 | | 76,35 |
| Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde | | 549 832,71 | | 147 426,48 |
| Outras tributações | | 10 031,03 | 0,00 | 62 518,58 |
| | 0,00 | 1 851 029,15 | 22 915,83 | 1 614 643,96 |

Nota 27 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos ativos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Varição 21-22 | % |
|-----------------------------|------------|------------|---------------|----------|
| Diferimentos ativos: | | | | |
| Ativo não corrente | | | | |
| Contratos de arrendamento | 161 915,07 | 333 002,09 | -171 087,02 | -51,38% |
| Seguros | 133 281,37 | 70 867,45 | 62 413,92 | 88,07% |
| Outros Custos Diferidos | 0,00 | 10 513,61 | -10 513,61 | -100,00% |
| | 295 196,44 | 414 383,15 | -119 186,71 | -28,76% |

Nesta rubrica foram registados todas as transferências, subsídios e gastos, cujo reconhecimento só deverá ocorrer em exercícios futuros, como são o caso dos contratos de arrendamento e seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos passivos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Variação 21-22 | % |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Diferimentos passivos: | | | | |
| Passivo não corrente | | | | |
| Acordos de concessão de serviços | | | | |
| Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos | 4 240 405,97 | 5 258 275,47 | -1 017 869,50 | -19,36% |
| Distribuição de energia elétrica em baixa tensão em concessão | 17 317 181,34 | 16 137 176,57 | 1 180 004,77 | 7,31% |
| Obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota | 9 988 798,65 | 10 613 098,57 | -624 299,92 | -5,88% |
| | 31 546 385,96 | 32 008 550,61 | -462 164,65 | -1,44% |
| Passivo corrente | | | | |
| Acordos de concessão de serviços | | | | |
| Concessão e gestão de lugares de estacionamento públicos | 1 017 869,50 | 1 778 274,70 | -760 405,20 | -42,76% |
| Distribuição de energia elétrica em baixa tensão em concessão | 2 988 524,74 | 2 988 524,74 | 0,00 | 0,00% |
| Obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota | 624 299,92 | 624 299,92 | 0,00 | 0,00% |
| Outros rendimentos a reconhecer | 237 385,40 | 237 385,40 | 0,00 | 0,00% |
| | 4 868 079,56 | 5 628 484,76 | -760 405,20 | -13,51% |
| | 36 414 465,52 | 37 637 035,37 | -1 222 569,85 | -3,25% |

Para além dos valores inscritos nesta rubrica associados aos contratos de concessão de serviços referidos na Nota 4, e às obras de reabilitação do Super Bock Arena/Pavilhão Rosa Mota descritas na Nota 8, e cujo rendimento só será reconhecido em exercícios futuros, acresce ainda um outro rendimento a reconhecer, inscrito no âmbito de um contrato de urbanização do Polo da Aspréla.

Nota 28 – Património Líquido

Conforme consta do mapa da Demonstração das alterações no património líquido, as variações, em 2022, nesta rubrica do balanço, justificam-se do seguinte modo:

28.1 - Reservas

O aumento nesta rubrica de 1 308 031,67 euros diz respeito à incorporação do resultado líquido de 2021 aprovado em assembleia municipal, conforme proposta apresentada pelo executivo, e

mantendo a boa pratica apontada pelo ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual refere a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

28.2 - Resultados transitados

O movimento ocorrido em 2022 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, no valor de 24.852.601,80 euros. Para além deste movimento, os resultados transitados sofreram um aumento no total de 15.658.000,00 euros relacionados com o registo do valor de mercado do terreno associado ao Quartel Monte Pedral.

28.3 - Ajustamentos em ativos financeiros

Em 2022, não existiu qualquer variação na rubrica de ajustamentos em ativos financeiros.

28.4 - Outras variações no património líquido

Nesta rubrica, o saldo a 31 de dezembro de 2022, no total de 310.760.021,30 euros, justifica-se da seguinte forma:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2021 (1) | Aumentos | | | | | Diminuições | 30-12-2022 Σ |
|--|-----------------------|----------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|--|-----------------------|
| | | Ajustamentos de transição (2) | Donativos em numerário (3) | Donativos em espécie (4) | Transferências Gratuitas (5) | Subsídios de capital (6) | Reconhecimento de rendimentos com subsídios (7) | |
| Outras variações no património líquido | | | | | | | | |
| Transferências e subsídios de capital | | | | | | | | |
| Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables | 141 447 432,11 | | | | | 4 152 389,70 | -7 416 501,90 | 138 183 319,91 |
| Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables | 666 096,99 | | | | | | | 666 096,99 |
| Outras transferências e subsídios de capital | 142 023,00 | | | | | | | 142 023,00 |
| Doações e transferências | | | | | | | | |
| Doações obtidas | 18 656 678,43 | | | | 2 739,55 | | | 18 659 417,98 |
| Transferências de ativos | | | | | | | | |
| Obtidas | 153 109 163,42 | | | | | | | 153 109 163,42 |
| Concedidas | 0,00 | | | | | | | 0,00 |
| | 314 021 393,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 739,55 | 4 152 389,70 | -7 416 501,90 | 310 760 021,30 |

Conforme o discriminado, verificaram-se os seguintes aumentos na rubrica de «Outras variações no património líquido»: o montante de 4.155.129,25 euros, relativo ao valor dos subsídios ao investimento, recebidos em 2022, no total de 4.152.389,70 euros; e de diversos donativos obtidos no montante de 2.739,55 euros. Por sua vez, esta rubrica sofreu uma redução no montante de 7.416.501,90 euros, relacionada com a especialização dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento aqui registados.

No que respeita aos subsídios ao investimento para a aquisição de ativos, em termos comparativos, estes apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Un.:euros

| Rubrica | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|-------------------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|
| | Ativos depreciables | Ativos não depreciables | Ativos depreciables | Ativos não depreciables |
| Saldo inicial | 141 447 432,11 | 666 096,99 | 126 725 764,34 | 666 096,99 |
| Subsídios recebidos | 4 152 389,70 | | 24 365 432,51 | 0,00 |
| Imputação de subsídios a resultados | -7 416 501,90 | | -9 643 764,74 | |
| Saldo final | 138 183 319,91 | 666 096,99 | 141 447 432,11 | 666 096,99 |

O detalhe dos movimentos anteriores relacionados com os subsídios ao investimento encontram-se detalhados no Anexo IV às presentes demonstrações financeiras.

Nota 29 – Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Fornecedores tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Varição 21-22 | % |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Passivo corrente | | | | |
| Fornecedores | 1 039 749,61 | 576 633,30 | 463 116,31 | 80,31% |
| Fornecedores de investimentos | 112 344,99 | 147 323,39 | -34 978,40 | -23,74% |
| | 1 152 094,60 | 723 956,69 | 428 137,91 | 59,14% |

Nota 30 - Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Varição 21-22 | % |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|----------------|
| Passivo corrente | | | | |
| Adiantamentos por conta de vendas | 579 997,43 | 874 206,13 | -294 208,70 | -33,65% |
| | 579 997,43 | 874 206,13 | -294 208,70 | -33,65% |

Nota 31 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

Un.: euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Varição 21-22 | % |
|--|----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| Passivo não corrente | | | | |
| Outros credores | | | | |
| Adiantamentos por conta de vendas | 4 980 228,39 | 4 750 436,01 | 229 792,38 | 4,84% |
| Credores de Contratos de Concessão | 14 286 006,00 | 13 025 292,00 | 1 260 714,00 | 9,68% |
| | 19 266 234,39 | 17 775 728,01 | 1 490 506,38 | 8,39% |
| Passivo corrente | | | | |
| Credores por acréscimos de gastos | | | | |
| Remunerações a Liquidar | 11 873 447,33 | 9 856 696,59 | 2 016 750,74 | 20,46% |
| Juros a liquidar e outros gastos financeiros | 74 144,78 | 26 969,89 | 47 174,89 | 174,92% |
| Outros acréscimos de gastos | 13 615 659,14 | 13 470 304,29 | 145 354,85 | 1,08% |
| Cauções | 4 976 408,05 | 0,00 | 4 976 408,05 | |
| Outros credores | 179 378,54 | 3 958 606,46 | -3 779 227,92 | -95,47% |
| | 30 719 037,84 | 27 312 577,23 | 3 406 460,61 | 12,47% |
| | | | | |
| | 49 985 272,23 | 45 088 305,24 | 4 896 966,99 | 10,86% |

Na rubrica das outras contas a pagar, passivo não corrente, encontram-se registados os adiantamentos efetuados até 31 de dezembro de 2022 ao Fundo Investimento Imobiliário Invesurb, e ainda o passivo inerente ao contrato de concessão com a E-REDES, S.A.

A Base XXXV do Capítulo VI do Anexo IV do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, estabelece que em troca dos bens revertidos ao concedente, este pagará uma indemnização correspondente ao valor contabilístico dos bens afetos à concessão, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido, incluindo-se nestes o valor dos bens cedidos pelo concedente, tendo como referência o último balanço aprovado.

A extinção da concessão implicará a transmissão para o Município dos bens e meios a ela afetos. De acordo com o n.º 8 da Base XXXVII do já referido DL, “*para os efeitos do cálculo da indemnização prevista na presente base, o valor dos bens que se encontrem anormalmente depreciados ou deteriorados devido a deficiências da concessionária na sua manutenção ou reparação é determinado de acordo com o seu estado de funcionamento efetivo*”. O registo do passivo financeiro reflete a estimativa que tem por base a informação dos registos enviados pelo concessionário, Embora a inscrição do valor em dívida seja um tema que divide opiniões, o Município optou por o

inscrever não representando uma aceitação ou reconhecimento do valor dos ativos para efeitos de “fecho” do contrato de concessão em vigor. Eventuais acertos a favor do Município que poderão ser efetuados têm uma natureza contingente e não são passíveis de ser estimados a esta data, propondo-se, para o efeito, a criação de uma entidade para determinar tais aceitos.

De acordo com o n.º 13 e 15 (modelo do passivo financeiro) da NCP 4, *“a natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a lei do contrato” e “Quando o concedente tiver uma obrigação incondicional de pagar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria de um ativo da concessão de serviços, o concedente deve contabilizar o passivo reconhecido de acordo com o parágrafo 11 como um passivo financeiro”.*

O n.º 16 da NCP 4 esclarece que *“o concedente tem uma obrigação incondicional de pagar dinheiro se tiver garantido pagar ao concessionário:*

(a) Quantias especificadas ou determináveis de dinheiro; ou

(b) A insuficiência, se existir, entre quantias recebidas pelo concessionário dos utilizadores do serviço público e quaisquer quantias especificadas ou determináveis referidas na alínea anterior, mesmo que o pagamento seja contingente do concessionário assegurar que os ativos da concessão de serviços cumpram requisitos de qualidade ou eficiência especificadas.”

A condição (a) é considerada cumprida porquanto a quantia do passivo financeiro é: (i) baseada na lei e contrato; e (b) determinável em função da mesma lei e contrato e dos elementos a que os Municípios têm acesso relativamente ao montante dos investimentos do concessionário e ao seu valor líquido no fim do período de concessão (conhecido e estipulado contratualmente), o qual resulta da mera aplicação das depreciações resultantes das vidas úteis dos ativos.

A Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, nos termos do seu artigo 4º veio estabelecer o lançamento sincronizado dos procedimentos concursais para atribuição de tais concessões. Este processo encontra-se ainda em curso, pelo que atualmente se mantém aplicável o termo do contrato de concessão em vigor.

Por sua vez, no passivo corrente, a rubrica de credores por acréscimos de gastos, apresenta como valores mais significativos, a importância estimada relativa às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2022, no montante de 11.873.447,33 euros, bem como o montante de 13.615.659,14 euros, associado aos restantes gastos reconhecidos no exercício de 2022, mas que só serão liquidados nos anos seguintes.

Nota 32 - Fornecimentos e serviços externos

Em 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Variação 21-22 | % |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Fornecimentos e serviços externos | | | | |
| Subcontratos e parcerias | 5 079 145,25 | 6 963 153,87 | -1 884 008,62 | -27,06% |
| Tratamento de RSU's | 47 626,43 | 270 493,52 | -222 867,09 | -82,39% |
| Sinalização e trânsito | 846 268,81 | 1 025 095,60 | -178 826,79 | -17,44% |
| Iluminação Pública | 664 954,70 | 3 376 645,24 | -2 711 690,54 | -80,31% |
| Transportes escolares | 65 025,39 | 6 897,09 | 58 128,30 | 842,79% |
| Outros transportes | 12 052,20 | 0,00 | 12 052,20 | 100,00% |
| Cantinas escolares - refeições confeccionadas | 3 021 926,43 | 2 030 415,89 | 991 510,54 | 48,83% |
| Manutenção DomusSocial | 40 403,60 | 5 967,04 | 34 436,56 | 577,11% |
| Manutenção GOP | 253 287,52 | 81 330,99 | 171 956,53 | 211,43% |
| Trabalhos Especializados | 127 349,75 | 166 308,50 | -38 958,75 | -23,43% |
| Serviços de fornecimento de água | 250,42 | 0,00 | 250,42 | 100,00% |
| Serviços especializados | 18 708 252,17 | 18 986 110,43 | -277 858,26 | -1,46% |
| Trabalhos especializados | 8 198 637,96 | 8 101 804,35 | 96 833,61 | 1,20% |
| Publicidade, comunicação e imagem | 447 794,18 | 200 357,91 | 247 436,27 | 123,50% |
| Vigilância e segurança | 3 023 052,21 | 3 953 302,21 | -930 250,00 | -23,53% |
| Honorários | 92 786,67 | 141 417,17 | -48 630,50 | -34,39% |
| Comissões- Encargos de cobrança | 3 731 405,38 | 3 006 783,56 | 724 621,82 | 24,10% |
| Conservação e reparação | 3 214 575,77 | 3 582 445,23 | -367 869,46 | -10,27% |
| Materiais de consumo | 1 824 401,66 | 1 313 537,24 | 510 864,42 | 38,89% |
| Energia e fluidos | 3 184 934,83 | 3 477 528,09 | -292 593,26 | -8,41% |
| Deslocações, estadas e transportes | 383 107,34 | 192 960,96 | 190 146,38 | 98,54% |
| Serviços diversos | 19 905 679,82 | 16 794 999,39 | 3 110 680,43 | 18,52% |
| Rendas e alugueres | 3 864 789,30 | 3 831 264,46 | 33 524,84 | 0,88% |
| Comunicação | 578 476,97 | 867 570,71 | -289 093,74 | -33,32% |
| Seguros | 632 332,61 | 736 054,78 | -103 722,17 | -14,09% |
| Outros serviços diversos | 4 488,38 | 84 760,99 | -80 272,61 | -94,70% |
| Contencioso e notariado | 292 517,32 | 99 237,60 | 193 279,72 | 194,76% |
| Despesas de representação dos serviços | 81 414,99 | 39 735,15 | 41 679,84 | 104,89% |
| Limpeza, higiene e conforto | 1 666 532,74 | 1 539 002,04 | 127 530,70 | 8,29% |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 12 785 127,51 | 9 597 373,66 | 3 187 753,85 | 33,21% |
| Serviços desportivos | 0,00 | 31,96 | -31,96 | -100,00% |
| Serviços de Educação | 694 313,99 | 627 167,63 | 67 146,36 | 10,71% |
| Outros | 12 090 813,52 | 8 970 174,07 | 3 120 639,45 | 34,79% |
| | 49 085 521,07 | 47 728 289,98 | 1 357 231,09 | 2,84% |

A rubrica de serviços especializados engloba diversos gastos relacionados com estudos, pareceres e consultadoria jurídica, projetos e serviços informáticos, vigilância e segurança e conservação e manutenção dos equipamentos e infraestruturas afetas à atividade do Município.

Por sua vez, os serviços diversos, dizem respeito na sua maioria a rendas e alugueres de edifícios e veículos automóveis, gastos relacionados com atividades culturais e turísticas e serviços sociais.

Nota 33 - Gastos com pessoal

Em 2022 e 2021, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Variação 21-22 | % |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Gastos com pessoal | | | | |
| Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos | 516 030,07 | 530 334,87 | -14 304,80 | -2,70% |
| Remunerações do pessoal | 69 955 948,31 | 58 701 673,04 | 11 254 275,27 | 19,17% |
| Indemnizações | 140 373,14 | 58 433,23 | 81 939,91 | 140,23% |
| Encargos sobre remunerações | 15 996 776,65 | 13 320 224,54 | 2 676 552,11 | 20,09% |
| Acidentes no trabalho e doenças profissionais | 840 127,98 | 850 640,32 | -10 512,34 | -1,24% |
| Outros gastos com o pessoal | 3 353 857,08 | 3 104 423,61 | 249 433,47 | 8,03% |
| Outros encargos sociais | 3 083 478,99 | 2 831 424,39 | 252 054,60 | 8,90% |
| | 93 886 592,22 | 79 397 154,00 | 14 489 438,22 | 18,25% |

Verifica-se um aumento dos gastos com pessoal, resultante, do acréscimo de trabalhadores que integraram o Município do Porto, cerca de mais de 950 trabalhadores da carreira de assistente técnico e operacional, decorrente da transferência de competências na área da educação para o Município do Porto, ao abrigo do Decreto-Lei nº 21/2019, que assumiu as suas responsabilidades, concretizada a 1 de abril de 2022. Importa, realçar, que decorrente desta transferência de competências foi necessário proceder à revisão da macroestrutura do Município, de forma a dotar os serviços municipais de uma orgânica que dê resposta às novas necessidades nas áreas objeto de transferência.

Nota 34 - Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

Em 2022 e 2021, a rubrica Transferências e subsídios concedidos e de prestações sociais tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Variação 21-22 | % |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------|
| Transferências e subsídios concedidos | | | | |
| Empresas Municipais | 35 843 808,89 | 31 777 364,06 | 4 066 444,83 | 12,80% |
| Juntas de Freguesia | 5 516 705,61 | 4 737 747,56 | 778 958,05 | 16,44% |
| Instituições sem fins lucrativos | 5 772 574,20 | 6 014 824,89 | -242 250,69 | -4,03% |
| Famílias | 67 293,73 | 173 005,60 | -105 711,87 | -61,10% |
| STCP Serviços | 5 426 760,60 | 0,00 | 5 426 760,60 | 100,00% |
| Fundação Casa da Música | 240 000,00 | 240 000,00 | 0,00 | 0,00% |
| LIPOR | 1 938 016,00 | 2 012 386,36 | -74 370,36 | -3,70% |
| Outras transferências e subsídios concedidos | 5 221 146,42 | 3 151 044,12 | 2 070 102,30 | 65,70% |
| | 60 026 305,45 | 48 106 372,59 | 11 919 932,86 | 24,78% |
| Prestações sociais concedidas | | | | |
| Outros setores | 0,00 | 282 596,16 | -282 596,16 | -100,00% |
| | 0,00 | 282 596,16 | -282 596,16 | -100,00% |

Para o aumento das transferências e subsídios concedidos, concorrem entre outros, as verbas transferidas para as empresas municipais no âmbito dos respetivos contratos-programa e as transferências para os STCP,EM, SA e STCP, Serviços, no âmbito do contrato programa para a otimização da gestão conjunta dos equipamentos, infraestruturas e serviços conexos ao sistema urbano de mobilidade e transportes, no montante de 5.426.760,60 euros.

As transferências correntes para as Juntas de Freguesia decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências e no âmbito do orçamento colaborativo.

Nas restantes transferências correntes o aumento é justificado, entre outros, para apoios a ações de interesse cultural e para os agrupamentos escolares no âmbito da descentralização de competências na área da educação.

Nota 35 – Outros Gastos

Em 2022 e 2021, a rubrica de Outros gastos tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Variação 21-22 | % |
|---|---------------------|---------------------|----------------------|----------------|
| Outros Gastos | | | | |
| Impostos e taxas | 3 788,15 | 73 882,37 | -70 094,22 | -94,87% |
| Perdas em inventários | 130 179,98 | 18 779,06 | 111 400,92 | 593,22% |
| Gastos em investimentos não financeiros | 235 206,40 | 355 294,21 | -120 087,81 | -33,80% |
| Outros | 5 252 741,38 | 6 380 807,44 | -1 128 066,06 | -17,68% |
| | 5 621 915,91 | 6 828 763,08 | -1 206 847,17 | -17,67% |

Nota 36 - Juros e gastos similares suportados

Em 2022 e 2021, a rubrica de Juros e gastos similares suportados tinha a seguinte composição:

Un.:euros

| Rubrica | 31-12-2022 | 31-12-2021 | Variação 21-22 | % |
|--------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|----------------|
| Outros Gastos | | | | |
| Juros e encargos suportados | 350 582,97 | 56 315,37 | 294 267,60 | 522,54% |
| Outros gastos de financiamento | 0,00 | 556,00 | -556,00 | -100,00% |
| | 350 582,97 | 56 871,37 | 293 711,60 | 516,45% |

Nota 37 – Outras informações consideradas relevantes

Pandemia COVID - 19

O ano 2022 ainda está associado à situação de emergência de saúde pública causado pela Pandemia COVID-19, nomeadamente no primeiro trimestre do ano, tendo ao longo do tempo entrado numa situação de estabilização, regressando-se ao quotidiano normal.

Apesar das muitas e diferentes medidas extraordinárias de apoio social, económico e cultural lançadas em 2020, incorporadas e reforçadas em 2021, em 2022, e já numa situação de recuperação económica, não foi necessário o Município reforçar medidas extraordinárias significativas neste âmbito, continuando a beneficiar de uma situação financeira equilibrada, alicerçada ao longo dos últimos anos, e superando este desafio com segurança e confiança.

No que concerne à gestão da receita municipal, no ano 2022 destaca-se a continuidade das iniciativas encetadas em consequência da pandemia provocada pela doença COVID-19 e que justificaram a tomada de decisão de um conjunto de medidas, por forma a mitigar os efeitos nefastos no tecido económico e social.

Assim, as deliberações do executivo municipal ocorridas no ano 2022, nomeadamente as que visaram apoiar, por via da isenção do pagamento de taxas, os agentes do tecido económico, comercial e empresarial da Cidade, na qualidade de ocupantes em feiras e mercados e os comerciantes arrendatários de prédios municipais, representaram um valor de cerca de 700 m€ mil euros:

- Isenção do valor das rendas devidas pelos comerciantes arrendatários de prédios municipais, bem como de espaços destinados a armazém, aprovada pela Câmara Municipal em 20/12/2021, no valor de 552,5 m€ mil euros, para o período compreendido entre 01/01/2022 e 30/06/2022.
- Isenção do pagamento de taxas devidas pelos ocupantes em feiras e mercados, aprovada pela Câmara Municipal em 20/12/2021 e 13/06/2022, no valor de 143,7 m€ mil euros, para o período compreendido entre 01/01/2022 e 31/12/2022.

No âmbito da despesa, e em linha com o levantamento das necessidades orçamentais de cada Serviço Responsável que havia sido feito nos dois anos anteriores, de acordo com o plano de atividades em execução, ajustou-se as dotações orçamentais ao desenvolvimento das atividades a executar pelos serviços.

Na continuidade das medidas adotadas anteriormente para a mitigação dos efeitos da pandemia, agora com um impacto menor, aproximadamente de 2,3 milhões de euros na despesa, referem-se:

- A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, bens alimentares, desinfeção, higienização e limpeza, e em aquisição de bens e serviços;
- Testes e rastreios;
- Continuidade da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto, concebida para apoiar associações que se confrontavam com graves dificuldades de tesouraria, para solver os compromissos com as despesas correntes, dada a paragem forçada devido à pandemia;
- Apoio financeiro à Cruz Vermelha Portuguesa para garantir o transporte pré hospitalar e inter-hospitalar na cidade do Porto, no contexto do combate à pandemia Covid-19;
- Apoio concedido às centrais de táxis (Radtáxis Cooperativa dos Rádio Táxis do Porto, CRL e a Táxis Invicta, Central Rádio Táxi do Porto, ACE) para o transporte em táxi de e para os centros de vacinação contra a Covid-19.

| Despesas COVID-19 | | € |
|---|--|---------------------|
| Despesas com Pessoal | | 1 882 305,55 |
| Aquisição de bens e serviços: | | |
| Saúde | | 257 899,27 |
| Apoios Sociais | | 32 004,03 |
| Apoios a instituições / famílias / Outras | | 152 445,94 |
| Total | | 2 324 654,79 |

A adoção das diversas medidas no decorrer desta situação pandémica, marcada por um período de grande de incerteza, não colocou em causa a atividade do município, a concretização dos objetivos estratégicos e a sua capacidade de endividamento, tendo sido só possível face à robustez financeira do Município do Porto, fruto de uma gestão sustentável, rigorosa e equilibrada.

Invasão da Ucrânia pela Rússia

Toda a economia global sofreu efeitos colaterais devido ao aumento dos preços da energia e da alimentação, mantendo-se em 2022, as pressões inflacionistas que já existiam por causa da retoma pós-pandemia por influência das disrupções nas cadeias mundiais de abastecimento.

A incerteza associada à invasão e as sanções aplicadas à Rússia fizeram disparar os preços da energia e das matérias-primas, uma tendência que teve reflexos, por exemplo, nos preços dos alimentos pagos pelos consumidores.

Quer na formação de contratos para a aquisição de bens e serviços, quer na execução de contratos que já haviam sido celebrados, foram percebidos os efeitos da rápida e contínua alteração de preços e de quebras nas cadeias de abastecimento. Não sendo possível quantificar esses efeitos, importa relevar, para a mitigação dos mesmos, a robustez financeira das contas municipais.

Um pouco por todo o País, os portugueses têm arregaçado as mangas para apoiar os refugiados ucranianos que chegam com esperança num futuro melhor. Desde plataformas que ligam pessoas a organizações que podem ajudar, a donativos ou recolha de bens para enviar para a Ucrânia, a multiplicação de iniciativas tem demonstrado que os portugueses são solidários.

O Município do Porto, foi desde o primeiro momento um serviço ativo e empenhado na campanha de apoio ao povo ucraniano. Em articulação com os restantes municípios da “Frente Atlântica” (Vila Nova de Gaia e Matosinhos), lançou em março de 2022, uma campanha denominada “SOMOS TODOS UCRÂNIA” que congregou uma série de medidas integradas, designadamente:

- A criação de um site com uma linha de apoio para centralizar as manifestações de doações de bens, medicamentos e equipamentos com a estrita finalidade da sua utilização nas respostas humanitárias a desenvolver face à situação dos refugiados;
- A recolha de bens, em articulação com as Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho do Porto, bem como com os Municípios de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia, no âmbito “Frente Atlântica”;
- Autorizar a cedência precária de um armazém, na gestão do Município, para a recolha, conservação e expedição dos bens recolhidos, em local ainda a definir;
- Aceitar todas as doações, de bens e equipamentos que tenham por finalidade exclusiva a sua utilização nas respostas humanitárias, quer sejam dinamizadas pelo Município, quer em parceria com os Municípios da “Frente Atlântica”, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, ou por terceiros, as quais serão encaminhadas para a Congregação do Santíssimo Redentor "C.Ss.R." - Seminário Redentorista de Cristo Rei, no âmbito da resposta humanitária em curso;
- Colaborar na disponibilização do transporte dos bens recolhidos para locais de destino situados na Polónia, com a “Rangel Logistics Solutions”;

- Disponibilizar refeições diárias em regime de take-way aos voluntários junto dos centros logísticos de recolha e refugiados;
- Disponibilizar nos jardins-de-infância e nas escolas de primeiro ciclo, a identificar, soluções para a integração de crianças e jovens refugiados;
- A realização de um concerto solidário com o objetivo de angariar fundos destinados a apoiar os refugiados, os quais serão entregues à Congregação do Santíssimo Redentor "C.Ss.R." - Seminário Redentorista de Cristo Rei, no âmbito da resposta humanitária em curso;
- Estabelecer parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, para disponibilização de uma resposta na área da literacia no âmbito dos processos de guerra e paz, com o objetivo de ajudar as diferentes populações a lidar com as questões que a mesma suscitar;
- Estabelecer parceria com o Conselho Regional Do Porto - Ordem dos Advogados para disponibilização no Gabinete do Município, serviços de apoio e/ou consulta jurídica, pro bono, por advogados inscritos e indicados para o efeito pelo Conselho Regional Do Porto - Ordem dos Advogados;
- Disponibilizar, junto do Ministério da Administração Interna, os meios municipais de Proteção Civil e a sua experiência em apoio humanitário em cenários de catástrofe e de guerra, para fazer parte de eventuais respostas integradas na área psicossocial, logística e de transporte.

As doações de bens totalizaram-se 621, dos quais 46% em alimentação, 26% em vestuário, 22% em produtos de higiene, 5% em medicamentos e outros bens (1%), enviados em 7 camiões TIR para a Ucrânia. Para esta campanha participaram as empresas municipais, Juntas de Freguesia, bem como empresas privadas e várias associações, na organização da ajuda humanitária relativamente às ofertas e recolhas de bens, na promoção de serviços de apoio e integração dos refugiados, tendo-se encaminhado e assegurado o transporte de cerca de 100 refugiados para estruturas de retaguarda social, com respostas adequadas às suas necessidades.

Relatório de Gestão **2022**

— Anexos

Anexo I - Ativos fixos tangíveis de valor superior a 1.000.000,00 euros

Un.:euros

| Nº de Inventário | Descrição | Valor Líquido a 31/12/2022 |
|------------------|---|----------------------------|
| 10000810735 | Mercado do Bolhão, Rua Sá da Bandeira, Inclui Túnel entre a Rua Ateneu Comercial e Rua Formosa (Procº 2484/1) | 41 386 323,46 |
| 10008426239 | NCP 4 — Acordos de Concessão - Ativos de Concessão - EDP | 31 301 704,48 |
| 10008419691 | Parque Urbano da Cidade - Parcela 1 (2186/1) | 23 586 092,20 |
| 10008419091 | Via do Castelo do Queijo e no Parque da Cidade (Parcela 24) - (Procº 2186/24) | 18 241 030,63 |
| 10008419308 | Edifício dos Serviços Técnicos Municipais, "Palácio dos Correios" (Ala Sul) Gabinete do Município | 17 627 217,18 |
| 10008452723 | Quartel Monte Pedral, Quartel de Cavalaria 6, Rua de Serpa Pinto (Procº 2960/Única) | 15 658 000,00 |
| 10008418989 | Rua de Carvalho Barbosa, Rua da Mocidade da Arrabida e Rua de Arnaldo Leite, Bairro do Aleixo (Procº | 14 800 000,00 |
| 10008419105 | Alameda das Antas e túneis (Acessibilidades às Antas) - rede viária (Inclui Procº 1748/Única e 2922/ | 14 441 695,14 |
| 10000811052 | Pavilhão Multiusos "Rosa Mota" (Procº 2481/1) - Integrado no Complexo do Palácio de Cristal | 13 800 158,37 |
| 10008424574 | Habitação e Bairros Sociais (Desdobrar em 2018) | 12 578 973,47 |
| 10008110661 | Edifício dos Paços do Concelho, Edifício Sede do Município do Porto, Praça do General Humberto Delgad | 9 267 529,73 |
| 10008419561 | Avenida Fernão de Magalhães (acessibilidades às Antas) - rede viária (Inclui Procº 207/5, 1691/1, 18 | 8 186 177,86 |
| 10008419153 | Avenida da Boavista - rede viária (Inclui Procº 618/Única, 1694/1 e 2, 1772/2A, 2100/Única) | 8 014 910,42 |
| 10008419697 | Terrenos da escarpa das Fontainhas (consolidação) | 7 847 078,07 |
| 10008419790 | Palácio do Freixo e Respectiva envolvente (Procº 2626/Única) | 7 644 261,21 |
| 10008419579 | Via do Castelo do Queijo e Estrada da Circunvalação (Procº 2186/24-A) | 7 610 919,00 |
| 10008453404 | Batalha Centro de Cinema (Edifício) | 7 064 993,17 |
| 10008418773 | Túnel 1 - Rua de Ceuta (GOP -331.01.129), Túnel dos Almadãs | 6 759 666,44 |
| 1000810658 | Teatro Municipal Rivoli - Praça D. João I (Procº 2507/5, antigo Procº 1843/Única) | 6 336 845,28 |
| 10008426480 | Rua de S. Dinis 249 e Rua 9 de Abril 480 - Fundo Porto D'Ouro (Procº /) | 5 795 861,34 |
| 10008419209 | Parque de Estacionamento "Silo Auto" ou Parque de Estacionamento das Carvalheiras (Procº 2537/1) | 5 742 456,62 |
| 10008425833 | Parque de estacionamento subterrâneo da Praça dos Poveiros (Procº 2370/1) | 5 700 216,84 |
| 10008419678 | Conjunto habitacional Monte S. João | 5 637 695,64 |
| 10008425834 | Parque de Estacionamento Subterrâneo, Integrado no Complexo do Palácio de Cristal (Procº 2481/1) | 5 308 240,66 |
| 10008419112 | Parque da Cidade - Infra-estruturas/capital arbóreo | 4 838 073,64 |
| 1000600212 | Edifício dos Paços do Concelho, Edifício Sede do Município do Porto, Praça do General Humberto Delgad | 4 811 903,31 |
| 10008425836 | Construção do Novo Bairro Rainha D. Leonor - Lote 1 (Procº 2339/26 e 27) | 4 480 390,60 |
| 10008110557 | Rua de Entre Quintas, nº 268 a 334, Biblioteca Municipal Almeida Garrett (BMAG) (Procº 2483/1) | 4 337 379,29 |
| 10008418210 | Rua da Constituição, Rua de Serpa Pinto e Rua de Egas Moniz (Procº 244/B1) | 4 281 199,81 |
| 10008419840 | Complexo Desportivo do Monte Aventino (Procº 2437/6) | 4 174 577,74 |
| 1000810652 | Arquivo Histórico na Rua da Alfandega 10 Casa do Infante (Procº 2479/5) | 4 008 267,72 |
| 10008426478 | Rua do Monte dos Burgos, Oficinas - Fundo Porto D'Ouro (Procº /) | 3 860 964,24 |
| 10008424572 | Ensino não superior / Educação e Juventude (Desdobrar em 2018) | 3 801 309,36 |
| 10008418607 | Empreitada Geral de Requalificação Urbana da Baixa Portuguesa - Transferencia Casa da Música (lotes - | 3 735 741,01 |
| 10008419109 | Rua dos Campeões Europeus (acessibilidades às Antas) - rede viária | 3 612 162,78 |
| 10008420129 | Praça Mousinho de Albuquerque, Av. Boavista, Ruas 5 Outubro e Vanzeleros - Casa da Música (Procº 236 | 3 509 827,70 |
| 1000810650 | Biblioteca Municipal - Rua D. João IV (BPMP), inclui Procº 44/Única (Procº 2483/3 e 4) | 3 232 283,83 |
| 10008422851 | Construção do Grupo Habitacional do Viso, Torres T1, T2 e T3, Rua Ferreira de Castro 104/106/108/112 | 3 160 459,28 |
| 1000810642 | RSB - Rua da Constituição nº1418 - Complexo do Quartel do RSB (Procº 2480/2) | 3 108 056,87 |
| 10008419954 | Rua do Gólgota , Via Panorâmica e Rua do Campo Alegre - Lote 1 (Procº 2757/Única) | 3 100 000,00 |
| 10008424014 | Via do Futebol Clube do Porto e na Rua de João Marques Pinto (Procº 2633/Única) - Direito de superff | 2 992 787,38 |
| 10008419106 | Rua do Arquitecto Cassiano Barbosa, Av. Paralela (acessibilidades ao Bessa) - Rede Viária (Inclui Pro | 2 936 472,75 |
| 10008424568 | Bairro do Pereiro Bloco B (14 habitações) - (Procº 784/B-A a B-AF) | 2 788 850,35 |
| 10008419794 | Alameda de Flores/Av. 25 de Abril (Inclui viaduto da Corujeira) - rede viária | 2 695 703,81 |
| 10008418616 | Empreitada Geral de Requalificação Urbana da Av. Marginal do Parque da Cidade - Parque de Estacionam | 2 672 488,68 |
| 10008418617 | Edifício Transparente - (ET), sito no remate a poente do Parque da Cidade (Processo 2186/24-B) | 2 652 255,15 |
| 10008422561 | Teatro do Campo Alegre (TCA), sito à Rua das Estrelas (Procº 2750/1) | 2 643 137,56 |
| 10008426244 | NCP 4 — Acordos de Concessão - Ativos de Concessão - E-Porto | 2 530 143,76 |
| 10008419936 | Parque de Estacionamento "Silo Auto" ou Parque de Estacionamento das Carvalheiras (Proc. 2537/1) - T | 2 525 500,00 |
| 10008418609 | Empreitada Geral de requalificação Urbana da Avenida Marginal do Parque da Cidade | 2 518 528,92 |
| 10008109992 | Complexo das Piscinas Municipais de Campanhã, Rua do Dr. Sousa Avides (Procº 2437/8) - cedida em dir | 2 507 323,99 |
| 10008419807 | Escola primária (EB1/JI) Centro Educativo de Nevogilde (CEN) - (Procº 98/Única; valência Procº 1700/ | 2 449 380,24 |
| 10008424505 | Rua do Estrela e Vigorosa Sport e Rua de Diogo Cão, Direito de Superff do Estrela e Vigorosa Spor | 2 430 238,16 |
| 1000810910 | Escola Primária (nº34) EB1 Condominhas - Largo Póvoa Varzim (escola) - (Procº 1700/34) | 2 420 693,73 |
| 1000179369 | Violoncelo "Montagnana" de Guilhermina Suggia | 2 247 585,54 |
| 1000811844 | Rua de D. Manuel II, Rua de Entre Quintas e Rua de Jorge Viterbo Ferreira, Complexo do Palácio de Cr | 2 234 702,52 |
| 10008419162 | Estrada da Circunvalação - rede viária (Inclui Procº 322/9 e 2938/Única) | 2 205 257,54 |
| 10008419310 | Conjunto habitacional Fontainhas I, II, III e IV | 2 172 685,03 |
| 10008419695 | Arranjos urbanísticos dos espaços exteriores do Bairro de habitação Social de Contumil | 2 163 811,34 |
| 10008418708 | Arranjos urbanísticos dos espaços exteriores do Bairro de habitação Social Pio XII | 2 149 112,80 |
| 10008418610 | Empreitada Geral de Concepção, Construção e Manutenção do Funicular dos Guindais - Envolvente à Esta | 2 128 710,25 |
| 10008419064 | Quinta da Granja, sita na Rua de Diogo Botelho (Procº 189/D) | 2 123 369,89 |
| 10008424074 | Edifício sito à Rua de Bonjónia, n.º 185 "CASA DE BONJÓIA" (Procº 2730/Única) | 2 109 410,46 |
| 10008418213 | Calçada da Boa Viagem (Procº 1517/Única) | 2 082 445,00 |
| 10008418622 | Lugar de Francos - (Procº 184/6) | 1 994 391,72 |
| 10008419309 | Conjunto habitacional da Travessa de Salgueiros (Procº 1067/A8) | 1 982 484,98 |
| 10008419709 | Rua do Estádio (acessibilidades às Antas) - rede viária | 1 964 442,03 |
| 10008418774 | Alameda de Azevedo (c/ Viaduto sobre a VCI) - rede viária | 1 959 494,49 |
| 10008426481 | Terreno subjacente a Rua de S. Dinis 249 e Rua 9 de Abril 480 - Fundo Porto D'Ouro (Procº /) | 1 953 112,50 |
| 10008418449 | Rua S. Roque da Lameira, Parcela 24 (Procº 2240/24) | 1 913 852,22 |
| 10008422801 | Rua D. Jerónimo Azevedo, N.ºs. 570/572/574, PER - Viso: Torre 4 do Novo (Procº 2443/T4) | 1 909 397,81 |
| 10008426241 | NCP 4 — Acordos de Concessão - Ativos de Concessão - SABAPORTUGAL - Parque de estacionamento da Praç | 1 901 013,07 |
| 10008416241 | Rua de Justino Teixeira Nº 181, Denominada Por Quinta do Ribeiro e Campos do Ribeiro, Liles, Algrinh | 1 898 000,00 |
| 10008419024 | Rua Carvalho e Caminho Fonte de Cima (Procº 579/5) | 1 810 496,76 |
| 10008106673 | Viveiro Municipal na Rua das Areias nº 572, Infraestruturas (Fitofármacos, Poços e Furos) - (Procº 24 | 1 753 576,70 |
| 10008424577 | Organização Func. dos Serviços Municipais/F.Intern (Desdobrar em 2018) | 1 752 869,32 |
| 10008425140 | Museu História da Cidade, Rua Gomes Eanes de Azurara 122 e Gazeta Literária, Reservatório da Pastele | 1 742 401,72 |
| 10008107334 | Mercado do Bom Sucesso - Sito à Praça do Bom Sucesso e Largo de Ferreira Lapa, Fração A - Unidade Ho | 1 731 185,03 |
| 10008424236 | Rua de S. Roque da Lameira, s/n e n.ºs 1564/1626, "Matadouro do Porto" no Lugar de Luzares (Processo | 1 698 925,94 |
| 10008419843 | Terreno subjacente a Escola primária (EB1/JI) Centro Educativo de Nevogilde (CEN) - (Procº 98/Única) | 1 681 910,00 |
| 10008109116 | Escola Primária (nº38) EB1 Bom Sucesso - Rua Barbosa Du Bocage (escola) - (Procº 1700/38) | 1 661 189,86 |
| 10008422562 | Terreno subjacente a Teatro do Campo Alegre (TCA), sito à Rua das Estrelas (Procº 2750/1) | 1 607 410,95 |
| 10008423983 | Rua Artur Oliveira Valença - rede viária (Inclui Procº 2628/Única) | 1 596 901,24 |
| 10008419103 | Terreno - Avenida Fernão Magalhães (Proc.161-17/D/E) | 1 529 111,50 |
| 10008419693 | Alameda de Cartes - rede viária (Inclui Procº 2800/A1) | 1 511 110,52 |
| 10008424073 | Rua de Bonjónia, Nº 185, Quinta da Bonjónia (Procº 2730/Única) | 1 502 770,02 |
| 10008418212 | Terreno subjacente - Complexo Desportivo do Monte Aventino (Procº 2437/6) | 1 492 114,35 |
| 10008452179 | Rua da Constituição nº 2555, Edifício afeto a Serviços, Antiga Sede da Liga Futebol (Procº 2970/Únic | 1 482 500,00 |
| 10008109999 | Piscina Municipal da Constituição na Rua Almirante Leote do Rego (Procº 2437/9) | 1 471 568,61 |
| 10008420125 | Rua de São João - rede viária | 1 471 221,33 |
| 10008418623 | Rua Direita de Francos, nº 145 e Travessa do Poeta, nº 2 (Procº 1475/1) | 1 445 726,62 |
| 10008418592 | Via Futebol Clube do Porto (Procº 2620/7.1) | 1 416 649,21 |
| 10008419104 | Rua Sarmento Beires e Rua João Andersen (Procº 1169/8) | 1 415 728,39 |

| Nº de Inventário | Descrição | Valor Líquido a 31/12/2022 |
|------------------|--|----------------------------|
| 10008424429 | Travessa do Monte da Bela, Rua do Monte da Bela, Beco do Monte da Bela e Ruas do Bairro de S. Vicent | 1 408 230,18 |
| 10008420710 | Largo de Ferreira Lapa, Terminal do Bom Sucesso, inclui Pórtico Limitador de Altura (Inclui Procº 11 | 1 406 754,84 |
| 10008419700 | Rua de O Primeiro de Janeiro (Acessibilidades ao Bessa) - Rede Viária | 1 402 737,88 |
| 10008418611 | Jardim de Montevidéu (inclui fonte), Empreita Geral de Requalificação Urbana | 1 401 476,82 |
| 10008426243 | NCP 4 — Acordos de Concessão - Ativos de Concessão - BRAGAPARQUES - Parque de estacionamento da Prac | 1 400 324,00 |
| 10008416278 | Rua do Infante Santo e Rua Rodolfo de Abreu, Lugar de Passos, Campo da Ervilha (Procº 2942/Única) | 1 400 000,00 |
| 10008424510 | Terreno subjacente - Rua de Costa Cabral nº186, Cedência em Direito de Superfície ao Académico Futeb | 1 398 823,89 |
| 10008426475 | Rua Dionísio de Santos Silva - Fundo Porto D'Ouro (Procº /) | 1 373 000,00 |
| 10008425338 | Alameda das Antas (Procº 2620/8.4) | 1 368 127,86 |
| 10008426354 | Rua das Areias e à Travessa das águas Férreas de Campanhã, CROA - Centro de Recolha Oficial de Anima | 1 340 319,39 |
| 10008419614 | Pavilhão Gimnodesportivo - Escola EB 2/3 do Viso | 1 318 794,04 |
| 10008426479 | Terreno subjacente a Rua do Monte dos Burgos, Oficinas - Fundo Porto D'Ouro (Procº /) | 1 313 475,00 |
| 10008419364 | Parque da Cidade à Estrada da Circunvalação (Procº 73/58) | 1 289 743,54 |
| 10008418531 | Rua Pego Negro - Terreno (Procº 1000/42) | 1 276 326,77 |
| 10008419939 | Terreno subjacente a Escola Primária (nº38) EB1 Bom Sucesso - Rua Barbosa Du Bocage (escola) (procº | 1 270 080,00 |
| 10008419805 | Escola primária (EB1/JI) Centro Educativo das Antas (CEA), Ruas de A Renascença, Rua da Vigorosa e R | 1 268 876,23 |
| 10008419180 | Via de ligação ao viaduto da Prelada sobre a VCI (troço norte e poente) | 1 268 232,10 |
| 10008426476 | Rua do Bolhão 162 a 170 - Fundo Porto D'Ouro (Procº 2479/4) | 1 250 066,23 |
| 10008453406 | Bairro da Maceda, Bloco 7, 8 e 9 | 1 224 129,54 |
| 10008419710 | Via Futebol Clube do Porto (acessibilidades às Antas) - rede viária | 1 221 261,18 |
| 10008106655 | Arquivo histórico na Rua da Alfandega 10 (museu/zona adjacente) - (Procº 2479/5) | 1 212 860,39 |
| 10000810939 | Escola Primária (nº52) EB1/JI Fonte da Moura - Rua de Macau - escola (Procº 1700/52) | 1 212 086,68 |
| 10008423497 | Circuito da Boavista (infraestruturas diversas) | 1 209 707,02 |
| 10008424112 | "Edifício Transparente - (ET)", terreno subjacente do Parque da Cidade (Processo 2186/24-B) | 1 189 653,44 |
| 10008423946 | Rua de João Pedro Ribeiro nº 785 e Rua de Faria Guimarães nº 393, Edifício "Lar Rosa Santos" (Procº | 1 189 505,23 |
| 10008419942 | Terreno subjacente - Escola Primária (nº17) EB1 Costa Cabral - Rua Costa Cabral nº551 (Procº 1700/17 | 1 187 530,80 |
| 10000810862 | Escola Primária (nº8) EB1 Flores - Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 185, Praça das Flores (escola) | 1 187 422,06 |
| 10008451762 | Infraestrutura da Rede Viária - Sistema de Semáforos e Câmara de vídeo - CCTV | 1 180 073,37 |
| 10000810943 | EB1/JI Campinas, Escola Primária (nº54) - Bairro das Campinas (escola), Rua de D. Estevão da Gama e | 1 112 882,64 |
| 10008418464 | Ruas da Vigorosa e do Estádio (Procº 2249/A2) | 1 110 000,00 |
| 10008421588 | Rua de Serralves (Inclui Procº 1756/7, 2636/Única e 2884/Única) | 1 066 900,08 |
| 10000810686 | Cemitério Prado do Repouso, Largo Padre Baltazar Guedes, Capela e Jazigo Municipal (Procº 2505/1) | 1 064 507,76 |
| 10008426470 | Rede de comunicações na cidade (PoP - MPLS) Porto Digital - POLOS: A, B, C, D, E | 1 051 929,62 |
| 10008418772 | Requalificação da frente da Ribeira (GOP - Funções económicas - 331.01.115) | 1 039 910,40 |
| 10008416309 | Cemitério de Agramonte na Rua de Agramonte (Procº 2505/2) | 1 036 800,00 |
| 10008420155 | Complexo Desportivo - Campos de Ténis, sito à Esplanada do Castelo, Av.ª D. Carlos I e Passeio Alegr | 1 029 840,36 |
| 10008425260 | Rua D. Frei Vicente de Soledade e Castro (UP35, UP36, Up7, UP37, UP38 e UP39 - Procº 2835/6) | 1 012 990,00 |
| 10008424531 | Mercado temporário do Bolhão - Centro Comercial La Vie | 1 009 301,15 |
| 10008419080 | Rua Cidade de Mindelo e Rua Cidade da Beira (Procº 684/5) | 1 000 000,00 |
| 10008425049 | Rua Fonte do Outeiro - Parcela 39 do Complexo desportivo do Outeiro (Procº 2817/39) | 1 000 000,00 |

Anexo II - Processos Judiciais

Un.:euros

| N.º do Processo | Tipo de Ação | Descrição | Valor a 31/12/2022 |
|----------------------------------|---|--|----------------------|
| Natureza Administrativa | | | |
| 8041 | Expropriação Litigiosa | Expropriações da parcelas constantes da planta cadastral do empreendimento denominado "Praça da Corujeira / VCI / Praça das Flores" - (Alameda 25 de Abril) | 8 383 329,28 |
| 14/2009 | Ação Administrativa Comum sob forma Ordinária | Pedido de indemnização por alteração do PDM | 5 171 616,30 |
| 2018/032 | Ação Administrativa | Impugnação do ato administrativo de declaração de nulidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura de 31-5-2007 Rua das Carvalheiras, 102,104, 106, 108, 120, 130 | 3 122 407,04 |
| Outros com provisão < 300.000,00 | | | 197 588,33 |
| | | | 16 874 940,95 |
| Natureza Tributária | | | |
| 74 de 2008 | Impugnação | Indeferimento tácito da reclamação que determinou a revisão do ato de liquidação de taxas devidas pelo processo de licenciamento n.º 21269 | 1 414 981,19 |
| 79/2009 | Impugnação | Pagamento de taxas de ocupação da via pública por motivo de obras (Estaleiro do Molhe Norte da Barra do Douro) | 993 159,33 |
| 2013/010 | Impugnação | Anulação liquidação da TMI | 815 568,45 |
| 2017/002-T | Impugnação | Pagamento de taxas, no âmbito do processo de loteamento nº 515/11/DMU | 745 076,42 |
| 2017/005-T | Impugnação | Impugnação dos atos de liquidação de taxas no âmbito do procedimento de emissão do alvará de licença de obras de construção nº770/11/DMU | 721 650,14 |
| 2022/001 | Impugnação | Anulação do ato de liquidação das taxas urbanísticas | 1 453 930,49 |
| Outros com provisão < 300.000,00 | | | 865 166,82 |
| | | | 7 009 532,84 |
| Tribunal Arbitral | | | |
| 2021/001/TA | Contencioso pré-contratual | Celebração de compromisso arbitral/Sabaportugal-Parques de Estacionamento, SA/CPE-Companhia de Parques de Estacionamento SA | 1 137 000,00 |
| 2021/003/TA | Contencioso pré-contratual | Reposição do equilíbrio financeiro do "contrato de concessão da construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas na Praça D João I | 351 568,80 |
| Outras Naturezas | | | |
| Outros com provisão < 300.000,00 | | | 60 079,79 |
| | | | 25 433 122,38 |

| N.º do Processo | Tipo de Ação | Descrição |
|--------------------------------|--|---|
| Natureza Administrativa | | |
| 8041 | Expropriação Litigiosa | Declaração de utilidade pública das expropriações das parcelas constantes da planta cadastral do empreendimento denominado "Praça da corujeira / VCI / Praça das Flores" - (Alameda 25 de Abril) |
| 2009/014 | Providências Cautelares | Suspensão de eficácia/embargo da obra no prédio sito na Rua do Rbeirinho 148 e 422 |
| 2009/037 | Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária | Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor |
| 2013/088 | Ação Administrativa Especial | Pedido de nulidade do procedimento administrativo para aposentação da Autora por alegada incapacidade para o exercício das suas funções |
| 2013/152 | Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos | O Autor foi notificado que dispunha do prazo de 120 dias seguidos para proceder à cessação da utilização da fração sita na Rua Dr. Alves da Veiga |
| 2014/047 | Ação Administrativa Especial | Candidatura no IMT para instalação de Centro de Inspeção Técnica de Veículos |
| 2014/048 | Ação Administrativa Especial | Impugnação de informação e de certidão de 16/1/2014 passadas pela DMGU |
| 2015/001 | Ação Administrativa Especial | Impugnação de atos administrativos - aplicação de pena de demissão |
| 2015/063 | Ação Administrativa Especial | Impugnação do despacho que ordenou a demolição do prédio sito na Rua das Fontainhas, n.º 202 |
| 2015/080 | Execução de Sentença | Execução de sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto em 11/11/2013 |
| 2016/026 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2017/003 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização no âmbito do contrato de empreitada, com vista à execução dos trabalhos de reparação/Conservação geral da fachada do Agrupamento Habitacional do Ilhéu, blocos 1,2,3 e 6 |
| 2017/006 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes da falta de licença de utilização de imóvel sito na Rua João Pedro Ribeiro, 655 |
| 2017/026 | Ação Administrativa | Queda num Jazigo do Cemitério do Prado do Repouso, em 18/4/2014 |
| 2017/056 | Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária | Prejuízos sofridos no funcionamento do restaurante "GOSHOT" com morada na Av. da Boavista, nº1017, resultantes das obras realizadas na Av. Boavista - empreitada de "Requalificação da Av. Boavista(troço Nissocenta) e Áreas Adjacentes" |
| 2017/058 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2018/006 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos sofridos decorrentes de acidente de viação |
| 2018/032 | Ação Administrativa | Impugnação do ato administrativo de declaração de nulidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura |
| 2018/060 | Ação Administrativa | O Autor solicita o direito à antiguidade referente ao tempo de serviço prestado na Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto |
| 2018/105 | Ação Administrativa | Pedido para declarar nulo e de nenhum efeito o Regulamento de Extinção da Caixa de Reformas e Pensões, publicado no Boletim da CMP em 01/07/2014 |
| 2018/120 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2019/038 | Ação Administrativa | Projeto de execução para a reabilitação do Mercado do Bohão |
| 2019/061 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais causados por queda do autor |
| 2019/067 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor |
| 2019/068 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2019/075 | Processo Comum | Pedido de indemnização por danos sofridos causados por acidente com motociclo, propriedade do Município |
| 2020/017 | Ação Administrativa | Nulidade da avaliação do período experimental, no âmbito do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado |
| 2020/024 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2020/028 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor |
| 2020/030 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2020/033 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor |
| 2020/034 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2020/041 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2020/046 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por acidente de serviço |
| 2020/047 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2021/001 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2021/005 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2021/006 | Contencioso Pré-Contratual | Decisão de adjudicação do procedimento pré-contratual com a referência n.º CPI/15/2019/DMC |
| 2021/009 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos sofridos decorrentes de trabalhos na sinalização de trânsito |
| 2021/014 | Ação Administrativa | Inviabilidade do pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação formulado pela Arrochela e Magalhães Limitada no processo P/11 53599/16/CMP para o prédio sito na Rua 31 de Janeiro, 69 a 73, |
| 2021/028 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos decorrentes do acidente de viação |
| 2021/030 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2021/039 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais, relativos à autorização para a construção de um jazigo-capela na parte superior do jazigo subterrâneo 331, na Secção 9ª, da Ordem do Carmo no Cemitério de Agramonte. |
| 2021/041 | Ação Administrativa | Pedido de pagamento de 25 horas de trabalho suplementar |
| 2021/045 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais por falta de condições de salubridade na casa n.º 41, ent. 1, bloco 2 da Rua João Rodrigues Cabrilho Bairro - Bairro Marechal Gomes da Costa |
| 2022/007 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2022/008 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2022/009 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2022/013 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais, decorrentes do ato de despejo coercivo de terreno |
| 2022/017 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos em veículo automóvel |
| 2022/043 | Ação Administrativa | Pedido de anulação do ato administrativo emitido pelo encerramento da atividade comercial do estabelecimento comercial e de demolição do imóvel da Autora, sito na Rua do Coronel Raul Peres - Praia dos Ingleses, Foz do Douro. |
| 2022/055 | Ação Administrativa | Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor |
| 2022/060 | Ação Administrativa | Impugnação do ato administrativo que determinou o pagamento de despesas de remoção da rampa |
| Natureza Tributária | | |
| 2008/074-T | Impugnação | Indeferimento tácito da reclamação que deduziu contra o despacho que determinou a revisão do ato de liquidação de taxas devidas pelo processo de licenciamento |
| 2009/039-T | Impugnação | Taxa de impedimento de Tránsito |
| 2009/057-T | Execução de julgados | Pagamento de quantias ilegalmente exigidas e pagas, e respetiva indemnização |
| 2011/005-T | Impugnação | Liquidação de taxas de urbanismo |
| 2011/017-T | Oposição | Oposição à Execução fiscal n.º 1312201100239968 |
| 2011/018-T | Oposição | Oposição à Execução n.º 1312201100239950 |
| 2011/019-T | Impugnação | Taxas de ocupação de via pública |
| 2013/010-T | Impugnação | Anulação liquidação da TMI e implicações financeiras |
| 2016/001-T | Oposição | Oposição a execução fiscal por dívidas de refeições escotares |
| 2017/002-T | Impugnação | Pagamento de taxas, no âmbito do processo de loteamento |
| 2018/012-T | Impugnação | Impugnação dos atos administrativos que determinaram a liquidação de valores referentes a obras levadas a efeito no prédio sito na rua Anselmo Braancamp |
| 2019/004-T | Ação Administrativa | Pedido de reconhecimento de direito a isenção de IMT e sua subsequente restituição |
| 2019/007-T | Impugnação | Pedido de indemnização pela caducidade do alvará de licença de obras de construção |
| 2020/004-T | Impugnação | Pedido de restituição de montante pago a título de taxa |
| 2022/002-T | Intimação | Restituição de quantias liquidadas, acrescidas de juros vencidos e vincendos até efetivo pagamento |
| Natureza Arbitral | | |
| 2021/001-TA | Contencioso Pré-contratual | Celebração de compromisso arbitral/Sabaportugal-Parques de Estacionamento, SA/CPE-Companhia de Parques de Estacionamento S.A. |
| 2021/002-TA | Contencioso Pré-contratual | Convenção arbitral. Arbitragem referente ao contrato CLPQ/1/2014 para a gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto |
| 2021/003-TA | Contencioso Pré-contratual | Reposição do equilíbrio financeiro do contrato de concessão da construção e exploração de um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas na Praça D João I |
| Natureza Cível | | |
| 2022/008-CC | Pedido de Indemnização | Pedido de indemnização por danos sofridos causados por queda do autor |



DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos a PRIMAVERA Business Software Solutions, S.A., sediada na Rua Dr. Egídio Guimarães, 74, 4719-006 Braga, com número de contribuinte 503 140 600 declara que a transição em produtivo do ERP PRIMAVERA do Município do Porto iniciou em janeiro de 2022 e que as dificuldades sentidas neste processo, ao longo de todo o ano, não permitiu concluir a implementação da solução eletrónica para assegurar a contabilidade de gestão a tempo de aplicar ao exercício 2022.

Mais declara que o trabalho desenvolvido no período permitiu disponibilizar a solução eletrónica para a contabilidade de gestão para o exercício de 2023, estando o sistema já preparado para obter os mapas de informação, indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado por cada: bem produzido ou serviço prestado; função, unidade, departamento ou atividade; bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos, assim como a informação sobre a gestão ambiental.

Braga, 17 de Abril de 2023

Assinado por: **Luís Miguel Ferreira Remelgado**

Num. de Identificação: 12074243

Data: 2023.04.17 12:03:14+01'00'

Luís Remelgado,
Consulting Manager

www.primaverabs.com

comercial@primaverabs.com
T +351 253 309 900
F +351 253 309 909

Braga
Edifício PRIMAVERA
Lamações
4719-006 Braga

Lisboa
Edifício Arquês Parque II
Av. Côcoes Monteiro, 10, 6.^o
1495-192 Alges

Relatório de Gestão **2022**

— Certificação Legal
de Contas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo - Avenida da Boavista, 1837, 16.º
4100-133 Porto - Portugal
+351 220 102 300 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município do Porto** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.898.645.046,37 euros e um total de património líquido de 1.762.983.201,11 euros, incluindo um resultado líquido de 26.091.807,87 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Município do Porto** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Em 2022, no âmbito do processo de transferência de competências da Administração Central para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, foram transferidas para a Entidade competências no domínio da Educação, que incluíram a titularidade de equipamentos educativos que integram a rede pública do Ministério da Educação, nomeadamente as escolas de ensino básico e secundário público. Até à presente data, a Entidade não recebeu da Cedente o cadastro detalhado dos equipamentos educativos transferidos, incluindo o respetivo valor pelo qual se encontravam registados na cedente ou qualquer informação que lhe permitisse aferir sobre o seu respetivo justo valor, por forma a proceder ao registo contabilístico dos mesmos. Desta forma, a 31 de dezembro de 2022, as rubricas de Ativos fixos tangíveis e de Outras variações no património líquido encontram-se subvalorizadas num montante que não pôde ser determinado.
2. Conforme referido na nota 0 das demonstrações financeiras, o Município do Porto não incluiu nas demonstrações financeiras as divulgações exigidas pela Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – Contabilidade de Gestão.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 359.056.241,65 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 289.778.618,26 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Sobre o relatório de gestão

Exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

21 de abril de 2023

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Luís David Guimarães da Silva

(ROC n.º 1656 e registado na CMVM com o n.º 20161266)

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1- Projeção do PIB Mundial | 10 |
| Figura 2 - Estimativa do PIB das maiores economias mundiais (2022)..... | 11 |
| Figura 3 – Projeções das taxas de inflação nas economias avançadas e emergentes | 12 |
| Figura 4 - Projeção do PIB na Zona Euro | 13 |
| Figura 5 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego da Zona Euro . | 14 |
| Figura 6 - Projeções do PIB em Portugal..... | 15 |
| Figura 7 - Projeções para o emprego, inflação e taxa de desemprego para Portugal | 16 |
| Figura 8 – Dívida Líquida de curto prazo | 18 |
| Figura 9 - Cultura e Património | 20 |
| Figura 10 - Economia, Pessoas e Inovação..... | 26 |
| Figura 11 - Ambiente, Energia e Qualidade de Vida | 39 |
| Figura 12 - Urbanismo e Habitação | 53 |
| Figura 13 - Coesão Social | 62 |
| Figura 14 - Mobilidade | 69 |
| Figura 15 - Governância | 73 |
| Figura 16 - Regras orçamentais de equilíbrio | 90 |
| Figura 17 - Taxa de Execução Despesa | 98 |
| Figura 18- Evolução da Despesa Paga..... | 101 |
| Figura 19 - Evolução Dívida Bancária..... | 108 |
| Figura 20 - Taxa de Execução Receita | 119 |
| Figura 21 - Evolução da Receita Cobrada | 121 |
| Figura 22 - Evolução Impostos Diretos | 123 |
| Figura 23 - Evolução das receitas correntes não fiscais | 125 |
| Figura 24 - Evolução das receitas de capital..... | 126 |
| Figura 25 - Evolução das receitas não efetivas..... | 127 |
| Figura 26 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais | 129 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Despesa por objetivos..... | 19 |
| Quadro 2 - Saldos Orçamentais..... | 89 |
| Quadro 3 - Indicadores Receita | 91 |
| Quadro 4 - Indicadores Despesa | 92 |
| Quadro 5 - Indicadores Equilíbrio Orçamental e Dívida | 93 |
| Quadro 6 - Modificações ao orçamento segundo a natureza | 94 |
| Quadro 7 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável | 96 |
| Quadro 8 - Despesa por classificação económica | 98 |
| Quadro 9 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável..... | 100 |
| Quadro 10 - Despesa paga..... | 102 |
| Quadro 11 Evolução das despesas com pessoal..... | 103 |
| Quadro 12 - Estrutura das transferências e subsídios..... | 105 |
| Quadro 13 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e subsídios)..... | 106 |
| Quadro 14 - Dívida bancária | 108 |
| Quadro 15 - Evolução das Despesas de Investimento..... | 109 |
| Quadro 16 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos por objetivos..... | 111 |
| Quadro 17 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto | 113 |
| Quadro 18 - Execução das Atividades Mais Relevantes por objetivos estratégicos .. | 114 |
| Quadro 19 - Execução das Grandes Opções do Plano..... | 117 |
| Quadro 20 - Alteração e origem da variação da dotação | 118 |
| Quadro 21 - Receita por Classificação Económica | 120 |
| Quadro 22 - Evolução da Receita Global Cobrada | 122 |
| Quadro 23 - Evolução da estrutura da receita fiscal..... | 124 |
| Quadro 24 - Resumo da conta de gerência | 128 |
| Quadro 25 - Ativo..... | 130 |
| Quadro 26 - Passivo | 133 |
| Quadro 27 - Património..... | 134 |
| Quadro 28 - Gastos | 135 |
| Quadro 29 - Rendimentos..... | 137 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 30 - Indicadores económico-financeiros | 138 |
| Quadro 31 - Limite da dívida total | 140 |
| Quadro 32 - Despesas COVID-19..... | 143 |
| Quadro 33 - Gastos por Centro Custo | 147 |

ACRÓNIMOS

| |
|---|
| ÁGORA – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. |
| AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas |
| AIIA – Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa |
| AL – Alojamento Local |
| AMR – Atividades mais Relevantes |
| ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários |
| ARU – Área de Reabilitação Urbana |
| ARUCHP – Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto |
| BCC – Batalha Centro de Cinema |
| BCE – Banco Central Europeu |
| BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável |
| BDGC – Banco de Dados de Gerenciamento de Configurações |
| BdP – Banco de Portugal |
| BRT – Bus Rapid Transit |
| CCD – Centro Cultural e Desportivo |
| CE – Comissão Europeia |
| CEB – Ciclo de Ensino Básico |
| CED – Capturar-Esterilizar-Devolver |
| CFP – Conselho de Finanças Públicas |
| CGI – Centro de Gestão Integrada |
| C- ITS – Cooperative Intelligent Transport Systems and Services |
| CO2 – Dióxido de Carbono |
| COTEC – Associação Empresarial para a Inovação |
| COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização |
| COVID-19 – Coronavirus disease – Doença do Corona Vírus (19 - Ano em que a doença foi identificada) |
| CROA – Centro de Recolha Oficial de Animais |
| CRUARB-CH – Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo/Centro Histórico |

DCAT-AP – Data Catalog Vocabulary Application Profile
DDD – Dias da Dança
DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
DMDU – Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano
DMGPO – Direção Municipal de Gestão de Pessoas e Organização
DMM – Departamento Municipal da Mobilidade
DMPD – Departamento Municipal de Proteção de Dados
DMRF – Direção Municipal de Recursos Financeiros
DMSJ – Direção Municipal de Serviços Jurídicos
EM – Empresa Municipal
EMAS – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
ERP – Enterprise Resource Planning
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
FDZHP – Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto
FEIIF – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado
FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto
FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica
FMDV – Global Fund for Cities Development
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMP – Fonoteca Municipal do Porto
FSM – Fundo Social Municipal
GMP – Galeria Municipal do Porto
GO Porto – Gestão e Obras do Porto, E.M.
GOP – Grandes Opções do Plano
ICETA – Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da Universidade do Porto
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
IGR – Índice de Gestão de Resíduos
IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INVESURB – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado
IP/MPLS – Internet Protocol Multi-Protocol Label Switching
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
LED – Diodo Emissor de Luz
LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

MIPIM – Mercado Internacional para Profissionais do Imobiliário
NCP – Norma de Contabilidade Pública
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ORU – Operação de Reabilitação Urbana
PAR – Plano das Atividades Mais Relevantes
PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária
PDCT – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PDM – Plano Diretor Municipal
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PGRH – Planos de Gestão de Recursos Hídricos
PGRI – Planos de Gestão dos Riscos de Inundações
PIB – Produto Interno Bruto
PMP – Policia Municipal do Porto
PO NORTE 2020 – Programa Operacional Regional do Norte
PORTO VIVO, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A
PPI – Plano Plurianual de Investimentos
PROT-N – Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
PRR – Programa de Recuperação e Resiliência
PSP – Polícia de Segurança Pública
RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
RIIMMP – Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto
SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, EIM, S.A.
TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TIC – Terminal Intermodal de Campanhã
TMP – Teatro Municipal do Porto
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
VCI – Via de Cintura Interna
VIH – Vírus de Imunodeficiência Humana
VOIP – Voice Over Internet Protocol
WIFI - Wireless Networking Technology

Porto.